

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Programa de Pós-Graduação em Economia**

**José Elesbão de Almeida**

**Subdesenvolvimento e Dependência: uma análise comparada de Celso  
Furtado e Fernando Henrique Cardoso**

**Porto Alegre  
2009**

José Elesbão de Almeida

**Subdesenvolvimento e Dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de doutor em Economia.

Área de concentração: Economia do desenvolvimento

Orientador: professor Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

Porto Alegre  
2009

A447s

Almeida, José Elesbão de

Subdesenvolvimento e dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso / José Elesbão de Almeida – Porto Alegre, 2009

204f : il

Orientador: Pedro Cezar Dutra Fonseca

Área de concentração: Economia do desenvolvimento

Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2009.

1. Dependência econômica : Teoria econômica. 2. Desenvolvimento econômico : Brasil. 3. Subdesenvolvimento : Brasil. 4. Cardoso, Fernando Henrique, 1931- . 5. Furtado, Celso Monteiro, 1920-2004. 6. Economia : Brasil. I. Fonseca, Pedro Cezar Dutra. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU 338.92(81)

José Elesbão de Almeida

**Subdesenvolvimento e Dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, área de economia do desenvolvimento, como requisito para obtenção do grau de doutor em Economia, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca – UFRGS  
ORIENTADOR

---

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS  
MEMBRO

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lígia Osório Silva – UNICAMP  
MEMBRO

---

Prof. Dr. Fausto Saretta – UNESP  
MEMBRO

Porto Alegre, 29 de abril de 2009

Para

Leninha e

Bráunio

## **Agradecimentos**

Agradeço ao meu orientador, professor Pedro Cezar Dutra Fonseca pelos ensinamentos, apoio e acompanhamento sempre eficiente na elaboração desta tese;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, particularmente da área de desenvolvimento, com quem tive a oportunidade de compartilhar opiniões e saborear dos seus conhecimentos;

Aos professores Gentil Corazza e Luiz Paulo Nogueiról, pelas críticas e sugestões pertinentes na minha qualificação;

Às secretárias do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, especialmente a Iara, Raquel, Delourdes, Cláudia e Aline, pela gentileza e agilidade de sempre;

À Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UERN pelo apoio institucional;

Ao Setor de Capacitação Docente, especialmente a Almir de Castro;

Aos meus colegas do Departamento de Economia da UERN, incentivadores autênticos e torcedores por bom êxito na conclusão deste trabalho;

Aos colegas alunos do doutorado, especialmente a Marcelo Arend, Jorge Ussan, Luciano Feltrin, Hélio Afonso, Marcos Tadeu, André Mattos, Flávio Fligenspan, Carol, Cristiane e Glaucilene pelo convívio sempre produtivo e pelo companheirismo nas horas árduas;

Aos meus verdadeiros amigos e familiares que compreenderam a minha necessidade de reclusão e sempre torceram por mim.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

“Nada choca tanto o observador da economia brasileira como a contradição entre o formidável potencial de recursos do país e o baixo nível de desenvolvimento alcançado por este até o presente”. Celso Furtado, 2002.

“Só haverá verdadeiro desenvolvimento – que não se deve confundir com crescimento econômico, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites – ali onde existir um projeto social subjacente”. Celso Furtado, junho de 2004.

“O problema do desenvolvimento não é só desenvolvimento industrial, é desenvolvimento como um todo. Nós temos de pensar num outro modelo. E para isso temos de ter uma certa capacidade de decisão política em função dos interesses da maioria da população”. Fernando Henrique Cardoso, 1980.

“Todos sabem que a utopia de nosso século é materialmente possível. Ela não está enraizada apenas nos desejos, mas existe como possibilidade nas coisas; e se a ‘lógica’ das coisas não leva à sua realização é porque os desejos (e os interesses) de algumas minorias o impedem. É por isso que o mundo contemporâneo sofre como um tormento cada grão de trigo que morre na haste porque interessa a alguns que ele não seja pão”. Fernando Henrique Cardoso, 1980.

## Resumo

O objetivo desta tese é fazer uma análise comparativa das idéias de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso, expressas entre 1950 e 1990, na perspectiva de demonstrar alguns pontos de convergência entre esses autores. Dentre esses pontos, destaca-se a empatia existente entre eles com respeito às expectativas de que a industrialização levada a cabo nos anos 1950 pudesse lançar as bases para um processo de transformações estruturais qualitativas na economia brasileira e a afirmação de um modelo de desenvolvimento nacional apoiado no mercado interno. Comparam-se as posições dos autores concernentes à negação dessas expectativas e às mudanças operadas na economia a partir de meado da década de 1960. Confrontam-se os pontos de vistas sobre o malogro do projeto nacionalista e o novo padrão de desenvolvimento dependente. Faz-se um paralelo sobre as opiniões relativas à necessidade de intervenção do Estado e de participação do capital estrangeiro para dinamizar a acumulação de capital nas economias subdesenvolvidas, notadamente na brasileira. Constata-se que, inicialmente, eles consideravam o processo substitutivo de importações um elemento essencial para superar o subdesenvolvimento e desencadear um projeto de desenvolvimento em bases nacionais. Nos anos 1960, quando se evidencia o fracasso desse projeto, observam-se os mesmos pontos de identificação entre eles, sobretudo em referência à inviabilidade do ideário nacionalista e à constatação de uma situação de dependência da economia brasileira engendrada pelas relações estabelecidas com o sistema mundial. Comprova-se, também, que os autores têm posições semelhantes com respeito à necessidade de uma intensa intervenção do Estado e da indispensabilidade de cooperação do capital externo, em razão de alguns condicionamentos decorrentes da falta de uma burguesia nacional capaz de assumir a liderança do processo, da escassez de poupança interna e da dificuldade de acesso à tecnologia moderna. Verifica-se, ademais, que nos anos 1970 e 1980, os autores mudaram de idéia e passaram a criticar a forma de atuação do aparelho estatal, cuja intervenção concorreu para acentuar a concentração da renda em favor das classes mais abastadas e aumentar as distorções sociais, as quais foram impulsionadas para participação crescente das empresas transnacionais.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento. Dependência. Estado e Capital Estrangeiro.



## Abstract

This thesis aims to make a comparative analysis of Celso Furtado's and Fernando Henrique Cardoso's ideas, which were expressed from the fifties to the ninth decade, in order to demonstrate some similarities between these authors. Among these similarities, there is an accentuated empathy between them in relation to the expectations concerning that the industrialization, which was intensified in the fifties, could release the basis for a qualitative structure changing process in Brazilian economy, as well the establishment of a national development model which was supported by the home market. The authors' ideas are also compared to these expectations refusals, as well as to the changes produced in the economy from the sixties. The points of view about the nationalist project unsuccess and the new pattern of dependent development are confronted. A comparison is made between the opinions related to the necessity of State intervention and the use of foreign capital in order to activate the capital accumulation in the underdeveloped economies, especially in the Brazilian one. It is observed that, originally, they considered the substitutive import process an essential element to overcome the underdevelopment and start a development project in national basis. In the sixties, when the failure of this project was evident, the same identification points between them are observed, especially in relation to the impossibility of the nationalist ideas and the recognition of dependence in Brazilian economy established by the relations with the world system. It is also noticed that the authors have similar positions concerning the necessity of an intense State intervention and the essential external capital cooperation, due to some conditions which were consequences of the lack of a national bourgeoisie able to take the leadership in the process, the lack of internal saving and the difficult access to modern technology. It is observed, moreover, that in the seventies and eighties, the authors changed their minds and began criticizing the State system action, whose intervention influenced to highlight the income concentration in favor of the richer classes and to increase the social misunderstandings, which were encouraged to the increasing participation of the transnational companies.

**Key-words:** Development. Dependency. State and Foreign Capital.

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 – Brasil – Desigualdades Inter-Regionais – 1959-1975 (%)	55
Tabela 2 – Distribuição de Renda no Brasil – 1960 e 1970	166

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe  
CES – Conselho Econômico e Social  
CESO – Centro de Estudos Socioeconômicos  
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco  
CIES – Conselho Interamericano Econômico e Social  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CME – Coordenação de Mobilização Econômica  
CPE – Comissão de Planejamento Econômico  
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional  
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público  
EIR – Economias Recentemente Industrializadas  
EUA – Estados Unidos da América  
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ILPES – Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PIB – Produto Interno Bruto  
P & D – Pesquisa e Desenvolvimento  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SESI – Serviço Social da Indústria  
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development

## Sumário

<b>1 Introdução</b>	<b>13</b>
<b>2 O legado do desenvolvimentismo e as vicissitudes do subdesenvolvimento</b>	<b>28</b>
2.1 O ocaso do projeto desenvolvimentista e a tendência à subordinação tolerada	49
2.2 Observações finais	74
<b>3 Os dilemas entre o desejo pela autonomia e a vocação para a dependência</b>	<b>76</b>
3.1 Considerações sobre algumas tipologias da dependência	80
3.2 A dependência e as opções do desenvolvimento associado	95
3.2.1 Os desencantos com o desenvolvimento dependente e o fim de uma ilusão	112
3.2.2 O renascer da esperança	121
3.3 Observações finais	128
<b>4 Estado e capital estrangeiro no desenvolvimento brasileiro</b>	<b>133</b>
4.1 O chamamento ao Estado e ao capital estrangeiro para auxiliar o desenvolvimento	135
4.2 O malogro do padrão estatal-desenvolvimentista e os sortilégios do capital externo	160
4.3 Observações finais	178
<b>5 Conclusões</b>	<b>182</b>
<b>Referências</b>	<b>187</b>

## 1 Introdução

A partir de meado dos anos 1990, com a posse de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República do Brasil, teve início uma intensa discussão sobre os novos rumos da economia brasileira. O fato de ter assumido o comando do país em um momento de crise e de profundas mudanças institucionais produziu um debate acadêmico entusiasmado sobre as possibilidades de suas idéias influenciarem ou não nas políticas a serem adotadas. De tudo Cardoso foi chamado, de traidor, oportunista, intelectual desmemoriado e até de neoliberal. O “esqueçam o que escrevi”, que teria dito em almoço com empresários, em 1993, tornou-se a marca de um intelectual e político que teria renegado seu passado de esquerda e sua obra sociológica. Não obstante, ele sempre negou ter pronunciado tal frase e sempre falou com orgulho de sua obra. No exercício de seu governo, muitos foram os questionamentos às medidas tomadas, particularmente no que se refere ao programa de privatização, à política de endividamento e à valorização do câmbio.

Um balanço sucinto do primeiro mandato de Cardoso (1994-98) revelou o seguinte quadro: abertura comercial e financeira, seguida de valorização artificial do câmbio, queda da inflação, crescimento da produção e do emprego e entrada de capitais estrangeiros especulativos. Posteriormente, verificou-se um crescimento exponencial dos déficits na balança comercial e na conta de transações correntes, acompanhados de mais valorização cambial e elevação da taxa de juros. O resultado foi uma profunda recessão econômica, precedida de fuga de capitais especulativos, crise cambial e a volta da inflação. Dentre as críticas mais severas a essas políticas, destacam-se as que foram formuladas por Celso Furtado, amigo antigo de Cardoso, com quem tivera grande capacidade de identificação no passado<sup>1</sup>.

Para Furtado, a estratégia de estabilização adotada a partir de 1994 aprofundou as desigualdades econômicas e colocou o país diante de uma situação de crises intermitentes de balanço de pagamentos. Em sua visão, o traço essencial das medidas implantadas por Cardoso consistiu em projetar a imagem de uma economia distorcida que se endivida no exterior para financiar o crescimento do consumo e os investimentos especulativos. Por outro lado, alienou o patrimônio nacional mediante a privatização de empresas estatais importantes, aumentou o

---

<sup>1</sup> Ao ser interrogado sobre sua amizade com Fernando Henrique Cardoso, Furtado (1999b) teria afirmado: “fizemos uma amizade muito estreita. Éramos dois intelectuais de padrão internacional, tínhamos idéias muito próximas e ficamos muito ligados, mas a vida acabou carregando um para cada lado. [Na presidência], ele teve vários gestos de amizade. Até deram meu nome a um prêmio internacional de economia. Ele me telefona, [...] mas os problemas substantivos não se colocam. Temos visões globais diferentes uma da outra. Há uma incompreensão mútua que resulta em impossibilidade de comunicação” (p. 48).

endividamento (interno e externo) e elevou o desemprego<sup>2</sup>. Em seu ponto de vista, a política seguida na segunda metade dos anos 1990 havia sido “planejada para mostrar a todos, mais cedo ou mais tarde, que o Brasil deve[ria] renunciar à sua autonomia monetária, à sua soberania, tornando-se uma província de um império maior” (FURTADO, 2000, p. 16).

Na avaliação de Furtado (1999c), as medidas adotadas pelo governo brasileiro na segunda metade da década de 1990 provocaram um “desmantelamento do modelo que permitiu a inserção de países da América Latina no processo de industrialização e a adoção acrítica de uma política econômica que privilegia as empresas transnacionais” (p. 18). À sua imagem o avanço das grandes corporações transnacionais na economia brasileira nos últimos anos assumiu a forma de degradação de segmentos importantes do tecido produtivo, tendo como contrapartida a criação de desemprego, cujo resultado mais visível foi uma baixa significativa de seu crescimento. À guisa de conclusão, assevera: “a estabilidade de preços engendrou sem demora um grave desequilíbrio na balança de pagamentos. [...] [Desta] vez privilegiou-se a estabilidade de preços, buscando o endividamento externo de curto prazo mediante a elevação exorbitante das taxas de juros” (p. 28). Em outra ocasião, reafirma: o “Brasil está imobilizado. [...] Não se pode governar um país que tem déficit enorme e crescente na conta corrente do balanço de pagamentos e depende estritamente de financiamento externo” (FURTADO, 2000, p. 14).

A idéia de Furtado (1999a) é que a política de juros altos levada a cabo pelo governo Cardoso provocou uma redução dos investimentos produtivos, aumentou os investimentos improdutivos e comprometeu a capacidade de autonomia do país na condução de sua política macroeconômica. Em sua imaginação, na “ausência de um projeto autônomo que dê prioridade ao objetivo do bem-estar social, o crescimento econômico, sob a direção de empresas transnacionais, conduzirá inevitavelmente à concentração da renda em favor dos países criadores de novas técnicas” (p. 23). Diante desse amálgama assevera: “pouca dúvida pode haver de que a longo prazo esse crescimento produzirá uma civilização fundada em desigualdades sociais crescentes” (p. 23). Posteriormente reafirma sua descrença com o futuro do país nos seguintes termos: “todo esforço do nosso governo [Cardoso] é para convencer os credores de que esse processo pode prosseguir [...]. [O] endividamento limita nossa capacidade de autogoverno” (FURTADO, 2000, p. 14-5). Com isso conclui: “estamos em

---

<sup>2</sup> Para Furtado (2000, p. 15-6), no “governo de Fernando Henrique, os compromissos externos do Brasil (dívida externa mais dívida interna dolarizada) crescem de forma considerável, enquanto a economia não cresce e o patrimônio é alienado. Ao não crescer, reduzimos nossa capacidade de obter divisas; ao alienar o patrimônio, aumentamos a remessa de divisas para o exterior. Um governo que quisesse pôr fim a essa situação teria que criar rapidamente um saldo positivo no balanço de pagamentos”.

uma fase de liquidação da soberania nacional. Chega a ser constrangedor. Este país, com suas enormes potencialidades, à deriva.” (p. 15). Essas questões são importantes, por que no passado, Furtado e Cardoso tiveram idéias muito semelhantes sobre as características da economia brasileira, não obstante tenham se distanciado nos anos mais recentes.

Assim, esta tese procura revisitar a produção acadêmica de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso escritas entre 1950 e 1990. A delimitação desse período se deve ao fato de, em primeiro lugar, Cardoso ter-se tornado Presidente do Brasil, a partir de 1º de janeiro de 1965, sendo reeleito em 03 de outubro de 1998, por mais quatro anos, o que fez com que seu discurso tomasse outra dimensão, mais no campo da política e das relações de poder do que propriamente intelectual. Segundo, porque o propósito deste trabalho é comparar a obra intelectual destes autores no referido período. Em terceiro lugar, porque a análise da década de 1990 forçaria a trabalhar não somente com as idéias, mas o governo de Cardoso, o que não é o caso. O objetivo central é trabalhar com as idéias dos autores, sobre seu pensamento, e não sobre sua prática política e eventual coerência delas com o pensamento intelectual dos mesmos.

O propósito é demonstrar que apesar das divergências políticas entre Furtado e Cardoso e de eles filiarem-se a correntes metodológicas e epistemológicas distintas, é possível encontrar muitos pontos de convergência entre os mesmos. Essa empatia compreende a caracterização do desenvolvimento da economia brasileira e suas possibilidades e limites de transformações estruturais qualitativas ante os condicionamentos impostos pelo sistema mundial.

Os objetivos perseguidos por esta tese consistem em comparar alguns dos aspectos que, em nosso entendimento, apresentam muitos pontos de contatos entre Furtado e Cardoso, dentre os quais podemos destacar: i) possibilidades de transformações estruturais com o processo de industrialização substitutivo de importações que veio a lume na década de 1950; ii) negação dos efeitos irradiantes da industrialização e a mudança de sentido do desenvolvimento nos anos 1960; iii) limites de materialização do nacional-desenvolvimentismo e tendência de aprofundamento da situação de dependência externa; iv) expectativa transformadora do papel racionalizador do Estado e da cooperação do capital estrangeiro para com o avanço do desenvolvimento, até meado dos anos 1960; e, v) tendência de atuação do Estado em favor de grandes grupos privados nacionais e estrangeiros e acentuação das desigualdades econômicas e sociais nos anos 1970 e 1980. Os dois primeiros pontos serão analisados no primeiro capítulo; o terceiro item será desenvolvido no segundo capítulo e os pontos quatro e cinco serão discutidos no terceiro capítulo.

Nossas hipóteses procuram comprovar que existem muitos aspectos em comum entre Furtado e Cardoso. Dentre esses pontos de confluência destacamos especificamente: a idéia de que a irradiação do processo de industrialização nos anos 1950 constituía o *élan* capaz de reverter a situação de subdesenvolvimento e assegurar o desenvolvimento nacional assentado na dinâmica do mercado interno. De igual forma, a partir dos anos 1960, eles tendem para um mesmo sentido com respeito à negação dos efeitos transformadores do processo de industrialização e em relação à mudança de rumo do desenvolvimento.

No que tange às limitações do modelo de desenvolvimento nacional, assim como em relação à noção de dependência e aos seus determinantes, pode-se constatar o mesmo nível de confluência entre nossos autores. Não obstante essa relação análoga, eles divergem severamente com respeito às conseqüências e perspectivas da situação de dependência.

Relativamente ao papel do Estado e do capital estrangeiro, pretendemos mostrar que até mais ou menos a metade da década de 1960 eles consideravam os mesmos como elementos indispensáveis para dinamizar o desenvolvimento brasileiro. A partir daí percebe-se uma mudança substancial na visão dos autores, principalmente em relação ao Estado, cuja atuação tendeu a favorecer a concentração da renda com respeito aos grupos mais abastados, às expensas do empobrecimento da grande maioria da população e em benefício das empresas transnacionais, as quais operaram no sentido de reduzir a própria autonomia dos Estados nacionais.

No que concerne à cooperação estrangeira, a despeito de Furtado reconhecer sua indispensabilidade, não somente em termos financeiros, mas também como provedora de equipamentos, a partir dos anos 1960 passou a ressaltar a necessidade de controle do progresso tecnológico e de subordinação da entrada das empresas transnacionais a uma política de desenvolvimento voltada para as “necessidades do país”. Nesse aspecto, há divergências em relação a Cardoso: não que este autor faça defesa candente da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento brasileiro, mas fundamentalmente em virtude de uma constatação a que havia chegado, inclusive com a condescendência de Furtado, em relação à incapacidade da elite empresarial e sua ausência de hegemonia para implementar um projeto de desenvolvimento em bases eminentemente nacionais.

Antes de adentrarmos propriamente em nosso objeto de estudo, convém fazer um breve comentário sobre o surgimento dos conceitos referentes aos termos desenvolvimento e



subdesenvolvimento que emergiram em meado do século XX, a despeito de alguns estudiosos já demonstrarem preocupação com a genealogia dos referidos adjetivos há mais tempo<sup>3</sup>.

O aparecimento do termo desenvolvimento, inicialmente, na maior parte das vezes, era visto como sinônimo de crescimento econômico. Para a maioria dos filósofos, historiadores e cientistas políticos, assim como para as autoridades governamentais, um simples incremento na renda *per capita* ou no produto bruto de um país significava desenvolvimento. No entanto, foi somente a partir da Segunda Guerra Mundial que a noção de desenvolvimento despertou atenção geral e passou a fazer parte da análise econômica, ao mesmo tempo em que abriu espaço para uma acalorada discussão sobre a necessidade de reformulação do seu conceito. Como diz Sunkel (1981): “[d]ificilmente algum livro publicado antes de 1950 continha a palavra ‘desenvolvimento’ em seu título, as universidades não ofereciam cursos sobre a matéria e não existiam institutos especiais de desenvolvimento nem especialistas neste campo” (p. 20).

As reflexões que emergiram a partir dos debates sobre a economia do desenvolvimento no pós-guerra resultaram na ampla divulgação de uma série de trabalhos acadêmicos que já vinham em germinação, embora de forma rudimentar e restrigente, entre os quais cabe destacar os de Prebisch (1949), Singer (1950, 1953), Nurkse (1951), Furtado (1952, 1954), Rostow (1956, 1961), Wallich (1969) e Lewis (1969), entre outros. A difusão desses estudos serviu de ponto de partida para o desencadeamento de um debate intelectual entusiasmado em torno do vocábulo desenvolvimento econômico, o que resultou na disseminação do seu conceito e na formulação de uma nova concepção mundial em torno da categoria desenvolvimento.

Assim, a partir da propagação e da revisão do seu conceito o desenvolvimento econômico passou a ser entendido não somente como a expansão do produto e da renda por habitante, mas levou em conta também a subsequente distribuição do produto entre as classes e sua simetria com a melhoria das condições de vida da coletividade. A rigor, faltava incorporar à noção de crescimento econômico (vista como desenvolvimento) as mudanças sociais concomitantes ou que deveriam fazer-se acompanhar do crescimento do produto total.

Paralelamente às discussões sobre a economia do desenvolvimento no pós-guerra surgiram também as primeiras reflexões a respeito do conceito de subdesenvolvimento<sup>4</sup>. Até

---

<sup>3</sup> Antes da Segunda Guerra Mundial, o termo desenvolvimento, na maior parte das vezes, era confundido com crescimento e já havia sido objeto de estudo de filósofos, historiadores e sociólogos, entre os quais se destacaram Smith (1982), Pirenne (1936) e Weber (1980a, 1980b), para ficar apenas com esses.

<sup>4</sup> Cabe recordar, que antes da Segunda Guerra Mundial, o subdesenvolvimento já havia sido motivo de preocupação do médico e cientista social brasileiro Josué de Castro, em seus estudos sobre o problema da fome

então, não existia uma concepção teórico-filosófica a respeito do termo subdesenvolvimento que fosse isenta de assimilação ao enfoque faseológico do desenvolvimento<sup>5</sup>. Em verdade, até meado dos anos 1940, o discurso econômico convencional não possuía um aparato conceitual explicativo sobre o funcionamento das nações subdesenvolvidas que não fosse semelhante à idéia de etapismo. Em termos históricos, ainda que se possa encontrar alguma referência útil sobre o conceito de subdesenvolvimento nos economistas clássicos do século XIX, este só veio despertar interesse como problemática de estudo sério do pós-guerra em diante, quando os países recém-saídos das destruições infernais causadas pela Segunda Guerra procuraram o apoio de fatores institucionais que conduzissem a uma nova ordem econômica mundial<sup>6</sup>.

Por outro lado, além dos destroços provocados pelo conflito mundial, as razões pelas quais alguns países se desenvolviam de forma acelerada enquanto outros permaneciam estacionários também contribuíram para o surgimento de uma acalorada discussão a respeito da economia do subdesenvolvimento. Nesse sentido, em adição aos estudos aos quais nos referimos antes, o aparecimento dos trabalhos de Rosenstein-Rodan (1943), Baran (1952, 1962), Nurkse (1957), Kuznets (1958), Frank (1966), Myrdal (1968), Viner (1953), Eckhaus

---

no Brasil e no mundo, nos anos 1930/40, levando-o à publicação de duas obras magistrais, quais sejam: *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951). Estas obras repercutiram mundialmente e selaram o passaporte do autor à presidência do Conselho da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em 1952, onde o mesmo se destacou internacionalmente ao propor uma política universal contra o subdesenvolvimento, a qual chegou a influenciar grande parte do debate contra a gravidade do fenômeno da fome no Brasil e no mundo. A esse respeito consultar Castro (1983).

<sup>5</sup> O enfoque faseológico do desenvolvimento encontra diferentes definições e foi tema de vários estudiosos. Em *A Riqueza das Nações*, Adam Smith assinala que a economia passa por uma seqüência de fases, a qual compreende as seguintes etapas: a caça, a criação, a agricultura, o comércio e a indústria. Na acepção de Smith, essa evolução estaria relacionada à própria psicologia da natureza humana. Ou seja, essa visão infere que é próprio do ser humano buscar a via do menor esforço. Disso emana uma tendência natural à troca, fundamentada na divisão do trabalho. Assim, as referidas fases constituiriam o reflexo da complexidade alcançada pela divisão do trabalho. Sobre isso ver Smith (1982). Por outro lado, Friedrich List, em 1844, escreveu que a evolução das nações se daria a partir de uma mutação da sociedade escravocrata à atividade pastoril, passando pela agricultura, manufatura e comércio. A esse respeito consultar List (1983). Da mesma forma que em List, em outros membros da escola histórica alemã é possível encontrar classificação semelhante a essa. Não obstante, seria com Karl Marx, no século XIX, que a formulação teórica sobre a evolução histórica da humanidade teria mais êxito. Em sua teoria da evolução histórica, Marx descreve uma seqüência de quatro fases, pelas quais, a organização da atividade econômica teria passado. Dentre estas, com exceção da primeira, a apropriação dos fatores de produção exerceria um papel determinante na organização do sistema econômico. Assim, a primeira fase histórica seria o comunismo primitivo, a segunda seria a escravidão, a terceira o feudalismo e, por fim, o capitalismo. Essas fases constituiriam fenômenos históricos pelos quais a humanidade haveria de passar, segundo a seqüência indicada. Na visão de Marx, a ordem em que essas fases evoluiriam seria determinada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, em que se incluiria a acumulação de capital e o progresso tecnológico. Segundo assevera esse autor, a apropriação privada dos meios de produção resulta em uma sociedade estratificada em classes, cujos interesses são antagônicos. E é exatamente desse antagonismo, ou seja, da luta de classes, que provém o desenvolvimento das forças produtivas, a qual, por conseguinte, condiciona as mudanças na organização da sociedade. Sobre esse aspecto ver Marx (2003).

<sup>6</sup> Segundo afirma Love (1980), o “conceito de subdesenvolvimento como síndrome foi elaborado durante a década de 1940, principalmente depois da criação dos organismos especializados das Nações Unidas, em 1947-48” (p. 390-1). Nesse mesmo sentido, Hirschman (1984) assegura que “o desenvolvimento econômico das áreas subdesenvolvidas apareceu no final dos anos 1940 e início dos 1950, como um campo de estudo novo e especialmente atraente” (p. 129).

(1969) e Touraine (1969) proporcionou contribuições excepcionais para iniciar o debate e aprofundar o nível das análises sobre a temática do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo, ainda que de pontos de vista demasiadamente distintos.

Na América Latina, o entendimento a respeito dos vocábulos desenvolvimento e subdesenvolvimento, a despeito de já existir muito antes da Segunda Guerra Mundial, só veio a ter uma conceituação mais geral com a criação da Comissão Econômica para América Latina<sup>7</sup> (CEPAL), em 1948, por intermédio da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir daí, foi possível internalizar uma discussão comum em torno do desenvolvimento, mesmo que nem sempre contasse com o beneplácito dos Estados Unidos que exerciam grande influência sobre os mercados dos países latino-americanos e, no contexto da guerra fria, tinham interesse em manter a área sob sua tutela<sup>8</sup>.

Com a fundação da Cepal criou-se uma ambiência bastante estimulante para a propagação e consolidação do debate em torno do desenvolvimento da América Latina, embora esse tema já fosse bastante conhecido, principalmente no Brasil, conforme indica estudo de Fonseca (2000). Segundo esse autor, muitas das idéias que só vieram a se tornar conhecidas com os trabalhos divulgados pela Cepal nos anos 1950 já existiam na América Latina e, sobretudo no Brasil, muito antes daquela instituição ser criada. A propósito disso, assevera que mesmo “antes de a Cepal ser criada, ou mesmo antes da publicação da ‘Teoria Geral’, muitas teses consagradas do estruturalismo cepalino [...] já eram defendidas e divulgadas na América Latina” (p. 339). Para ele, este fato “mostra que a origem de suas idéias é fenômeno mais complexo, com raízes mais profundas na história latino-americana do que se poderia pensar à primeira vista” (p. 339).

---

<sup>7</sup> A CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) foi criada em 25/02/1948, pela Resolução N° 106 do Conselho Econômico e Social (CES) da Organização das Nações Unidas (ONU) e, desde então tem sua sede em Santiago, capital do Chile. Inicialmente sua área de abrangência limitava-se à América Latina. Em 27/07/1984, a Resolução N° 67 do CES/ONU, ampliou sua área de atuação para o Caribe, passando então a chamar-se Comissão Econômica para América Latina e Caribe, mas mantendo a mesma sigla de 1948. Sua área de atuação compreende 48 países e 8 membros associados (territórios não independentes) do Caribe. A CEPAL foi criada com a finalidade de coordenar ações e políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana e caribenha, bem como para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si, como com as demais nações do mundo.

<sup>8</sup> Em relação à resistência dos EUA em aceitar a criação da Cepal, Furtado (1985) afirma que “[esta] era vista como uma instituição que atropelava a Organização dos Estados Americanos, de docilidade comprovada, localizada em Washington, com um pessoal latino-americano que logo se deslumbrava com as maravilhas do padrão de vida *yankee*, com embaixadores vacinados contra o espírito regional por rivalidades e ciúmes. O Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) simbolizava a cômoda, ainda que falsa, harmonia nas relações hemisféricas. Por que desviar para as Nações Unidas, essa arena tão menos segura, assuntos que vinham sendo tratados com êxito no âmbito pan-americano? Essa a razão pela qual o governo de Washington empenhara-se em evitar a criação da CEPAL, abstivera-se no momento da votação e fazia [...] *démarches* para liquidá-lo” (p. 107).

Segundo Fonseca (2000), algumas das categorias e termos teóricos que passaram a compor os *insights* da Cepal nos anos 1950, como por exemplo, a perda nas relações de intercâmbios, defesa da industrialização e necessidade de diversificação da produção interna, já se faziam presentes nos discursos parlamentares e em algumas autoridades brasileiras desde a segunda metade do século XIX e, notadamente nos anos 1920 e 1930 (p. 339-47). Tendo isso em conta, esse autor conclui que “com a Cepal estas idéias, já vigentes há muito tempo na América Latina, passaram a constituir um programa de pesquisa” (p. 344). Na mesma linha de raciocínio de Fonseca, Love (1998) subscreve que a “industrialização, na América Latina, foi fato antes de ser política, e foi política antes de ser teoria” (p. 291).

De todo modo, a criação da Cepal propiciou uma atmosfera desveladamente fértil para a disseminação da noção de desenvolvimento que já vinha se difundindo na América Latina muito antes da fundação daquele organismo de planejamento econômico. Em outros termos, pode-se afirmar que a Cepal concorreu para homogeneizar a perspectiva de uma ideologia em defesa do desenvolvimento industrial da região e contribuiu para a superação da ignorância dos povos latino-americanos a respeito das verdadeiras razões do desenvolvimento acelerado de algumas nações e do subsequente estancamento e letargia (ou subdesenvolvimento) de outras, como as da América Latina<sup>9</sup>.

Assim, o debate a favor da ruptura com o modelo primário-exportador e em defesa da industrialização que já vinha se disseminando no meio político e em alguns segmentos empresariais desde meado do século XIX e, de forma mais ativa nas três primeiras décadas do século XX, tornou-se lugar comum na América Latina e, notadamente no Brasil, com a Cepal. A partir de então, a idéia da industrialização passou a dominar a consciência não só de segmentos do empresariado, mas também das autoridades governamentais em praticamente todos os países da região. Como diz Heilbroner (1964), a partir daí, “os povos subdesenvolvidos deram-se conta de que a natureza de sua situação humana tinha remédio” (p. 49).

Foi com a preocupação de investigar a *irracionalidade* do desenvolvimento capitalista na periferia, mais particularmente na América Latina, que a Cepal ganhou projeção regional e internacional, como uma escola de pensamento social particular, formadora de idéias e de quadros técnicos. Nesse sentido, uma das primeiras iniciativas de Raúl Prebisch

---

<sup>9</sup> Convém ter em conta que a idéia inicial da Cepal era que o desenvolvimento estava associado à formação de capital e o subdesenvolvimento, por sua vez, tinha a ver com a escassez do fator capital e subsequentemente com a subutilização dos seus recursos produtivos (força de trabalho e recursos naturais). Essa visão foi superada posteriormente. Nesta tese, não pretendemos adentrar nessa temática. Sobre as novas idéias cepalinas consultar os seguintes estudos: Cepal (1990, 1994, 1996), entre outros.

(primeiro secretário executivo da Cepal) e do pequeno e seletivo grupo de pesquisadores que se constituiu em torno daquela instituição de planejamento foi organizar um estudo minucioso sobre as causas do atraso econômico da América Latina, visando à criação de uma política alternativa de desenvolvimento para a região. O objetivo perseguido pela política de desenvolvimento instituída pela Cepal consistiu em dotar os países da região dos instrumentos necessários para eliminarem a fratura do subdesenvolvimento e neutralizarem a condição de dependência em que os mesmos estavam imersos.

Vale recordar que à época havia duas concepções acerca do desenvolvimento econômico da América Latina, sendo uma encampada pela Cepal, com ênfase no progresso técnico e na industrialização capitaneada pelo Estado, e outra colocada por alguns economistas e cientistas sociais mais afeiçoados com a ortodoxia marxista. Esta última sustentava a idéia de que as economias subdesenvolvidas só sairiam do atraso econômico se houvesse uma transformação social radical nas suas sociedades e, principalmente no sistema econômico, capaz de desencadear uma revolução socialista e romper com os liames de dependência colonial e com a submissão imperialista<sup>10</sup>. Embora a recaída dos ciclos econômicos indicasse uma tendência à estagnação, a proposta da Cepal, talvez por seu maior realismo, tornou-se vencedora. A idéia cepalina era de que somente uma política de desenvolvimento industrial conduzida racionalmente pelo Estado poderia livrar a região do flagelo da desigualdade, destravar o processo de modernização e fomentar o caminho da autonomia e do desenvolvimento econômico e social.

Antes de penetrarmos diretamente em nossa problemática de estudo, é oportuno fazer uma pequena síntese das idéias que balizaram o pensamento da Cepal. Para isso, tomamos como referência os primeiros textos de Prebisch<sup>11</sup>, para em seguida estabelecermos uma correlação analítica entre a matriz cepalina e as análises de Furtado e de Cardoso. Essa digressão é importante, por que foi a partir do debate instituído na Cepal que se deram as diretrizes para as formulações desses autores sobre as características do desenvolvimento brasileiro, embora muitas das idéias que ficaram conhecidas como sendo da Cepal já viessem sendo debatidas por lideranças políticas e segmentos do empresariado nacional, quando não executadas em sua grande maioria.

---

<sup>10</sup> Dentre os defensores desta tese destacavam-se principalmente André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.

<sup>11</sup> Queremos lembrar que o nosso interesse é apresentar apenas o projeto original da Cepal, no intento de estabelecer uma correlação entre suas idéias e o pensamento de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso, fazendo ao mesmo tempo um paralelo entre esses dois autores. Os dois primeiros estudos que constituem as matrizes originais do pensamento da Cepal são: “El Desarrollo Económico de América Latina y Algunos de sus Principales Problemas” (1949) e “Estúdio Económico de América Latina, 1949” (1949), ambos escritos por Raúl Prebisch. Uma boa síntese do pensamento da Cepal pode ser encontrada em Bielschowsky (2000).

A tese básica da Cepal baseou-se na existência de um estrangulamento externo e interno do desenvolvimento e na vigência negativa de uma situação de deterioração dos termos de intercâmbios no comércio internacional, o que resultava em um desequilíbrio crescente entre o centro e a periferia com conseqüências sérias sobre os balanços de pagamentos. Para reverter esse quadro recomendava-se a necessidade de uma ação deliberada e racional do aparelho estatal sobre os agentes econômicos, mediante uma política eficaz de indução do desenvolvimento industrial. Tendo em conta esses aspectos, os primeiros estudos desenvolvidos pela Cepal, sob a coordenação do economista argentino Raúl Prebisch, indicaram que o atraso econômico da América Latina era resultado da perda dos termos de intercâmbio<sup>12</sup> que emanava das relações comerciais internacionais, envolvendo o comércio de produtos primários – exportados pelos países periféricos – e de produtos manufaturados exportados pelos países centrais.

Apoiando-se em vasto conhecimento anteriormente acumulado, seja como professor de Política Econômica na Universidade de Buenos Aires seja pela experiência proporcionada por sua participação em vários órgãos de comando no governo da Argentina, entre 1925 e 1948<sup>13</sup>, Prebisch pôde perceber que a especialização no comércio de bens primários gerava uma troca desigual de valores em detrimento dos países periféricos<sup>14</sup>. Esse descompasso no nível dos preços decorria de que os produtos primários tendiam a baixar secularmente

---

<sup>12</sup> Não é demais recordar que a “tese da perda dos termos de intercâmbio” foi formulada mais ou menos à mesma época por Prebisch e Singer, razão pela qual a mesma ficou conhecida como teoria Prebisch-Singer. Os textos em que essa tese aparece tomaram por base os dados estatísticos do documento “Post War Price Relations”, divulgado pela Organização das Nações Unidas, em 1949. Os textos são: PREBISCH, Raúl. “El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas” (1949) e SINGER, Hans W. “The distribution of gains between investing and borrowing countries” (1950).

<sup>13</sup> Em 1923 Raúl Prebisch graduou-se em Economia na Universidade de Buenos Aires. Dois anos depois, foi nomeado professor de Política Econômica na mesma instituição, atividade que exerceu até 1948, quando foi obrigado a exilar-se no Chile, por causa da ditadura instalada no seu país por Juan Domingo Perón (1948-1955). Paralelamente à sua atividade de docência, Prebisch exerceu outras funções no governo da Argentina, como a de Subdiretor do Departamento de Estatística do Estado. Além disso, entre 1927 e 1930, foi Diretor de Pesquisas Econômicas do Banco Nacional da Argentina. Em 1935, foi responsável pela organização do Banco Central Argentino, do qual se tornou seu primeiro Gerente Geral até 1948. Ao exilar-se no Chile, Prebisch foi convidado para ocupar a secretaria executiva da Cepal, posto em que permaneceu até 1955, quando retornou às suas atividades de docência na Universidade de Buenos Aires. Em 1965, assumiu a direção da UNCTAD, que ajudara criar um ano antes (MAGARIÑOS, 1991, p. 17-23).

<sup>14</sup> Convém ressaltar que a tese prebischiana e cepalina, de deterioração dos termos de intercâmbio no comércio internacional, foi veemente contestada por Bairoch (1995). Para esse autor, o estudo de Prebisch teria se baseado nos preços praticados na Grã-Bretanha e incluído os custos com transportes, o que distorcia os preços. Ademais, teria incluído a diferença de produtividade entre os setores, cuja comparação era impossível de ser feita. Asseverou ainda, que os preços britânicos estavam cotados em libra esterlina, o que implicava em sobrevalorização dos mesmos. Assim, ao contrário de Prebisch, Bairoch argumenta que os preços dos produtos primários aumentaram nos países do Terceiro Mundo, com exceção do açúcar, cujos preços declinaram no mercado europeu.

enquanto os produtos manufaturados tendiam a subir ou estabilizar-se<sup>15</sup>. As explicações para a queda de preços dos produtos primários fundavam-se no limite à capacidade de expansão do consumo desses bens por parte das famílias (dos países centrais) à medida que suas rendas aumentavam<sup>16</sup>.

A rigor, desde a crise de 1929, a especialização na produção e exportação de bens primários já havia demonstrado seus limites como base de sustentação para um processo de desenvolvimento auto-sustentado nos países produtores/exportadores dos referidos produtos. A explicação básica para isso tinha a ver não só com a queda acentuada nos preços daqueles bens durante a recessão que se seguiu à crise da Bolsa de Valores de Nova York, mas também porque, nas indústrias dos países centrais, muitos dos produtos primários já vinham sendo substituídos por materiais sintéticos ou produzidos internamente pelos países demandantes. A consequência disso refletia-se na redução do consumo dos bens primários (sobretudo, matérias-primas) exportados pelos países periféricos, provocando quedas contínuas e acentuadas nos níveis de preços daqueles bens. Tendo isso em conta, Prebisch argumentou que esse processo favorecia duplamente a concentração nos países centrais: por um lado fazia com que os frutos das inovações tecnológicas fossem por eles retidos e, por outro, ainda concorria para que parte dos frutos do acanhado progresso técnico que era gerado nos países periféricos fosse desviando em favor do centro.

Destarte, de acordo com a tese prebischiana e cepalina, as relações econômicas entre o centro e a periferia tendiam a reproduzir o subdesenvolvimento, o qual era resultado da baixa produtividade prevalecente na região, por um lado e, por outro, da carência de capital e não produto deste como parecia à primeira vista. Na opinião de Prebisch, essa situação tendia a se aprofundar com a especialização primário-exportadora, alargando ainda mais o crescimento das desigualdades econômicas entre os países desenvolvidos (centrais) e os atrasados (periféricos), o que justificava a necessidade de se fazer um esforço teórico para compreender as razões do atraso e encontrar o caminho para sua superação. Na tentativa de romper com essa situação, Prebisch (1998a) asseverou que era preciso rever o postulado ortodoxo, pois, diferentemente do que afirmava o mesmo, as premissas das vantagens comparativas e da mão invisível do mercado, em vez de corrigirem as distorções econômicas

---

<sup>15</sup> Embora se reconheça que os desequilíbrios nos balanços de pagamentos já tinham sido objeto de outros estudos, o que singulariza o trabalho de Prebisch é o fato de ele ter colocado o problema no âmbito do desenvolvimento da economia capitalista, sob o ângulo da propagação do progresso técnico.

<sup>16</sup> A rigor, tratava-se de uma lei que já havia sido formulada anteriormente pelo estatístico alemão Engel, em seus estudos sobre os orçamentos familiares. De forma sucinta, o pressuposto básico da referida lei é que a participação dos gastos com alimentos tende a declinar à medida que cresce a renda disponível para o consumo. A esse respeito consultar Furtado (1985, p. 93).

existentes entre o centro e a periferia, tendiam aprofundá-las ainda mais, fazendo com que o subdesenvolvimento se perpetuasse.

Fica bastante claro que o argumento central da análise de Prebisch constitui uma crítica radical à teoria do comércio internacional fundada nos modelos clássico (de Smith-Ricardo) e neoclássico (de Heckscher-Ohlin)<sup>17</sup>. Em referência à tese prebischiana, Furtado (1985) assegura que seu “objeto de ataque era o sistema real de divisão internacional do trabalho, que vinha conduzindo historicamente à concentração da renda em benefício dos centros industrializados” (p. 61). Grosso modo, para as concepções clássico-neoclássicas então vigentes, existiam alguns países em que as vantagens comparativas repousariam na produção de bens primários, enquanto outros estariam destinados à produção industrial. Sendo assim, o desnível de produtividade existente entre uma atividade e outra não representaria nenhum problema, pois as diferenças existentes na quantidade de capital empregada, assim como na produtividade dos fatores e nas rendas geradas, acabariam se equiparando pelo movimento do mercado e o resultado seria a confirmação do equilíbrio econômico, em que todos receberiam sua justa participação no produto total.

Outra idéia predominante nos modelos clássico-neoclássicos era de que o progresso técnico gerado nos países desenvolvidos – incorporado nas exportações – difundir-se-ia nos países subdesenvolvidos por meio da redução dos preços dos produtos manufaturados, razão pela qual esses países não só não precisavam como não deveriam se industrializar. A justificativa para isso, segundo a filosofia ortodoxa, era que o alto custo de produção reduziria a eficiência e anularia as vantagens que poderiam advir da especialização e do livre jogo das forças do mercado. Contrariando essa noção, Prebisch (1949) asseverou: “[é] certo que a

---

<sup>17</sup> A teoria das vantagens comparativas de Ricardo (1822) parte da hipótese de que cada país apresenta uma estrutura de custos de produção diferente, em função de variações climáticas e/ou de componentes tecnológicos, razão pela qual, a localização da produção nos diferentes países obedece ao princípio do custo relativo. Ou seja, a idéia é que cada país tende a se especializar na produção de uma determinada mercadoria para a qual apresenta menor custo comparativo (medido em trabalho). Esse argumento foi utilizado pelo autor para advogar que o livre comércio trazia benefício para todos os países, uma vez que o valor de troca das mercadorias era determinado pela quantidade relativa de trabalho. Na concepção de Ricardo, a vantagem surgiria da diferença no nível de produtividade, a qual se relaciona com a diferença na estrutura de custos. Sobre isso consultar especialmente o capítulo 7 do referido autor. Posteriormente, a teoria de Ricardo foi criticada pelos economistas neoclássicos, principalmente por Eli Heckscher e Bertil Ohlin. Esses autores contra-argumentam que a produtividade varia, não em função de diferenças nas estruturas de custos, mas nas diferenças existentes nas dotações de fatores de produção (trabalho, terra e capital) de cada país. Desse modo, um país abundante em capital considera relativamente barato produzir bens cuja produção seja mais capital-intensiva e necessite de pouca mão-de-obra, tendo, portanto, uma vantagem na produção de bens demandante de maior componente tecnológico. Por outro lado, um país em que o trabalho é relativamente abundante, terá maior vantagem na produção de bens mais trabalho-intensivo, apresentando um custo relativamente baixo e, portanto, maior poder de competitividade. Assim, na visão dos economistas suecos, Eli Heckscher e Bertil Ohlin, os quais dão nome à teoria, o comércio internacional deve ser incentivado. Não obstante, ele é conduzido por diferenças de dotações de recursos e não nos padrões tecnológicos. Sobre isso consultar Heckscher (1919) e Ohlin (1933).



argumentação relativa às vantagens econômicas da divisão internacional do trabalho é de validade teórica inobjeto. Mas, esquece-se, via de regra, que se baseia em uma premissa terminantemente negada pelos fatos” (p. 47). Mais à frente, justificou essa proposição dizendo que, “desde os anos setenta do século [XIX] até antes da segunda guerra mundial, a relação de preços se moveu constantemente contra a produção primária” (p. 55).

Na visão prebischiana, a teoria das vantagens comparativas poderia ter validade para explicar as relações entre países com mesmo nível de desenvolvimento e capacidade competitiva, mas em se tratando dos países subdesenvolvidos não tinha nenhuma utilidade. Em verdade, após o abalo sísmico sentido nas bases do capitalismo em fins da década de 1920, ficou evidente a incapacidade de funcionamento da ordem econômica sob o arbítrio único e exclusivo do mercado – considerado como o fiel escudeiro dos postulados ortodoxos –, fazendo com que a tese da especialização e da arbitragem do mercado fosse posta em segundo plano.

A partir daí, as políticas ortodoxas começaram a ceder lugar às práticas intervencionistas em várias partes do mundo, embora essas medidas já viessem sendo adotadas de alguma forma por algumas nações desde muito antes, inclusive por inspiração das idéias protecionistas de Friedrich List. Com a ascensão das idéias de Keynes nos anos 1930, tanto nos países centrais como nos da periferia, os Estados nacionais passaram a conduzir e orientar a ordem econômica mediante a execução de políticas fiscais, monetárias, cambiais, tarifárias e de rendas. Em síntese, pode-se afirmar que o mundo que emergiu da Grande Depressão e da Segunda Guerra foi marcado pela instituição de políticas intervencionistas de inspiração keynesiana e pela busca da construção de um estado de bem-estar social na maior parte dos países desenvolvidos e não desenvolvidos.

Na visão de Prebisch e também da Cepal, ao contrário do que afirmava o postulado convencional, não haveria alternativa de desenvolvimento para os países periféricos, sobretudo para os latino-americanos, senão por meio da industrialização e diversificação dos mercados externos, onde comercializavam os seus produtos. Nas palavras do autor: “a industrialização é o único meio de que dispõem os países da América Latina para aproveitar amplamente as vantagens do progresso técnico” (PREBISCH, 1949, p. 61). Mais à frente acrescenta: “a industrialização, [...] se se realiza com clarividência, oferecerá a possibilidade de aumentar, sensivelmente a renda nacional, ao dar emprego mais produtivo às massas da população presentemente empregadas em ocupações de escassa produtividade” (p. 63).

À luz de Prebisch, somente uma política deliberada de industrialização realizada mediante a substituição de importações – que deveria se iniciar pela produção de bens

duráveis de consumo e em seguida pela de bens de capital – seria capaz de reverter o quadro de tendência à estagnação e perpetuação do subdesenvolvimento e da dependência da América Latina. A industrialização armaria a região para captar parte dos frutos do progresso tecnológico e aumentar progressivamente o nível de vida das massas, além de elevar o coeficiente da antiga substituição de importações e possibilitar a subsequente substituição das exportações de produtos tradicionais por produtos manufaturados e industriais. Só assim seria possível criar condições para escapar do que Coutrot (1991) oportunamente chamou de o caminho da “maldição da degradação das relações de troca” (p. 158).

Fica evidente o otimismo de Prebisch (2000) em relação ao dinamismo que poderia se desencadear com o processo de industrialização. A propósito, escreveu: “a industrialização, além de contribuir para a absorção da população que cresce e se desloca de outras atividades, proporciona ao país em desenvolvimento os produtos manufaturados que ele não pode conseguir, dada a sua capacidade limitada de importar, em função das exportações” (p. 189). Essa idéia é reafirmada mais à frente nos seguintes termos: “a industrialização desempenha, antes de mais nada, o papel dinâmico de absorver diretamente a população ativa excedente e estimular outras atividades, inclusive a agricultura de consumo interno, que contribuem para o mesmo objetivo” (p. 196).

A estratégia defendida por Prebisch e no meio cepalino para desencadear o processo de industrialização e o subsequente desenvolvimento da América Latina deveria ser comandada pela atuação conjunta de um “tripé” formado pela atuação efetiva do Estado, com apoio do capital privado nacional e do capital estrangeiro. Por outro lado, era imprescindível contar com o apoio das populações destes países, que deveriam contrapor-se aos exportadores tradicionais e seus aliados – os latifundiários – que retardavam o crescimento do mercado interno. Além do amparo conjunto desses fatores, faziam-se necessárias algumas medidas institucionais, as quais podem ser sintetizadas nos seguintes termos: i) estabelecimento de tarifas elevadas e de restrições quantitativas às importações de bens de consumo supérfluo; ii) incentivo à atração de capital externo, principalmente na forma de empréstimos de governo a governo, para aumentar o volume de investimentos, sobretudo na formação de infra-estrutura básica; iii) realização de reforma agrária, visando aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas, bem como a demanda por produtos industriais, mediante a ampliação do mercado interno; e iv) maior participação do Estado na captação de recursos e na ampliação de infra-estrutura em setores essenciais, como energia, transportes e comunicações, dentre outros.

Convém ressaltar que a estratégia de industrialização preconizada por Prebisch e adotada pela Cepal, a despeito de buscar elevar o nível de vida das massas pela via do aumento da acumulação de capital – o que em tese, beneficiaria tanto o trabalho como o capital – recebeu críticas, tanto de setores à esquerda quanto à direita, assim como no interior da própria Cepal. Nesse particular, Cardoso (1980) subscreveu: a “esquerda criticou-o porque, outra vez, faltou a explicação dos mecanismos pelos quais se compatibilizariam as duas metas; a direita, porque não viu no Manifesto Latino-Americano [como o texto de 1949 foi chamado por Hirschman] mais do que uma acusação aos países ricos e um distributivismo internacional que não tomava a sério a necessidade de formar capitais e aumentar a produtividade” (p. 39).

Destarte, em que pesem as controvérsias levantadas em torno da exequibilidade operativa da proposta de desenvolvimento industrial cepalina, é possível perceber nitidamente que tanto Prebisch como a Cepal confiavam demasiadamente no papel transformador da industrialização da América Latina. Em suma, pode-se inferir que o pensamento cepalino via a industrialização não só como um mecanismo de ampliação da capacidade de geração de emprego e redistribuição de renda, mas também como uma saída para a superação do subdesenvolvimento e ruptura com a dependência. Além disso, a industrialização também era vista como a carta de alforria dos países latino-americanos, sem a qual não faria sentido pensar em desenvolvimento econômico<sup>18</sup>. Vários foram os economistas e cientistas sociais, entre eles Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, que apoiaram entusiasticamente essa proposta no início, a despeito de mudarem de idéia posteriormente.

---

<sup>18</sup> A partir dos anos 1960, em razão do flagrante distanciamento e da não correspondência, senão de maneira marginal, entre as promessas e os resultados alcançados pela política de industrialização induzida pela Cepal, esse ponto de vista abriu espaço para críticas, tanto dentro como fora da Cepal, dando início a um processo de dissensões e autocríticas. Esse processo resultou na revisão das idéias de Celso Furtado, por um lado, e por outro, na emergência de uma “nova” linha de interpretação de corte mais sociológico, que passou a ser chamada de “teoria da dependência”, na qual se destaca, entre outras interpretações, a concepção defendida por Fernando Henrique Cardoso. Esses pontos serão discutidos no segundo capítulo desta tese.

## 2 O legado do desenvolvimentismo e as vicissitudes do subdesenvolvimento<sup>19</sup>

“O subdesenvolvimento, como o deus Janus, tanto olha para frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper a sua lógica perversa”. Celso Furtado, 1992.

“Tem-se a impressão de que os empresários [brasileiros] são uma espécie de Dalila, prontos a envolver o Estado-Sansão nas malhas de um amor pérfido para logo traí-lo e chamar de novo os filisteus da propriedade privada para reconstruírem a democracia pagã que não acende velas ao deus autoritário”. Fernando Henrique Cardoso, 1983.

O objetivo deste capítulo consiste em comparar as idéias de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso sobre as possibilidades de transformações estruturais que poderiam advir com o processo de industrialização substitutivo de importações que se engendrou nos anos 1950 e a subsequente negação dos seus efeitos irradiantes, seguida da mudança de sentido do desenvolvimento nos anos 1960. A idéia é ver como eles apreendem a genealogia do subdesenvolvimento e verificar quais as possibilidades e os caminhos indicados pelos dois autores para ensejar uma transição ao desenvolvimento nacional e autônomo.

Pretendemos sustentar a hipótese de que subsiste um grau de paralelismo muito estreito entre as idéias dos dois autores, sobretudo, no que se refere às perspectivas de irradiação do processo de industrialização nos anos 1950, no sentido de proporcionar transformações estruturais qualitativas na economia brasileira e estimular a afirmação de um modelo de desenvolvimento nacional auto-sustentado. Esses pontos de afluência são igualmente constatados em relação à negação dos efeitos disseminadores do processo de industrialização e à mudança de sentido do mecanismo de desenvolvimento nos anos 1960.

Sob influência do legado cepalino predominante nos anos 1950, Furtado e Cardoso haviam aderido firmemente à idéia de que o crescimento industrial era o principal caminho para o desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina e, em particular do Brasil. Essa concepção aparece de forma explícita já nos primeiros textos de Furtado, particularmente em suas análises sobre o processo de industrialização iniciado nos anos 1930, quando ocorrera o deslocamento do “centro dinâmico da economia brasileira”, da atividade

---

<sup>19</sup> Este capítulo baseia-se em trabalhos que realizei nos últimos anos e encontram-se relacionados na bibliografia.

agrícola para o setor urbano-industrial<sup>20</sup>. Na visão de Furtado, somente a partir daí foram criadas as condições para que a indústria brasileira – em crescimento desde o último quartel do século XIX – passasse a liderar o processo de “desenvolvimento”. Essa assertiva foi ratificada nos mesmos termos por Cardoso, conforme se verifica em seus escritos de fins dos anos 1950:

O processo de industrialização do Brasil é recente e não apresenta um desenvolvimento uniforme. Até 1940 mais ou menos este processo caracterizou-se por um crescimento descontínuo, que se evidenciou nos diversos ‘surto de industrialização’ pelos quais o país passou. [...] As flutuações no ritmo de expansão da economia interna dependia da conjuntura econômica internacional de maneira direta. A partir da segunda grande guerra mundial, o processo de industrialização [...] acentuou-se, e [afirmaram-se as] condições, criadas pela própria dinâmica interna do sistema econômico do país, capazes de estimular o desenvolvimento industrial de forma contínua e crescente (CARDOSO, IANNI, 1959, p. 139).

A decolagem do processo de industrialização dera-se em parte em decorrência da crise econômica internacional que se seguiu à Grande Depressão dos anos 1930, quando se reduziu a procura global em termos reais e geraram-se tensões estruturais em vários sentidos – como desvalorização cambial, crescimento inflacionário, declínio da capacidade de importar, déficit governamental e acumulação de estoque de produtos de exportação. Em consequência disso, os produtos primários brasileiros foram deslocados do mercado internacional e criaram-se condições mais favoráveis para a produção industrial interna. Nas palavras de Furtado (1950) o “mercado interno [...] tomaria um forte impulso com a redução forçada do coeficiente de importações dos grupos de mais elevados ingressos. Criava-se assim um mercado potencial para inumeráveis indústrias e ampliavam-se as perspectivas de outras” (p. 27).

Segundo afirma ainda Furtado (1950), a necessidade de reduzir as importações de produtos manufaturados e mantê-las em nível persistentemente baixo criou um impulso significativo para a produção interna daqueles bens. Esse processo fez com que os setores voltados ao abastecimento do mercado interno passassem a oferecer condições de investimentos mais favoráveis do que aqueles que produziam para exportação.

Assim, as condições excepcionais criadas pela política de controle das importações propiciaram um ambiente demasiadamente atrativo – não somente para transferência de capitais do setor exportador, mas também para a atração de capitais de outros setores – para

---

<sup>20</sup> Sobre isso consultar os seguintes artigos de Furtado: “Características gerais da economia brasileira” (1950) e “Formação de capital e desenvolvimento econômico” (1952).

inversões na produção de artigos manufaturados para o abastecimento do mercado interno. Essas condições deram início a uma segunda fase do processo de industrialização que se convencionou chamar de *substituição de importações*, embora a indústria que havia se instalado no Brasil desde meado do século XIX já apresentasse essa característica.

A rigor, o que diferencia a segunda fase da industrialização brasileira daquela que iniciara em meado do século XIX é que a segunda não se apóia mais na expansão prévia da demanda global, como a primeira, mas na dinâmica do mercado interno. Impulsionada pela procura doméstica, a produção industrial cresceu e se diversificou para atender a uma demanda que se tornou insatisfeita em função do declínio e/ou suspensão das importações. De acordo com os dados disponibilizados por Furtado (1968), entre 1939 e 1949, a produção industrial cresceu a uma taxa média anual de 7,2%; entre 1949 e 1956, a taxa de crescimento foi de 8,5% e de 9,7% entre 1959 e 1964 (p. 28).

A amplitude do processo de industrialização reflete-se claramente na redução contínua das importações a partir dos anos 1940-50. Em 1949, o montante das importações de bens não-duráveis representava apenas 4% da oferta interna total (desaparecendo ao final do decênio de 1950), ao passo que a participação dos produtos intermediários importados era de 25% e a dos bens duráveis de consumo e de bens de capital chegava a 60% naquele ano. Em 1959, a contribuição das importações na oferta interna de bens duráveis havia se reduzido para 6%, a dos produtos intermediários para 12% e a de bens de capital estava em 33%. Já em 1964, a participação dos importados, no tocante aos bens intermediários era de 10% e a de bens de capital não alcançava 20%. Em suma, entre 1949 e 1964, a produção industrial foi multiplicada por 3,5 e a importação de produtos industrializados diminuiu em 30%. Para dizer em outras palavras, a participação das importações na oferta interna de bens industriais caiu de um quinto para um vigésimo, no período de 15 anos (FURTADO, 1968, p. 28-9).

Para Furtado, a formação de uma economia assentada na dinâmica do mercado interno caracterizava uma situação inteiramente “nova” para a economia brasileira, que consistia na predominância de setores ligados ao mercado interno no centro de comando do processo de formação e acumulação de capital. Da mesma forma que Furtado, Cardoso também reconhecia – advirta-se, uma década depois – que o processo de industrialização do pós-guerra havia evoluído encorajado pela própria dinâmica do sistema interno. Nesse sentido, argüia: “[i]ntensificara-se o processo de organização capitalista da vida econômica: a produção passara a ser baseada na mão-de-obra livre e apoiava-se numa estrutura mercantil generalizada, o que supõe a criação de um mercado consumidor e de um mercado de mão-de-obra” (CARDOSO, 1960, p. 41). Pouco depois reafirmava essa questão da dinâmica do

mercado interno nos seguintes termos: o “setor industrial tende a tornar-se o núcleo dinâmico por excelência da nova economia brasileira. Este setor, [...] já se constitui como a esfera da economia brasileira que [...] gera o maior coeficiente da renda que qualquer outra atividade econômica” (CARDOSO, 1962, p. 98).

Convém destacar que o crescimento das atividades ligadas ao mercado interno era impulsionado não somente em função dos estímulos provenientes dos altos lucros oferecidos por aqueles setores, mas também porque ainda recebiam ânimo da poupança gerada internamente e dos capitais transferidos do setor exportador para a fabricação de produtos manufaturados para atender à demanda interna em crescimento e constante diversificação (FURTADO, 1956).

A mudança da dinâmica econômica externa para a interna acarretou, com efeito, uma série de transformações estruturais na economia brasileira, a qual pode ser resumida da seguinte maneira: criação de grandes centros urbanos, trazendo influência sobre a construção civil e demais setores da atividade econômica; crescimento da demanda por uma maior diversidade de produtos e serviços a serem providos internamente, o qual, por sua vez, atraía cada vez mais novos investimentos, dinamizava os lucros e impulsionava a acumulação de novos capitais na economia nacional, o que reforçava cada vez a idéia da emergência de um modelo de desenvolvimento “nitidamente nacional” na economia brasileira. À luz do pensamento furtadiano, ao expandir-se a indústria substitutiva de importações, ela mesma transformava-se em fator de impulsão do desenvolvimento, ocasionando significativas mudanças sociais.

Em aquiescência ao raciocínio de Furtado, Cardoso e Ianni (1959) subscreviam que a “eclosão do processo do desenvolvimento econômico capitalista [no Brasil] significa[va] também, pois, a realização plena do processo de transformação de uma sociedade de castas numa sociedade organizada em classes aberta” (Idem, p. 142-3). Essa transformação profunda da sociedade brasileira, que consistia na predominância de uma economia de base industrial, instigada pela pujança do crescimento do mercado interno, era enfatizada pelos referidos autores nos seguintes termos: “o processo de crescimento industrial significará [...] a transformação de uma economia de base agrária [...] numa economia nacional de base capitalista que se desenvolve numa sociedade de classes, onde a indústria torna-se, ao lado da agricultura, um componente essencial do mecanismo econômico” (p. 144).

A rigor, não deixa de ser oportuno enfatizar que a despeito de mudanças posteriores no pensamento de ambos os autores, Cardoso parecia ir mais longe do que Furtado nos anos 1950, com a idéia de ascensão do desenvolvimento nacional nas economias

subdesenvolvidas<sup>21</sup>. Essa posição não era apenas assumida de forma entusiástica por Cardoso, como ele ainda chegava a rebater aqueles autores que contestavam a existência do nacionalismo. A propósito, eis o que escrevera:

Da análise da vida política dos últimos decênios se depreende que o nacionalismo tem sido uma constante nos países subdesenvolvidos [...]. [No entanto], ainda hoje há um conjunto de fatores que atua no sentido de dificultar uma compreensão correta do papel que o nacionalismo desempenha ou pode desempenhar nos países subdesenvolvidos. Entre estes é preciso considerar em primeiro lugar que, erroneamente, o nacionalismo atual tem sido compreendido em termos do velho chauvinismo burguês dos séculos passados. [...] O curioso nesse processo é verificar-se que mesmo entre alguns grupos de esquerda [...] houve o temor do chauvinismo, e conseqüentemente, vieram as críticas ao nacionalismo moderno [...]. Todavia, o papel que o nacionalismo exerce atualmente é completamente diferente daquele que o nacionalismo exerceu no passado [...]. cremos que hoje se pode dizer que o nacionalismo é a forma através da qual, nos países subdesenvolvidos, as massas tomam consciência da sua situação sócio-econômica vista de uma perspectiva nacional e internacional. [...] O nacionalismo de hoje corresponde às necessidades de integração nacional dos países que ocupam uma posição periférica no sistema capitalista mundial já plenamente constituído, isto é, na fase em que os monopólios internacionais interferem no funcionamento do sistema de forma decisiva (CARDOSO, 1957, p. 88-90).

Cardoso parte da idéia de que as condições econômicas e estruturais dos países subdesenvolvidos (à época) eram extremamente favoráveis ao seu desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, argumentava que existia uma série de fatores que atuava a favor do desenvolvimento dos países economicamente atrasados. Dentre esses fatores ele destacava que o crescimento da população nos países subdesenvolvidos fazia-se acompanhar de uma elevação concomitante no nível de consciência política da população. Isso concorria para que o povo passasse a participar mais ativamente, não só da vida político-econômica de seus países, mas também no fortalecimento de movimentos em defesa de melhor participação nos frutos do progresso material e de melhoria do nível de vida.

---

<sup>21</sup> É importante frisar que em fins dos anos 1940, ainda quando estudante, Cardoso se envolveu em campanhas de caráter nacionalista, como a que defendia a nacionalização do petróleo e o monopólio estatal. A propósito disso escreveu: “[os] brasileiros, estamos passando por uma prova decisiva de amor à pátria, à liberdade e ao direito. Não amor demagógico em que gritemos frases empolgadas, sem essência e que não inspirem ação, mas um amor viril digno e que nos leve a tomar posição em defesa de nossa soberania. O problema do petróleo é o teste de honradez pelo qual verificaremos quais os verdadeiros patriotas e quais os traidores, que procuram engodar a opinião pública com um falso patriotismo. É sobremaneira reconhecida a influência do plano econômico sobre o plano político, uma nação não poderá ter independência política quando sua economia estiver subjugada a quem quer que seja. E é por estes motivos que todos os cidadãos brasileiros precisam lutar para a conservação do petróleo do nosso sub-solo em poder do Brasil. [...] O petróleo deve ser monopólio do Estado. [...] O Brasil ainda é dos brasileiros e nós a mocidade estudantil, lutaremos para que assim continue” (CARDOSO, 1948).



Dessa maior organização política da sociedade emanava, por conseguinte, a aspiração ao desenvolvimento econômico, fazendo com que as classes populares passassem a atuar como uma força propulsora de mudança social<sup>22</sup>. Nesse sentido, afirma Cardoso (1957) que “[cada] vez mais as massas querem ter possibilidade de influir nos destinos da nação e cada vez mais reivindicam maiores oportunidades de participação na vida política e econômica. Essa pressão social obriga os representantes das camadas dominantes a ceder à opinião pública [...] sob pena de perda total do controle dos destinos das nações subdesenvolvidas” (p. 97).

Na visão de Cardoso (1957), a aspiração do desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos ainda encontrava eco e apoio da opinião pública mundial, exigindo a colaboração dos países desenvolvidos, o que fazia com que o problema dos países atrasados se transformasse em um problema de política econômica de âmbito internacional (p. 92). Além disso, assevera que a conjuntura econômica mundial do pós-guerra propiciava uma conjunção de fatores não econômicos que favorecia o desenvolvimento das nações economicamente atrasadas. A esse respeito vejamos o que ele escreveu:

É preciso lembrar, entretanto, que certas condições gerais atuam favoravelmente na maior parte dos países subdesenvolvidos [...] que estão no início do processo de desenvolvimento, possibilitando que o desenvolvimento econômico se efetue segundo o novo modelo. Dentre estas condições podemos citar, em primeiro lugar, o fato da conjuntura econômica do mundo capitalista ser favorável para uma expansão econômica rápida desses países, visto que o sistema capitalista mundial atravessa, desde a [segunda] guerra, um período de prosperidade [...]; em segundo lugar, o processo de democratização crescente por que passa os países mais

---

<sup>22</sup> Devemos lembrar que essa idéia sofre uma mudança radical no final dos anos 1960, quando Cardoso (1969) passa a atacar vigorosamente o caráter limitado das teorias funcionalistas para explicar a especificidade do desenvolvimento da América Latina. Nesse aspecto, ele afirma que apesar de ter ocorrido algumas mudanças sociais significativas nas estruturas dos países subdesenvolvidos, não havia se verificado transformações concomitantes na apropriação dos frutos do progresso nem tampouco na estrutura do poder, mas ao contrário, o avanço do capitalismo nessas áreas havia provocado um total alheamento das massas em relação às questões políticas e ao controle do poder. A propósito, escreveu: “se alguma alteração houve na situação de fato que deu margem à expressão ‘sociedade de classes abertas’ para qualificar a estrutura das sociedades capitalistas ela não significou, sem dúvida, maior restrição ao processo de seleção social para o desempenho das funções criadas com o progresso industrial. [...] O que parece ter ocorrido foi, ao contrário, um processo de alienação em escala jamais suspeitada por qualquer ‘teoria revolucionária’ do século passado: no sistema capitalista de produção, à medida em que aumentavam as oportunidades de ascensão social e realização pessoal pelo êxito econômico graças ao progresso crescente e à manutenção do ‘igualitarismo’ como um valor básico, a sociedade de massas permitiu que a participação crescente no consumo trouxesse consigo o alheamento da massa dos problemas relativos ao controle do poder político” (p. 145). Mais à frente, reafirmou que “o alheamento das massas e sua manipulação através dos *mass media* permitiu que entre o poder e as massas houvesse um vácuo preenchido apenas pelos grupos ligados à propriedade (proprietários ou agentes da propriedade privada): a máquina partidária, a imprensa, os meios de comunicação em geral, extinguíram na moderna sociedade capitalista de massa qualquer possibilidade de influência ativa das camadas populares sobre as questões básicas que dizem respeito aos destinos da sociedade global porque destruíram o próprio ponto de partida para isso: a consciência da situação real de dominação” (p. 146-7).

desenvolvidos e a expansão da área do globo sob regime socialista exercem um efeito político social nas massas dos países subdesenvolvidos semelhante ao ‘efeito de demonstração’ a que se referem os economistas (p. 96).

Dessa forma, munido dos argumentos acima delineados, Cardoso (1957) conclui que o nacionalismo nos países subdesenvolvidos cumpria a dupla função de influir simultaneamente na formação de uma ideologia do desenvolvimento e na difusão de uma política de *massas*<sup>23</sup>. Em síntese, em seu ponto de vista, por meio do nacionalismo o povo tomaria consciência de sua posição de classe perante a nação e passaria a exigir medidas que encaminhassem soluções aos problemas econômicos. Dessas iniciativas, derivar-se-iam outras no sentido de acelerar um processo de mudança social internamente e assegurar uma divisão mais equilibrada da renda social adicionalmente gerada. Cardoso (1957) sumariza essa disjuntiva nos seguintes termos: a “nossa argumentação [...] tende a mostrar que nos países subdesenvolvidos [...] por um conjunto de condições econômicas e políticas, o processo de desenvolvimento econômico está sendo e deve ser realizado através de um novo modelo (p. 98). A rigor, o autor referia-se à crescente intervenção do Estado na economia, a qual poderia resultar em um tipo de crescimento mais favorável ao conjunto da população, com uma distribuição mais equitativa da renda<sup>24</sup>.

O novo modelo ao qual Cardoso se refere na citação acima não se limitava apenas à forte presença do Estado na atividade econômica, seja como regulador seja como interventor, mas consistia, fundamentalmente, na maior conscientização das classes populares na América Latina, conforme já mencionamos anteriormente. A propósito disso, afirma que nos “países subdesenvolvidos da América Latina os impulsos dinâmicos de maior repercussão na fase de formação das sociedades de massas encontram-se, por um lado, nas massas urbanas de origem rural recente e, por outro lado, nas massas rurais que, embora não atingidas pelo progresso material propiciado pelo desenvolvimento econômico, são alcançadas pelos valores e pelas aspirações de melhores níveis de vida e maior participação nos destinos da nação” (CARDOSO, 1969, 151).

---

<sup>23</sup> Pelo que se pode ver nos escritos de Cardoso, a idéia de uma sociedade de massas nos países subdesenvolvidos parecia influenciar firmemente seu pensamento. Nesse sentido, é ilustrativa uma citação do autor, expressa em um texto de 1964 e rerepresentada posteriormente em fins dos anos 1960, na qual diz: “É inegável que o desenvolvimento econômico industrial acarreta transformações no sentido da constituição de sociedades de massas nos países subdesenvolvidos cujo poder político se organizava em bases patrimonialistas: a concentração demográfica urbana e o engajamento maciço de populações rurais no sistema industrial alterou as formas de participação das camadas populares nos bens materiais e espirituais produzidos pela civilização industrial e modificou as formas tradicionais de ajustamento entre as várias camadas sociais na estrutura de dominação” (CARDOSO, 1969, p. 149).

<sup>24</sup> A importância do papel do Estado para acelerar o desenvolvimento das sociedades subdesenvolvidas será analisada como mais profundidade no terceiro capítulo desta tese.

Não constitui nenhum exagero afirmar que Cardoso, assim como muitos outros autores, parecia se encantar (embora bem saibamos que ele muda de idéia depois) com a possibilidade de concretização de um modelo de desenvolvimento nacional e autônomo nos países periféricos, particularmente no Brasil. Essa idéia fundava-se na perspectiva de a ideologia nacionalista afigurar-se como um mecanismo galvanizador de mobilização social nos países subdesenvolvidos na luta por melhor participação no produto social e na condução dos destinos da nação.

A despeito de Cardoso visualizar a existência de alguns obstáculos à decolagem de um processo de desenvolvimento autônomo no Brasil, em trabalho escrito em parceria com Ianni em fins dos anos 1950, a crença na formação do desenvolvimento nacional volta a ser reafirmada. A propósito, vejamos o que eles diziam: “apesar da heterogeneidade e da *décalage* existente entre as diversas regiões do país e as várias esferas da cultura, a sociedade brasileira está sofrendo presentemente transformações profundas e rápidas em todos os níveis. Encontra-se em emergência o que os economistas chamam de economia nacional” (CARDOSO, IANNI, 1959, p. 143).

Destarte, fica fácil constatar que tanto em Cardoso como em Furtado, a internalização das atividades econômicas baseada na indústria abria uma fase excepcional à economia brasileira, engendrada, por um lado, pela maior participação das camadas sociais no controle do poder político e, por outro lado, pela efetiva intervenção do Estado na economia e pelos efeitos transformadores da industrialização. Somava-se a isso uma mudança essencial no papel social do empresário no processo de desenvolvimento econômico, particularmente na visão de Furtado.

O argumento de Furtado (1954) em relação a essa nova fase fundamenta-se na idéia de que a “atividade do empresário já não se limita a criar renda para ele mesmo e sim tem como efeito o aumento da renda de um grande número de pessoas dentro da coletividade” (p. 38). Ou seja, para o referido autor, o papel do empresário na economia industrial diferia completamente do empresário comercial da fase pretérita, ainda que fosse visível a fraca mentalidade das classes empresariais no Brasil à época. Assim, diz Furtado (1954): “[ao] contrário do empresário comercial, o industrial não pode entesourar o seu lucro. É da natureza do sistema econômico industrial que o empresário tem que encontrar uma forma de reintroduzir o seu lucro no circuito econômico, do contrário a economia tenderá a contrair-se e aquele lucro a desaparecer” (p. 42).

Fica nitidamente visível o otimismo que Furtado (1954) delega à industrialização e aos efeitos estruturais que dela poderiam advir. É isso que revelam suas palavras: “[o]

aumento da renda decorrente de incremento da produção se distribui entre todas aquelas pessoas que participam no processo produtivo e provoca um crescimento da procura de natureza totalmente distinta, isto é, de artigos de consumo genérico: alimentos, tecidos, etc” (p. 40). Essa expectativa em relação às transformações sociais que poderiam vir à tona com o advento da economia industrial, deriva do fato de que para ele:

À medida que o empresário vai intervindo na produção artesanal e logrando expandi-la, cresce a renda distribuída aos fatores de produção empregados na mesma e concomitantemente a procura interna de artigos de consumo, pois a renda dos pequenos artesãos e dos assalariados rapidamente se transforma em gastos de consumo. [...] Esse processo de crescimento endógeno é característico das economias industriais (p. 40-1).

À imagem de Furtado, as transformações que poderiam culminar com a transição da economia comercial para a economia de base industrial encontram sua razão de ser no fato de que a primeira apoiava o seu crescimento na especialização primária e na divisão geográfica do trabalho. Já a segunda preocupava-se com o aumento da produtividade dos fatores aplicados no processo produtivo – mediante a utilização de técnicas mais eficientes – e baseava sua expansão na afirmação de um processo endógeno, que praticamente não encontrava limites ao seu crescimento.

O raciocínio de Furtado (1954) de que a economia comercial esbarra em uma série de obstáculos ao seu crescimento fundamenta-se no princípio de que sua dinâmica é influenciada pela procura externa – pouco elástica – de um determinado produto primário, procura esta que, por uma série de razões, encontra sérios limites à sua expansão. Destarte, como existe uma tendência inexorável à redução dos mercados externos para os bens primários, não há incentivo para que o empresário desse setor possa reinvestir os seus lucros, ao contrário do que ocorre com o empresário na economia de base industrial. Além disso, na atividade comercial os aumentos de produtividade que resultam de melhorias técnicas não se incorporam à renda nacional, ou seja, no país onde se localiza a empresa, mas são quase totalmente retidos no exterior, inversamente ao que ocorre com os aumentos de produtividade auferidos na economia industrial (p. 51-79).

A perspectiva otimista que Furtado (1954) deposita à economia de base industrial fica visivelmente explícita, conforme deixa transparecer em suas palavras. Nesse sentido, assevera: na economia industrial “um aumento da produção cria automaticamente um aumento de procura, sempre que um grande número de empresários esteja invertendo nos distintos setores da atividade econômica simultaneamente, cada um deles estará seguro de que

encontrará mercado para o seu aumento de produção. Os lucros obtidos através desse aumento de produção encontrarão nova oportunidade de ser aplicados e assim por diante” (p. 42).

Essa convicção leva Furtado (1954) a fazer conclusões em certo sentido prematuras, chegando ao ponto de afirmar que “a economia industrial, ao contrário da comercial, não encontra fatores que limitem tão definitivamente sua expansão” (p. 42). Em seu ponto de vista, esse processo decorre do fato de que o *élan* que move a economia industrial é o progresso tecnológico, o qual, por sua vez, constitui um imperativo essencial à expansão daquela. No raciocínio do autor: “[o] progresso tecnológico tende a transformar-se, destarte, em alfa e ômega do sistema econômico que está na base da civilização industrial” (p. 45). É possível perceber que essa mesma convicção encontrava apoio na visão de Cardoso (1958) à época, pois, em seus escritos de fins dos anos 1950, ele descrevia: “[já] se tornou lugar comum a afirmação de que as inovações tecnológicas foram essenciais ao desenvolvimento do capitalismo industrial, e esta foi a forma de capitalismo que marcou mais profundamente a história das sociedades ocidentais modernas e das sociedades que sofreram as conseqüências da expansão do mundo ocidental” (p. 70).

Na concepção de Furtado, as mudanças estruturais que acompanham o processo de industrialização encontram correspondência na introdução de combinações racionais de fatores de produção responsáveis pelos aumentos da produtividade do trabalho e do bem-estar social da população. Para este autor, o crescimento da produtividade dinamiza a acumulação de capital, eleva a renda real e, com ela, o poder de compra da coletividade, condição indispensável para alavancar um processo de desenvolvimento econômico no âmbito da economia capitalista<sup>25</sup>.

Essa interpretação decorre do fato de que, para Furtado (1954), “o processo de crescimento da economia industrial no regime de livre-empresa exige que uma parte do aumento da produtividade alcançado pelo conjunto da economia seja transferida aos consumidores finais para que se mantenha o ritmo de crescimento” (p. 44). A presunção de nosso autor é que existe uma correlação íntima entre os aumentos de produtividade e a

---

<sup>25</sup> Convém ressaltar que, apesar da crença furtadiana nos efeitos dinamizadores do aumento da produtividade física do trabalho, ele chama a atenção para um fato que não pode ser desprezado para a época, qual seja: “não é o aumento da produtividade nesta ou naquela empresa o que aí interessa, e sim aqueles aumentos que se traduzem em elevação da produtividade do conjunto da economia. [...] O aumento de produtividade no plano da empresa significa, muitas vezes, apenas aumento de lucros para o empresário, sem qualquer repercussão na renda global. Não se deve, portanto, confundir aumento de produtividade – no plano micro-econômico – com desenvolvimento, o qual dificilmente se poderia conceber sem elevação da renda real *per capita*. Não obstante, o aumento de produtividade no plano da empresa, pelo fato de que é uma fonte liberadora do fator trabalho, é fenômeno de grande importância no mecanismo do desenvolvimento, e como tal deve ser estudado” (FURTADO, 1954, p. 214-5).

melhoria do bem-estar da população. Isso fica evidente em seus escritos como podemos ver: “[ao] irem aumentando sua produtividade, as indústrias transferiram parte do fruto dessa melhora para o conjunto da população, através da baixa relativa de preços”. (p. 168).

Dessa forma, a idéia presente na concepção de Furtado era que a irrupção do processo de industrialização substitutivo de importações associado ao complexo de inovações tecnológicas e o fortalecimento do mercado interno constituía um atalho essencial para o desenvolvimento capitalista, com o que se elevaria o grau de autonomia do sistema industrial em decorrência da sua capacidade de expansão. Ademais, esse processo concorria para promover a integração do mercado nacional – criando uma íntima interdependência entre as diversas regiões do país –, estimulando o aumento do emprego, da renda global e do bem-estar social. Essa perspectiva furtadiana parece não encontrar recusa no pensamento de Cardoso (1962), conforme deixam transparecer as suas palavras:

A partir da segunda guerra [...] a industrialização crescente do [Brasil] provocou a expansão do operariado pela incorporação maciça de contingentes de trabalhadores rurais nas atividades urbano-industriais. Assim, [...] os operários industriais de origem rural recente vivem, de imediato, um momento de euforia relativa, que, no plano subjetivo, corresponde à melhoria de padrão de vida [...]. Nestas condições, o trabalhador [...] é, por um lado, uma pessoa que possui razões objetivas para sentir-se gratificado com a nova situação de trabalho. [...] As oportunidades para isso são relativamente grandes, [...] porque a rápida industrialização do país promove a expansão dos serviços e das atividades terciárias urbanas, de tal forma que a oferta de empregos extrafabris se torna muito acentuada nas cidades (p. 115-6).

No que concerne à questão da autonomia do setor industrial e da preponderância do mercado interno, não é demais recordar que o raciocínio de Cardoso convergia para a mesma linha de pensamento projetada por Furtado no início dos anos 1950. A propósito, subscreveu que “[somente] depois da segunda guerra mundial [...] formaram-se condições capazes de permitir o crescimento relativamente autônomo do setor industrial da economia brasileira, o que se verificou, em última análise, graças à expansão e ao fortalecimento do mercado interno” (CARDOSO, 1962, p. 100).

Em síntese, fica bastante claro que as primeiras análises desenvolvidas tanto por Cardoso quanto por Furtado sobre as transformações ocorridas na economia brasileira nos anos 1950 – ainda que de ângulos epistemológicos distintos – guardam muitos pontos de contatos. Constata-se essa similitude não só entre eles dois, mas também com as idéias da Cepal, particularmente no que se refere às possibilidades de remoção das estruturas atrasadas

e de superação do subdesenvolvimento, bem com em relação às perspectivas de afirmação de um modelo de desenvolvimento nacional e autônomo. Não obstante, vale salientar que os autores percebiam a existência de alguns obstáculos que poderiam contribuir para o retardamento desse processo, como a deficiência de mentalidade das camadas empresariais e a dependência da tecnologia de vanguarda, produzida nos países desenvolvidos, temas estes que serão discutidos no segundo capítulo deste trabalho.

No que confere a Furtado, especificamente, fica evidente em seus primeiros trabalhos que ele demonstrava creditar ao processo de industrialização e à combinação das novas técnicas de produção um papel excessivamente transformador da estrutura econômica brasileira, a ponto de confiar a esses fenômenos a superação das travas o subdesenvolvimento. Não obstante, cabe advertir que apesar de ter demonstrado preocupação com o subdesenvolvimento desde suas primeiras análises em princípios dos anos 1950 – quando o vocábulo subdesenvolvimento aparece pela primeira vez em seu artigo de 1952<sup>26</sup> – fica bastante visível a simetria de sua teoria com a ortodoxia convencional predominante à época, muito embora ele questionasse a validade dos conceitos formulados pela teoria neoclássica<sup>27</sup>. A idéia difundida pela teoria neoclássica era que o subdesenvolvimento estava relacionado à escassez de capital e sua superação dar-se-ia mediante o crescimento econômico e com a adoção de novas técnicas de produção, as quais fariam aumentar a produtividade do trabalho e a acumulação de capital, condição necessária para encetar uma política de desenvolvimento.

Convém sublinhar que apesar de Furtado criticar as idéias ortodoxas, seu alinhamento com estas fica nítido nos primeiros escritos dos anos 1950. É possível comprovar isso nas afirmações que seguem: “[o] desenvolvimento econômico [...] consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho” (FURTADO, 1952, p. 15). Em outra ocasião, encontramos a seguinte asserção: “numa região subdesenvolvida sempre existe deficiente utilização dos fatores de produção.

<sup>26</sup> A despeito de Mallorquin (2005, p. 59) assinalar que “[a] categoria do subdesenvolvimento [...] aparece pela primeira vez na página 54 de *A economia brasileira* [obra publicada por Furtado em 1954]”, encontramos esse termo citado em várias páginas já no texto de Furtado (1952).

<sup>27</sup> A crítica de Furtado (1954) à teoria neoclássica consiste no seguinte: “[a] teoria do desenvolvimento que se pode extrair do modelo neoclássico é simples e se formula como segue: o aumento de produtividade (que se reflete na elevação do salário real) é uma conseqüência da acumulação de capital, a qual, por sua vez, está na dependência da taxa antecipada de remuneração dos novos capitais. É fácil perceber que a acumulação de capital provocando um aumento nos salários reais, tenderia a incrementar a participação dos assalariados no produto e, portanto, a reduzir a taxa média de rentabilidade do capital. Ora, diminuindo o ‘preço de procura do capital’, haveria desestímulo à poupança e conseqüentemente redução no ritmo de acumulação de capital. Este problema, entretanto, não chegou a preocupar os economistas neoclássicos pelo simples fato de que eles nunca dedicaram maiores atenções ao conceito de progresso econômico. Marshall percebe o fenômeno, mas sem maiores preocupações diz que não se deve estabelecer uma relação muito estreita entre a taxa de remuneração do capital e o desejo de poupar. [...] Os neoclássicos discutem o problema como se poupar dependesse muito mais das virtudes morais do indivíduo do que de sua verdadeira possibilidade material de realizar a poupança” (p. 224-5).

Essa deficiência, sem embargo, não resulta necessariamente de má combinação dos fatores existentes. O mais comum é que resulte da escassez do fator capital” (FURTADO, 1954, p. 194). Como podemos ver, Furtado reproduz o mesmo raciocínio da teoria convencional de que o subdesenvolvimento era resultado da falta de capital.

Pode-se inferir, portanto, que a idéia inicial de Furtado era que o subdesenvolvimento desapareceria apenas com a aplicação de políticas adequadas de investimento e capitalização. Nesse particular, uma ressalva deve ser feita: no sentido de que a aproximação da construção teórica de Furtado com a ortodoxia neoclássica poderia ter sido influenciada pelo elevado grau de generalidade a que os economistas eram submetidos à época, ante a precariedade e limitação do nível das informações disponíveis<sup>28</sup>. Todavia, convém lembrar que a idéia de reversão do subdesenvolvimento pela via da industrialização e da intensificação da acumulação capitalista foi posteriormente não somente criticada, mas também descartada por Furtado, nos anos 1960, conforme veremos mais adiante neste capítulo.

Assim como Furtado, em seus trabalhos iniciais de análise da economia brasileira, Cardoso (1960) também demonstrava acreditar na possibilidade de superação do subdesenvolvimento. Em verdade, ele chegava mesmo a se entusiasmar com a possibilidade de execução de um modelo de desenvolvimento nacional e autônomo na periferia do capitalismo, sobretudo no Brasil, apesar da existência de alguns entraves que poderiam retardar a arrancada industrial das áreas subdesenvolvidas. Nesse particular, apontava a presença de alguns obstáculos que precisavam ser vencidos, o que era perfeitamente possível de ser alcançado em sua opinião. A propósito, ressaltava: “o monopólio da técnica pelos países imperialistas continua a ser um dos mais fortes entraves à industrialização do [Brasil], e, pois, um instrumento de sujeição” (idem, p. 40). Não obstante, admitia que “o próprio impulso de industrialização cria[va], naturalmente, condições para a superação deste estado de coisas, desenvolvendo o gênio inventivo no país” (p. 40).

---

<sup>28</sup> Em relação à dificuldade de acesso a fontes de pesquisa, Furtado (1952) informa que “[a] inexistência de material informativo de base e o resultante desconhecimento da realidade econômica criaram nos economistas dos países subdesenvolvidos o hábito de raciocinar por analogia, na ilusão de que a determinado grau de generalidade os fenômenos econômicos seriam iguais em toda parte. Infelizmente, nem sempre é possível tirar conclusões aplicáveis a situações concretas de teorias que, se bem apresentam grande consistência lógica, estão construídas em elevado nível de abstração. É de esperar, entretanto, que o enorme esforço de pesquisa estatística que atualmente se realiza em muitos países subdesenvolvidos contribua para que o pensamento econômico venha a ser nesses países o poderoso instrumento de análise da realidade social que já é em outras partes do mundo” (p. 7). Posteriormente, afirmaria: “[quando] analisamos o mecanismo do desenvolvimento, trabalhamos com algumas [...] categorias comuns às economias modernas. Entretanto, o elevado plano de abstração em que são universais essas categorias apenas nos capacita para descrever alguns mecanismos gerais do processo econômico. Nesse plano de generalidade não é possível construir uma teoria que nos dê uma explicação compreensiva do processo de desenvolvimento tal como observamos na realidade” (FURTADO, 1954, p. 237).



A rigor, pode-se inferir que a preocupação com o subdesenvolvimento constitui uma tarefa com a qual Furtado parece ter sido um dos poucos autores a encarar e chamar para si com a dedicação e perspicácia que lhe foram indistintamente peculiares desde seu ingresso na Cepal, em 1949, quando foi convidado para ocupar uma diretoria naquela instituição, posto em que permaneceu até 1957. Neste último ano, segundo afirma Furtado (1985, p. 201), o projeto da Cepal já se mostrava fracassado e era hora de arrumar seus pertences e recolher-se, decidindo, com isso, deixar o Brasil para aprofundar os seus estudos sobre a problemática do subdesenvolvimento na Universidade de Cambridge, na Inglaterra<sup>29</sup>.

A obstinação de Furtado pelo estudo do subdesenvolvimento parece ter surgido durante sua peregrinação para divulgar as idéias da Cepal nos anos 1950, diante da resistência de alguns setores que enfaixavam a bandeira das hostes liberais no Brasil, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Temendo a disseminação do pensamento cepalino a FGV tratou de organizar uma série de conferências no Rio de Janeiro, em meado da década de 1950, com a finalidade de contra-atacar o pensamento da Cepal, o qual era visto pela ortodoxia convencional como uma ofensa à racionalidade econômica<sup>30</sup>.

Para questionar a teoria cepalina, a FGV convidou o professor Jacob Viner, da Universidade de Princeton e considerado um dos representantes mais influentes do pensamento ortodoxo, para proferir seis conferências entre junho e agosto de 1950. Em uma dessas conferências Furtado pôde ficar frente a frente com o crítico mais contumaz da teoria cepalina, oportunidade em que Viner entoou uma provocação dizendo que em parte alguma da literatura que tinha consultado havia encontrado qualquer referência ao termo subdesenvolvimento<sup>31</sup>. Aquele momento parece ter instigado Furtado em se lançar ao desafio

---

<sup>29</sup> A idéia de deixar a Cepal foi justificada por Furtado da seguinte forma: a “decisão que tomara de afastar-me da Cepal era menos fruto de decepção do que da consciência de esgotamento do projeto em que me empenhara oito anos atrás. O espaço que tivera diante de mim para explorar parecia esgotado, como se eu o houvesse ocupado em sua plenitude. Sentia-me cerceado, qual um atleta que necessitasse mudar de esporte para continuar avançando. [...] Fora para bem respirar que me libertara da tirania das circunstâncias; agora aliviava os pulmões e sentia uma grande vontade de provar novos frutos. [...] [Em] Cambridge tudo se passa no recinto da Universidade e em ambientes fechados. Inscrevi-me em alguns dos mais de trinta clubes que me convidavam e passei a participar das atividades de alguns deles para formar um círculo de relações” (FURTADO, 1985, p. 201-2). Foi desse período de reflexão no King’s College, em Cambridge, que resultou seu livro *Formação Econômica do Brasil*, redigido entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958, mas publicado somente em 1959, estando atualmente (2007) em sua 34ª edição, a qual será utilizada neste trabalho.

<sup>30</sup> A contra-ofensiva disparada pela FGV às idéias da Cepal, além de ser compreendida não parecia incomodar a Furtado (1985), pelo menos é o que deixa transparecer sua manifestação: a “força das coisas operava no sentido da mudança, a das idéias no imobilismo. Quiçá isso seja da natureza do subdesenvolvimento, como o é a tendência da *intelligentsia* a assumir atitude arrogante diante do povo, inclinando-se, ainda que inconscientemente, a atribuir-lhe certa ‘culpa’ pelo atraso do país” (p. 162). A rigor, ele parece até caçoar da reação às idéias cepalinas ao afirmar: “[as] pessoas que deixam transparecer certo entusiasmo pelas coisas do país são logo acimadas de ‘ufanistas’, portadoras de consciência ‘ingênua’, e por aí adiante” (p. 162).

<sup>31</sup> Em referência à provocação que recebera do representante maior da ortodoxia liberal, na conferência de agosto de 1950, na FGV do Rio de Janeiro, Furtado (1985) relata as palavras que foram proferidas por Viner nos

de formular uma teorização conceitual rigorosa do subdesenvolvimento. Não é sem razão que a crença na possibilidade reversão do subdesenvolvimento começa a ser desenvolvida por ele ainda em seus primeiros textos de iniciação no campo da teoria econômica, em princípio da década de 1950, embora essa conceituação só venha ganhar um tratamento teórico mais acabado algum tempo depois<sup>32</sup>.

O desafio de compreender a origem do subdesenvolvimento obrigou Furtado a realizar um esforço investigativo em alto grau, o qual transcende consideravelmente o campo da análise econômica. Nesse particular, é oportuno dedicar algumas linhas sobre essa inflexão furtadiana para verificarmos em que fonte ele foi se inebriar. Antes, convém lembrar que uma digressão nesse sentido exige que, por enquanto, deixemos Cardoso de lado, mesmo porque o estudo desse autor relativamente à terminologia do subdesenvolvimento só veio à luz em meado dos anos 1960, com o aparecimento da obra *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* (1964). Somente aí é que surge uma nova conceituação do subdesenvolvimento em sua análise, na qual assevera que a “noção de sociedade subdesenvolvida só se torna significativa quando há uma referência implícita a uma relação determinada entre um tipo particular de sociedade com outra que é *desenvolvida*” (p. 68). Em termos mais simples, o que ele quer dizer com isso é que o conceito de subdesenvolvimento nada tem a ver com o de

---

seguintes termos: “voltando-se para o que mais interessava ao público, sentenciou o professor Viner: ‘[em] parte alguma da literatura especializada que consultei pude descobrir o que é um país subdesenvolvido’. Depois de saborear a perplexidade do público – mais de uma pessoa estaria perguntando a seus botões: será que eu existo? –, acrescentou [o professor Viner]: ‘[e] se exportar produtos primários é ruim, por que não nos apiedamos da Dinamarca, da Califórnia, de Iowa?’” (p. 139-40). Segundo Furtado (1985), essa incitação feita por Viner teria sido revidada por Prebisch, em setembro de 1951, numa conferência pronunciada no mesmo local, mais ou menos nos seguintes termos: “[f]alando de improviso, Prebisch divertiu o público dizendo que o Prof. Viner se havia esmerado em construir um boneco que em seguida passou a destruir. Tratava-se, evidentemente, de um diálogo de surdos, que ocultava uma real confrontação no plano das idéias em um campo de claras implicações práticas” (p. 141). Furtado também responde à provocação do Prof. Viner dizendo o seguinte: é “corrente que se subestime o papel das idéias na vida dos povos e mais ainda na daqueles povos que vivem de importar idéias” (p. 141).

<sup>32</sup> A crença de Furtado na superação do subdesenvolvimento brasileiro começa a ser desenvolvida, ainda que de forma embrionária, já em “Características gerais da economia brasileira” (1950) e em “Formação de capital e desenvolvimento econômico” (1952); ganha forma em seu livro *A Economia Brasileira* (1954), aprofunda-se em *Perspectiva da Economia Brasileira* (1958) e em *Formação Econômica do Brasil* (1959), vai ganhar um tratamento teórico-crítico mais refinado em *Desenvolvimento do Subdesenvolvimento* (1961); para em seguida, começar a ser revista em *Dialética do Desenvolvimento* (1964) e em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966); ser refutada em *Análise do Modelo Brasileiro* (1972) e, finalmente, abandonada em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), onde Furtado vai revelar seu pessimismo e desencanto com as possibilidades de transformações estruturais na economia brasileira e de ruptura com a herança maldita do subdesenvolvimento, *seulement* pela via da industrialização e da introdução de novas combinações tecnológicas. Não obstante, após um longo período de revisão histórico-teórica e de profunda reflexão metodológica, entre os anos 1970 e 1980, ele abandona a perspectiva pessimista e volta a vislumbrar a possibilidade de remoção das ataduras do subdesenvolvimento e de transição para um modelo de desenvolvimento com autonomia e equidade social. Sobre essa nova mudança de pensamento de Furtado deve-se conferir do autor: *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978); *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise* (1984); *Brasil: a construção interrompida* (1992a); “A superação do subdesenvolvimento” (1994); *O Capitalismo Global* (1998) e *Em busca de novo modelo* (2002).

sociedade tradicional ou arcaica. Também não corresponde ao não desenvolvimento, mas consiste em certo tipo de desenvolvimento.

Furtado (1985) demonstra em sua autobiografia que foi a partir dos debates travados nos seminários do King's College de Cambridge, com personalidades como Nicholas Kaldor, Piero Sraffa e Joan Robinson, que o termo subdesenvolvimento ganhou robustez em sua construção teórica. A rigor, ainda cedo tomara consciência de que era preciso se armar de um arcabouço teórico-metodológico mais sofisticado para compreender o fenômeno do desenvolvimento econômico, e foi essa a perspectiva que o levou fazer uma reflexão mais profunda sobre a economia brasileira, conforme nos conta o próprio autor: a “decisão de dedicar o essencial de meu tempo ao trabalho teórico eu a havia tomado antes de chegar a Cambridge” (p. 204). Segundo suas palavras, “fora a preocupação de compreender a realidade brasileira que me levava a passar todos esses anos batendo com a cabeça em muro de pedra. Tinha contas a ajustar comigo mesmo. Decidi-me então a dedicar parte de meus vagares a reordenar e depurar minhas idéias sobre a economia brasileira” (p. 204).

Ante o malogro do projeto ao qual havia se dedicado com tanta pertinácia, Furtado chegara à conclusão de que o que escrevera até então sobre economia brasileira não era suficientemente lógico para explicar a dinâmica do seu desenvolvimento, necessitando, portanto, de maior aprofundamento em seus alicerces teóricos<sup>33</sup>. Não obstante, deve-se ressaltar que, embora tenham sido elaborados ao calor das transformações em curso na época e com evidente enraizamento na realidade histórica do país, os escritos furtadiano dos anos 1950 – apesar de sofrerem uma visível reformulação conceitual nos anos seguintes – não eram de todo desprovidos de sentido.

Mesmo sendo ainda estreante no recinto da teoria econômica nos anos 1950, Furtado percebera que a penetração de capital e de técnicas originários de países industrializados

---

<sup>33</sup> Apesar de Furtado (1985) considerar os escritos dos anos 1950 como algo circunstancial, é possível perceber que alguns dos termos utilizados na época reaparecem nos anos seguintes. Nesse particular, escrevera: “[ao] sair do Rio de Janeiro [para Cambridge] um editor insistira comigo em republicar *A Economia Brasileira*, cuja primeira edição fora financiada por mim mesmo e tivera escassa circulação. Neguei a autorização, pois considerava o livro uma obra de circunstância, reunião de coisas heterogêneas; mas prometi que consideraria a hipótese de reescrevê-lo, destacando a parte sobre o Brasil para publicação autônoma” (p. 204). Não obstante essa afirmação, a mesma indicação de que o subdesenvolvimento era resultado da carência de capital que aparecera em *A Economia Brasileira* (1954) reaparece depois em seu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), nos mesmos termos que fora citada na obra de 1954. A propósito, vejamos: “numa região subdesenvolvida sempre existe deficiente utilização dos fatores de produção. [...] O mais comum é que resulte da escassez do fator capital” (FURTADO, 1961, p. 90). Convém enfatizar que o VI Capítulo de *A Economia Brasileira* (1954) reaparece com alguns reparos e supressões em *Formação Econômica...* (1959), sobretudo nos Capítulos 28 a 32 e nos dois primeiros de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961). Posteriormente, em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967), é possível encontrar reproduções parciais, seguidas de redefinições e supressões de termos apresentados anteriormente em *A Economia Brasileira*, bem como em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961).

numa economia periférica, apesar de fazer surgir “um núcleo de características totalmente novas”, por outro lado não gerava transformações na economia como um todo. A justificativa para essa deformidade no desenvolvimento periférico era a seguinte: a “razão principal desse fenômeno está em que o núcleo criado pela imigração de capital e técnica não apresenta as mesmas características de uma economia industrial autônoma” (FURTADO, 1954, p. 55). Dessa forma, antes mesmo de ver sua esperança na reversão do subdesenvolvimento – pela via da industrialização – se esmaecer, Furtado já havia percebido que o desenvolvimento capitalista que ocorria nos países periféricos divergia em alto grau daquele que vinha ocorrendo nos países mais avançados.

Destarte, alguns *insights* que aparecem em seus artigos de 1950 e 1952, e posteriormente, reapresentados em *A Economia Brasileira*, em 1954 – tais como: concentração de renda nas fases de prosperidade em mãos de poucos grupos e socialização das perdas nas fases de depressão; alta propensão a consumir das classes de altas rendas e tendência à reprodução do padrão de consumo dos países de elevada produtividade; além do baixo nível de poupança doméstica; e, da ausência de espírito empresarial moderno – serão reafirmadas nos anos seguintes com mais perseverança e aprofundamento teórico, enquanto outras categorias são reelaboradas e/ou suprimidas.

Dessa forma, os resultados do curto período de autêntica inspiração e revisão epistemológica vivenciado por Furtado, em Cambridge, entre 1957 e 1958, aparecem parcialmente já em seu livro *Formação Econômica do Brasil*, de 1959. Nesta obra, o autor procura aproximar a visão histórica – desenvolvida inicialmente em sua tese doutoral *L'Économie Coloniale Brésilienne*, apresentada em 1948, em Paris na França – da análise econômica, que fora objeto de estudo em *A Economia Brasileira* de 1954, cuja preocupação era compreender os liames que uniam a economia colonial à metropolitana, no afã de decifrar os efeitos da introdução do capital e da técnica estrangeiros nas economias periféricas, para assim conseguir entender por que a industrialização não havia extinguido as deformações estruturais da economia brasileira.

O aprimoramento teórico obtido em Cambridge persuadiu Furtado de que a especificidade latino-americana exigia uma teorização conceitual *sui generis* e que a visão tradicional de desenvolvimento econômico era inadequada para construir uma abordagem que focalizasse a criação do subdesenvolvimento no seu todo. A primeira manifestação de mudança pode ser vista já em *Formação Econômica...*, onde ele demonstra desde o início a natureza do empreendimento capitalista lusitano nas terras que viriam a constituir o Brasil. Na referida obra, é extremamente reveladora uma afirmação contida no capítulo que inicia o

livro, em que o autor sentencia: “[a] ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa” (FURTADO, 2007, p. 25).

A asserção contida no parágrafo anterior é indicadora da percepção de Furtado de que o processo histórico da formação social brasileira emergiu integrado ao sistema capitalista mundial, sendo, portanto, uma criação do capitalismo, com o que se deduz que o subdesenvolvimento deve sua origem à expansão e desenvolvimento do capitalismo e não à sua ausência, como parecia à primeira vista. Trocando em miúdos, isso consiste em afirmar que desenvolvimento e subdesenvolvimento formam parte de um todo e se complementam, constituindo o alfa e ômega do sistema capitalista em expansão. Isso significa que o desenvolvimento periférico, a despeito de ser caudatário do sistema hegemônico mundial, obedece a uma dinâmica própria, que possui historicidade e curso particular<sup>34</sup>.

Tendo em vista os objetivos a que este trabalho se propõe, não se faz mister reproduzir os fatos históricos nem entrar em delongas sobre a imersão empreendida por Furtado em *Formação Econômica...*, importando tão somente recapitular sumariamente como ele conseguiu ressaír os elementos que atuavam na formação social do fenômeno do subdesenvolvimento. Ou seja, compete indicar como se produz a fisionomia do subdesenvolvimento no capitalismo ou, dito de outra forma, como o processo de desenvolvimento capitalista torna-se subdesenvolvimento na periferia.

Para compreender a morfologia do subdesenvolvimento, Furtado (2007) procurou examinar minuciosamente o sentido da colonização português-espanhola no Brasil, a partir do século XVI, contrastando com a colonização anglo-francesa nas Antilhas e na América do Norte, mais particularmente nos Estados Unidos. A principal constatação do autor foi a existência de uma abismal diferenciação, tanto na estrutura fundiária quanto no que se refere ao tipo de atividade econômica desenvolvida entre os dois sistemas de colonização. Essa diferenciação, por sua vez, repercutiu de forma diametralmente diversa em relação ao nível de consumo e à transferência de renda para a Metrópole colonizadora.

Em termos mais objetivos, Furtado (2007) demonstra que na colônia (brasileira) sob o domínio português predominou a grande propriedade e a economia de escala, voltada essencialmente para o mercado externo e totalmente dependente da Metrópole. Já nas áreas sob o domínio inglês, no norte dos Estados Unidos, prevaleceu desde o início o sistema de

---

<sup>34</sup> Deve-se reconhecer que a despeito de a Cepal já ter lançado algo nesse sentido, foi Furtado quem ofereceu uma teorização mais consistente. Vale dizer que o desenvolvimento do capitalismo na periferia seguiu passos diferentes daqueles seguidos pelo capitalismo nos países centrais.

pequena propriedade, à base de produtores familiares independentes, sendo a produção voltada principalmente para o mercado interno e alguns poucos produtos para exportação<sup>35</sup>.

Por outro lado, considerando ainda o fato de que o desenvolvimento da economia açucareira no Brasil colonial – em razão de algumas especificidades imanentes à sua exploração que não convém discutir neste trabalho – era incompatível com o sistema de pequena propriedade, sua exploração dar-se-ia à base da grande propriedade e com a utilização de mão-de-obra escrava importada da África. Ademais, a produção em sua quase totalidade destinava-se ao mercado externo e a elevação da taxa de remuneração do capital constituía o elemento vital que dava sentido à exploração econômica da colônia. Em contrapartida, nas colônias do norte, sobretudo, nos Estados Unidos, o sistema de colonização estava baseado, em sua grande maioria, na pequena produção de base familiar, empenhado em criar uma economia auto-suficiente, suplementada por alguns produtos para exportação visando assegurar a importação de alguns bens essenciais e de escassa fabricação local. Do ponto de vista de Furtado (2007), são essas características que irão determinar o desempenho medíocre do futuro desenvolvimento de regiões colonizadas por Portugal e Espanha, como o Brasil, por um lado, e por outro, o progressivo desenvolvimento das regiões de colonização inglesa, como os Estados Unidos. Nesse particular, ele assevera:

Essas colônias de pequenos proprietários [da América do Norte], em grande parte, auto-suficientes, constituem comunidades com características totalmente distintas das que predominavam nas prósperas colônias agrícolas de exportação. Nelas era muito menor a concentração da renda, e as mesmas estavam muito menos sujeitas a bruscas contrações econômicas. Demais, a parte dessa renda que revertia em benefício de capitais forâneos era insuficiente. Em consequência, o padrão médio de consumo era elevado, relativamente ao nível da produção *per capita*. Ao contrário do que ocorria nas colônias de grandes plantações [como o Brasil], em que parte substancial dos gastos de consumo estava concentrada numa reduzida classe de proprietários e se satisfazia com importações, nas colônias do Norte dos EUA os gastos de consumo se distribuíam pelo conjunto da população, sendo relativamente grande o mercado dos objetos de uso comum (p. 61).

Destarte, observando os rumos da colonização inglesa nos Estados Unidos, Furtado (2007) constata que houve desde o início uma preocupação com a formação de uma economia autônoma, voltada para o mercado interno e com uma distribuição mais equânime da renda. Ademais, outros fatores viriam atuar em favor do futuro desenvolvimento dos EUA, como a formação de uma base técnica e empresarial similar àquela de vinha de ocorrer na Europa

---

<sup>35</sup> No caso da experiência do norte dos Estados Unidos, Furtado toma de empréstimo um estudo empreendido por Edward Chase Kirkland, intitulado *História Econômica de Estados Unidos* (1941).

Ocidental, além do eminente apoio das classes dirigentes à industrialização. Em razão disso, ao final do período colonial, aquele país já dispunha de uma estrutura socioeconômica com um mercado interno de razoável dimensão, além de uma base técnica e empresarial relativamente significativa.

Contrastando as características da economia dos EUA com as suas congêneres no Brasil à época de sua independência, Furtado (2007) menciona que a distância em matéria de transformações na estrutura socioeconômica norte-americana, em contraposição à brasileira, era simplesmente abismal. Isto significa que durante o período compreendido entre o ciclo açucareiro e o mineiro (do século XVI ao XVIII) não se criaram condições no sentido de provocar diferenciações e autopropulsões das atividades econômicas, capazes de assegurar um desenvolvimento endógeno no Brasil colonial. Isso permite inferir que foi praticamente nulo o efeito da prosperidade econômica no seu desenvolvimento manufatureiro durante todo o período colonial, situação que se prolonga até a primeira metade do século XIX<sup>36</sup>.

Desse modo, para entender a gênese do subdesenvolvimento brasileiro Furtado debruçou-se sobre a evolução econômica das regiões de colonização inglesa no norte dos Estados Unidos, contrapondo àquelas a situação brasileira, desde o período colonial até meado do século XIX. O foco das atenções de Furtado concentrou-se no definimento da evolução econômica do Brasil, em contraste com a ascensão exuberante da economia estadunidense. Ele percebeu que enquanto essa última baseou seu desenvolvimento no fortalecimento do mercado interno e na distribuição mais igualitária da propriedade e da renda, no Brasil, ao contrário, prevaleceu desde o início uma dinâmica voltada para fora, baseada no mercado externo, cuja expansão e concentração da propriedade e da renda em favor dos grupos exportadores constituíram a força propulsora do desenvolvimento<sup>37</sup>. Assim,

---

<sup>36</sup> Segundo afirma Furtado (1985): “[ao] concluir-se o século XVIII, [...] as atividades econômicas não haviam conhecido nenhuma evolução no sentido de diferenciarem-se e gerar autopropulsão. O crescimento era estritamente extensivo. Se bem o fluxo monetário fosse maior na economia do ouro, o comportamento desta era essencialmente o mesmo do da economia do açúcar: ambas dependiam de um fator exógeno para expandir-se” (p. 207-8). Essas características se prolongam até a primeira metade do século seguinte, conforme nos indica Furtado (2007), ao afirmar que “do ponto de vista de sua estrutura econômica, o Brasil da metade do século XIX não diferia muito do que fora nos três séculos anteriores” (p. 71).

<sup>37</sup> No que se refere à diferenciação na evolução econômica do Brasil em relação à dos EUA, Furtado (2007) nos informa que: “[as] diferenças sociais, entretanto, eram profundas, pois enquanto no Brasil a classe dominante era o grupo dos grandes agricultores escravistas, nos EUA uma classe de pequenos agricultores e um grupo de grandes comerciantes urbanos dominava o país. Nada é mais ilustrativo dessa diferença do que a disparidade que existe entre os dois principais intérpretes dos ideais das classes dominantes nos dois países: Alexander Hamilton e o visconde de Cairu. Ambos, discípulos de Adam Smith, cujas idéias absorveram diretamente e na mesma época na Inglaterra. Sem embargo, enquanto Hamilton se transforma em paladino da industrialização, mal compreendida pela classe de pequenos agricultores norte-americanos, advoga e promove uma decidida ação estatal de caráter positivo – estímulos diretos às indústrias, e não apenas medidas passivas de caráter

para entender o fenômeno do subdesenvolvimento é razoável levar em conta essas peculiaridades.

Destarte, apesar de Furtado ter percebido os limites da visão econômica convencional em relação à problemática do desenvolvimento em fins dos anos 1950, foi somente no decênio seguinte que ele conseguiu superar esse problema e formular uma análise conceitual mais atilada da especificidade do subdesenvolvimento<sup>38</sup>. Já a perspectiva de que a industrialização pudesse provocar mudanças qualitativas nas estruturas heterogêneas herdadas do passado colonial, permanece viva no pensamento furtadiano como uma crença que se realiza mais em função do desejo do que na força da realidade. Essa inação se expressa claramente em *Formação Econômica...*, e são exaustivos os exemplos a esse respeito nos capítulos finais (32 a 36) da referida obra<sup>39</sup>, tornando-se desnecessário insistir nesse assunto.

---

protecionista –, Cairu crê supersticiosamente na mão invisível e repete: ‘deixai fazer, deixai passar, deixai vender’” (p. 152-3).

<sup>38</sup> Apesar de em 1958, Furtado já ter lançado luz sobre o que mais tarde viria constituir a sua teoria da especificidade e do caráter autônomo do subdesenvolvimento brasileiro, foi somente em 1961 que os elementos dessa teoria vieram a lume, com a publicação de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. O corpo teórico da teoria do subdesenvolvimento encontra-se, especialmente, no IV capítulo. Convém ressaltar que apenas o VI (e último) capítulo da referida obra era inédito até então, enquanto os demais constituíam rerepresentações – algumas integrais, outras com supressões, atualizações ou modificações – de textos escritos entre 1952 e 1958. Assim, vejamos o que dizia Furtado (1958c): “[ao] que parece, no Oriente existe ainda menos consciência que no Ocidente da necessidade de reconhecer na economia do subdesenvolvimento um campo autônomo que exige um esforço criador de natureza teórica” (p. 453).

<sup>39</sup> Referindo-se à fase auspiciosa imprimida pela irradiação de uma série de efeitos encadeadores provocados pelo advento do núcleo industrial na economia brasileira, nos anos 1930, sob a pujança da dinâmica do mercado interno, Furtado (2007) assinala com certo entusiasmo: “[d]epreende-se facilmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá logrando a procura interna nessa etapa de depressão. Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor [industrial] que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor [primário] exportador. Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital” (p. 277). Em seguida, reafirma que “o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise [dos anos 1930], passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno” (p. 278). Mais à frente, reforça: “[é] evidente, portanto, que a economia não somente havia encontrado estímulo dentro dela mesma para anular os efeitos depressivos vindos de fora e continuar crescendo, mas também havia conseguido fabricar parte dos materiais necessários à manutenção e à expansão de sua capacidade produtiva” (p. 280). E assim continua: com o advento do setor industrial “criou-se, em consequência, uma conjuntura extremamente favorável às inversões nas indústrias ligadas ao mercado interno. Essa conjuntura foi responsável pelo aumento da taxa de capitalização e pela intensificação do processo de crescimento que se observa no pós-guerra” (p. 304). Por fim, assevera: “contrariamente às formas de crescimento extensivo observadas nos séculos anteriores, o desenvolvimento [do período de 1920 a 1957] caracterizou-se por modificações substanciais na estrutura da economia. Grande parte das inversões realizadas [no setor industrial] destinaram-se a criar capacidade produtiva para atender a uma procura que antes se satisfazia com importações. Não obstante, na medida em que crescia a economia com redução do coeficiente de importação, a composição desta se ia modificando, crescendo dentro da mesma a participação dos bens diretamente ligados ao processo de capitalização. [...] Essa nova modificação estrutural, que já se anuncia claramente nos anos 1950, tornará possível evitar que os efeitos das flutuações da capacidade para importar se concentrem no processo de capitalização. É essa uma condição essencial para que a política econômica se permita visar ao duplo objetivo de defesa do nível de emprego e do ritmo de crescimento” (p. 327). No início da década de 1960, Furtado (1961) afirmava: “[as] grandes dificuldades do desenvolvimento se encontram, portanto, nos níveis mais baixos de produtividade. [...] Mas, se a economia consegue atingir certos níveis de produtividade que permitem uma formação líquida de capital de alguma monta e correspondem a certo grau de diferenciação da procura, a importância relativa do impulso externo no processo de crescimento tenderá



Tendo isso em conta, convém indicar que a industrialização, na percepção do nosso autor, constitui a força motriz que permite aumentar a produtividade dos fatores e dinamizar a acumulação de capital, condição *sine qua non* para dar ímpeto ao processo de desenvolvimento. Essa concepção, como se verá adiante, não passaria de um produto da imaginação na construção teórica de Furtado, a partir de meado dos anos 1960, período este em que se verifica também uma mudança drástica no pensamento de Cardoso.

Assim, desde seus primeiros trabalhos sobre teoria econômica, nos anos 1950, Furtado demonstrava acreditar cegamente no poder de transformação das estruturas heterogêneas da economia brasileira e na ruptura do subdesenvolvimento pela via da industrialização e da incorporação de novas combinações tecnológicas. Idéias essas com as quais Cardoso não apresentava nenhuma objeção, mas, ao contrário, demonstrava simpatia e até certo entusiasmo, conforme ficou demonstrado ao longo desta seção. No entanto, nos anos 1960 essas convicções submergiram sensivelmente do pensamento dos dois autores diante da crise do modelo desenvolvimentista.

## **2.1 O ocaso do projeto desenvolvimentista e a tendência à subordinação tolerada**

Frente à *débâcle* do processo de substituição de importações e ao esgotamento do desenvolvimentismo nacionalista, Furtado declarou-se sobejamente decepcionado com seus resultados práticos. Com isso, começou a rever suas posições em relação ao poder de transformação das estruturas atrasadas da economia brasileira e, notadamente, com a possibilidade de superação do subdesenvolvimento. A partir daí, abandonou a sua idéia inicial de que a racionalidade da industrialização seria suficiente para remover o arcaísmo das estruturas heterogêneas e passou a rever sua abordagem teórica. Essa mudança de posição levou em conta as leis históricas que impediam o desenvolvimento do capitalismo na periferia de percorrer a mesma trajetória dos países já desenvolvidos.

Consciente ou não, Furtado parecia ter percebido claramente que para entender as particularidades da deformação do desenvolvimento capitalista na economia brasileira em sua natureza, era necessário beber água em muitas fontes. Impregnado dessa convicção, iniciou uma nova linha de investigação, passando a estudar o subdesenvolvimento segundo uma abordagem dialética, no intento de ver nas suas contradições internas os genes de seu

---

a diminuir. À medida que aumenta a produtividade, cresce a renda real e se diversifica a procura, o que vai abrindo novas oportunidades de inversão [...]. As novas inversões provocarão aumentos de produtividade noutros setores e se repetirão as reações anteriores” (p. 93/95/97). Convém ter em conta que essas afirmações constituem reproduções literais de *A Economia Brasileira* (1954).

movimento e de suas determinações<sup>40</sup>. Nessa perspectiva, Furtado empreendeu uma maratona científica multidisciplinar pelos labirintos da história, da sociologia, da antropologia e da filosofia, até retornar à economia política, no afã de compreender os processos históricos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento e dar um passo à frente na construção de um enfoque mais global sobre as formações sociais do seu tempo.

Destarte, parece não haver dúvidas de que para compreender as economias subdesenvolvidas era necessária uma nova teoria e Furtado se propõe a formulá-la, levando em conta que o subdesenvolvimento é um processo histórico e não constitui nenhuma etapa pela qual as economias modernas tenham passado antes. Em sua opinião para entender a natureza do problema dos países subdesenvolvidos, necessário se faz levar em conta essa particularidade. Não é demais repetir que a essa altura já estava suficientemente claro para Furtado que o subdesenvolvimento era muito mais que a simples carência de capital.

Assim, já no princípio dos anos 1960, Furtado argumenta que o subdesenvolvimento é produto das relações do sistema econômico mundial o qual integra, em um mesmo padrão de transformação, diferentes formações sociais, com capacidades assimétricas de introduzir e de difundir progresso técnico. Nesse particular, escreveu:

O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob variadas formas e em diferentes estádios. O caso mais simples é o da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de uma mercadoria de exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência, coexistência esta que pode perdurar, em equilíbrio estático, por longos períodos. O caso mais complexo – exemplo do qual nos oferece o estádio [...] da economia brasileira – é aquele em que a economia apresenta três setores: um, principalmente de subsistência; outro, voltado sobretudo para a exportação, e o terceiro, como um núcleo industrial ligado ao mercado interno, suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessita para seu próprio crescimento. O núcleo industrial ligado ao mercado interno se desenvolve através de um processo de substituição de manufaturas antes importadas, vale dizer em condições de permanente concorrência com produtos forâneos. Daí resulta que a maior preocupação do industrial é a de apresentar um artigo similar ao importado e adotar métodos de produção que o habilitem a competir com o exportador estrangeiro. Por outras palavras, a estrutura de preços, no setor industrial

---

<sup>40</sup> Sobre a importância da dialética, Furtado (1964) estabelece o seguinte: “[a] essência do pensamento dialético está na idéia de que o todo não pode ser explicado pela análise isolada de suas distintas partes. O todo é inicialmente captado através de uma síntese, em grande parte intuitiva, que realiza o espírito humano, e é a partir dessa síntese que a análise das partes adquire sentido. Daí não resulta, entretanto, que inexistindo a imagem do todo, estejamos impossibilitados de estudar as partes. A ciência é exatamente o esforço sistemático que realiza o homem para compreender o mundo que o circunda prescindindo de uma concepção do todo. [...] A importância da dialética na compreensão dos processos históricos, deriva exatamente do fato de que a história, ao nível dos conhecimentos presentes do homem, não pode ser reconstituída a partir da análise da multiplicidade de fenômenos que a integram. Entretanto, o homem pela práxis individual [...] intui do processo histórico aquela visão sintética capaz de dar unidade à multiplicidade. É partindo dessa experiência original que se pode falar de dialética como instrumento de compreensão dos processos históricos” (p. 14-6).

ligado ao mercado interno, tende a assemelhar-se à que prevalece nos países de elevado grau de industrialização, exportadores de manufaturas. [...] O resultado prático disso – mesmo que cresça o setor industrial ligado ao mercado interno e aumente sua participação no produto, mesmo que cresça, também, a renda *per capita* do conjunto da população – é que a estrutura ocupacional do país se modifica com lentidão. O contingente da população afetada pelo desenvolvimento mantém-se reduzido, declinando muito devagar a importância relativa do setor cuja principal atividade é a produção para subsistência. Explica-se, deste modo, que uma economia, onde a produção industrial já alcançou elevado grau de diversificação e tem uma participação no produto que pouco se distingue da observada em países desenvolvidos, apresente uma estrutura [...] que grande parte de sua população esteja alheia aos benefícios do desenvolvimento (FURTADO, 1961, p. 191-3).

Para Furtado, a consequência prática disso foi que o processo de estancamento da massa real dos salários cujo início havia se dado em fins do século XIX, não só prosseguiu como se acentuou dramaticamente na metade do século seguinte, em decorrência do tipo de tecnologia utilizada, a qual se orientava no sentido da economia de mão-de-obra. Chegava-se assim ao paradoxo, em que a situação convergia entre uma oferta crescente de mão-de-obra e a adoção de um tipo de tecnologia poupadora de mão-de-obra. Com efeito, no decorrer do decênio dos anos 1950, os salários mantiveram-se praticamente estacionados no setor industrial, o mesmo ocorrendo com o setor agrícola (FURTADO, 1961, p. 257). A outra consequência desse processo foi que, além de não gerar emprego na medida necessária, os aumentos de produtividade auferidos pelo setor industrial não beneficiaram o conjunto da população<sup>41</sup>. Como se pode ver, em oposição ao que era de se esperar, o processo de industrialização atuou no sentido de revigorar o subdesenvolvimento.

Do ponto de vista do enfoque de Furtado (1961), o subdesenvolvimento nutre-se do fato de as elites dos países centrais – que monopolizam a apropriação do excedente – imprimirem um estilo de vida à periferia semelhante aos seus<sup>42</sup>. O resultado disso, é que a

---

<sup>41</sup> Segundo informa Furtado (1968): “entre 1940 e 1950, as indústrias manufatureiras aumentaram sua participação no produto bruto de 10,6 para 16,1 por cento, ao mesmo tempo [em] que o emprego nesse setor aumentava sua participação de 7,7 para 9,4 por cento do total da população ocupada. No decênio seguinte, a participação do setor industrial aumenta de 16,1 para 23,0 por cento, enquanto a participação da mão-de-obra industrial declina de 9,4 para 9,1 por cento. Esse declínio ocorreu não obstante a taxa de crescimento anual da produção industrial haja aumentado de 8,1 para 9,2 por cento, entre os dois decênios. Como o aumento da produtividade resultava da adição de novos setores produtivos, dotados de mais alta capitalização e com acesso a tecnologias mais avançadas, o seu efeito sobre a taxa de salários do conjunto do setor industrial foi mínimo. [...] Em síntese, a evolução estrutural do setor industrial, o progresso tecnológico e a tendência à concentração do poder econômico, atuaram de forma convergente no sentido de reduzir o fluxo de salários criados pelo setor industrial, relativamente ao valor da produção deste setor. Cabe inferir desta análise que o fruto do aumento substancial de produtividade ocorrido no setor industrial não foi transferido (ou foi cada vez menos) para a massa da população assalariada” (p. 34-5).

<sup>42</sup> A teorização sobre a tendência à imitação dos padrões de consumo do centro nos países periféricos que atuaria na realimentação do subdesenvolvimento começou a ser desenvolvida por Furtado ainda no início dos anos

imitação dos padrões de consumo do centro tende a se reproduzir como um círculo vicioso na periferia, razão que corrobora o fato de que o subdesenvolvimento não pode ser visto como uma etapa a ser superada com o simples crescimento econômico, conforme pretendia a visão tradicional, representada pelo pensamento rostowiano<sup>43</sup>.

Em seu esforço renitente para compreender o subdesenvolvimento, Furtado abandona o instrumental restrito à ciência econômica<sup>44</sup> e recorre à história para mostrar como as tecnologias que vieram à tona com advento da Revolução Industrial do século XVIII na Europa provocaram uma ruptura na economia mundial, impondo sérios limites ao desenvolvimento econômico das regiões periféricas<sup>45</sup>. Em sua opinião, livrar-se dessa armadilha, que tenderia a assumir formas cada vez mais engenhosas de dominação econômica, constituía a difícil tarefa com que teriam que se debaterem os povos do chamado Terceiro Mundo.

Assim, em que pese o fato de Furtado já ter lançado luzes sobre a caracterização do subdesenvolvimento da economia brasileira desde seus primeiros textos do início da década

1950, persistindo ao longo de toda evolução do pensamento do autor. Nos anos 1980, essa concepção volta a ser reafirmada da seguinte maneira: o “crescimento econômico, tal o qual conhecemos, funda-se na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização. Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política” (FURTADO, 1984, p. 75).

<sup>43</sup> Walt Rostow, em seu livro *Etapas do Desenvolvimento Econômico*, publicado em 1952, havia disseminado a idéia de que o desenvolvimento se daria mediante uma seqüência de cinco etapas as quais se sucederiam na seguinte ordem: a sociedade tradicional, as precondições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e, finalmente, a era do consumo em massa. Em síntese, a idéia de Rostow era que o fenômeno do desenvolvimento evoluía de forma ascendente, cujos obstáculos seriam sempre superados. Sobre isso, ver Rostow (1974). Não é demais recordar, que esse enfoque faseológico do desenvolvimento foi bastante contestado no âmbito da Cepal e teve em Furtado, muito certamente, um de seus críticos mais severos. Em um comentário à obra de Rostow, Furtado (1967) asseverou: “[às] etapas de Rostow não se pode emprestar mais que um alcance descritivo, porquanto a sua base analítica é limitada. [...] Seria essa, entretanto, uma teoria demasiadamente simples que se limita a constatar que existe uma senda ótima para o desenvolvimento da produção, determinada pelo progresso técnico e as elasticidades da procura” (p. 115). Em outra ocasião afirmou o seguinte: o “esquema [rostowiano] era elegante e atrativo, mas tudo parecia demasiado arranjado, bem classificado. Também é verdade que sua insistência nas invariâncias dos processos de desenvolvimento econômico apontava em direção oposta àquela que se estava formando em meu espírito” (FURTADO, 1985, p. 91).

<sup>44</sup> Em relação ao abandono da análise estritamente econômica, Furtado (1976) subscreve o seguinte: “[um] quarto de século Tateando os labirintos das teorias econômicas e esforçando-me para descobrir relações entre os ensinamentos que daí se derivam e os problemas práticos de nossa época, convenceu-me sobejamente da insuficiência do quadro conceitual com que trabalhamos nessa ciência. Um prolongado esforço para compreender os processos históricos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, apoiado nos instrumentos da análise econômica, levou-me à convicção de que a elaboração de uma ‘dinâmica econômica’ que seja algo mais do que uma simples série de exercícios engenhosos para distração de professores universitários, é objetivo inalcançável dentro do quadro de referência em que trabalhamos. [...] A análise econômica corrente, fundada numa concepção funcionalista dos processos sociais, é reconhecidamente insuficiente para captar aspectos fundamentais dos sistemas econômicos contemporâneos” (p. 9/13).

<sup>45</sup> No dizer de Furtado (1961): “[o] advento de um núcleo industrial, na Europa do século XVIII, provocou uma ruptura na economia mundial da época e passou a condicionar o desenvolvimento subsequente em quase todas as regiões da terra” (p. 178).

de 1950, foi somente no decurso dos anos 1960 que a especificidade do subdesenvolvimento ganhou consistência lógica no seu enfoque teórico-metodológico. Para esse achado corroborou o fato de o modelo de desenvolvimento por ele teorizado ter entrado em relativa decomposição.

Por outro lado, convém enfatizar que na década de 1960, quase toda a América Latina revelou modificações sensíveis no ritmo e no sentido do seu processo de desenvolvimento<sup>46</sup>. Na maior parte dos casos, as modificações na estrutura produtiva deram-se em sentido contrário, quando não em flagrante negação com as perspectivas impregnadas na ideologia desenvolvimentista que havia emergido na região desde os anos 1930 e cuja viabilidade a evolução dos indicadores econômicos na década de 1950 parecia confirmar em larga vantagem. O exemplo mais emblemático dessa performance econômica era o caso do Brasil, em que a taxa de crescimento da produção industrial havia evoluído, em média, a mais de 8% ao ano entre 1939 e 1964 (FURTADO, 1968, p. 28).

Não obstante, o caso brasileiro é igualmente ilustrativo da desaceleração econômica na década de 1960, ao que se adiciona uma grande perplexidade social na maneira de compreender e equacionar os problemas, no sentido de contornar a crise, a qual indicava visivelmente o esgotamento do modelo desenvolvimentista, sem que as expectativas a ele imputadas tivessem se realizado em sua plenitude.

Recapitulando um pouco, o pressuposto do desenvolvimentismo era que o Brasil, à altura dos anos 1950, já reunia as pré-condições para realizar o que tradicionalmente se denominava *take-off* rostowiano<sup>47</sup>, e por isso estava plenamente capacitado a conduzir em seu próprio território e sob suas próprias forças um processo de desenvolvimento auto-sustentado,

---

<sup>46</sup> Segundo informa Martins (1968), na década de 1960, apenas quatro países da América Latina – El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Panamá – conseguiram apresentar taxas médias de crescimento do produto bruto per capita igual ou superior a 3% ao ano (p. 24).

<sup>47</sup> Rostow (1969) defendia a hipótese de que, após atingir certo estágio de desenvolvimento, o processo de crescimento de uma economia desenvolvia-se num intervalo de tempo relativamente curto de duas ou três décadas, período esse em que as transformações da economia e da sociedade se dão de forma tal que o crescimento econômico se torna mais ou menos automático. Esta transformação é chamada de “decolagem” e é definida pelo referido autor do seguinte modo: “[a] decolagem é definida como o período durante o qual a taxa de investimento cresce de tal modo que aumenta o produto real *per capita*, proporcionando esse aumento inicial transformações radicais nas técnicas de produção e na disposição das correntes de renda que mantém a nova escala de investimento, perpetuando, assim, a tendência crescente do produto per capita. As mudanças de métodos iniciais exigem que algum grupo da sociedade queira e tenha autoridade para instaurar e difundir as novas técnicas de produção; a manutenção do processo de crescimento exige que essa liderança amplie sua autoridade e que a sociedade, como um todo, responda aos impulsos criados pelas transformações iniciais, inclusive as possibilidades de economias externas. [...] [A] manutenção do crescimento exige que seja empregada em investimentos produtivos uma proporção elevada de incremento à renda real durante o período de decolagem. Essa exige, portanto, uma sociedade disposta a corresponder ativamente às novas possibilidades de empresas produtivas; sendo também provável que exija transformações políticas, sociais e institucionais que manterão o aumento inicial da escala de investimento e concorrerão para a aceitação e absorção normal das inovações” (p. 159-60).

o qual era definido como: i) abrangente e irreversível, com maior inserção social das camadas populares; ii) democrático, com maior participação política de novos grupos e das camadas sociais no controle do Estado; e iii) politicamente autônomo no plano internacional.

A idéia era que um modelo de desenvolvimento abrangente, democrático e politicamente autônomo sustentava-se em três pressupostos básicos. O primeiro deles (abrangente e irreversível) supunha-se que o país já havia sido atingido. Enquanto o segundo considerava que a irreversibilidade determinada por uma causação circular cumulativa criaria condições para a superação dos entraves à consecução e à generalização dos efeitos do desenvolvimentismo. Finalmente, o terceiro pressuposto sustentava que as camadas sociais, tanto no que diz respeito ao aparelho do Estado quanto no setor privado nacional, estavam em condições de assumir a condução do processo e levar o projeto à frente, no rumo desejado. Ao lado desses atores sociais formar-se-ia uma “frente desenvolvimentista”, constituída pelas camadas empresariais e pelo operariado urbano, de um lado, e de outro, pela parcela nacional-desenvolvimentista e pela burocracia civil e militar, as quais completariam o grupo de apoio ao projeto preconizado. Cabe aduzir que até o início da década de 1960 os resultados práticos pareciam caminhar na direção do referido modelo<sup>48</sup>.

Todavia, os pressupostos básicos em que se assentava a visão desenvolvimentista na década de 1950 vieram a encontrar um ambiente completamente desfavorável nos anos 1960, quando a conjuntura econômica, política e social brasileira desmentia formalmente aquele esquema interpretativo. A título de ilustração, convém enfatizar que os indicadores da desaceleração da economia brasileira eram no mínimo suficientes para pôr em cheque a idéia da irreversibilidade do desenvolvimento. A rigor, se compararmos a taxa média de crescimento do produto interno total do período de 1962 a 1966, que foi de 2,6% ao ano (sendo inferior à demográfica) com a do quinquênio imediatamente anterior, que foi de 6,7% anual, percebe-se facilmente o contraste com a tendência indicada pelo ideário desenvolvimentista. Ademais, se a esse ambiente de contração econômica for adicionado o fato de que o setor industrial – “carro-chefe” do crescimento no pós-guerra – teve a sua taxa média de expansão reduzida da ordem de 11% ao ano, entre 1955-61, para a ínfima cifra de

---

<sup>48</sup> Em estudo de Silva (2007) encontra-se uma periodização bem definida sobre a influência do ideário desenvolvimentista. Segundo essa autora, o “predomínio da ideologia desenvolvimentista estendeu-se de 1945 até 1964, mas a intensidade do papel desempenhado pelo nacionalismo variou no período” (p. 5). Para ela, “os anos 1945-55 foram de amadurecimento da corrente desenvolvimentista, sendo que no interior deste intervalo, os anos 1948-52, em razão da Campanha do Petróleo, podem ser considerados o período áureo da penetração da ideologia do nacionalismo econômico no meio militar. O período 1956-1960 (governo Kubitschek) teria visto o auge do modelo desenvolvimentista *tout court* e, finalmente 1964 (governos Jânio e Jango, com o interregno parlamentarista entre os dois) comportaria a crise, uma vez que começavam a aparecer, com importância crescente, outras temáticas que tomariam um lugar de destaque na hierarquia das questões debatidas” (p. 5).

1,8% no quinquênio subsequente, nota-se a distância entre o que era desejável e o que aparecia como fato<sup>49</sup>.

Por outro lado, deve-se acrescentar que a tendência do quadro econômico parecia evoluir no sentido restritivo do desenvolvimento, seja no âmbito interno do pólo dinâmico, seja em nível espacial. Nesse sentido, Martins (1968, p. 24) revela que, se por um lado, a indústria em seu conjunto dispensou mão-de-obra à proporção de 3% ao ano, entre 1962 a 1965, e a evolução da taxa salarial, em termos reais, caiu no referido setor de 1,9% ao ano para 0,1%, no mesmo período, por outro lado, a tendência à concentração da renda continuava a privilegiar o eixo Sudeste-Sul, conforme revelam os dados constantes na Tabela 1 a seguir, em que pese a política oficial procurar corrigir essas distorções inerentes às regiões-problema, como o Norte e Nordeste do Brasil.

**Tabela 1 – Brasil – Desigualdades Inter-Regionais – 1959-1975 (%)**

Regiões	Área	1959		1970		1975	
		Renda	População	Renda	População	Renda	População
Norte	42,2	2,0	3,6	2,1	3,7	2,0	3,9
Nordeste	18,2	14,5	31,6	11,7	30,3	9,1	29,9
Centro-Oeste	22,2	2,3	4,2	3,6	5,6	4,7	5,9
Sudeste	10,8	65,0	43,8	65,5	42,7	65,5	42,3
Sul	6,6	16,2	16,8	17,1	17,7	18,7	18,0
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

**Fonte:** Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: FGV, vol. 31, nº 7, jul. 1977. IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD. 1986.

A esse ambiente desveladamente hostil ao desenvolvimento, devemos acrescentar que o comportamento dos segmentos empresariais e militares, considerados antes como adeptos da ideologia nacionalista-desenvolvimentista, evoluiu em sentido contrário àquele anteriormente imaginado, inclusive de forma violenta e abrupta a sua suposta adesão ao programa desenvolvimentista. Ou seja, parte expressiva dos oficiais das forças armadas que antes reagira fortemente à entrada do capital estrangeiro e hostilizara o alinhamento com os Estados Unidos se juntou aos militares liberais, defensores incontestes da abertura ao capital externo e do estreitamento das relações Brasil-Estados Unidos, chegando, inclusive, a apoiar a intervenção militar<sup>50</sup>. De acordo com Silva (2007), “até 1964 o grosso do oficialato aderiu à intervenção, certamente mais por preocupação com a sobrevivência da organização do que por concordância com os argumentos dos golpistas” (p. 11). Em relação à participação dos empresários, Cardoso (1980) subscreve que à época, parte “ponderável do empresariado

<sup>49</sup> Os dados referentes à produção industrial do período de 1955-66 foram retirados de Martins (1968, p. 24).

<sup>50</sup> Sobre isso consultar Silva (2007).

nacional conspirava claramente com grupos estrangeiros, organizava-se politicamente e enfrentava ao mesmo tempo o sindicalismo nacional-populista e o governo que a esquerda acreditava ser da *burguesia nacional*” (p. 61-2). Com isso, concluía pela “inviabilidade do desenvolvimento nacional-burguês” (p. 62).

O regime ditatorial que se instalou no Brasil a partir do golpe militar, em abril de 1964, foi a manifestação mais evidente da reorientação do desenvolvimento na direção de uma acomodação subalterna ao sistema internacional, sob a liderança das corporações norte-americanas. Como diz Martins (1968): “[os] setores industrializantes, por sua vez, acomodaram-se com relativa docilidade a essa reorientação ou com ela se solidarizaram expressamente” (p. 26).

Dessa forma, fica evidente que a proposição do modelo nacional-desenvolvimentista ficava cada vez mais insustentável, diante da hostilidade dos atores sociais e da negação das supostas tendências de hegemonia das classes locais na condução do processo de desenvolvimento. Essa perspectiva fica ainda mais visível a partir do momento em que os segmentos mais representativos do conjunto da indústria brasileira passavam a apoiar abertamente a reorientação do curso do desenvolvimento no sentido de uma subordinação tolerada às regras da economia mundial, sob a liderança dos Estados Unidos<sup>51</sup>. Destarte, fica bastante claro que o padrão de desenvolvimento nacionalista, da forma como fora concebido, dava sinais visíveis de esgotamento, sem que as expectativas por ele geradas tivessem se realizado. No dizer de Silva (2007), a “crise do desenvolvimentismo veio, entre outras coisas, com a constatação de que a industrialização por si só não resolveria o problema do atraso e da pobreza” (p. 10).

Assim, a partir de meado dos anos 1960, diante da *débâcle* do nacional-desenvolvimentismo e do pano de fundo baço dos acanhados resultados apresentados pelo processo de industrialização, particularmente no que tange à questão da geração de emprego, a esperança na remoção das estruturas antiquadas que retardavam o desenvolvimento brasileiro começou a desaparecer suavemente do pensamento de Furtado. Em similitude com o ocorrido com Furtado, nesse período verifica-se também uma mudança substantiva nas idéias de Cardoso, sobretudo em referência ao esgotamento e redirecionamento do padrão de

---

<sup>51</sup> Conforme revela estudo de campo desenvolvido por Martins (1968), junto aos 50 maiores grupos industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo, sobre a orientação da política econômica do Governo Militar, a grande maioria dos representantes industriais demonstravam satisfação com a condução do processo, pois, entre os entrevistados, 12% consideravam “uma solução excelente para os problemas brasileiros”; já aqueles que consideravam “boa solução para alguns problemas e má para outros”, somavam 76% dos pesquisados. Ou seja, no limite, 88% consideravam a orientação econômico-financeira do Governo Castelo Branco como excelente ou boa para o país (p. 27).



desenvolvimento vigente desde o pós-guerra, não obstante esses autores terem anteriormente firmado apoio comum ao modelo que então se exauria, conforme já demonstramos antes.

A pergunta que se punha à primeira vista era a seguinte: por que a industrialização evoluíra em sentido contrário ao que convencionalmente se denominara desenvolvimento auto-sustentado? Dito de outra forma, como explicar que o desempenho industrial perdeu dinamismo e tenha desembocado no sentido da estagnação? Pois, como vimos antes, a taxa de crescimento do setor industrial brasileiro caiu vertiginosamente (de 11% para 1,8% a. a., entre 1955-61 e 1961-66).

Diante disso, Furtado chegara à conclusão de que industrialização por si só não livraria o país da algemas do subdesenvolvimento e das amarras da dependência externa. Tendo tomado consciência disso, ele foi obrigado a fazer uma autocrítica renitente a respeito da industrialização e a realizar um esforço teórico obstinado para explicar para si mesmo e para a comunidade acadêmica em geral as razões do ocaso do desenvolvimentismo no Brasil. Essa tomada de consciência foi enfatizada por Furtado (1962b) nos seguintes termos:

Tendo compreendido que razões de ordem histórica impediram que nosso país se integrasse plenamente nas correntes do desenvolvimento econômico alimentadas pelo progresso da técnica no último século; que a pobreza relativa da grande maioria da população brasileira não deve ser aceita como fato de ordem natural, pois resulta de condicionamentos históricos; que o nosso atraso relativo tenderia a aumentar dia a dia, caso nos retraíssemos em uma postura de *laisser faire*; finalmente, havendo compreendido que a tomada de consciência desse problema *per se* nos capacita para mudar o curso dos acontecimentos, – é natural que tenhamos colocado a questão do subdesenvolvimento no centro de todas as nossas preocupações (p. 47).

O desejo de compreender os obstáculos estruturais e políticos que freavam o avanço da industrialização brasileira, somado à aspiração social máxima de melhoria das condições de vida da população, instigou Furtado à realização de uma investigação intelectual melindrosa na tentativa de entender o subdesenvolvimento. Esse esforço de interpretação resultou na elaboração de duas obras seminais, quais sejam: *Dialética do Desenvolvimento* (1964) – livro que marca uma virada radical no pensamento de Furtado – e *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966), onde o autor revela de forma indignada os motivos pelos quais o processo de industrialização não criara as condições para desinibir o desenvolvimento.

No primeiro dos livros, Furtado (1964) constata que as transformações ocorridas na estrutura produtiva da economia nacional, durante os anos que antecederam ao golpe militar de 1964, não haviam produzido uma correspondente mutação nas estruturas sociais, mas, ao

contrário, haviam criado sérios obstáculos ao desenvolvimento econômico brasileiro. Entre os principais obstáculos à transição para o desenvolvimento, ele destaca a persistência de formas anacrônicas de distribuição de renda, as quais já haviam sido diagnosticadas no início dos anos 1950, cuja conseqüência imediata foi reduzir a demanda final por investimento e bens de consumo. A esse respeito, escreveu:

Nas atuais economias subdesenvolvidas [a] penetração da nova tecnologia no sistema produtivo, ao desorganizar uma faixa da economia artesanal preexistente, cria de imediato um problema de excedente de mão-de-obra sem viabilidade de absorção. Esse excedente reflui para formas artesanais de economia de subsistência, criando uma dualidade dentro do sistema econômico que condicionará todo o processo social subsequente (p. 30).

Na percepção de Furtado, a conseqüência direta desse dualismo estrutural refletia-se negativamente em duas frentes: por um lado, contribuía para aumentar ainda mais as históricas desigualdades na distribuição da renda e, por outro, atuava na compressão da demanda de bens de consumo finais.

A razão do “fracasso” da industrialização aparece de forma ainda mais explícita em *Subdesenvolvimento e Estagnação...*, onde Furtado (1966), ironicamente, define o processo substitutivo de importações como um “*ensaio*” de industrialização. Nessa obra, ele subscreve que, apesar de terem ocorrido algumas modificações importantes nas estruturas econômicas de alguns países latino-americanos, o conjunto da população não se beneficiou dessas transformações. Uma das razões principais foi que “[a] tecnologia que a América Latina teve de assimilar na metade do século XX [era] altamente poupadora de mão-de-obra e extremamente exigente no que respeita às dimensões do mercado” (FURTADO, 1966, p. 39).

Destarte, fica fácil perceber que, diferentemente do otimismo atribuído à industrialização na década de 1950, o quadro delineado por Furtado nos anos 1960 é completamente diverso e chega a transparecer um excesso de pessimismo e desilusão com relação às possibilidades de transformações estruturais qualitativas na economia brasileira. É isso que revelam suas palavras:

Dentro das condições presentes da América Latina a regra tende a ser o monopólio ou o oligopólio e uma progressiva concentração da renda, a qual, por seu lado, ao condicionar a composição da demanda, orienta os investimentos para certas indústrias que são exatamente as de elevado coeficiente de capital e mais exigentes com respeito às dimensões do mercado. A experiência tem demonstrado, na América Latina, que esse tipo de industrialização substitutiva tende a perder impulso quando se esgota a

fase das substituições ‘fáceis’, e eventualmente provoca a estagnação (FURTADO, 1966, p. 39).

Seguindo a mesma perspectiva investigativa empreendida por Furtado, Cardoso utiliza-se de outro *approach* epistemológico na tentativa de compreender as razões pelas quais a industrialização substitutiva de importações induzida pela Cepal (e por ele endossada nos anos 1950) havia se distanciado dos objetivos inicialmente previstos. Para isso, realizou um estudo empírico-teórico minucioso na tentativa de verificar a participação dos empreendedores industriais no desenvolvimento econômico brasileiro cujo resultado deu origem ao livro *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* (1964). Este, por sua vez, serviu de fio condutor para a posterior teorização da dependência que viria à luz no final da década de 1960, com o lançamento de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1969), escrito em parceria com o sociólogo e economista chileno Enzo Faletto. Esta obra demarcou uma posição singular no pensamento de Cardoso, particularmente no que tange às idéias defendidas pela Cepal nos anos 1950 (idéias com as quais ele havia concordado), mas também em relação àquelas que passaram a ser trivialmente aceitas no interior da escola da dependência, a partir de fins da década de 1960<sup>52</sup>.

No livro *Empresário Industrial...*, Cardoso (1964) faz uma longa incursão teórico-metodológica pelas obras de Weber, Sombart, Marx, Mannheim e de Schumpeter no intuito de desvendar a racionalidade e o papel do empresário no processo de transformação e desenvolvimento do capitalismo, desde as suas origens até a fase mais madura, a qual se convencionou chamar de capitalismo monopolista ou moderno. Nesta obra, Cardoso tenta desfazer a noção do empresário como um demiurgo, ou como um *Deus ex machina* que fecunda a história do capitalismo, para mostrar que na fase do capitalismo do *big-business* (diferentemente de Schumpeter e Sombart) as funções do empresário tinham sido redefinidas: no sentido de que era a empresa, e não o empreendedor, que constituía o sujeito do processo

---

<sup>52</sup> Existia uma idéia comum aos dependentistas (como ficaram conhecidos os estudiosos da dependência), os quais sustentavam que a dependência externa e o capitalismo imperialista criavam obstáculos à industrialização e ao desenvolvimento da América Latina e que a tendência, por sua vez, seria a estagnação econômica e a barbárie social. Segundo essa concepção, as economias subdesenvolvidas só sairiam do atraso econômico em que estavam imersas se houvesse uma revolução socialista que rompesse com os laços de dependência colonial e com a submissão ao capitalismo imperialista. Não obstante, no livro de Cardoso e Faletto (1970), os autores rompem radicalmente com essa idéia, mostrando que havia a possibilidade de acelerar a industrialização e o desenvolvimento nas economias periféricas, a partir de uma inserção subordinada no sistema mundial. Segundo esses autores, a internacionalização do sistema implicava uma contrapartida de interesses entre as classes, ou seja, havia uma rede de interesses entre agentes envolvidos que possibilitaria o desenvolvimento, porém de forma associado e dependente.

econômico e, portanto da história<sup>53</sup>. Trocando em miúdos, isso significa que no novo capitalismo (monopolista), é o capital e não o capitalista que detém o segredo do sistema. Do ponto de vista de Cardoso, essa transformação se deu não porque o “espírito” do capitalismo tenha mudado, mas porque as condições de realização do lucro no mercado e as formas de inversões mudaram.

Desse modo, Cardoso (1964) enfatiza que na era do capitalismo monopolista, em que predominam as grandes sociedades anônimas, a economia assume uma feição cada vez mais política, no sentido de que o controle da propriedade está intrinsecamente ligado à formação de grupo de pressão nas empresas e ao poder de decisão alçado através das alianças entre os grupos econômicos. Nesse sentido, afirma que, na “nova conjuntura, a ‘decisão econômica’ torna-se uma ‘decisão total’ (econômica, política, social), que para ser posta em prática vai depender em larga margem da persuasão, do jogo de influências e da imposição e não apenas da compra dos meios a serem combinados para produzir uma inovação” (p. 28).

A partir daí, Cardoso (1964) parte para um ataque vigoroso à tese schumpeteriana que sustenta a hipótese da existência de uma tendência à destruição criativa no sistema capitalista e de uma era do consumo de massa, a qual prescinde de uma mediação política e ocorre à revelia do Estado<sup>54</sup>. A rigor, deve-se realçar que essa idéia de Schumpeter é criticada com certo deboche por Cardoso. Eis o que escreve: “supor que a sociedade capitalista se negará ‘tecnicamente’, sem a mediação de lutas políticas, pela modificação progressiva do mercado, das grandes sociedades anônimas e das funções empresariais, e será superada por outras formas de realizar a expansão do capital, a distância não é apenas grande, ela é intransponível” (p. 35).

Na perspectiva de Cardoso (1964), na fase do moderno capitalismo controlado pelas gigantescas sociedades anônimas – em que o *self-made-man* cede lugar ao *big-business-man* – verifica-se uma modificação substancial na função do empresário capitalista, a qual requer um “novo tipo de homem” (bem adestrado) para desempenhar o papel chave no processo de valorização do capital. A rigor, a existência desse tipo de empreendedor cuja função seria

---

<sup>53</sup> Cardoso (1964) assegura que na fase do capitalismo monopolista: “[a] diferença fundamental quanto às decisões inovadoras é que é impossível, nas grandes empresas, realizar ‘combinações novas’ como se elas dissessem respeito apenas à previsão restrita de causas e efeitos de uma modificação introduzida para resultar numa vantagem econômica que assegure melhor posição na concorrência. Modificações deste tipo continuam a existir e são fruto principalmente do trabalho especializado de técnicos, cientistas, especialista em mercado etc. Numa palavra: passaram a integrar o dia-a-dia da empresa. Não exprimem, contudo, a forma diferencial moderna por excelência da ação empresarial. Inovar, na economia contemporânea, é ser capaz de controlar o conjunto de resultados de uma alteração proposta, tanto no nível da empresa como no nível da ordem econômica e da ordem social global. Inovar é, pois, ser capaz de alçar-se ao nível do pensamento planejado” (p. 26).

<sup>54</sup> Veja-se a respeito Schumpeter (1984), especialmente o capítulo VII.

inovar e obter lucro ao mesmo tempo, constitui uma condição *sine qua non* para assegurar a continuidade do sistema.

Baseado nessa hipótese, Cardoso (1964) procura descrever o perfil do empreendedor brasileiro, à luz do comportamento das classes empresariais dos países mais avançados da Europa e Estados Unidos, tentando estabelecer uma íntima sincronia entre o papel desempenhado pela classe empresarial e o processo de desenvolvimento daqueles países. A esse respeito, subscreveu:

A perspectiva metodológica exposta [ao longo da obra] leva-nos a considerar os empreendedores nas economias subdesenvolvidas de modo a evidenciar, a um tempo, as peculiaridades do processo econômico que explicam as diferenças no comportamento social e na mentalidade dos industriais que operam nas economias periféricas e as ações dos empreendedores que modificam o estágio de subdesenvolvimento na economia destas áreas (p. 41).

Em termos simples, Cardoso tenta demonstrar que nos países subdesenvolvidos, ao contrário dos desenvolvidos, a classe empresarial não teve um papel transformador e impulsionador do desenvolvimento, sendo esse um aspecto essencial para que a economia brasileira pudesse se sobressair da crise dos anos 1960.

Para comprovar sua hipótese da incapacidade do empreendedor brasileiro, Cardoso utilizou-se de uma matriz metodológica bastante sofisticada, apoiada na dialética e em um conjunto de dados estatísticos levantados junto aos principais grupos industriais existentes no Brasil (localizados em São Paulo, Belo Horizonte, Blumenau, Recife e Salvador). Seu objetivo precípua era fazer uma descrição analítica sobre a “mentalidade e a ideologia dos empresários” – examinando as dependências funcionais entre as condições de mercado e o tipo social do “homem-de-empresa” existente no Brasil – na perspectiva de verificar o perfil do empresariado brasileiro e o seu papel na condução do processo de desenvolvimento. Com isso, procurou examinar quais as reais possibilidades de materialização de um processo de desenvolvimento capitalista autônomo no país. A esse respeito, assinalou: “[no] esforço de explicar o processo de formação da ordem industrial-capitalista no Brasil, visto pelo prisma da constituição da camada empresarial, tentamos compreender a ação empresarial tanto como resultado de uma estrutura determinada do mercado e da sociedade, quanto como variável que interfere na gênese deste mesmo mercado e sociedade” (p. 44).

Na concepção de Cardoso, para entender a dinâmica do processo de industrialização era preciso levar em conta as características sociais dos empresários, uma vez que esse

processo irrompe no âmbito mesmo do sistema capitalista, cujos empreendedores exercem um papel nobre na organização econômica da produção. Ou seja, fazia-se mister circunscrever as condições sociais específicas de transformações das técnicas empresariais – o que o autor chama de “mentalidade empresarial” – para em seguida verificar as condições concretas existentes na sociedade e na economia brasileira para assegurar a passagem a uma economia industrial moderna. Em suas palavras: era preciso “ver a imagem que de si mesmo forma[va] os empreendedores e o grau de consciência que [tinha] do processo de desenvolvimento industrial e de modernização do Brasil” (p. 46).

Em termos mais objetivos, pode-se dizer que a idéia de Cardoso é que o impulso ao desenvolvimento depende da existência de uma classe com espírito empreendedor que se constitua em uma camada empresarial dominante na sociedade, sendo capaz de inovar e adotar estratégias, que vise não apenas à obsessão pelo lucro imediato, mas tenha em mira a produção em série. Esta, por sua vez, deve se apoiar no progresso tecnológico e numa economia de escala, a longo prazo. Não obstante, a conclusão a que nosso autor chegara era que faltava ao Brasil uma classe homogênea com mentalidade empresarial moderna, capaz de assumir a liderança do processo. A inexistência dessa classe, por sua vez, criava uma barreira impeditiva para um salto à frente.

Assim sendo, a partir de meado da década de 1960, Cardoso (1964) procurou contestar a idéia que afirmava a predominância da burguesia brasileira na gestão e controle do processo de desenvolvimento nacional, idéia essa com a qual ele próprio havia concordado no passado – como já demonstramos repetidas vezes neste capítulo – mas que o autor parece ter abandonado. Contrariamente à tendência observada anteriormente, nosso autor vai atestar a existência de uma atmosfera bastante adversa à disseminação de uma cultura pró-empresarial moderna capaz de fazer emergir um projeto de desenvolvimento capitaneado pela burguesia nativa. Entre os obstáculos principais, ele destaca: a fraca visão empresarial dos grupos industriais; pouco conhecimento da realidade política do país; pouca participação no sistema do poder; pouco conhecimento técnico; falta de perspectiva inovadora; entre outros<sup>55</sup>. Por

---

<sup>55</sup> Convém ressaltar que essa tese da ausência de uma consciência empresarial no Brasil foi veementemente contestada por outros estudiosos, dentre os quais se destaca Santos (2000). Para esse autor: “[não] se tratava, pois, de uma questão de ausência de conhecimento ou disposição de luta, ou determinação” (p. 33). Segundo esse autor, vários estudos constataavam a existência incontestada de uma ampla consciência política e econômica do empresariado nacional, embora com limitado poder de expansão, à medida que se ampliava a entrada das empresas multinacionais no setor industrial. O que ocorreu, em sua opinião, foi que a partir do final da década de 1950: “[a] burguesia brasileira descobriu que o caminho do aprofundamento da industrialização exigia a reforma agrária e outras mudanças em direção à criação de um amplo mercado interno e à geração de uma base intelectual, científica e técnica capaz de sustentar um projeto alternativo. Tais mudanças implicavam o preço de aceitar uma ampla agitação política e ideológica no país, que ameaçava o seu poder. [...] O golpe de 1964 cerrou a porta ao avanço nacional-democrático e colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado

outro lado, constata também que era marcante a presença das corporações estrangeiras no comando dos setores mais dinâmicos da economia brasileira, o que concorria para reduzir a autonomia dos dirigentes locais na liderança do processo, conclusões às quais, Furtado também havia chegado<sup>56</sup>.

Em que pese a consistência dos argumentos sobre os limites históricos da viabilidade de um projeto de desenvolvimento capitalista genuinamente nacional e autônomo, Cardoso (1964) parece relevar o que escrevera antes e, de forma surpreendente parte para atacar Furtado. A rigor, Cardoso recorre aos estudos que Furtado publicara na mesma época em que ambos endossavam a hipótese da autonomia do desenvolvimento industrial. A propósito, vejamos os escritos de Furtado, aos quais Cardoso faz referência: “[o] crescimento industrial gera [...] seu próprio impulso de crescimento, o qual se propaga aos demais setores da atividade econômica. Esse autodinamismo [...] faz o setor industrial funcionar como força propulsora do crescimento das economias avançadas, que são sistemas autônomos” (FURTADO *apud* CARDOSO, 1964, p. 76). Baseado nessa sentença, Cardoso procura inquirir Furtado com a seguinte questão: “[até] que ponto e de que maneira se obteve resultado idêntico no Brasil? A resposta a essa pergunta [diz Cardoso] consiste em explicar como nos quadros de uma economia dependente surgem possibilidades de formação de uma economia autônoma” (p. 76). Diante desse aparente imbróglio, assevera que “a análise de Furtado [...] esbarra com dificuldade que são apenas elididas na análise” (p. 76).

Ainda não satisfeito, Cardoso (1964) rebate Furtado novamente, aludindo que em sua análise não há lugar para os empreendedores e não fica claro quem são os atores sociais do desenvolvimento. A propósito, estabelece: “[em] Celso Furtado, a resposta à pergunta sobre qual o papel dos empreendedores no desenvolvimento econômico é secundária [...], não há lugar em sua análise [...] sobre que forças impelem o desenvolvimento e em que direção” (p.

---

no capital internacional e em um ajuste estratégico com o sistema de poder mundial. ‘O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil – a fórmula do general Juracy Magalhães, ministro das Relações Exteriores do regime militar, consolidava essa direção. Por mais que os anos posteriores tenham demonstrado o conflito entre os interesses norte-americanos e os do desenvolvimento nacional brasileiro, não foi mais possível romper a parceria selada com ferro e fogo no assalto ao poder em 1964. [Por outro lado, deve-se recordar que] camadas da tecnocracia civil e militar, setores de trabalhadores e da própria burguesia nunca abandonaram totalmente o projeto nacional democrático” (p. 33-4).

<sup>56</sup> Cabe aduzir que no início dos anos 1960 Furtado (1962a) já havia demonstrado os limites da autonomia brasileira no que se refere ao poder de comando do processo de desenvolvimento industrial. Assim, escreveu: “[a] capacidade de decisão é causa necessária, mas não eficiente, de uma política efetiva de desenvolvimento econômico. Uma das limitações que essa capacidade de decisão teve de enfrentar, por muito tempo, derivou da dependência da formação de capital com respeito às importações. Vimos que o centro dinâmico da economia se deslocou das exportações para os investimentos industriais ligados ao mercado interno. Contudo, os investimentos industriais, para efetivar-se, necessitam transformar-se, em boa parte, em equipamentos. Equipamentos que, naqueles primeiros anos, via de regra, deviam ser adquiridos fora do país. A autonomia de decisão estava, assim, limitada por essa autêntica barreira, que era a capacidade de transformar os investimentos em equipamentos” (p. 112).

76). Ora, se bem seja desnecessário combater essas atribuições feitas por Cardoso a Furtado, pode-se aduzir que esses argumentos não são passíveis de comprovação, conforme podemos ver em seguida<sup>57</sup>.

Em relação à capacidade limitada da autonomia do desenvolvimento brasileiro, no início dos anos 1960, Furtado (1962a) já demonstrava que o campo de manobra nesse sentido era bastante reduzido por uma série de razões, entre as quais a necessidade de aquisição de tecnologia moderna importada. Com o correr dos anos, o reconhecimento da incapacidade do Brasil em fazer avançar o desenvolvimento sob suas próprias forças foi ficando cada vez mais evidente em seu pensamento. Em meado dos anos 1960, ele declarava: “podemos afirmar que o processo de formação de um capitalismo industrial, no Brasil, encontrou obstáculos de natureza estrutural, cuja superação parece impraticável dentro do presente marco institucional e pelos meios a que estão afeitas as classes dirigentes” (FURTADO, 1964, p. 128).

Pouco tempo depois, Furtado (1966) advertia que na “América Latina o desenvolvimento induzido pela revolução industrial na Europa e nos Estados Unidos foi suficiente para transformar parte dos sistemas econômicos herdados da época colonial, mas totalmente insuficiente para criar sistemas autônomos, capacitados para autogerar o crescimento. Dessa forma, a América Latina permaneceu como simples ‘periferia’ das economias industriais desenvolvidas” (p. 38). Mais à frente acrescenta: “[s]endo a área latino-americana o círculo mais interno da zona de influência dos Estados Unidos, é natural que a política de hegemonia desse país aí se exerça de forma exemplar” (p. 40). Diante dessa situação ele conclui: “é perfeitamente claro que a autonomia dos países dessa região [...] para superintender o próprio desenvolvimento fica reduzida a pouca coisa” (p. 41).

Em relação ao papel do empresário, desde seus primeiros trabalhos fica visível a importância que Furtado (1954) lhe atribui no processo de desenvolvimento. Essa visão fica nítida já em *A Economia Brasileira*, onde ele afirma:

A economia industrial que está na base de nossa civilização é de natureza distinta. Sua expansão não se realiza em superfície e sim em profundidade. [...] O processo de aumento de produtividade que está na base do crescimento da economia industrial é conseqüência da introdução de novas técnicas e da acumulação de capital no processo produtivo. A busca de novas técnicas é exigida pelo papel que desempenha o empresário (p. 46).

---

<sup>57</sup> Na obra de Furtado fica nitidamente visível o papel atribuído ao empresário no processo de desenvolvimento, como podemos observar neste capítulo. Para esse autor, outro agente importante é o Estado, sobretudo em se tratando de sociedades subdesenvolvidas, conforme evidencia o terceiro capítulo desta tese.



Não obstante, vale recordar que o importante para Furtado (1954) não é o empresário em si, mas o processo de acumulação de capital. Sobre isso, escreveu: “[o] que é interessante observar é que o empresário [...] é um indivíduo ligado ao processo produtivo. Toda a sua vida, pública e privada, está marcada por esse fato. Suas energias e sua inteligência estão orientadas para os problemas da produção” (p. 234). Por outro lado, ressalta que: “[não] se exclui a idéia de que o empresário desempenhe um papel distinto. O lucro [...] é um elemento residual. Via de regra, portanto, o caminho mais curto que tem o empresário para aumentar esses lucros encontra-se na redução de custos. A introdução de novas técnicas ou combinações encontra aí um grande estímulo” (p. 235). Em suma, sua conclusão é que as “inovações são indubitavelmente um elemento dinâmico no processo de desenvolvimento. Entretanto, a espinha dorsal deste não está na inovação e sim na acumulação de capital” (p. 235). Diante disso, nosso autor assevera: “[uma] teoria do desenvolvimento tem que ter por base uma explicação do processo de acumulação de capital. [...] A teoria das inovações é de enorme importância, mas seria equívoco pretender formulá-la independentemente da teoria da acumulação de capital” (p. 237). Ainda em relação ao papel do empresário, em outra ocasião Furtado (1961) certifica que: “[o] dinamismo da economia capitalista resulta, em última instância, do papel que nela desempenha a classe empresarial” (p. 183). Essa convicção se repete em várias outras publicações do autor e não convém repisar neste espaço.

Em relação à incapacidade da burguesia industrial brasileira em conduzir um projeto de desenvolvimento sob sua própria hegemonia, deve-se enfatizar que, a despeito de Furtado não ter elaborado um estudo metucioso sobre o papel do empresário, é possível comprovar que ele também conseguira captar a situação de perplexidade da camada empresarial já em seus primeiros ensaios dos anos 1950. Embora seja desnecessário, convém repisar algumas opiniões de Furtado (1952) sobre o referido tema, para demonstrar que ele compreendia perfeitamente o estado de desânimo dos empreendedores brasileiros. A propósito, subscreveu: “[p]ara uma economia subdesenvolvida, começar um processo de desenvolvimento com seus próprios recursos e pela ação espontânea de seus próprios empresários, é, para usar uma frase corrente, como levantar-se pelos próprios cabelos” (p. 13).

Em outra ocasião, Furtado (1964) assinala que a “nova classe capitalista industrial, sem experiência e carente de maior profundidade de visão, encontrou, via de regra, em concessões a grupos externos a linha de menor resistência para a solução de seus problemas ocasionais” (p. 132). Essa mesma percepção volta a ser atestada posteriormente, no final dos anos 1960, quando Furtado (1968) fez a seguinte ponderação: “parece ocioso inquirir se existe

nos países latino-americanos uma classe industrial com maturidade e sentido de identidade nacional, capaz de encabeçar o processo de desenvolvimento dos respectivos países” (p. 132).

Em convergência com o pensamento esboçado por Furtado em relação ao estado de insensibilidade dos dirigentes industriais brasileiros, em exercerem a função de agentes condutores do processo de desenvolvimento capitalista, Cardoso (1964) apresenta seu ponto de vista nos seguintes termos:

Seria enganoso pretender transferir o esquema válido para a análise das formas de comportamento tipicamente empresariais das economias caracterizadas pelos monopólios e pela produção em massa para compreender a ação e a mentalidade dos empreendedores das áreas subdesenvolvidas. Não se pode esperar, por outro lado, que nestas últimas áreas o empreendedor repita, simplesmente, a história dos homens que fizeram o desenvolvimento do capitalismo no período clássico (p. 41).

Tendo constatado uma situação de indefinição e debilidade na conduta dos empreendedores nacionais, Cardoso (1964) certifica que, em razão da fraca mentalidade das classes empresariais e da predominância das culturas tradicionais – contrária à utilização da técnica moderna – não teria ocorrido uma transformação qualitativa no papel da burguesia industrial brasileira, que a tornasse capaz de impulsionar um projeto de desenvolvimento nacional-democrático (p. 53-7). Além disso, acrescenta ainda que o crescimento industrial do Brasil desde meado dos anos 1950 vinha sendo realizado mediante a ação dos monopólios internacionais e baseado num padrão tecnológico imposto pela ciência e pela prática industrial das economias já desenvolvidas e, inclusive, por elas financiado.

Nos mesmos termos em que Cardoso (1964) caracterizava os empresários, Furtado definia-os da seguinte forma:

A classe capitalista industrial, amplamente associada a grupos externos [...] não está capacitada para captar a natureza do problema. [...] Na situação presente, para atender aos compromissos do passado, seja os custos financeiros em divisas da economia seja os débitos com prazo fixo, seria necessário reduzir à metade as importações, o que significaria parar o desenvolvimento e provocar comoção social. É esta, seguramente, a mais aguda contradição interna do desenvolvimento brasileiro na fase presente e também aquela para cuja solução a classe dirigente está menos preparada, pois exigiria equipar o poder público para uma ação polivalente e complexa, o que conflita com suas motivações ideológicas mais inamovíveis (FURTADO, 1964, p. 133).

Fica bastante visível que tanto para Cardoso (1964) quanto para Furtado (1964) era incontestável o ambiente de instabilidade das condições estruturais dos empresários nacionais,

os quais se ajustavam mais às condições circunstanciais, seja apoiando a burguesia tradicional seja se aliando à burguesia internacional. Isso, por sua vez, revela o grau de vulnerabilidade a que estava imersa a burguesia industrial brasileira e, por conseguinte, demonstra a sua incapacidade para comandar um projeto de desenvolvimento nacional e autônomo que combinasse crescimento com transformações sociais qualitativas. Nesse sentido, Cardoso (1964) mostra com base em uma série de dados levantados juntos aos principais setores industriais, que mesmo em São Paulo, onde o arranco industrial foi forte e os segmentos empresariais deveriam apresentar uma performance mais intelectualizada e, portanto, mais propensa à modernização, ainda assim a ação empresarial foi muito acanhada até meado da década de 1950<sup>58</sup>.

À luz de Cardoso (1964), a falta de mentalidade empresarial dos grupos industriais que formavam o núcleo da burguesia nacional até meado dos anos 1950 dificultou a disseminação de uma ideologia industrial burguesa no Brasil<sup>59</sup>. Por outro lado, a atrofia dos *managers* fazia com que os mesmos resistissem à introdução de novas técnicas, optando por práticas de produção rotineiras, cuja consequência era a criação de obstáculos ao aumento da produtividade do trabalho, limitando a expansão dos lucros e represando a acumulação de capital, condição indispensável para fazer decolar um processo de desenvolvimento nos marcos do capitalismo.

A rigor, no Brasil, os grupos industriais tradicionais se orientavam mais pela busca do lucro fácil e rápido, em contraposição à visão do industrial *innovative* moderno em que a busca do lucro assenta-se na produção em massa, baseada no desenvolvimento tecnológico e

---

<sup>58</sup> No que tange à ação atrofiada dos empresários de São Paulo, onde se localizavam os grupos industriais mais dinâmicos do país, Cardoso (1964) afirma o seguinte: “a pesquisa que realizamos mostrou [...] que [...] mesmo em São Paulo [não] só a indústria concentrou-se nos ramos tradicionais de tecelagem e alimentação, como as práticas empresariais eram rotineiras e os empreendedores, com poucas exceções, não chegaram a formular uma política nacional de industrialização, nem a organizar, portanto, focos e grupos de pressão neste sentido. Somente depois da invasão maciça de capital estrangeiro houve diferenciação acentuada no setor privado do parque manufatureiro e os grupos industriais passaram a adotar formas de ação empresarial mais agressivas tanto no plano da concorrência e da organização da produção como no plano da sociedade global” (p. 82).

<sup>59</sup> Segundo afirma Cardoso (1964): “[em] síntese, os industriais brasileiros constituem uma camada social recente e heterogênea. [...] Estes fatores dificultam a decantação de modos uniformes de pensar, sentir e agir e dificultam a formação de uma ideologia industrial capaz de nortear a ação de todos em função dos interesses comuns. Além destes, há dois outros fatores que atuam no sentido de amortecer o ritmo de integração da burguesia industrial como classes. Primeiro, porque a correspondente falta de adequação dos operários à situação urbano-industrial de vida e a euforia relativa ocasionada pelo rápido crescimento da renda nacional com concomitante incremento real dos salários industriais, não permitem que haja uma política operária agressiva nem exigem, por isto mesmo, que os industriais mantenham uma ação coordenada de defesa. Segundo, porque, pelas razões já expostas, o nível de remuneração do capital permanece alto mesmo quando os industriais aceitam as práticas tradicionais e agem mais como grupos ligados às antigas classes dominantes do que como camada que aspira ao poder. Por isso, são ainda limitados os grupos industriais empresariais capazes de postular uma política agressiva de desenvolvimento que aumente o controle político e econômico da burguesia industrial” (p. 161).

na organização racional das empresas<sup>60</sup>. Na visão de Cardoso (1964), esse estado de miopia das classes empresariais criava, com efeito, sérios obstáculos ao desenvolvimento do modo capitalista de produção. No dizer do autor: “[na] medida em que esta situação persiste em alguns ramos da produção, ela amortece o sentido da produção capitalista desenvolvida, pois mantém o objetivo do lucro sem relacioná-lo diretamente com o desenvolvimento da base técnica da produção, criando estímulos para o apego a práticas tradicionalistas e distorcendo as possibilidades reais de crescimento industrial” (p. 128).

Diferentemente da maneira de portar-se dos grupos tradicionais e dos “capitães-de-indústria”, os empreendedores modernos não guardam qualquer semelhança com a obsessão pelo lucro rápido e imediato obtido através da manipulação do mercado ou de facilidades oficiais. No dizer de Cardoso (1964): “[m]etodização do trabalho, especialização de base tecnológica da produção, expectativa de lucros a prazos médios e espírito de concorrência são as características básicas das preocupações dos homens-de-empresas” (p. 140).

Em síntese, a diferença existente entre o empresário inovador e o tradicional reside na forma como cada um administra as perspectivas de ganho no mercado. Assim, se para os empresários tradicionais os ganhos derivam da estrutura débil da economia em que eles estão imersos e da possibilidade de altos lucros que emanam da baixa diversificação do mercado, para os empresários inovadores, ao contrário, os ganhos resultam da conduta racional e da ação política dos empreendedores, assim como da inovação tecnológica. Outra diferença marcante entre os dois grupos de empreendedores, segundo afirma Cardoso (1964), está relacionada à forma como eles procuram influenciar na política oficial visando tirar proveito das benesses do Estado.

Não obstante os grupos tradicionais não tivessem uma posição claramente definida quanto ao papel a ser desempenhado pelo Estado, o qual aparecia às vezes ora como um ente do bem ora como do mal, apesar disso, ele deveria amparar a iniciativa privada criando condições para facilitar a expansão dos lucros<sup>61</sup>. Já para os empresários inovadores, o fato de

---

<sup>60</sup> Em referência ao comportamento do industrial moderno Cardoso (1964) assinala que: “[o] industrial [moderno] quer acima de tudo ver o progresso da indústria: visa não simplesmente o lucro, mas também o progresso técnico. Por isto, o industrial que deixa de investir em sua indústria não tem um verdadeiro espírito industrial [...]. O processo econômico aparece invertido nas idéias sobre o papel do progresso técnico e do lucro: não é este que o industrial [moderno] deseja, mas aquele, quando na verdade o progresso técnico é a condição para o lucro” (p. 138).

<sup>61</sup> Segundo Cardoso (1964), para os grupos tradicionais, o “lado bom do Estado é representado pelo Estado-protetor: ‘[o] Estado deve proteger os industriais por meio de financiamento a longo prazo e juros baixos’ ou então o ‘governo deveria emitir o suficiente para que a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil tivesse meios para descontar, rápida e automaticamente, todos os títulos industriais em poder dos bancos particulares. Os industriais dessa categoria, mesmo quando são contrários às intervenções estatais, acreditam e desejam firmemente que o Governo desempenhe uma ação supletiva que lhes garanta possibilidades mais fáceis de êxito

industrializar o país significaria inseri-lo no rol do desenvolvimento e da prosperidade econômica ocidental. Com isso, Cardoso (1964) infere que as idéias motivadoras dos empresários inovadores e dos capitães-de-indústria são completamente distintas. A propósito dos empresários inovadores, asseverou: “no plano da fábrica são movidos pelo desejo de construir uma ‘indústria verdadeira’, no plano da visão geral que têm do mundo, desejam construir o capitalismo no Brasil” (p. 141).

Assim, após constatar a incapacidade *enterprising* do *business-man* brasileiro, no sentido de assumir e conduzir, no seu próprio território e sob sua própria hegemonia, um projeto de desenvolvimento capitalista autóctone e de constatar a supremacia do capital estrangeiro no controle dos setores-chaves da economia, Cardoso começa a lapidar a sua tese em defesa da associação ao capital estrangeiro. A rigor, esta tese vai circunscrever o arcabouço do enfoque da dependência idealizado pelo referido autor (e até certo ponto, por Faletto) que surgiu em fins da década de 1960, o qual serviu para inaugurar a emergência de uma atmosfera de discussões polêmicas e acaloradas nos anos 1970, entre os diferentes intérpretes do desenvolvimento econômico latino-americano.

Convém assinalar que a tese de associação ao capital estrangeiro como condição para desimpedir o desenvolvimento periférico foi exaustivamente criticada por outros estudiosos da escola da dependência, como Sunkel (1972), por exemplo, para quem era possível alcançar um modelo de desenvolvimento sem dependência e marginalização social mediante uma reforma do caráter assimétrico do sistema capitalista internacional. Nesse mesmo sentido, embora de uma perspectiva diferente, Frank (1971b) ostentava que a única maneira de evitar a decadência dos povos latino-americanos e pensar autonomamente em uma verdadeira estratégia de desenvolvimento seria a revolução armada e a construção do socialismo (p. 154).

Na mesma linha de raciocínio dos autores anteriores, Santos (1973) subscreve que: “[se] la situación de dependencia configura una situación interna a la cual se liga estructuralmente, no es posible romperla aislando al país de las influencias exteriores, pues esto, sencillamente, provocaría el caos en una estructura interna que es por esencia dependiente. La única manera de romperla sería, entonces, cambiar esas estructuras internas, lo cual llevaría necesariamente, y al mismo tiempo, al enfrentamiento con la estructura

---

econômico. A representação correspondente e oposta à do Estado-protetor aparece quando pensam no Estado-intervencionista. [Nesse caso,] as intervenções do Estado se apresentam sempre como desastrosas: ‘A intervenção estatal é a pior possível porque suas conseqüências são imprevisíveis. O Estado é mau administrador [...] O Governo não deve ser empreendedor, nem mesmo naquelas áreas onde a livre iniciativa não tem recursos para ingressar, pois estas áreas interessam ao capital estrangeiro. Depoimentos, insistindo em que o Estado é mau patrão e ineficiente, foram coligidos em todo o Brasil, freqüentemente dos mesmos industriais que desejam apoio governamental para seus empreendimentos e ação planificadora do Estado para promover o desenvolvimento’ (p. 134-5).

internacional” (p. 47). Essa opinião foi também compartilhada por Marini (2000), para quem a única alternativa de desenvolver a América Latina de forma auto-sustentada e acabar com a superexploração do trabalho a que os povos da região eram submetidos pelo imperialismo seria a vitória da revolução socialista.

Diferentemente das conclusões às quais chegaram vários outros estudiosos do desenvolvimento latino-americano, nos anos 1960-70 Cardoso (1964) procurou sustentar que somente com a intercessão do capital estrangeiro haveria lugar para expandir a indústria brasileira, salvo as opções revolucionárias da via socialista, miragem esta que se mostrava bastante obscura em sua imaginação, em decorrência do estado de ambigüidade das classes sociais no Brasil<sup>62</sup>. Diante da falta de entusiasmo à propagação de uma ideologia pró-industrial por parte da burguesia brasileira, cuja modificação só viria a se efetivar com a entrada do capital estrangeiro, Cardoso (1964) passou a postular que a formação de uma economia autônoma nos quadros de uma frouxidão empresarial e de uma situação de dependência em que o país se encontrava era inconcebível.

No que se refere a Furtado, a despeito de esse autor não fazer nenhuma defesa aberta com relação à associação ao capital estrangeiro como suporte para ensejar o desenvolvimento brasileiro, os seus escritos sobre a consolidação da hegemonia norte-americana no continente latino-americano deixam a entender que não parecia haver outra saída. Essa inferência pode ser extraída da seguinte citação:

Dentro das novas regras estabelecidas, aos países da América Latina ficam abertos dois caminhos: a integração política e econômica sob a hegemonia dos Estados Unidos, com uma situação particular a ser definida dentro da esfera de influência dessa superpotência, ou deslocamento dessa esfera de influência. Nesse segundo caso, entretanto, o país em questão poderá apenas aspirar a ter uma soberania ‘tolerada’ dentro de regras arbitradas em cada caso pela potência dominante. As regras dessa tolerância poderão ser suficientemente rigorosas para que as pressões internas se tornem incontroláveis, ou poderão fazer da sobrevivência do regime (como é o caso presente de Cuba) um pesado ônus para quaisquer potências de fora da esfera de influência que se envolvam politicamente no caso. A recente experiência dominicana pôs em evidência que os Estados Unidos não estão dispostos a tolerar novas defecções dentro do círculo interior de sua zona de influência. [Diante desse quadro], é de esperar que na área latino-americana prevaleça uma linha de rígida intolerância. [...] Como o caminho mais provável [...] que pode adotar um país latino-americano, para afastar-se da

<sup>62</sup> Essa convicção pode ser deduzida da seguinte afirmação de Cardoso (1964): “[em] síntese, as condições sociais de formação da burguesia industrial exercem um ‘efeito de amortecimento’ na concretização das possibilidades de consciência dos interesses de classe que a camada industrial virtualmente possui e dificulta o desenvolvimento de formas de comportamento social compatíveis com sua ‘situação de classe’. Dá-se, pois, com a burguesia industrial, por motivos análogos, a réplica do que ocorre com o proletariado” (p. 166).

esfera de influência, é através de modificações em sua política econômica, esta última deverá ser estritamente controlada de fora para dentro, se se pretende manter estabilidade dentro da referida esfera de influência. (FURTADO, 1966, p. 40-1).

Se a essa constatação adicionarmos o fato de que as transformações ocorridas na economia brasileira a partir de meado da década de 1950 eram decorrentes da presença marcante de grupos estrangeiros na economia nacional, amplamente favorecidos pela política oficial, situação essa que era diagnosticada tanto por Furtado quanto por Cardoso, a possibilidade de se vislumbrar outra alternativa parecia demasiadamente remota. A rigor, não há como negar que o capital externo era o *élan* que movia o processo de transformação da estrutura produtiva da economia brasileira. Nesse propósito, Cardoso (1964) afirma que, de forma geral “o desenvolvimento econômico no Brasil tem sido feito através da participação crescente de consórcios internacionais na produção industrial local: cada vez mais o progresso técnico e a expansão das empresas têm sido realizados pela associação de grupos de capitalistas locais com grupos internacionais, ou então, através da inversão direta de grupos internacionais no Brasil” (p. 171).

Convicto de que não havia condições político-sociais para a imposição de uma ideologia industrializante por parte do empresariado nacional, Cardoso (1964) conclui que a saída seria uma acomodação subordinada junto às grandes corporações internacionais. Ou seja, para se industrializar, o Brasil precisava submeter-se às ordens das companhias estrangeiras e fazê-lo com a benevolência dos capitais financeiros internacionais. Nesse particular, escrevera: “para desenvolver de fato a economia nacional ela precisa apelar para a interferência de grupos que lhe são estranhos, que nem sempre têm interesse em desenvolver a economia do país em termos que permita sua hegemonia” (p. 177).

Em sintonia com o raciocínio de Cardoso, mormente no que toca à questão da situação de dependência externa em que se encontrava a economia brasileira nos anos 1960, Furtado (1968) asseverou: “[de] uma perspectiva mais ampla, cabe reconhecer que o desenvolvimento de uma economia dependente [como a brasileira] é reflexo do progresso tecnológico nos pólos dinâmicos da economia mundial” (p. 23). O mais grave nesse processo é que o elemento dinâmico da irradiação do progresso técnico não se orientava em função do desenvolvimento do conjunto das forças produtivas, mas em função do deslocamento da curva da demanda de uma ínfima parcela privilegiada da população, em favor da qual também se dirigia o grosso dos investimentos. No dizer de Furtado (1968): “os investimentos se orientavam para a satisfação de uma demanda reprimida” (p. 29-30). Isso leva nosso autor à

outra dedução não menos angustiante, que consiste no seguinte: “[s]empre se poderá dizer que, em face das dimensões do nosso mercado interno, a indústria moderna somente se instalará entre nós na forma indicada” (p. 30). Ou seja, uma indústria voltada para um mercado restritivo que se moderniza em desacordo com a realidade socioeconômica do país.

Desse modo, ao final dos anos 1960, Furtado (1968) chegara à conclusão de que a industrialização latino-americana e, particularmente a brasileira, além de se orientar em sentido contrário ao que inicialmente parecia ser uma aspiração trivial, tendeu a assumir cada vez mais a forma de internacionalização das atividades produtivas ligadas ao mercado interno. Em sua concepção, esse processo de internacionalização “teria conseqüências em várias direções: a) debilitaria o processo de formação dos centros nacionais de decisões, criando uma nova forma de desarticulação das decisões econômicas; b) limitaria as possibilidades de integrar o setor industrial em expansão com as atividades exportadoras, e c) poria em marcha um processo de integração multinacional essencialmente baseado na articulação de decisões ao nível das grandes empresas estrangeiras que se instalaram na região” (p. 111).

Relativamente aos efeitos da internacionalização, cabe salientar que nesse aspecto Furtado era mais cético do que Cardoso. Pois, enquanto o primeiro autor via esse processo com certa desconfiança e pessimismo, embora admitisse a cooperação do capital estrangeiro, o segundo, ao contrário considerava-o como um fato positivo uma vez que a nova divisão internacional do trabalho circunscrita na internacionalização dos mercados abria a possibilidade de desenvolvimento para a periferia<sup>63</sup>. A idéia de Cardoso era que, após a internalização das forças capitalistas e criado o terreno para que o capital forâneo pudesse atuar de maneira racional e inovadora, o deslanchar do desenvolvimento tornar-se-ia apenas uma questão de tempo.

Em síntese, na opinião de Cardoso (1964), a associação dos grupos nacionais com os capitais estrangeiros, a despeito de sufocar a atuação dos empresários locais, provocaria uma redefinição essencial nas crenças rudimentares dos líderes industriais e tornaria racional a ação dos empresários brasileiros, alterando o seu comportamento social, condição *sine qua non* para impulsionar o desenvolvimento capitalista<sup>64</sup>. Ao caracterizar o *manager* dessa forma, Cardoso demonstra a sua preocupação em analisar o processo de desenvolvimento industrial

---

<sup>63</sup> Esse ponto será mais aprofundado no segundo e terceiro capítulos desta tese.

<sup>64</sup> Na visão de Cardoso (1964), “[para] que o desenvolvimento tenha curso regular e efetivo é preciso uma política de inversão e coordenação de esforços que supõe, de fato, a aceitação de critérios de essencialidade econômica que não coincidem com os de lucratividade alta e rápida e estes últimos objetivos, como vimos, são a mola das inversões privadas num país subdesenvolvido. Para mantê-los, a burguesia industrial apoiou a única política cabível, que era a de atrair capitais estrangeiros para setores que, mesmo sem ser de base, davam um impulso imediato ao mercado e supriam, com custos altos, a falta de esforço da economia nacional” (p. 176).



de uma perspectiva político-social – ou integrada, conforme diria mais tarde – coisa que ainda não tinha sido feito pelas análises estruturalistas.

Para Cardoso, os teóricos estruturalistas não haviam dispensado a atenção necessária à discussão política e social do desenvolvimento econômico, tema este que, em sua opinião, requeria uma investigação mais profunda, a qual deveria levar em conta a conduta do empresário na economia brasileira e a peculiaridade de elucidar a possibilidade de fazer aflorar uma perspectiva de desenvolvimento capitaneada pela burguesia nacional. A investigação dessa problemática de estudo serviu de fio condutor para a obra *Dependência e Desenvolvimento...*, elaborada por Cardoso e Faletto, em fins da década de 1970.

Em que pese o fato de Furtado demonstrar certo receio em relação à perspectiva de desenvolvimento diante da internacionalização dos mercados, o autor reconhece, tanto quanto Cardoso, que não havia possibilidade de alcançar a autonomia na condução do processo em face da carência de capital e da dificuldade de acesso às novas tecnologias. Por outro lado, a preeminência dos grupos internacionais nos segmentos mais importantes da economia brasileira criava barreiras ao capital nacional. A propósito, subscreveu: “[c]abe, portanto, reconhecer que os conglomerados norte-americanos estão presentemente integrados nas economias nacionais latino-americanas e são, dentro destas últimas, o setor em mais rápida expansão (FURTADO, 1968, p. 131).

Frente à constatação de uma situação de extrema dependência externa, Furtado (1968) interroga de forma sintomática: “até que ponto é adequado utilizar o conceito de sistema econômico nacional na análise de tais economias?” (p. 131). Em resposta a essa inquietante indagação ele infere que: como “a penetração [dos conglomerados norte-americanos] se fez por toda parte, [...] interrompeu-se, de maneira geral, a formação de uma classe com nítido sentido nacional” (p. 131).

A situação de dependência – a qual será analisada no segundo capítulo deste trabalho – foi tornando-se mais nítida à medida que os grupos estrangeiros foram se inserindo na economia nacional, inclusive com amplo apoio estatal. A partir daí, diz Furtado (1968): “tornou-se cada vez mais difícil para o empresário local captar o comportamento do conjunto do sistema” (p. 132). A dificuldade do capital nacional consistia em que as empresas autenticamente nacionais, com raras exceções, foram reduzidas a funções secundárias ou complementares, confinando-se em setores de escassa importância no conjunto da indústria. Com isso, Furtado (1968) concluía que, a “redução a um papel de dependência da classe de empresários nacionais, interrompeu na América Latina o processo de desenvolvimento autônomo de tipo capitalista, o qual chegara apenas a se esboçar” (p. 132).

## 2.2 Observações finais

O objetivo perseguido por este capítulo era demonstrar que entre Furtado e Cardoso existem muitos pontos de contato no que se refere às suas análises da economia e da sociedade brasileira das décadas de 1950 e 1960. Conforme ficou demonstrado, os autores convergem com respeito às transformações que poderiam ocorrer na economia nacional nos anos 1950, sobretudo no que concerne às possibilidades de remoção das estruturas atrasadas e de superação do subdesenvolvimento, assim como em relação às perspectivas de afirmação de um modelo de desenvolvimento nacional e autônomo, baseado na industrialização. Esses mesmos pontos de convergências são igualmente constatados em relação à negação dos efeitos disseminadores do processo de industrialização e à mudança de sentido do desenvolvimento nos anos 1960.

Na década de 1960, diante do esgotamento do modelo de substituição de importações e de uma visível tendência à internacionalização da economia, além dos inúmeros obstáculos à transição para um modelo de desenvolvimento nacional e autônomo, Furtado abandonou a esperança desenvolvimentista. A partir daí, asseverou que uma política de desenvolvimento instituída com a finalidade de modificar uma estrutura econômica e social só poderia ser operacionalizada de forma efetiva em uma sociedade que tivesse tomado plena consciência de seus reais problemas e que, além disso, tivesse criado uma matriz institucional capaz de assegurar as condições necessárias à afirmação de um projeto de desenvolvimento auto-sustentado. Na ausência dessas precondições, como era o caso do Brasil, a possibilidade de o desenvolvimento nacional realizar-se não passaria de uma criação imaginária, com o que se infere que a dependência se colocava como uma tendência irremovível.

À luz de Furtado, embora a situação de dependência fosse visível, diferentemente de Cardoso, ele admoestava a associação com o capital estrangeiro sem o estabelecimento de uma política criteriosa dirigida e orientada pelo Estado<sup>65</sup>. Em sua opinião, o processo de internacionalização dos mercados comandado pelas empresas transnacionais aprofundava o endividamento externo – em razão de desequilíbrios nos balanços de pagamentos – e enfraquecia o poder de intervenção do aparelho estatal na regulação da atividade econômica. Esse ponto de vista é corroborado por Corazza (2006), para quem, a “mundialização do capitalismo enfraquece o poder de regulação dos Estados nacionais e priva a sociedade da garantia de seus direitos e conquistas sociais” (p. 135). Não obstante, mais à frente esse autor

---

<sup>65</sup> Este ponto será examinado com mais detalhe no terceiro capítulo deste trabalho.

reconhece a tendência internacionalizante do sistema capitalista. A propósito, subscreve que o “capitalismo é intrinsecamente mundial e seu desenvolvimento pleno significa a ‘desconstrução’ das economias nacionais. Poderíamos dizer que o capitalismo forjou as economias nacionais para se consolidar e se desenvolver, mas seu desenvolvimento pleno significa também a progressiva desintegração das economias nacionais” (p. 141).

Na perspectiva de Furtado, para o Brasil, a internacionalização do capital significava o aprofundamento das amarras do subdesenvolvimento e das travas da dependência externa. Diante dessa situação tornava-se inconcebível pensar em desenvolvimento econômico. Nesse particular, reside um ponto de ruptura entre Furtado e Cardoso. Para este último autor, ante a falta de liderança e a fraca visão empresarial dos dirigentes brasileiros, não restava outra alternativa ao alcance do país senão inserir-se de forma subalterna na economia mundial, sob o jugo das regras impostas pelas empresas transnacionais.

Para Cardoso, a despeito de a entrada do capital estrangeiro aprofundar a situação de dependência da economia brasileira em relação às economias centrais, ele trazia modificações importantes para a estrutura produtiva do país e contribuía para melhorar do nível de vida da população. Não obstante, isso não significava autonomia de decisão nem redistribuição de renda, nem tampouco redução das desigualdades sociais, uma vez que o objetivo principal era acumular capital. Em apoio a essa idéia, Marx ensinara que em face do caráter progressivo e cumulativo do capitalismo, faz parte de sua natureza crescer em forma de espiral, gerando desigualdades e problemas sociais em todos os níveis. Ademais, é oportuno salientar que o capitalismo cria impedimento para metas sociais igualitárias não só na periferia, mas também nos países centrais. Em termos simples, isso significa que nem nos países dependentes, nem nos países avançados, o capitalismo oferece condições estáveis de pleno emprego.

### 3 Os dilemas entre o desejo pela autonomia e a vocação para a dependência

“Agora sabemos de maneira irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de serem semelhantes às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como negar que essa idéia foi de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a idéia do desenvolvimento econômico é um simples mito”. Celso Furtado, 1974.

“Não é realista imaginar que o desenvolvimento capitalista resolverá problemas básicos para a maioria da população. Ao fim, o que deve ser discutido como alternativa não é a consolidação do Estado e a realização plena do ‘capitalismo autônomo’, mas sim a sua superação. A questão relevante, então, é como construir caminhos para o socialismo”. Fernando Henrique Cardoso, 1985.

O desencanto com o “fracasso” da aplicação do modelo teórico de desenvolvimento implantado na América Latina nos anos 1950 abriu espaço para um movimento de críticas, reparos e autocríticas às premissas industrial-desenvolvimentista da Cepal. Esse movimento teve como resultado a formulação de algumas contra-teorias no decênio dos anos 1960, dentre as quais se distingue a abordagem conhecida por “teoria da dependência”, mediante a qual se difundiram várias linhas de interpretações, em que se sobressai uma visão intitulada de crítica ou autocrítica estruturalista apresentada pelos próprios cepalinos, dentre os quais se destaca Celso Furtado, além de outra teoria desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso (em co-autoria com Enzo Faletto), a qual foi denominada de desenvolvimento dependente-associado.

O emprego do termo dependência na América Latina se deu basicamente em função da *débâcle* do modelo de desenvolvimento cepalino. Isto é, na medida em que não se confirmaram as expectativas atribuídas aos supostos efeitos irradiantes da industrialização substitutiva de importações, pôs-se em dúvida a teoria que havia servido de inspiração para o estilo de desenvolvimento nacional e autônomo elaborado sob a égide da Cepal. Em decorrência disso, surgiram várias críticas aos seus postulados e abriu-se espaço para a idealização de novas proposições epistemológicas, dentre as quais se distingue o enfoque da dependência. Em termos mais precisos, pode-se dizer que o conceito de dependência surgiu como resultado do processo de discussão sobre o tema do desenvolvimento e do subdesenvolvimento e foi objeto de estudo de economistas, sociólogos e cientistas políticos das mais diferentes nacionalidades e vinculações institucionais, com os mais distintos pontos de vistas e *approach* metodológicos. Dentre estes, destacamos principalmente Furtado e Cardoso como referência para a elaboração deste trabalho.

O propósito fundamental deste capítulo é examinar as interpretações formuladas por Furtado e Cardoso sobre o *default* do desenvolvimento nacional idealizado pela Cepal e a emergência da noção de dependência da economia brasileira. A perspectiva em tela consiste em esboçar um estudo comparativo das idéias desses dois autores sobre o fenômeno da dependência e o *pattern* de desenvolvimento dependente que se engendrou a partir de meado dos anos 1960, em substituição ao ideário nacional-desenvolvimentista que havia predominado no Brasil até a metade do século XX.

As hipóteses que queremos esposar procuram sustentar que apesar de Furtado e Cardoso tomarem caminhos distintos a partir da segunda metade da década de 1960, e principalmente nos anos 1970, relativamente à perspectiva do desenvolvimento dependente, pode-se encontrar muitos pontos de contatos subjacentes à idéia da *débâcle* do nacionalismo. Essa mesma identificação pode ser percebida no que tange às limitações da capacidade de autonomia do país para conduzir o processo de desenvolvimento, bem como no que concerne à constatação da dependência externa e seus fatores condicantes.

Não obstante, apesar dessa convergência ao nível da comprovação da situação de dependência, eles apresentam pontos de vistas diferentes em relação à associação dos capitais periféricos com o capitalismo central e correlativamente às conseqüências e perspectivas de desenvolvimento diante da dependência. Para Cardoso, a associação dos capitais outorga um significado especial ao desenvolvimento dos países periféricos e a dependência encerra uma característica imanente ao próprio estilo de desenvolvimento capitalista que se engendra em certas economias periféricas como a brasileira e não uma anomalia, como parece à primeira vista. Já para Furtado, ao contrário, a associação de capitais tende a aprofundar a dependência externa e com ela o subdesenvolvimento, impedindo, por sua vez, qualquer possibilidade de materialização do desenvolvimento, entendendo este último não apenas como acumulação de capital, mas como uma transformação no conjunto da estrutura de produção e das forças sociais em função da coletividade.

Vale ressaltar que Furtado defendia a participação do investimento externo mais como uma forma de cooperação ao desenvolvimento, em decorrência da deficiência de acumulação das forças produtivas nos países subdesenvolvidos e da necessidade de acesso às técnicas e conhecimentos gerados nos países desenvolvidos. Todavia, advertia que a participação do capital estrangeiro deveria ser supervisionada e orientada pelo governo, além

de direcionada para áreas não estratégicas e adequada às necessidades mais prementes do país<sup>66</sup>.

Antes de adentrar efetivamente no objetivo em tela é oportuno fazer algumas considerações no que toca ao tema da dependência, ainda que de forma sucinta. Em primeiro lugar, vale aludir que não temos a pretensão de construir uma matriz histórico-teórica do enfoque da dependência, uma vez que a utilização desse termo recua para antes do século XX, escapando excessivamente aos propósitos deste trabalho. Para os fins a que nos propusemos, é suficiente mencionar que as suas balizas teórico-metodológicas foram extraídas dos trabalhos de Marx, Trotsky, Lênin e Rosa Luxemburg, não cabendo repisar o que já é fato conhecido<sup>67</sup>. Em todo caso, não é demais recordar que nos trabalhos de Lênin<sup>68</sup>, principalmente em seus

---

<sup>66</sup> Essa questão será discutida com mais profundidade no terceiro capítulo deste trabalho.

<sup>67</sup> Como diz Sunkel (2006), “[para] encontrar análisis serios del tema [dependencia] es preciso remontarse a las teorías clásicas del imperialismo, en su versión marxista o en versiones no marxista” (p. 86). A propósito da origem da dependência, Marx (1996) demonstra com bastante clarividência os mecanismos (como o uso da força, a pilhagem, o roubo, o massacre, a escravização e a violência generalizada, inclusive com a anuência do Estado) através dos quais o sistema colonial fez as sociedades que mantinham o monopólio comercial sobre as colônias prosperarem em ritmo acelerado. Esse processo se deu mediante a expropriação de riquezas, as quais, por sua vez, se transformaram em capital após a Revolução Industrial, ao passo que as colônias descapitalizadas converteram-se em instrumento de dominação-exploração, tendo em consequência, o seu desenvolvimento bloqueado e/ou condicionado. A esse respeito consultar *O Capital*, especialmente os capítulos XXIV e XXV, de Marx (1996), além de *Sobre o Colonialismo*, de Marx (1978). Nesta última obra ele demonstra acreditar que a expansão do capitalismo desenvolveria a periferia. Por outro lado, Trotsky (1962) sustentava a idéia de que o sistema capitalista constituía uma totalidade sujeita a um desenvolvimento desigual e combinado, em que os países mais adiantados progrediam à custa da exploração das colônias ou semicolônias. Em seu estudo, Trotsky tomava como exemplo o caso da Rússia, país extremamente atrasado, com forte participação do capital estrangeiro no comando da indústria e com uma burguesia industrial inexpressiva. Não obstante, para ele, era justamente aí que o proletariado reunia condições para realizar transformações democráticas, pois, em sua opinião, somente essa classe estava preparada para levar a termo a revolução agrária e a reconstrução democrática do Estado, condições essenciais à construção do socialismo. Essas hipóteses foram desenvolvidas por Trotsky (1962), em *The Permanent Revolution*, onde ele argumenta que a burguesia dos países coloniais ou semicoloniais era incapaz de liderar um movimento em prol das mudanças necessárias à revolução democrático-burguesa – como a revolução agrária, a independência política e a instauração da democracia burguesa – não podendo, por conseguinte, desenvolver as forças produtivas capitalistas. Em seu juízo, somente o proletariado seria capaz de levar o desenvolvimento ao plano prático, mediante a tomada do poder pelos proletários em associação com os camponeses e levar a termo a construção do socialismo. Não obstante, em sua convicção, o socialismo apenas na Rússia, como pretendiam os stalinistas-bukharinistas, não resolveria necessariamente os problemas dos países atrasados, razão pela qual ele renunciava a realização de uma revolução permanente que desembocaria no socialismo em nível internacional. Em suas próprias palavras: a “construção socialista só é concebível quando baseada na luta de classes e em escala nacional e internacional. [...] É nisso que consiste o caráter permanente da própria revolução socialista [...]. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial” (TROTSKY, 1962, p. 208). Em relação a Lênin (1982, 1987b) e Rosa Luxemburg (1984), pode-se dizer que à semelhança de Marx, eles também renunciavam a inevitabilidade da expansão do capitalismo em escala universal e a consequente industrialização das áreas que formavam a periferia do capitalismo.

<sup>68</sup> Examinando o desenvolvimento do capitalismo na Rússia no século XIX, país dependente, principalmente da França, Lênin (1982) contrapunha-se aos populistas, que sustentavam a idéia de que o desenvolvimento capitalista não era necessário à evolução do socialismo. Ao contrário, Lênin demonstrava que o desenvolvimento do capitalismo naquele país já era evidente, embora atrasado em comparação a outros países. Ele achava que o atraso era decorrência da persistência de formações econômicas tradicionais e de uma burguesia atrasada. Diante disso, chegava à conclusão de que em função do caráter progressista do capitalismo, na Rússia, ele era não só politicamente necessário, mas também economicamente viável. Não obstante, como bem sabemos mais tarde

estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, assim como em suas análises do imperialismo, encontra-se a base conceitual do que viria mais tarde a constituir a espinha dorsal do conceito de dependência na América Latina, notadamente da vertente idealizada por Cardoso.

A propósito do conceito de dependência, Cardoso (1971b) certifica que este “é reflexo, isto é, decorre da instauração de um modo de produção que supõe a acumulação por meio de monopólios e da repartição do mundo entre nações imperialistas, como diria Lênin” (p. 34). Em outra ocasião, reafirma que “Lênin formulou [...] o principal sobre a dependência como uma forma de articulação entre duas partes de um mesmo modo de produção e sobre a subordinação de um modo de produção a outro” (CARDOSO, 1979, p. 365). Em outros trabalhos, Cardoso<sup>69</sup> faz referências exaustivas à contribuição de Lênin para a terminologia do fenômeno da dependência, embora o termo usado para a América Latina seja diferente do conceito leninista<sup>70</sup>.

Desse modo, cumpre-nos esclarecer apenas que o reaparecimento do termo dependência nos anos 1960 inspirou-se em dois aspectos fundamentais: por um lado, baseou-se na análise da dinâmica do desenvolvimento capitalista na periferia – a qual já tinha sido objeto de investigação dos autores antes mencionados – e, por outro lado, refletiu a necessidade de atualização dos estudos sobre o capitalismo internacional em sua fase monopolista.

Em segundo lugar, queremos ressaltar também que não pretendemos estabelecer uma periodização da dependência brasileira, nem tampouco discutir seu *status* teórico ou mesmo procurar a sua paternidade, razão pela qual vamos limitar apenas a uma breve caracterização sobre algumas das diferentes categorias vinculadas aos estudos da dependência. Na seqüência, iremos recapitular sucintamente alguns pontos de vistas dos dependentistas mais conhecidos, sobretudo no que se refere à genealogia do subdesenvolvimento e da dependência, bem como

---

Lênin (1987b) mudou de idéia e passou a argumentar que a Rússia poderia avançar em direção ao socialismo, desde que os vínculos com o capital internacional fossem interrompidos. Em sua obra, *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, escrita em 1916, Lênin (1987a) demonstra que a fusão dos capitais financeiros e industriais abria uma etapa nova na vida do capitalismo, marcada pela exportação de capital para os países periféricos, a qual poderia acelerar o desenvolvimento daqueles países. Ele argumenta que a exportação de capital para os países atrasados estava relacionada aos baixos custos com mão-de-obra e matéria-prima naqueles países, tornando os investimentos sobejamente lucrativos. Por outro lado, o controle da periferia era imprescindível para a expansão e monopolização do capital.

<sup>69</sup> Entre outros trabalhos em que Cardoso faz referências a Lênin pela sua contribuição à teoria da dependência, pode-se destacar os seguintes: “Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência?” (1971b) e “Imperialismo y dependencia en la América Latina” (1989).

<sup>70</sup> Apesar de se apoiar na teoria leninista do imperialismo, na definição de seu conceito de dependência Cardoso (1971b) faz a seguinte ressalva: “a divisão do mundo já não se realiza mais, como na época de Lênin, por uma anexação de territórios e pelo controle político-econômico de áreas, para garantir o domínio sobre as fontes de matérias-primas apenas” (p. 43).

em relação às determinações e conseqüências da situação de dependência. Esta discussão será desenvolvida na seção seguinte deste capítulo e, na seqüência, concentraremos nosso estudo no enfoque da dependência esboçado por Cardoso, defrontando-o *pari-passu* com as proposições formuladas por Furtado, a partir da segunda metade da década de 1960 e, sobretudo no decênio seguinte. Antes devemos frisar que, relativamente às diferentes classificações sobre os estudos da dependência, a descrição que se fará a seguir não tem caráter cronológico nem pretende ser conclusiva<sup>71</sup>.

### 3.1 Considerações sobre algumas tipologias da dependência

Em termos de classificações subjacentes aos estudos da dependência, é possível encontrar diversas categorias, as quais por certo não deixam de alinhar-se ao caráter teórico, político e/ou ideológico de cada um dos seus autores. Nesse sentido, em estudo de Cardoso (1980), por exemplo, distinguem-se dois grupos no âmbito da análise da dependência, os quais podem ser resumidos da seguinte forma: no primeiro, figuram os autores que sustentam a hipótese de que o capitalismo dependente se firma na superexploração do trabalho, na marginalização social crescente e é incapaz de dinamizar o mercado interno, apresentando, com efeito, tendência à estagnação e reprodução do subdesenvolvimento. Nesse primeiro grupo Cardoso inclui Frank, Marini e Santos. No segundo grupo figuram os autores que crêem – como o próprio Cardoso<sup>72</sup> e Faletto – que, pelo menos em alguns países periféricos, a penetração do capital industrial e financeiro internacional impulsiona a produção de mais-valia relativa, intensifica o desenvolvimento das forças produtivas e acelera o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas.

Convém ressaltar que, do ponto de vista de Cardoso, o conceito de desenvolvimento está relacionado com a idéia marxista de capitalismo progressista e, à semelhança do que ocorrera nos países capitalistas mais industrializados, teria de ser concentrador, espoliativo, desigual, excludente e explorador. A rigor, essa definição de desenvolvimento está associada

---

<sup>71</sup> Tendo em conta o objetivo perseguido neste capítulo, consideramos apenas os autores que mais se destacaram nos estudos da dependência latino-americana – entre os quais se sobressaem André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, além de Celso Furtado mais Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto – posto que, elaborar uma matriz institucional das análises da dependência constitui uma tarefa que escapa em elevado grau aos planos deste trabalho. Uma boa síntese sobre os distintos autores e vinculações institucionais relativa ao tema da dependência pode ser encontrada em estudo organizado por Gragea (2006). Veja-se especialmente a Introdução do referido autor. Sobre o mesmo tema, consultar também Chilcote (1974), Seers (1987), Hunt (1989), além de Blomström e Hettne (1990), entre outros.

<sup>72</sup> Como informa Cardoso (1980): “[p]essoalmente sustento que a segunda explicação é mais consistente, embora o tipo de ‘desenvolvimento dependente-associado’ não seja generalizável para toda a periferia” (p. 105).



à idéia de modernização e crescimento, a qual não supõe redistribuição igualitária de renda, nem homogeneidade regional, nem tampouco harmonia ou equilíbrio entre os diferentes ramos de produção, mas consiste fundamentalmente em acumulação de capital, a qual ocorre mediante relações de espoliação, exploração e geração de desigualdades. Como diz o próprio Cardoso (1975), nem “o dependente, nem o capitalismo nos países centrais oferece condições estáveis de pleno emprego” (p. 29). Mais à frente ele complementa que o “crescimento capitalista é desigual. Em várias etapas e ciclos implica uma exploração brutal dos trabalhadores, mormente nos países da periferia, que tentam percorrer de um modo diverso caminhos já trilhados pelos países centrais em outras épocas” (p. 38). Esta constitui a tese à qual ele dedicou especial atenção ao longo de sua obra, sobretudo a partir de fins dos anos 1960, ainda que de forma isolada<sup>73</sup>.

Em aquiescência com a classificação de Cardoso, mas de uma perspectiva conceitual distinta, Kay (1989) também identifica a existência de duas posições no campo da teoria da dependência, sendo uma “marxista” ou “neomarxista” e outra “reformista” (p. 125-39). Na primeira, a “marxista”, ele associa Marini, Santos, Frank e Bamberger, entre outros. Na visão de Kay, todos esses autores baseiam-se na abordagem marxista em suas análises da dependência e argumentam que somente mediante uma revolução socialista seria possível romper com a dependência externa da América Latina. Na segunda corrente, a “reformista”, Kay vincula Cardoso (embora reconheça que numa classificação mais detalhada, este representaria sua própria categoria), além de Sunkel, Furtado, Ferrer, Pinto e Jaguaribe. Na interpretação de Kay, esses autores são considerados reformistas por que defendem a idéia de que é possível superar a dependência latino-americana reformando o sistema capitalista.

---

<sup>73</sup> Embora alguns autores endossem a tese de Cardoso e Faletto, parece lícito aduzir que esses dois autores figuram isoladamente como os principais proponentes da idéia do desenvolvimento dependente-associado. Não obstante, em trabalhos posteriores Faletto parece abandonar a tese da associação ao capital estrangeiro, como condição para outorgar o desenvolvimento das economias periféricas, o que atribui a Cardoso a responsabilidade pela subsequente defesa da referida tese, mesmo porque em suas análises individuais essa idéia passa a ser recorrente. Sobre as idéias posteriores de Faletto em relação à dependência, deve-se consultar principalmente Faletto (1998, 2003, 2004). Todavia, em nível nacional, a tese de Cardoso parece encontrar reciprocidade entre autores como Bresser Pereira (1982), por exemplo. Em referência desse autor ao trabalho de Cardoso e Faletto encontra-se a seguinte afirmação: “a interpretação da nova dependência [...] apresenta uma análise mais realista do Brasil” (p. 297). Ademais, fora do Brasil, é possível encontrar outros simpatizantes das idéias de Cardoso, entre os quais se destacam Goertzel (1999), além de Chilcote (1974) e Evan (1979). Por outro lado, existem outros autores como Marini (1969, 2000), Bamberger (1974, 1978) e Santos (1972, 1973), os quais não apenas ignoram como criticam visceralmente a tese de Cardoso e Faletto. A esses críticos poderíamos acrescentar outros, como Robert Packenham (1992), para quem, as únicas partes aproveitáveis do trabalho de Cardoso e Faletto são as que eles copiaram de Gunder Frank, sem, de resto, citar a fonte. Nessa mesma linha de raciocínio, particularmente em referência ao livro de Cardoso e Faletto, Cardoso de Mello *apud* Brant (1998) diz o seguinte: o “livro é um malogro, completo [...], um livro de circunstância. Se você tirar da prateleira e for ler, aquilo não fica de pé”. Outros autores como Benayon (2005) e Souza (2005) rebatem com veemência a tese de Cardoso e Faletto.

Já Martins (1998), em um trabalho de homenagem a Theotônio dos Santos, qualifica os estudos da dependência em duas categorias, sendo uma de inspiração marxista e outra de corte weberiano. Na primeira, além do próprio homenageado (Santos), figuram ainda Marini e Bamberger – sendo estes três autores considerados como os verdadeiros fundadores da “teoria” da dependência – e até certo ponto, Frank. Na segunda categoria, Martins enquadra Cardoso e Faletto, como principais representantes da tendência weberiana (p. 74).

Enquanto isso, Palma (1978) distingue três diferentes enfoques nas análises da dependência, os quais ele identifica da seguinte forma: o primeiro enfoque compreende os trabalhos que negam qualquer possibilidade de desenvolvimento na periferia, uma vez que o sistema só poderá levar ao desenvolvimento do subdesenvolvimento<sup>74</sup>. Dentre os autores desse primeiro grupo figuram Frank, Santos e Marini. No segundo enfoque se encontrariam os estudos que se concentram nas análises dos obstáculos ao desenvolvimento periférico – em decorrência das limitações da economia de mercado –, classificação esta em que se agrupariam Furtado e Sunkel, além dos revisionistas cepalinos, em que se sobressai Prebisch. Na terceira corrente, estariam aqueles autores que aceitam a possibilidade de desenvolvimento capitalista na periferia, porém de forma associada e dependente, vertente essa da qual Cardoso é o representante mais fiel (p. 899).

Outra classificação não menos importante pode ser encontrada em um estudo bastante sugestivo desenvolvido pelos economistas suecos, Blomström e Hettne (1984). Esses autores conseguem identificar três correntes distintas na “teoria” da dependência, sendo a primeira cognominada de crítica ou autocrítica estruturalista, formada pelos cientistas ligados à Cepal, mais precisamente por Sunkel, Furtado e Prebisch, para quem, os limites do projeto de desenvolvimento nacional tornavam-se incontestáveis diante do fracasso do ideário nacionalista-desenvolvimentista. Já a segunda corrente, chamada de neomarxista, é composta por Santos, Bamberger e Marini, além dos pesquisadores do CESO da Universidade do Chile<sup>75</sup>. Por fim, a terceira corrente, é definida como a marxista não-ortodoxa, em que se incluem Cardoso e Faletto de forma distintiva. Essa qualificação se deve ao fato de esses autores

---

<sup>74</sup> Essa tese segue de perto uma idéia apresentada anteriormente por Frank (1966), em “The development of underdevelopment”, a qual constitui o foco central da análise desse autor e reaparece exaustivamente em seus trabalhos posteriores, como em Frank (1971a, 1971b, 1973, 1980).

<sup>75</sup> Convém assinalar que Gunder Frank, às vezes, aparece ligado a esse grupo, mas o fato dele posteriormente ter declarado oposição ao marxismo e a sua insistente proposição de um esquema de expropriação internacional mais ou menos estático o distancia da abordagem neomarxista.

aceitarem a suposição de um papel progressista do desenvolvimento capitalista e a dificuldade de alcançar o desenvolvimento pela via socialista<sup>76</sup>.

Ainda é possível encontrar outras classificações sobre o enfoque da dependência<sup>77</sup>, como as que se encontram nos estudos de Larrain (1989), Hettne (1990) e Hunt (1989). Simplificando as obras dos referidos autores<sup>78</sup> – já que não é propósito deste trabalho adentrar no assunto – podem-se distinguir as seguintes posições no interior da dependência: i) Larrain (1989) encontra apenas uma corrente na análise da dependência, a qual é chamada de não-marxista (sendo formada por Cardoso e Faletto, Baran, Frank, Marini, Santos e Amin, entre outros); ii) Hettne (1990) também identifica apenas uma vertente no enfoque da dependência, mas é denominada de neo-marxista (da qual fazem parte Baran, Frank, Marini, Santos e Bambirra; iii) De forma similar aos autores anteriores, Hunt (1989) distingue uma única corrente nas análises da dependência, também caracterizada de neo-marxista (mas composta por Emmanuel, Amin e Warren).

Em que pese a variedade de categorias e a multiplicidade de seus pontos de vistas, os dependentistas convergem em alguns pontos tais como: a caracterização do subdesenvolvimento e a originalidade do conceito de dependência, conforme demonstraremos a seguir. Em relação ao subdesenvolvimento, eles sustentam que o mesmo está conectado ao desenvolvimento do capitalismo mundial, sendo ambos, aspectos diferentes de um mesmo processo. Para dizer o mesmo de outra forma, é trivial ao pensamento dependentista que o subdesenvolvimento não consiste num estágio atrasado que antecede o capitalismo, mas é

---

<sup>76</sup> Do ponto de vista de Cardoso, a dificuldade da via socialista decorre da despolitização das “massas” no Brasil e da sua debilidade e incapacidade de organização em torno de um objetivo comum. Já no início dos anos 1960, ele salientava a dificuldade de uma ação revolucionária em relação à classe operária. A propósito disso, escreveu: “é pouco provável que o comportamento do operariado brasileiro, a curto prazo, se caracterize pelo ímpeto revolucionário. Este, apesar de não desfazer-se da face política de toda ação sindical, tende decisivamente para um tipo de ação mais voltado para reivindicações relativas às condições de trabalho e de existência dos operários” (CARDOSO, 1962, p. 121). Posteriormente, voltou a afirmar: “no Brasil, a classe operária [...] estará coibida para conduzir uma política própria devido à sua situação inorganizada e talvez inorganizável enquanto massa” (CARDOSO, 1971a, p. 116).

<sup>77</sup> Em um estudo de Jiménez (1977), existe uma classificação dos dependentistas vinculando-os à nacionalidade dos autores, em que se destacam: os brasileiros (Fernando Henrique Cardoso, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Aníbal Pinto, Ruy Mauro Marini e Helio Jaguaribe); os chilenos (Enzo Faletto, Orlando Caputo e Roberto Pizarro); os mexicanos (Pablo González Casanova, Alonso Aguilar e Fernando Carmona); o peruano (Aníbal Quijano); os argentinos (Juan Pablo Franco e Sergio Bagú); os colombianos (Antonio Garcia, Mario Arrubla e Orlando Fals Borda); o norte-americano (André Gunder Frank); e o alemão (Franz Hinkelammert). Por outro lado, Hermet (2002) diz haver duas teorias da dependência, as quais ele define da seguinte forma: a “primeira, de inspiração histórica, corresponde a uma interpretação de corte científico das relações funcionalmente desiguais que os países centrais da economia mundial mantêm com os de sua periferia” (p. 40). Segundo ele, André Gunder Frank representaria a primeira dessas correntes. Já a “segunda, de orientação marxista [ou neomarxista], se insere em uma remota extrapolação das análises de Lênin [...] ou das de Bukharin” (p. 40-1). Essa corrente teria como principal porta voz Ernesto Laclau, para quem, a América Latina é “feudal-capitalista”, ou seja, não é uma coisa nem outra, embora com aparência enganosa dos dois modos.

<sup>78</sup> Uma síntese do pensamento desses autores pode ser encontrada em estudo desenvolvido por Frank (1991).

consequência direta e indissociável do próprio desenvolvimento capitalista, constituindo, por sua vez, uma forma particular do desenvolvimento na periferia. Nesse sentido, eis o que Santos (1973) afirma: “el subdesarrollo es producto de una situación mundial que se explica por la expansión del capitalismo en el mundo” (p. 39). Em outra ocasião, subscreve que “nuestros países [latinoamericanos] se forman como tales dentro de la situación de dependencia y, por tanto, dentro del proceso de expansión mundial del capitalismo” (SANTOS, 1970, p. 177).

Em consonância com o raciocínio anterior, Frank (1971b) assevera que para entender a natureza do subdesenvolvimento é necessário inseri-lo historicamente como produto de uma política que esteve sempre a serviço dos interesses das metrópoles colonialistas e imperialistas. A esse respeito ele afirma que “no se puede entender el subdesarrollo en una sociedad dependiente [...] si no se plantea éste históricamente como producto de una política burguesa que responde a intereses [de la] metrópoli colonialista y imperialista” (p. 11). Em outra ocasião, reafirma essa questão da seguinte forma: “[yet] historical research demonstrates that contemporary underdevelopment is in large part the historical product of past and continuing economic and other relations between the satellite underdevelopment and the now developed metropolitan countries” (FRANK, 1972b, p. 3).

A idéia de Frank é que as relações atrasadas que estruturam a vida econômica, política e social interna dos países latino-americanos são produzidas por um processo histórico único e se engendram na esteira do próprio desenvolvimento do sistema capitalista mundial ao longo de seus diferentes estágios. Em seu modo de ver, a situação econômica da América Latina não tem qualquer relação com a existência de resquícios feudais ou mesmo com a ausência de capital como queriam alguns estruturalistas. Nesse particular, escreveu:

[The] underdevelopment is not due to the survival of archaic institutions and the existence of capital shortage in regions that have remained isolated from the stream of world history. On the contrary, underdevelopment was and still is generated by the very same historical process which also generated economic development: the development of capitalism itself (FRANK, 1972b, p. 9).

Na mesma linha de pensamento, Marini (1969), que também se destacou nos debates sobre o tema da dependência latino-americana, assinala que “[la] historia del subdesarrollo latinoamericano es la historia del desarrollo del sistema capitalista mundial. Su estudio es indispensable para quien desee comprender la situación a la que se enfrenta actualmente este sistema y las perspectivas que se abren” (p. 3). Posteriormente, reforça esse argumento

aludindo que o surgimento da América Latina e o subsequente subdesenvolvimento não podem ser explicados como uma história à parte com relação à história dos países desenvolvidos, mas como elementos integrados e inseparáveis, postos em movimento por um grupo de países avançados visando à internacionalização cada vez mais integrada e intensificada do seu modelo econômico. Referindo-se à integração da economia latino-americana no mercado mundial, Marini (2000) faz a seguinte asserção: “[forjada] ao calor da expansão comercial promovida, no século XVI, pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional” (p. 107-8).

Marini (2000) argumenta ainda que a “criação da grande indústria moderna teria sido fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional” (p. 111). Nesse particular, acentua que relativamente ao caso da industrialização européia, o incremento da classe operária urbano-industrial não teria logrado êxito se não tivesse contado com os meios de subsistência agropecuária proporcionados pelos países latino-americanos. Para os países industrializados, a consequência imediata desse processo, como é sobejamente conhecida, foi reduzir o valor da força de trabalho, aumentar a mais-valia relativa e dinamizar a acumulação de capital. Já para os países latino-americanos, ao contrário, os efeitos foram duplamente negativos: por um lado contribuiu para deprimir os preços dos produtos primários no mercado mundial e, por outro, concorreu para represar a acumulação de capital, retardar o desenvolvimento das forças produtivas e limitar o seu desenvolvimento econômico.

A conclusão de Marini (2000) pode ser resumida nos seguintes termos: “por sua estrutura global e seu funcionamento, [a América Latina] não poderá nunca se desenvolver da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas consideradas avançadas” (p. 106). Essa disjuntiva leva-o a outra afirmação bastante sombria aos países latino-americanos, a qual assegura: “mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o contemplamos tanto a nível nacional como, a nível internacional” (p. 106). Em suma, à imagem desse autor o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são entendidos como processos indissociáveis e necessários para a evolução internacional do modo capitalista de produção.

No que se refere à gênese do subdesenvolvimento, Cardoso e Faletto (1970) seguem basicamente a mesma matriz epistemológica adotada pelas demais correntes da escola da dependência mais afeiçoadas com o marxismo ortodoxo. Estas correntes, não satisfeitas com as metodologias aferradas à idéia do etapismo que caracteriza as transformações dos países desenvolvidos, recorrem aos labirintos da história no afã de captar a natureza das relações

econômicas que se estabeleceram entre as nações industrializadas e suas possessões coloniais nas regiões periféricas do além-mar.

Na perspectiva de Cardoso e Faletto (1970), para entender a natureza do subdesenvolvimento é necessário analisar a forma como se deu a vinculação das economias subdesenvolvidas ao mercado mundial e as condições em que se estabeleceram os grupos internamente, os quais por sua vez, atuaram na definição das relações orientadas para o exterior. A propósito disso, em outro estudo Cardoso (1964) já havia assinalado que a compreensão do subdesenvolvimento requer uma análise cautelosa com respeito ao “desdobramento das economias industriais desenvolvidas sobre as áreas [...] chamadas subdesenvolvidas” (p. 69). Mais à frente, assevera que para isso seria “preciso estudar o colonialismo, o imperialismo e o neocapitalismo (ou neocolonialismo) para determinar o tipo de relação [existente] entre as áreas subdesenvolvidas e as áreas desenvolvidas” (p. 69).

Assim, em conformidade com os dependentistas supracitados, Cardoso e Faletto (1970) asseveram que “a situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista” (p. 25-6).

Em suma, o que se pode reter da interpretação sociológica, é que a gênese do subdesenvolvimento e da dependência não pode ser compreendida seguramente sem uma análise mais atilada das relações que se estabeleceram entre as sociedades centrais (desenvolvidas) e as nações periféricas (subdesenvolvidas), opinião essa com a qual os demais dependentistas também comungam. No dizer de Cardoso e Faletto (1970): “a especificidade histórica da situação de subdesenvolvimento [como eles preferem chamar] nasce precisamente da relação entre sociedades periféricas e centrais” (p. 25).

É oportuno salientar que, antepondo-se de forma pioneira a quase todos os dependentistas anteriormente mencionados, Furtado (1961) já havia estabelecido que a raiz do subdesenvolvimento origina-se no âmago da exploração capitalista a que algumas nações foram submetidas por outras no campo da circulação mundial de mercadorias desde suas formações iniciais. Em sua formulação, o subdesenvolvimento não caracteriza uma fase, como imaginava o pensamento convencional, mas uma situação histórica, um fenômeno cultural. Em suas palavras: “o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas” (p. 191).

Outro estudioso do fenômeno da dependência na América Latina, como Kay (1989), também aceita a proposição de que o subdesenvolvimento não pode ser visto senão como uma forma particular do desenvolvimento capitalista na periferia do sistema, o qual resulta do tipo de relação econômica que se estabelece entre os países desenvolvidos e os sem desenvolvimento. A propósito, eis o que escreve:

Both dependency [reformist and marxist] also share the view that underdevelopment [...] is the particular form capitalist development assumes in these countries. They also agree that dependency originated when these countries were forcefully incorporated into the world capitalist system by the dominant countries, and concur that, in order to understand the internal dynamics of the Third World countries, it is necessary to examine their relationships to the world capitalist system (p. 129).

O mesmo grau de convergência existente entre os dependentistas relativamente à formação do fenômeno do subdesenvolvimento pode igualmente ser encontrado em referência à caracterização da “nova” dependência. Segundo esses autores, a dependência deriva de uma série de condicionamentos resultante do tipo de relação (exploração econômica) que se estabelece entre grupos e classes dos países desenvolvidos (dominantes e exploradores) e suas congêneres nos subdesenvolvidos (dominados e explorados) e, inclusive, da própria estrutura interna prevalente nesses países, configurando um tipo de desenvolvimento desigual e combinado em nível nacional e internacional<sup>79</sup>. Esses fatores condicionantes atuam *matatis mutandis* na orientação dos investimentos, no controle da produção e das formas de acumulação de capital, assim como na organização da estrutura política e social dos países subdesenvolvidos, impondo condições e limites ao seu desenvolvimento.

Destarte, como podemos ver a seguir, em analogia com a originalidade do conceito de subdesenvolvimento, os dependentistas concordam que a dependência – entendida como

---

<sup>79</sup> Comentando o caráter desigual e combinado das relações econômicas estabelecidas no mercado mundial entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, Santos (1973) afirma que a desigualdade se dar “porque el desarrollo de algunas partes del sistema se hace a costa de otras partes. Las relaciones comerciales se basan en un control monopólico del mercado, que lleva a trasferir a los países dominantes los excedentes generados en los países dependientes. Las relaciones financieras son, por parte de las potencias dominantes, formas de préstamo y exportación de capitales que permiten recibir intereses y ganancias, aumentando su excedente interno y profundizando el control de las economías de estos países. Por parte de los países dependientes, en cambio, esas relaciones se muestran como exportación de ganancias e intereses que llevan parte del excedente generado en su interior y determinan la pérdida de control de sus recursos productivos” (p. 49). Relativamente ao termo combinado, diz o autor: “[a] este desarrollo lo denominamos combinado, porque la combinación de esas desigualdades y la trasferencia de recursos de los sectores más atrasados y dependientes a los más adelantados y dominantes explica dicha desigualdad, la profundiza y la transforma en un elemento indispensable y estructural de esa economía mundial” (p. 49).

uma situação condicionante<sup>80</sup> – não pode ser entendida à revelia da história das relações do sistema econômico mundial. Advogam também que a mesma não é determinada exogenamente (pelas relações imperialistas) como imaginavam os estruturalistas, mas, ao contrário, ela está na própria natureza da estrutura interna de classes dos países subdesenvolvidos.

A propósito da formação da dependência, Santos (1973) afirma que “[la] teoría de la dependencia nos plantea, pues, el siguiente problema: nuestros países se forman como tales dentro de la situación de dependencia y, por lo tanto, dentro del proceso de expansión mundial del capitalismo” (p. 39). Mais à frente, enfatiza: “[la] dependencia está, pues, fundada en una división internacional del trabajo que permite el desarrollo industrial de algunos países y limita este mismo desarrollo en otros, sometiéndolos a las condiciones de crecimiento impuestas por los centros de dominación mundial” (p. 42). Essa mesma posição é reafirmada mais adiante nos seguintes termos:

Para comprender el sistema de producción dependiente y las formaciones socioeconómicas que él configura es necesario, pues, considerarlo parte de un sistema de relaciones económicas mundiales basado en el control monopólico del gran capital, en la dominación de algunos centros económicos y financieros sobre otros, y en el monopolio de una tecnología muy compleja, todo lo cual condiciona un desarrollo desigual y combinado en los niveles internacional y nacional (p. 59).

Quanto ao fator determinante da situação de dependência, Santos (1973) argumenta que “[la] dependência no es un ‘factor externo’, como se há creído muchas veces [...]. [La] forma en que esa situación actúa sobre la realidad [...] es determinada por los componentes internos” (p. 37). Em sua opinião, classificar a dependência de uma perspectiva interna, isso é, condicionada pelas estruturas internas, implica considerar o desenvolvimento como um fenômeno histórico mundial, resultado da formação, expansão e consolidação do capitalismo mundial. Em suas palavras: “[tal] enfoque implica la necesidad de integrar, en una sola historia, la perspectiva de la expansión capitalista en los países hoy desarrollados y sus resultados en los países por él influidos” (p. 37).

---

<sup>80</sup> Segundo afirma Santos (1973): “[la] dependencia es una situación donde la economía de cierto grupo de países está condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía, a la cual se somete aquella. La relación de interdependencia establecida por dos o más economías, y por estas y el comercio mundial, adopta la forma de dependencia cuando algunos países (los dominantes) pueden expandirse y autoimpulsarse, en tanto que otros (los dependientes) solo pueden hacerlo como reflejo de esa expansión, que puede influir positiva y/o negativamente en su desarrollo inmediato” (p. 42).



À semelhança dos demais intérpretes, no enfoque de Marini (2000) a dependência é entendida como uma relação de subordinação e se engendra no âmago da nova divisão internacional do trabalho, a qual foi forjada pela reorganização da economia mundial no pós-guerra sob a liderança dos Estados Unidos. Nesse sentido, assevera:

[É] a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da [América Latina]. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (p. 109).

No tocante aos fatores determinantes da dependência, a despeito de Marini não aprofundar essa questão, pode-se deduzir que sua opinião é contígua ao raciocínio dos demais dependentistas. Essa indução pode ser observada na seguinte passagem: “el capitalismo latinoamericano reprodujo las leyes generales que rigen el sistema en su conjunto, mas, en su especificidad propia, las acentuó hasta su límite” (MARINI, 1969, p. 20). O que se pode intuir da interpretação de Marini é que a despeito da dependência ser caudatária das relações de dominação e exploração forjadas à sombra da integração da América Latina na economia mundial, ela tem sua própria lei. Para dizer o mesmo com outras palavras, a dependência tem uma dinâmica própria que se molda a partir dos limites e das possibilidades de ação dos agentes econômicos e das formas de desenvolvimentos dos países subdesenvolvidos, constituindo uma conformação de certo tipo de estrutura interna condicionada pela situação de dependência externa.

Na opinião de Marini, a dependência constitui o mecanismo principal de subordinação dos países subdesenvolvidos aos centros de dominação do capital, condição necessária para assegurar a reprodução capitalista em escala internacional. Nessas circunstâncias, a dependência se nutre, pois, de relações desiguais entre os países subdesenvolvidos e os desenvolvidos por meio das empresas multinacionais – detentoras da tecnologia de vanguarda – as quais atuam de forma combinada no sentido de garantir a ampliação de espaços para realização de seus investimentos e obtenção de superlucros.

Para isso concorreu o fato de que no pós-guerra a economia capitalista em seu conjunto passou por uma nova configuração em função da ascensão dos Estados Unidos assumindo a liderança mundial, tanto em nível da produção e dos investimentos como na geração de *know how*. Os avanços conseguidos com a concentração de capital em escala planetária colocaram nas mãos das grandes corporações norte-americanas uma enorme

quantidade de recursos que precisavam encontrar aplicações lucrativas no exterior, devido à incapacidade de absorção dentro das fronteiras da economia estadunidense. Acrescente-se a isso que o avanço do progresso técnico havia reduzido o prazo de reposição do capital fixo pela metade à época, levando à obsolescência equipamentos ainda não totalmente amortizados. Segundo Mandel (1969), o ritmo do progresso tecnológico no pós-guerra foi de tal ordem que o prazo de reposição do capital fixo foi reduzido de uma média de oito para quatro anos, colocando em desuso muitos equipamentos que ainda não tinham sido amortizados.

Esse processo coincidiu com a necessidade imanente da América Latina em atrair capitais e técnicas estrangeiros para fazer avançar o seu processo de industrialização. Com efeito, surgiu o interesse das economias centrais em impulsionar o processo de industrialização da periferia, visando à criação mercados para sua indústria pesada. Ou seja, chamada a coadjuvar no processo de acumulação de capital mundial, a América Latina o fez mediante o emprego de tecnologia obsoleta, o que em certa medida contribuía para refrear o ritmo da acumulação de capital na esfera local. Isso ocorreu devido à diferenciação ao nível das forças produtivas nas economias que se integram no mercado mundial à base de diferentes composições orgânicas de capital, as quais implicam por sua vez graus variados de exploração do trabalho no processo de acumulação e no estilo de desenvolvimento.

Por mais paradoxal que possa parecer, a entrada de capital estrangeiro sob a forma de inversão direta, cada vez mais associada a empresas locais, representava uma solução conveniente para ambas as partes: para o investidor estrangeiro, o equipamento de segunda geração produzia bens similares aos que poderiam ser obtidos em suas matrizes com tecnologia moderna, em virtude do baixo custo da mão-de-obra local. Já para as economias subdesenvolvidas, abria-se a possibilidade de se obter uma mais-valia relativa de importância relativamente considerável, embora em nível inferior àquela que era obtida pelos países industrializados. Foi nesse contexto que a América Latina evoluiu de um desenvolvimento autônomo, entre os anos 1930 e 1950, para uma integração subordinada aos capitais estrangeiros, no período subsequente, dando lugar a um novo tipo de dependência muito mais radical do que aquele que prevalecera anteriormente.

Para Marini (1969), a associação de capitais consolidou o processo de integração econômica da América Latina no sistema mundial, contribuindo não só para a desnacionalização da burguesia emergente, mas também para a efetivação de um mecanismo de prática abusiva de preços, os quais eram fixados com base nos custos de produção das indústrias mais atrasadas. Esse mecanismo permitia compensar a reduzida dimensão do

mercado latino-americano, o que redundava em elevação do grau de exploração da força de trabalho como meio de ressarcir essa deficiência.

Marini (1969) estava convencido de que a integração atuava no sentido de reforçar as amarras da dependência externa dos países latino-americanos. À sua imagem, o resultado disso seria o aumento da exploração do trabalho, trazendo conseqüências perniciosas para as classes trabalhadoras rurais e urbanas em todos os níveis. Nesse sentido, ele certifica: “[la] superexplotación del trabajo en que se funda el imperialismo, bajo cuyo signo se pretende integrar a los países de la región, establece una arritmia entre la evolución de las fuerzas productivas y las relaciones de producción que no deja prever sino el derrocamiento del sistema en su conjunto, con todo lo que él representa en explotación, destrucción y degradación” (p. 23). Vale salientar que, nesse particular, o raciocínio de Marini está em absoluta desarmonia com o de Cardoso e Faletto, conforme veremos mais adiante, sobretudo no que toca às conseqüências e perspectivas da dependência, aspecto este que marca uma ruptura intransigente entre os analistas da dependência, mormente entre os autores examinados neste trabalho.

Em simetria com as proposições anteriores, relativamente aos fatores que dão forma à dependência, Frank (1973) assevera que essa situação decorre diretamente da integração secular da América Latina ao processo de expansão e desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Em relação à questão da determinação da dependência ele sublinha que “la dependencia no debe ni puede considerarse como una relación meramente ‘externa’ impuesta a todos los latinoamericanos desde fuera y contra su voluntad, sino que la dependencia es igualmente una condición ‘interna’ e integral de la sociedad latino-americana” (p. 10). Em seu ponto de vista, se a dependência fosse determinada externamente a burguesia nacional teria condições objetivas para oferecer uma alternativa nacionalista e autônoma ao subdesenvolvimento. Porém, em seu juízo, esta alternativa não existe porque a condição de dependência faz com que a própria burguesia seja dependente. A propósito, certifica que:

[The] dependence is the result of the historical development and contemporary structure of world capitalism, to which Latin American is subordinated, and the economic, political, social, and cultural policies generated by the resulting class structure, especially by the class interests of the dominant bourgeoisie. It is important to understand, therefore, that throughout the historical process, dependence is not simply an “external” relation between Latin American and its world capitalist metropolis but equally an “internal”, indeed integral, condition of Latin American society itself (FRANK, 1972a, p. 19-20).

No que concerne à gênese da dependência, Frank (1980) argumenta que na América Latina os estruturalistas sempre “obtiveram uma imagem superficial de alguns sintomas da dependência, os quais desviam [a] atenção da natureza ou das causas internas fundamentais da dependência externa” (p. 26). Ou seja, o autor condiz com a aceitação usual aos demais dependentistas de que são as contradições internas que caracterizam os modos de produção e as relações econômicas, as quais respondem pela determinação da dependência externa dos países subdesenvolvidos. O seu raciocínio é que ao longo dos diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo (mercantilismo, capitalismo industrial e imperialismo) a periferia sempre esteve a serviço das necessidades de acumulação nos países centrais. Em uma primeira fase, a função da periferia foi permitir a acumulação de riqueza monetária na metrópole, riqueza que se transformou em capital após a Revolução Industrial. A partir daí, o centro de gravidade mudou do comércio para a indústria e a periferia passou a desempenhar um papel essencial para a aceleração da acumulação de capital em favor do centro: por um lado, contribuiu para diminuir o custo da força de trabalho mediante o fornecimento de gêneros agrícolas para consumo de massa e, por outro, permitiu reduzir o valor dos componentes do capital constante, com o suprimento de matérias-primas a custos significativamente reduzidos.

Em similitude com os demais dependentistas aos quais se fez alusão, particularmente no que diz respeito à questão da fenomenologia da dependência, Cardoso (1969) estabelece que a “relação de dependência supõe e requer a caracterização analítica das formas e limites do jogo entre a dinâmica interna dos países dependentes e a dinâmica externa das relações de dominação-subordinação entre países” (p. 18). Do seu ponto de vista, considerando que “os vínculos específicos desta situação se formam histórica e estruturalmente com a constituição do mercado internacional, é legítimo procurar a partir deste ângulo uma caracterização de situação de dependência” (p. 18).

Na mesma linha, Furtado (1976) certifica que a “evolução do capitalismo periférico manifesta-se, notoriamente, no plano das estruturas internas de dominação. O sistema de divisão internacional do trabalho criou nos países exportadores de matérias-primas burguesias dependentes, que atuavam como focos irradiadores dos valores culturais gerados nos países de capitalismo central” (p. 96). Em decorrência desse processo, teve origem “a dominação cultural dentro da qual se moldariam as estruturas econômicas e sociais” (p. 96).

Nesse sentido, Cardoso (1969) acentua que a expansão do mercado mundial criou relações de subordinação e dependência entre os países e, a partir daí, estabeleceu limites e diferenças no interior da unidade dominada, constituída pelo sistema capitalista internacional.

Em sua imaginação, é dessa interconexão que se nutre a situação de dependência. Para ele, a análise da dependência “deverá considerar, por um lado, os nexos entre os modos particulares de vinculação das economias latino-americanas ao mercado mundial e, por outro, as estruturas políticas, internas e externas de dominação” (p. 18).

Na concepção de Cardoso (1969), a constituição da situação de dependência ganha sentido a partir do momento em que duas estruturas diferentes se vinculam no mercado mundial, mediante relações de dominação e sujeição. No seu modo de ver, “a vinculação se dá porque [...] alguns grupos pertencentes às estruturas dependentes [...] se associam fora das sociedades dependentes, ao nível do mercado mundial, e se orientam por regras derivadas das estruturas dominantes. Do mesmo modo, segmentos das estruturas dominantes se fazem presentes no interior das sociedades dependentes e passam a operar no sistema interno de dominação” (p. 17). O resultado disso é que o sistema externo de dominação corta e interpenetra de forma transversal, de um país a outro, fazendo com que a estrutura externa passe a ser vista como interna.

Em outro estudo, Cardoso e Faletto (1970) afirmam que a “dependência [...] implica uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores” (p. 26). Em seguida, emendam que esta “situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas” (p. 26).

No que concerne à polêmica sobre os fatores determinantes da situação de dependência, ou seja, se os mesmos têm origem externa ou interna, seguindo o mesmo raciocínio dos autores anteriormente descritos, Cardoso e Faletto (1970) afirmam o seguinte:

[O] conceito de dependência [...] pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado e busca-se estabelecer, por seu intermédio, as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos. Mas o externo, nessa perspectiva, expressa-se também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna (p. 23).

Mais à frente asseveram:

A dependência encontra assim não só ‘expressão interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre classes e grupos que implica uma situação de

domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior. Nessa perspectiva, a análise da dependência significa que não se deve considerá-la como uma ‘variável externa’, mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relações entre diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes (p. 31).

Dessa forma, foi dentro desse complexo e polêmico contexto que a América Latina assistiu ao ressurgimento e consolidação de uma abordagem analítico-interpretativa do seu desenvolvimento nos anos 1960, a qual se denominou de “teoria da dependência” ou escola da dependência, como pretendem alguns autores como Palma (1978) e Blomström e Hettne (1990)<sup>81</sup>. É oportuno repisar mais uma vez que o reaparecimento do termo dependência foi resultado de uma reação à debilidade ou insuficiência explicativa do marxismo esquemático, cuja pretensão era oferecer uma nova explicação para a negação das expectativas imputadas aos efeitos irradiadores da industrialização substitutiva de importações<sup>82</sup> e à subsequente mudança de curso dos acontecimentos, nos anos 1960<sup>83</sup>.

---

<sup>81</sup> Alguns autores recomendam a utilização do termo “escola” da dependência em vez de “teoria”, em razão da complexidade que recai sobre o adjetivo “teoria”. Nesse aspecto, Palma (1978) argumenta que é mais adequado falar de uma “escola” da dependência em vez de “teoria” da dependência, dado que, sob o título de dependência é possível encontrar teorias de natureza muito diversa. Essa é também a opinião de Blomström e Hettne (1990), os quais afirmam: “[usamos] ‘escuela de la dependencia’ porque parece ser el término más neutral. El concepto de ‘teoría’ es inadecuado, puesto que diferentes teóricos de la dependencia han recibido sus impulsos teóricos de diversas fuentes. [...] Para evitar una controversia relativa a la terminología, usaremos ‘escuela’, término con el cual queremos hacer referencia a un grupo de autores que están unidos por una perspectiva común, aunque no estén necesariamente de acuerdo en todos los detalles” (p. 95). Nesse particular, Cardoso (1980) também destaca a hesitação com que lida com “a idéia de dependência: noção, conceito, ‘teoria’, caracterização concreta” (p.71-2). Ele ressalta que esta “hesitação pode ser explicada por motivos político-ideológicos, em parte, entretanto, ela deriva da falta de definição mais clara do universo de discurso teórico em que me situo” (p. 72). Em outra ocasião, ele parece não se sentir à vontade quando é associado aos demais dependentistas e revela que não gosta do termo. Nesse particular, afirma: “os dependentistas (adjetivo que me causa horror) apresentam matizes ideológicos distintos, conforme se situem mais próximos à Cepal [...] ou sejam mais autenticamente contrários ao capitalismo e mais influenciados pelo pensamento dos economistas marxistas pré-dependentistas” (p. 91).

<sup>82</sup> O modelo de substituição de importações que teve início com a substituição de bens de consumo entrou em crise na passagem para a substituição de bens de produção, pois este processo de transição demandava capital e tecnologia mais intensivamente, fatores esses que eram escassos nos países subdesenvolvidos à época. Em suma, o esgotamento do modelo substitutivo de importações resultou basicamente do fato de que, enquanto a participação nacional da maior parte dos bens diminuía, por outro lado, suas fases de produção se internacionalizavam.

<sup>83</sup> Segundo informa Cardoso (1979), o ressurgimento da noção de dependência na América Latina, se deve basicamente à existência de três vertentes históricas: “[i] as análises inspiradas na crítica aos obstáculos ao ‘desenvolvimento nacional’, [ii] as atualizações, a partir da perspectiva marxista, das análises sobre o capitalismo internacional na fase monopólica e, [iii] finalmente, os intentos de caracterização do processo histórico estrutural da dependência em termos das relações de classe que, ligando a economia e a política internacionais a seus correspondentes locais e gerando, no mesmo movimento, contradições internas e luta política, asseguram a dinâmica das sociedades dependentes” (p. 365).

### 3.2 A dependência e as opções do desenvolvimento associado<sup>84</sup>

Diante do esgotamento do paradigma de desenvolvimento cepalino alguns dependentistas passaram a contra-atacar vigorosamente a Cepal após o “fracasso” de suas propostas, *malgré* de diferentes pontos de vistas. A crítica à teoria cepalina consiste em afirmar que a industrialização não trazia as conseqüências esperadas por seus proponentes. Ao contrário da visão desenvolvimentista, os dependentistas postulavam que a industrialização não trazia autonomia de decisões por que o processo era comandado pelas empresas multinacionais, cujo centro de decisão se localizava no exterior. Da mesma forma, também não trazia distribuição de renda na proporção requerida por que era baseada em um tipo de tecnologia que valorizava mais o trabalho qualificado, em detrimento do trabalho assalariado de baixa qualificação (predominante na América Latina), gerando uma crescente diferenciação no nível de renda entre os assalariados.

Ademais, ao basear-se em tecnologia poupadora de mão-de-obra, a industrialização também não gerava emprego<sup>85</sup> na proporção necessária para absorver o enorme contingente de trabalhadores desempregados e subempregados no meio urbano, aos quais se somavam outros que migravam do campo para a cidade à procura de melhores oportunidades de empregos. Aliás, como mostra Tavares (1972), na segunda metade da década de 1950, “as únicas indústrias em que o emprego cresceu a uma taxa superior à do crescimento da população foram as metalúrgicas. Nas indústrias têxtil, de alimentação, madeireira e química o emprego caiu em termos absolutos no período, apesar de que continuou em ritmo elevado a expansão da produção” (p. 108).

Desse modo, tendo em conta os aspectos acima levantados, os dependentistas argumentam que se fazia necessário um novo instrumental teórico-metodológico para explicar por que um processo que aparentemente encaminhava-se para ser bem sucedido começava a fracassar e a se distanciar cada vez mais dos objetivos preconizados. Ou seja, era necessário explicar as verdadeiras razões da inflexão do esquema cepalino e a subsequente perpetuação do “atraso” e da dependência e propor uma nova linha de interpretação para o desenvolvimento da América Latina e, dentre esta, para o Brasil.

A propósito, foi nessa perspectiva que o enfoque da dependência apresentado por Cardoso e Faletto em fins da década de 1960 encontrou legitimação no campo da análise

<sup>84</sup> Esta seção (inclusive os itens 3.2.1 e 3.2.2) baseia-se em excertos de Almeida (2007b, 2008b).

<sup>85</sup> Segundo Tavares (1972), no período de 1954 a 1958, enquanto a taxa de crescimento do setor manufatureiro foi em média de 9,7% ao ano, o emprego cresceu apenas 0,2% ao ano no mesmo período (p. 108).

sociológica do desenvolvimento, somando-se às análises econômicas em voga. O objetivo da análise sociológica, como os autores preferem chamar, era explicar o dinamismo das sociedades subdesenvolvidas e, nesse particular, da economia latino-americana, com olhos voltados para o caso brasileiro, a partir de uma perspectiva política, econômica e social a qual estava condicionada pelas relações seculares que haviam se estabelecido entre os grupos e as classes dos países dominantes e dominados.

De forma mais precisa, podemos afirmar que o enfoque da dependência de Cardoso e Faletto procura elucidar as características assimétricas do desenvolvimento capitalista na América Latina de uma perspectiva ampla e matizada, levando em conta os problemas econômicos, políticos e sociais, uma vez que a Cepal havia focado sua atenção prioritariamente nos aspectos econômicos. Assim, o eixo central do estudo dos referidos autores consiste em analisar concomitantemente as condições econômicas, políticas e sociais no sentido de explicitar as possibilidades exequíveis de desenvolvimento capitalista nos países periféricos, notadamente nos latino-americanos e, de forma particular no Brasil. Em outras palavras, a preocupação resume-se em saber até que ponto o capitalismo latino-americano havia criado uma burguesia nacional capaz de propor uma revolução burguesa nacional-democrática, como afirmava o marxismo tradicional (do PCB). A idéia de Cardoso e Faletto (1970) era que faltava “uma análise integrada que [fornecesse] elementos para dar resposta de forma mais ampla e matizada às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos, e que [respondesse] às perguntas decisivas sobre seu sentido e suas condições políticas e sociais” (p. 15).

Na tentativa de preencher a lacuna deixada pelas análises dos estruturalistas cepalinos, Cardoso e Faletto advertem que um estudo sistemático da economia latino-americana teria que ser feito de forma separada e dentro de uma perspectiva histórica, levando em conta as formas concretas de vinculação adotadas nas diferentes fases do seu processo de desenvolvimento. A justificativa para isso, é que era preciso buscar uma perspectiva analítico-interpretativa que permitisse a ligação entre os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais e não apenas justapô-los. Para dizer o mesmo de outra forma, era preciso agregar ao conhecimento dos fatores condicionantes a compreensão das variáveis sociais, considerando em sua totalidade as condições históricas particulares (econômicas e sociais) subjacentes aos processos de desenvolvimento, tanto no plano externo quanto no interno.

Por outro lado, fazia-se necessário compreender os objetivos e interesses que davam sentido e orientavam os conflitos entre grupos e classes das sociedades em desenvolvimento.



Isto significa, em suma, que a investigação deveria ultrapassar a abordagem do enfoque estrutural, reintegrando-a em uma interpretação que levasse em conta o processo histórico, tese essa com a qual Furtado também concordava<sup>86</sup>. Como dizem Cardoso e Faletto (1970), esta “interpretação não significa aceitar o ponto de vista ingênuo que assinala a importância da seqüência temporal para a explicação científica [...], mas que o devir histórico só se explica por categorias que atribuam significação aos fatos e que, em consequência, sejam historicamente referidas” (p. 22).

Pode-se intuir que o plano de Cardoso e Faletto (1970) é tentar explicar o processo de desenvolvimento econômico como um processo político-social que resulta da interação entre grupos e classes sociais, com interesses e valores distintos, mas cuja oposição, conflito ou superação permitem as possibilidades de mudança na ordem econômica, isto é, de desenvolvimento. Essa hipótese fica evidente na passagem que diz: “é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos” (p. 23). Isso significa que a perspectiva de mudança social nas sociedades dependentes está sujeita à imposição de uma ideologia inovadora, capaz de provocar modificações radicais nas práticas tradicionais dos agentes econômicos de modo que permita o surgimento na cena econômica de um novo personagem para assegurar a prosperidade.

Não é demais recordar que essa idéia já havia sido esboçada anteriormente por Cardoso (1964) em seu estudo sobre o papel do empresário no processo de desenvolvimento no período do capitalismo monopolista. Nesse estudo ele seguira fielmente os ensinamentos de Marx<sup>87</sup> para demonstrar que na fase do capitalismo moderno o espírito que move a ação do empresário resume-se essencialmente na busca do lucro e da acumulação, os quais dependem da utilização de práticas racionais e inovadoras. Estas necessitam para sua concretização da existência de um “talento inventivo” e da capacidade de persuasão e pressão política dos homens de empresa, uma vez que no capitalismo moderno a economia assume uma característica cada vez mais política, cujo Estado se transforma não apenas em instrumento de

---

<sup>86</sup> O método histórico-estrutural é adotado por Furtado desde *Formação Econômica do Brasil* (1959), seguindo-se ao longo de seus demais trabalhos, sobretudo, em *Formação Econômica da América Latina* (1969) e em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978), entre outros. Isso não quer dizer que Furtado tenha se filiado a um único método. A rigor, em sua análise, ele sempre manteve certa independência em relação às correntes epistemológicas.

<sup>87</sup> Em *O Capital*, Marx (1991) assevera que a “taxa de lucro é a força propulsora da produção capitalista, e só se produz o que se pode e quando se pode produzir com lucro” (p. 297).

regulação do mercado entre as grandes empresas, mas em principal concentrador do excedente econômico. Por essa razão, diz Cardoso (1964): “os dirigentes econômicos que estão em condições de inovar a política das sociedades anônimas são os que detêm a posição dominante, que se localiza na intersecção entre a empresa (ou a organização) e as demais instituições sociais com que ela interage, como o Estado, o sistema financeiro, os Partidos, as outras Empresas, os Sindicatos, as Federações de industriais, etc” (p. 27).

Deve-se destacar ainda, que a concepção de Cardoso relativa ao papel do empresário no processo de desenvolvimento está enraizada em três matrizes metodológicas: em primeiro lugar, vincula-se à idéia de Marx em relação ao papel central da apropriação privada dos meios de produção e da busca iniludível do empreendedor capitalista pelo lucro e pela acumulação como condição para o desenvolvimento do moderno capitalismo; em segundo lugar, relaciona-se com a noção de Schumpeter do empresário inovador e com a necessidade de introdução de novas combinações de fatores produtivos para levar adiante o processo de desenvolvimento econômico e; por último, associa-se à concepção de Weber em relação ao papel decisivo de um *ethos* da mentalidade racional para fazer progredir o capitalismo moderno.

Segundo Weber (1980b), a pré-condição geral para a existência do capitalismo moderno é a contabilidade racional dos capitalistas como norma para as grandes empresas industriais ou comerciais. Para ele, a característica mais decisiva da fábrica moderna reside não nos instrumentos usados, nem no tipo do processo de trabalho, mas na apropriação da oficina, dos instrumentos, da fonte de energia e da matéria-prima por uma única pessoa: o empresário (p. 139). A esse respeito, eis o que escrevera: “o capitalismo surgiu através da empresa permanente e racional, da contabilidade racional, da técnica racional e do Direito Racional” (p. 169). Ademais, ele acrescenta que ao lado desses fatores desempenharam papel fundamental a mentalidade racional, a racionalização da condução de vida e o *ethos* econômico racional.

Assim, pode-se aludir que a análise sociológica do desenvolvimento na versão de Cardoso e Faletto (1970) tem raízes epistemológicas bastante profundas e implica um estudo sistemático das estruturas de dominação e das formas de estratificação social que condicionam os mecanismos e os tipos de controle e decisão do sistema econômico em cada caso específico. Em síntese, a idéia subjacente à abordagem sociológica consiste no seguinte: na medida em que as diferentes classes e grupos sociais conseguem impor sua ordem e sua dominação ao conjunto da sociedade, as estruturas políticas e sociais vão se modificando. Nesse sentido, eles afirmam que “as transformações históricas significativas do processo de

desenvolvimento latino-americano têm sido sempre acompanhadas, senão de uma mudança radical na estrutura de dominação, pelo menos pela adoção de novas formas de relações e, portanto de conflito, entre as classes e grupos” (p. 22-3). A rigor, é a compreensão desse movimento que constitui o centro nevrálgico da análise sociológica do desenvolvimento latino-americano.

Assim, Cardoso e Faletto (1970) asseveram que são justamente os liames entre os fatores político-sociais internos e externos que permitem a formulação de políticas, cuja efetividade pode tirar proveito das novas condições ou das novas oportunidades de crescimento econômico que se abrem no capitalismo moderno, condição essencial para ensejar o desenvolvimento. De forma análoga, são as forças internas que redefinem o sentido e o alcance político-social das mudanças no sistema econômico. Não obstante, eles asseveram que as “alianças dos grupos e forças sociais internas [são] afetadas por sua vez pelo tipo e intensidade das mudanças, e estas dependem, em parte, do modo de vinculação das economias nacionais ao mercado mundial” (p. 29). Isso significa que a integração entre os grupos econômicos internos e externos realiza-se de forma distinta e com conseqüências diferentes para ambos. Ademais, enfatizam ainda que o sistema interno de alianças políticas possa sofrer alterações em decorrência de alianças no plano externo. A esse respeito eles dizem: “o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos” (p. 30).

Por outro lado, é importante salientar ainda que de acordo com o raciocínio de Cardoso (1971a) é possível identificar pelo menos dois tipos de dependência na América Latina, cuja origem remonta-se ao século XIX, sobretudo ao período denominado de “desenvolvimento para fora”, em que a vinculação com o mercado mundial se assenta em dois princípios básicos: o primeiro caso emerge do próprio processo de independência, em que os grupos agro-exportadores ao romperem os laços com Portugal-Espanha mantiveram o controle do sistema produtivo e a partir daí reorganizaram suas relações com o mercado mundial reorientando-as em direção à Inglaterra que se tornara então o novo centro hegemônico imperante no mundo capitalista. Nesse caso os países que estabeleceram relações com o centro hegemônico – mantendo o controle de suas atividades econômicas – tiveram possibilidades de organizar suas economias e manter certa autonomia, como foi o caso do Brasil, por exemplo. Com efeito, a dependência que emana dessa fase é nominada de dependência nacional.

O segundo tipo de dependência identificado por Cardoso (1971a) é classificado de economia de enclave. Nesta, a constituição dos Estados nacionais se fez mais em função dos interesses políticos das nações dominantes. Por sua vez, os grupos internos não tiveram condições técnicas e econômicas para organizar e controlar suas atividades produtivas no período de expansão da economia orientado pelo mercado externo, sendo o seu controle exercido diretamente pelos estrangeiros (p. 60-1). Posteriormente, reafirma essa questão da seguinte forma: o “que estou afirmando é que há diferentes formas de dependência na América Latina, e que em algumas delas o desenvolvimento produz uma mudança no poder interno, substituindo o poder dos antigos grupos oligárquicos e reforçando tipos mais ‘modernos’ de controle político” (CARDOSO, 1972, p. 202).

A partir dessas considerações de caráter meramente metodológico, pode-se inferir que o ponto central da análise da Cardoso e Faletto (depois, seguido apenas pelo primeiro autor) consiste em que a dinâmica da economia dependente é determinada pela capacidade de pressão dos sistemas internos de alianças para assegurar-lhe as condições necessárias ao desenvolvimento. Este último, por sua vez, só poderá ser alcançado através de vínculos “de um novo tipo” com as economias centrais.

Por outro lado, Cardoso e Faletto (1970) advertem que as transformações nas sociedades subdesenvolvidas e dependentes supõem tensões que nem sempre, e nem de modo necessário, podem proporcionar-lhe soluções favoráveis ao desenvolvimento nacional. Na opinião deles, esse “resultado não é automático e pode não se dar, o que equivale a afirmar que a análise do desenvolvimento deve supor sempre a ‘possibilidade’ de estagnação e de heteronomia” (p. 38). Em seguida, complementam que a “determinação das possibilidades concretas de êxito depende de uma análise que não pode ser só estrutural, mas que tem de compreender também o modo de atuação das forças sociais em jogo, tanto as que tendem a manter o *status quo* como aquelas que pressionam para que se produza a mudança social” (p. 38). Em outras palavras, isso significa que a abordagem é tanto histórica quanto estrutural, ou como dizem os autores em outra ocasião, “ela enfatiza não só o condicionamento estrutural da vida social, mas também a transformação histórica das estruturas pelos conflitos, movimentos sociais e lutas de classe” (CARDOSO, FALETTTO, 1985, p. 16).

Baseados nessas balizas teórico-metodológicas, Cardoso e Faletto (1970) argumentam que existem alguns casos de países na América Latina que conseguiram formar Estados nacionais, “resistir à dominação externa” e manter, pelo menos em parte, o controle de seus sistemas produtivos. Nesses países, entre os quais se destaca o Brasil, não só foi possível realizar um processo de industrialização, inclusive com redistribuição de renda, como

também foi possível gerar “desenvolvimento econômico e social”, embora associado e dependente. Para eles, isso só foi possível graças à arbitragem do aparelho do Estado e às condições e estímulos criadas pelas relações que se estabeleceram com o mercado mundial a partir de meado da década de 1950.

Ademais, Cardoso e Faletto recordam ainda que desde o capitalismo originário as economias que se anteciparam ao desenvolvimento industrial adotaram um tipo de relação com suas congêneres e outro com as economias periféricas e subdesenvolvidas, como foi o caso dos países latino-americanos. Por outro lado, deve-se ressaltar que esses últimos países, desde sua constituição como colônias e depois como economias nacionais, se incorporaram ao sistema capitalista mundial e nele permaneceram ao longo de todo o período histórico, mas como economias periféricas e dependentes, embora tenham mudado de desempenho.

Destarte, considerando que os tipos de relações instituídas entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas são de subordinação e não de harmonia, as quais se assentam em última instância, em formas de exploração econômica, pode-se inferir como o fazem Cardoso e Faletto (1970), que a dependência é a forma particular do desenvolvimento do capitalismo em certas economias periféricas como a brasileira. É possível chegar a esse raciocínio a partir de uma sentença proferida pelos autores, a qual diz o seguinte: “dado que existem relações de subordinação [...] entre as sociedades centrais e as dependentes [...] a análise não pode desconhecer essa característica básica, para apresentar como uma anomalia o que realmente é uma maneira de ser” (p. 32). Eles reconhecem que existe uma tendência de intensificar a exclusão social, mas isso não impede o desenvolvimento, entendendo-se desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva.

Em referência à exploração e às formas de exclusão social em que assenta o desenvolvimento industrial nas economias dependentes, Cardoso e Faletto (1970) sentenciam que esta “é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência” (p. 124). Posteriormente, reafirmam a tendência do desenvolvimento dependente nos seguintes termos: as “economias periféricas, mesmo quando não mais se restringem à produção de matérias-primas, continuam dependentes de forma muito específica: seus setores de produção de bens de capital não são suficientemente fortes para assegurar o avanço contínuo do sistema, seja em termos financeiros, tecnológicos ou organizativos” (CARDOSO, FALETTTO, 1985, p. 27).

Em outra parte, Cardoso (1983b) certifica que dependência externa todas as economias periféricas sempre tiveram. Segundo afirma, “sempre houve uma dependência do mercado externo, no sentido de que as indústrias e o capital financeiro dos países centrais

utilizavam as regiões da periferia do mundo capitalista para garantir matérias-primas, produtos de alimentação; e faziam empréstimos basicamente para a organização do setor de estradas de ferro e portos, a fim de permitir o escoamento da produção” (p. 51). Em seguida, complementa: “mesmo depois que os países se independizaram e passaram de colônias a nações, ficaram grudadas a esse sistema” (p. 51). Isso significa que a dependência constitui o *modus operandi* do capitalismo na periferia, ou seja, a dependência é uma constatação e não uma característica disfuncional que possa ser contraproducente à materialização do desenvolvimento ou mesmo torná-lo inviável. É exatamente esse aspecto que queremos confrontar com a análise desenvolvida por Furtado a partir de meado da década de 1960 e, especialmente nos anos 1970.

Em relação a Furtado, a despeito desse autor raramente ser cognominado de dependetista<sup>88</sup>, é lícito informar que ele deu contribuições imprescindíveis para o entendimento da dependência brasileira, a qual tem origem no período colonial. Nesse sentido, convém sublinhar que a preocupação com a situação de dependência nacional já aparece em sua tese de doutorado, apresentada em 1948, na Universidade de Paris, onde ele demonstra que o verdadeiro sentido da colonização brasileira pelo império português era a “exploração comercial” e não a colonização propriamente dita (FURTADO, 2001, p. 71-2).

A propósito dos desdobramentos da exploração comercial predatória das terras que viriam a formar o Brasil mais tarde, Furtado (2001) subscreve: “[nessa] fase preliminar [...] da economia brasileira, já se podem identificar os elementos que, posteriormente desenvolvidos, marcarão o sentido da economia do país nos séculos seguintes” (p. 73). Essa descrição a respeito do sentido da colonização brasileira pelos portugueses constitui o eixo central sobre o qual Furtado se debruçará mais tarde em seus estudos sobre as relações comerciais que se estabeleceram no período colonial entre as metrópoles européias e suas possessões territoriais no além-mar, dentre as quais figura a América Latina<sup>89</sup>.

---

<sup>88</sup> Como já mencionamos antes, no estudo de Blomström e Hettne (1984) encontra-se uma classificação em que os dependentistas são agrupados em três categorias, sendo que em uma delas, Furtado figura como um crítico ou autocrítico estruturalista, sendo, portanto, enquadrado como dependentista. Em Palma (1978), Furtado também aparece ao lado dos dependentistas, na condição de crítico dos obstáculos ao desenvolvimento nacional, corrente que tenta dar uma nova sistemática às análises da Cepal. Em Cardoso (1980), Furtado também é qualificado como dependentista na seguinte passagem: “[por] volta de metade da década de 1960, dentro e fora da Cepal começara outra linha de interpretação – mais sociológica e política – [a qual] aparecia nos textos de Vuskovic, de Celso Furtado e, especialmente, de Oswaldo Sunkel. Esta linha passou a ser conhecida como ‘teoria’ da dependência” (p. 50). De forma análoga, em Kay (1989) Furtado é também considerado como um dependentista reformista.

<sup>89</sup> A descrição sobre o sentido da colonização brasileira reaparece posteriormente em Furtado (1954, 1959, 1969).

Ainda sobre a questão da dependência, vale enfatizar que um dos livros de Furtado (1956), publicado ainda em meado da década de 1950, chama-se exatamente *Uma Economia Dependente*, no qual ele descreve a situação de extrema dependência externa em que se encontrava o crescimento da economia brasileira, tanto no período colonial como na fase subsequente: seja da demanda externa, seja de mão-de-obra importada ou de recursos financeiros do exterior. Nesse sentido, assinalava que sem a “abundância de mão-de-obra não teria sido possível organizar uma economia de exportação como a do café [...] à base de trabalho assalariado” (p. 15). Em seguida, ressalta que embora o “sistema econômico à base de trabalho assalariado, que [tomara] forma na segunda metade do século XIX, [apresentasse] diferenças profundas com respeito à antiga economia colonial”, o qual deu início à criação de um mercado interno, o seu impulso continuava a ser determinado pelo mercado externo, de onde também se originavam os recursos financeiros (p. 17).

No ponto de vista de Furtado (1956), as “condições econômicas em que se desenvolvia a cultura do café não criavam, portanto, estímulos ao empresário para aumentar a produtividade física, seja da mão-de-obra, seja da terra por ele utilizadas” (p. 28). A esse obstáculo agregava-se outro decorrente do desequilíbrio externo, o qual estava relacionado com a natureza primário-dependente da economia. Diante dessas condições, chegara à conclusão de que “a economia de mercado interno não [tinha] tomado impulso e alcançado autonomia como conseqüência natural do crescimento da economia cafeeira de exportação. Esta última [...] criou em realidade entraves à transformação espontânea da economia dependente num sistema autônomo” (p. 38).

A rigor, foi a partir das relações econômicas com o sistema mundial que se engendrou a primeira fase da dependência latino-americana, a qual foi se metamorfoseando e aprofundando-se no decorrer dos séculos (ou mudando de forma, como diz Cardoso). Embora só no século XIX ela ganhou novos contornos com a divisão internacional do trabalho, cujo objetivo foi reduzir a atividade econômica dos países periféricos à produção e exportação de produtos primários, visando diminuir o custo do capital constante nos países avançados e impor à periferia o papel de complementaridade da acumulação capitalista em favor das nações imperialistas. Obviamente que esses fatos já foram objeto de rigorosa investigação nas obras de inúmeros autores, inclusive na de Furtado, desde sua tese de doutorado *L'Économie Coloniale Brésilienne* (1948), passando por *A Economia Brasileira* (1954), bem como por *Formação Econômica...* (1959) e aprofundando-se em *Formação Econômica da América Latina* (1969), razão pela qual dispensa repise ocioso neste espaço.

Assim, ainda que de forma simplificada, pode-se assinalar que tanto para Cardoso quanto para Furtado a dependência externa encontra sua razão de ser nas relações de exploração-subordinação que se estabeleceram a partir do século XIX, entre a América Latina e os países capitalistas avançados. Não obstante eles tenham visualizado a possibilidade de que a industrialização dos anos 1950 pudesse eliminar a dependência da economia brasileira, a partir da segunda metade da década de 1960 eles mudaram de idéia, conforme já indicamos no primeiro capítulo deste trabalho.

Em fins dos anos 1960, Furtado (1969) fazia a seguinte asserção: o “sistema de divisão internacional do trabalho, que permitiu aos países latino-americanos iniciarem o seu desenvolvimento no século XIX, criava relações assimétricas que se traduziam em uma estreita dependência dos países exportadores de matérias-primas para com os centros industrializados” (p. 221). Mais à frente, acentua que o tipo de relação econômica estabelecida “não se fazia apenas sob a forma de crescente intercâmbio entre as diversas nações, mas também mediante a criação de pólos de comando que detinha o controle dos fluxos financeiros; que orientavam as transferências internacionais de capitais; que financiavam estoques estratégicos de produtos exportáveis; que interferiam na formação dos preços, etc” (p. 221). Em suma, tratava-se de um tipo de dependência que tinha origem na própria estrutura do sistema econômico mundial e se retroalimentava de sua expansão.

Em relação à “nova” dependência forjada a partir do pós-guerra, cuja concretização só veio a se confirmar efetivamente nos anos 1960, com a emergência da nova divisão internacional do trabalho liderada pelos Estados Unidos, pode-se assegurar sobejamente que esse fenômeno foi claramente percebido e analisado por Furtado, e inclusive pela própria Cepal, nos anos 1960<sup>90</sup>.

Tendo tomado conhecimento da presença marcante das grandes corporações norte-americanas na América Latina, Furtado chegara à conclusão de que a autonomia dos países latino-americanos para superintender o próprio desenvolvimento havia se reduzido demasiadamente. Com isso, ele dava como certo que um ponto de vista iniludível já havia se firmado concretamente nos Estados Unidos, qual seja, o de que cabia “às empresas privadas

---

<sup>90</sup> Fazendo uma espécie de mea-culpa, ao final dos anos 1960, a Cepal assinalava que “[la] dependência tecnológica del exterior y el desarrollo industrial primordialmente en mercados nacionales y altamente protegidos influyeron para que no se planteara en los hechos el problema de la selección de técnicas productivas más de acuerdo con las características de la región y los recursos disponibles en ella. [...] Muchas de las decisiones no se tomaron con criterio técnico, [...] la subordinación de la región a las áreas industrializadas en materia de tecnología ha traído consigo una serie de repercusiones que hoy afectan su nivel de costos y las posibilidades de una expansión más acelerada. [...] Esta dependencia del exterior no se manifiesta solamente en las técnicas de fabricación, sino en el acceso a los diseños y al *engineering* que acompaña la producción de los mismos” (CEPAL *apud* FRANK, 1971b, p. 111).



norte-americanas um papel básico no desenvolvimento latino-americano e que a execução da política de ‘ajuda’ dos Estados Unidos [deveria] ser principalmente por intermédio dessas empresas” (FURTADO, 1966, p. 42). Nesse aspecto, vale salientar que quando se fala de empresas privadas o que se tem em mente são as grandes corporações, pois as pequenas empresas estadunidenses não tinham capacidade nem meios suficientes para atuar nos países estrangeiros.

A preocupação de Furtado (1966) em relação à atuação dessas poderosas sociedades anônimas consiste em que o poder do governo no país em que elas se instalavam debilitar-se-ia cada vez mais, pois mesmo nos Estados Unidos ele era mais fraco do que o poder das grandes corporações. A manifestação do autor é reveladora de sua inquietação quanto à influência dos poderosos consórcios estadunidenses nos países latino-americanos. A esse respeito ele escrevia que, chamada a “atuar na América Latina com uma série de privilégios, fora do controle da legislação antitruste dos Estados Unidos e com a cobertura político-militar desse país, as grandes empresas norte-americanas terão necessariamente que transformar-se em um superpoder em qualquer país latino-americano” (p. 44).

A presença das corporações estrangeiras minava o poder de atuação dos Estados nacionais e submetia os países da América Latina à estrita dependência dos grupos internacionais, particularmente dos norte-americanos, os quais passavam a atuar ainda com mais liberdade do que já gozavam antes. Para Furtado (1966), a penetração indiscriminada de grandes empresas com tecnologia avançada e elevada capitalização em áreas subdesenvolvidas e com uma estrutura econômica frágil como a brasileira, tendia a “provocar desequilíbrios estruturais de difícil correção, tais como maiores disparidades de níveis de vida entre grupos de população e rápida acumulação de desemprego aberto disfarçado” (p. 45). Do ponto de vista do autor, o resultado disso, seria a exacerbação das tensões sociais com conseqüências imprevisíveis. Em suas palavras, “[c]omo as decisões econômicas de caráter estratégico estariam fora do alcance dos governos latino-americanos, tais tensões tenderiam a ser vistas, no plano político local, tão somente pelo ângulo negativo. [Tendo isso em conta], a ação do Estado teria que ser de caráter essencialmente repressivo” (p. 45).

Pelas razões acima aludidas, Furtado (1968) assinalava que a industrialização brasileira havia assumido uma forma de “desenvolvimento de tipo dependente”, em que o fator dinâmico tinha origem não no desenvolvimento das forças produtivas, mas em modificações no perfil da demanda, cabendo à assimilação da tecnologia importada um papel ancilar. Em seu modo de ver, “a assimilação do progresso técnico era o reflexo da ação de outros fatores dinâmicos e não a causa primária do desenvolvimento” (p. 30).

Assim, pode-se perceber que nas análises de Furtado e de Cardoso, a caracterização da dependência da economia brasileira encontra sua razão de ser tanto na predominância da cultura tradicional herdada do passado colonial – cujas lideranças ligadas aos interesses tradicionais continuavam a controlar os principais centros de decisão política – como na falta de uma burguesia industrial. Na opinião de Furtado (1966), a “falta de uma influência maior da classe industrial na liderança política cabe atribuir, em boa medida, a lenta modernização do marco institucional brasileiro” (p. 101). Posteriormente, ele arremata: “parece ocioso inquirir se existe nos países latino-americanos uma classe industrial como maturidade e sentido de identidade nacional, capaz de encabeçar o processo de desenvolvimento dos respectivos países. O estudo das estruturas atuais põe em evidência que tal classe, mesmo onde chegou a desenvolver-se em uma primeira fase, já não poderia prosseguir em seu processo de maturação” (FURTADO, 1975, p. 55). A idéia do autor é que a ausência de uma mentalidade empresarial com maturidade econômica e sentido de identidade nacional frustrou as possibilidades de modificações no tecido institucional para superintender o desenvolvimento de forma autônoma e democrática.

Aos aspectos acima descritos, somava-se o fato de a industrialização ser comandada por empresas transnacionais cujo centro de decisão localizava-se no exterior, de onde também se originavam a tecnologia avançada e os investimentos necessários aos novos empreendimentos. Em decorrência disso, Furtado (1968) sentenciava que o fato de países como o Brasil terem alcançado um nível relativamente elevado de industrialização sem uma correspondente modificação no perfil das exportações e na estrutura do emprego constitui uma clara indicação de que “esse tipo de industrialização [era] simples adaptação de uma nova forma de dependência exterior” (p. 114).

No que respeita ao controle das decisões por parte das corporações norte-americanas, Furtado (1968) argumenta que a conseqüência direta desse processo foi que “aumentou o grau de desarticulação das economias nacionais, na medida em que reduziu a possibilidade de uma efetiva coordenação interna das decisões econômicas de caráter estratégico” (p. 116). Por outro lado, ele enfatiza que a internacionalização de segmentos importantes da atividade produtiva ligada aos mercados latino-americanos, não permitiu a criação de uma alternativa de crescimento econômico auto-sustentada. Em suma, ao raciocínio de Furtado (1968), “tudo se passou, portanto, como se os países latino-americanos houvessem optado por uma solução inviável” (p. 116). Posteriormente, ele sentencia que o “comportamento das filiais de indústrias manufatureiras norte-americanas, situadas na América Latina, revela certos aspectos do novo tipo de dependência externa [da] região” (FURTADO, 1969, p. 250).

Em que pese a percepção de Furtado em relação ao contraste provocado pela penetração das empresas norte-americanas na América Latina, ele reconhece que diante da heterogeneidade prevalecente na região, dificilmente o crescimento industrial do pós-guerra teria ocorrido sem a efetiva cooperação dos consórcios internacionais, principalmente dos norte-americanos, que gozavam de ampla experiência no campo industrial e de fácil acesso aos mercados financeiros. No dizer do autor:

A cooperação internacional, de uma ou de outra forma, viria a realizar-se, pois as fontes de tecnologia estavam no estrangeiro e o acesso a elas, em muitos casos, era estritamente controlado. A forma principal que assumiu essa cooperação foi a instalação, nos países latino-americanos, de filiais das empresas que anteriormente abasteciam o mercado, cabendo a estas uma parcela crescente nas atividades produtivas, em função das dificuldades de importação. Dessa forma, a nova industrialização se fez principalmente sob controle estrangeiro e estritamente integrada com as importações (FURTADO, 1969, p. 248).

Em congruência com as conclusões de Furtado anteriormente mencionadas, Cardoso e Faletto (1970) assinalam que diante das novas circunstâncias do capitalismo monopolista internacional, não haveria outra forma de promover a industrialização dos países latino-americanos e, dentre eles o Brasil, senão com a participação do capital estrangeiro, ou seja, mediante uma acomodação subordinada às empresas transnacionais e sob o jugo dos capitais financeiros. Nesse sentido, eles enfatizam que como o país não estava em condições de impor uma política pública e privada para levar a termo o desenvolvimento, “as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, [salvo no caso de] uma mudança política radical para o socialismo” (p. 120).

Para Cardoso e Faletto, diante das condições históricas, políticas e sociais prevalecentes na América Latina e dos condicionamentos a que a mesma estava submetida era inimaginável uma ruptura com a dependência externa, principalmente após a afirmação da hegemonia dos Estados Unidos na região, constatação essa a que também chegara Furtado. Nesse particular, esse último autor dizia que os dados disponíveis punham “em evidência que a participação de grupos estrangeiros no desenvolvimento [...] da América Latina [era] muito menos um fenômeno de cooperação financeira que de controle de atividades produtivas por parte de grupos que já vinham abastecendo o mercado por meio de exportações” (FURTADO, 1969, p. 251).

Furtado (1969) acrescenta ainda que no caso da indústria de bens de capital e de bens duráveis de consumo, considerada como a mais dinâmica e em mais rápida expansão, o capital estrangeiro exercia o controle de mais da metade desse ramo. Segundo esse autor, uma avaliação de conjunto sugere que mais da metade dos capitais aplicados na indústria brasileira em meado dos anos 1960 era controlada por grupos estrangeiros, participação essa que tendia a aumentar ainda mais à medida que se passava da indústria tradicional para as de bens de consumo duráveis e de bens da capital (p. 253).

Dessa forma, o controle majoritário do capital estrangeiro no setor mais dinâmico da economia brasileira permite inferir que o caminho da aproximação e do estreitamento dos laços com as empresas transnacionais parecia ser a opção mais racional, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista. A favor desse argumento, contava o fato de que essas empresas eram detentoras não apenas do monopólio da tecnologia moderna, mas também dos capitais e conhecimentos de que necessitavam as economias periféricas para modernizarem suas estruturas produtivas e avançar no rumo do desenvolvimento.

Tendo em conta os condicionamentos impostos à América Latina, Cardoso e Faletto (1970) asseveram que os investimentos industriais realizados com capitais estrangeiros nos países latino-americanos, apesar de gerarem uma nova situação de dependência – caracterizada pelo endividamento externo crescente, em geral de curto prazo – por outro lado, constituíam o *élan* de que precisava essas economias para alcançar o tão desejado caminho do desenvolvimento. A esse respeito, escreveram: “a penetração de capitais estrangeiros, se é certo que marginaliza determinados setores industriais, não chega a ser percebida como um problema essencial para o desenvolvimento” (p. 123). Ou seja, a idéia era que o investimento estrangeiro provocava um impulso nas atividades econômicas e permitia acelerar a incorporação do operariado na economia industrial, com o que se estimulava o desenvolvimento.

Embora Cardoso e Faletto percebam que a abertura ao capital estrangeiro contribuía para aprofundar ainda mais a dependência, eles advogam a tese de que a ligação das economias periféricas às economias centrais, mediante a intensificação de investimentos estrangeiros, causava uma expansão da indústria na periferia. Essa industrialização, a despeito de contar com um mercado urbano restrito, era relativamente importante em termos de geração de renda para estimular o desenvolvimento. Ademais, ao promover a organização e a reestruturação industrial, fomentava-se o desenvolvimento científico e tecnológico, do que dependia o desenvolvimento das regiões periféricas.

Em suma, a conclusão de Cardoso e Faletto (1970) era que “na industrialização da periferia latino-americana, a participação direta de empresas estrangeiras outorga[va] um significado particular ao desenvolvimento industrial da região” (p. 126). Todavia, isso não significava garantia de absorção do desemprego nem inclusão social às populações marginais. Como dizem os autores, “esse tipo de industrialização vai intensificar o padrão de sistema social excludente que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas, mas nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente” (p. 124).

Outro aspecto ressaltado pelos autores supracitados é que na fase da nova dependência, em que predomina o capital monopolista, a integração das economias periférico-industriais às economias centrais assume formas distintas daquelas que prevaleciam no mercado mundial durante a fase primário-exportadora. Nessa fase, a vinculação que se estabelece no mercado mundial entre as economias periféricas e as centrais não se orientam mais para o sistema de importação-exportação, como no passado, mas fundamentalmente para o setor industrial, configurando um processo de internacionalização dos mercados e, com efeito, uma nova situação de dependência, em que as condições tornam-se mais favoráveis à periferia.

Segundo Cardoso e Faletto (1970), dentre os principais aspectos favoráveis às economias periféricas poder-se-ia destacar: i) elevada diversificação da atividade econômica; ii) reduzida saída de excedente para impulsionar os investimentos, principalmente no setor de bens de capital; iii) incentivo à especialização da mão-de-obra e distribuição mais equilibrada da renda; e iv) expansão do mercado interno para absorver a produção (p. 127). No dizer dos autores, as “análises sobre o financiamento externo da América Latina [...] mostram que os investimentos estrangeiros orientam-se em forma crescente para o setor manufatureiro, e indicam que esse fluxo se expressa através de investimentos privados [sobretudo diretos] e por intermédio de um grupo muito reduzido de empresas” (p. 125). Ademais, eles acrescentam ainda que a despeito do aprofundamento da situação de dependência e de as decisões de investimentos ficarem na dependência do exterior, há uma diferença essencial a ser considerada na nova dependência, que é o fato de a demanda passar a ser interna. Além disso, é perfeitamente crível que em determinados casos manifeste-se uma “forte tendência ao reinvestimento local, o que, em certo sentido, solidariza os investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno” (p. 127).

A idéia perseguida por Cardoso (1971a) consiste em afirmar que na fase da nova dependência, muito embora a exploração externa persista, a internacionalização do mercado solidariza os interesses entre os grupos e as classes sociais (burguesia nacional e burguesia imperialista), as quais no momento anterior apareciam como adversárias. Ou seja, o raciocínio é que ocorre uma espécie de “poder compartilhado”, capaz de compatibilizar os interesses burgueses das economias dependentes com os interesses dos grupos dos países dominantes (p. 80). Ao observador desavisado, esse movimento pode parecer à primeira vista que a própria dependência, da forma como foi pensada, entra em contradição. Estaria a dependência se diluindo? Não, diria Cardoso.

A propósito da possibilidade de abolição da dependência, Cardoso (1979) subscreve mais tarde que não “faltarão críticos apressados ou superficiais para bradar que ‘existe uma contradição’ entre o alcance da idéia de dependência (em geral) e o resultado a que se chega ao analisar a dependência na fase monopólica e internacionalizante do capitalismo” (p. 374). Em seguida arremata, não sem ironia: “*hélas!* Pobres ‘dialetas’ que se assustam com a dialética. [Pois] pensam que os conceitos são ‘verdades imutáveis’, essências sempre presentes no vazio da falta de imaginação, não percebem que os conceitos têm um movimento, uma história, e um alcance teórico-prático limitado” (p. 374).

O que se pode abstrair das observações do parágrafo anterior é que a redefinição das formas de dependência não leva à sua supressão. De igual modo, também não se eliminam as diferenças internas de classes, nem tampouco põem fim às contradições entre os interesses locais, os Estados nacionais e os interesses das nações hegemônicas. O que se redefinem, em verdade, são os atores e as suas possibilidades de atuação, assim como os conteúdos políticos da prática social. Por essa razão, Cardoso e Faletto (1970) concluem que “poder-se-ia supor que existe simultaneamente desenvolvimento e autonomia; entretanto, se é certo que a dependência que subsiste é de outra índole (ou tem um novo caráter), este tipo de desenvolvimento continua supondo heteronomia e desenvolvimento parcial, daí ser legítimo falar de países periféricos, industrializados e dependentes” (p. 127).

Em termos mais simples, pode-se dizer que na perspectiva de Cardoso, a dependência e o desenvolvimento caminham de braços dados, ou seja, a dependência não constitui obstáculo ao desenvolvimento capitalista na periferia, mas a porta de entrada. Isso significa que o imperialismo, antes considerado um obstáculo à industrialização e ao desenvolvimento dos países periféricos, após a internacionalização do mercado passava a franquear o desenvolvimento industrial. Esta tese contrasta com outra corrente da dependência mais afeiçãoada com as idéias marxistas e trotskistas – composta por Marini,

Bambirra, Santos e até certo ponto por Frank – a qual sustentava que o imperialismo seria um obstáculo à industrialização e ao desenvolvimento da periferia, em decorrência da superexploração do trabalho e da drenagem do excedente econômico em favor dos países centrais. Segundo esses autores, o imperialismo gerava incessante desemprego, marginalidade social e tendência à estagnação nos países periféricos, com o que se aprofundava o binômio subdesenvolvimento-dependência. Grosso modo, essa tese formulada inicialmente por Marx e seguida por Lênin, parte do princípio de que o desenvolvimento do capitalismo constitui uma condição necessária à transição para o socialismo. Tendo isso em conta, Lênin concluía que a aliança das classes dos países periféricos com as elites imperialistas bloqueava o desenvolvimento do capitalismo na periferia, cujo resultado era o retardamento na transição para o socialismo<sup>91</sup>.

A partir da década de 1970, Cardoso procurou sustentar de forma cada vez mais intransigente que as perspectivas de desenvolvimento capitalista na América Latina, e mais particularmente no Brasil, só passaria ao plano prático mediante uma associação crescente com os monopólios internacionais, ou seja, de forma associada e dependente<sup>92</sup>. Para ele, a monopolização do capital marca uma nova etapa na história das economias dependentes, mais favorável ao seu progresso, não obstante as relações continuarem definidas fundamentalmente em função do exterior. Assim, o que foi nacional-desenvolvimentismo na fase anterior de dependência passava, na nova fase, a ser chamado de nacional-patriotismo que aceitava participar do processo de acumulação mundial, mesmo na condição de sócio minoritário.

Esse estilo de desenvolvimento foi denominado de associado e dependente por Cardoso (1975). Embora seja desnecessário oferecer pormenores a esse respeito, é oportuno esclarecer em que consiste o segredo do modo de desenvolvimento dependente-associado, no qual: se “faz uma divisão de área de atuação que, sem eliminar a expansão dos setores controlados pela burguesia local, desloca-os dos setores-chaves da economia ou, quando a burguesia local consegue manter-se neles é de forma associada e subordinada” (p. 47). Além disso, nesse modelo torna-se imprescindível assegurar-se “às empresas multinacionais especialmente o controle dos bens de consumo duráveis, [...] bem como parte importante no controle da produção e exportação de produtos primários, brutos ou semi-industrializados” (p. 47). Em outras palavras, isso significa que os setores nacionais não ficam apenas subordinados aos capitais estrangeiros, como funcionam de modo “enfeudado”. Esse modelo

---

<sup>91</sup> Sobre esse debate consultar coletânea organizada por Gragea (2006).

<sup>92</sup> A hipótese de que a subordinação ao capital estrangeiro seria uma condição necessária e não um obstáculo ao desenvolvimento dos países periféricos encontra-se não apenas em Cardoso e Faletto (1970, 1985), mas em Cardoso (1971a, 1971b, 1972, 1975, 1976, 1977a, 1977b, 1979, 1980, 1989).

de desenvolvimento foi contestado ostensivo e intransigentemente por Furtado nos anos 1970, ainda que ele houvesse tomado consciência de que o país estava sob as algemas dos grandes consórcios internacionais. A rigor, esse constituía o motivo principal das constantes inquietações desse último autor.

### 3.2.1 Os desencantos com o desenvolvimento dependente e o fim de uma ilusão

Na década de 1970, o desencanto em relação às perspectivas do desenvolvimento brasileiro provocou comoção em Furtado ao ponto de ele declarar-se explicitamente pessimista com o futuro do país<sup>93</sup>. Todavia, antes de discutir essa mudança de rumo é lícito informar que existe uma diferença fundamental entre Furtado e Cardoso em relação ao adjetivo desenvolvimento: se para o segundo autor desenvolvimento significa essencialmente acumulação de capital, para o primeiro, embora esta seja uma condição indispensável, o desenvolvimento consiste em um processo de transformação na estrutura econômica, política e social<sup>94</sup>.

---

<sup>93</sup> Em entrevista concedida a Carlos Mallorquín, Furtado afirma o seguinte: o “que aconteceu foi que, com a ruptura de 1964, interrompeu-se o processo. Deteve-se toda a mudança social. E então transformou-se toda a política brasileira. Toda a política econômica brasileira passa a ser estritamente uma política de industrialização, intensificando o processo de exclusão social. Criou-se uma profunda antinomia entre desenvolvimento e projeto social. Eu me dei conta disso claramente e de que as forças sociais e a sociedade brasileira também estavam mudando. [...] Quando eu cheguei a este país dez anos depois, ele já era outro. Outra mentalidade, outra gente, e então perdi a idéia de minha geração de que poderíamos avançar realmente no sentido de concretizar uma sociedade diferente, mais igualitária, mais equânime, menos injusta. Todos esses idealismos que nós, da esquerda, havíamos alimentado tinham desaparecido; haviam sido inviabilizados, todos esses objetivos, o projeto total. Isso teve uma forte repercussão na minha forma de pensar. Daí que todos os meus livros, a partir de *Análise do Modelo Brasileiro* [1972], são livros que transmitem uma imagem pessimista do Brasil. E isso porque eu tinha sido um homem otimista. Na *Formação Econômica do Brasil* [1959], aparecia um país que avançava e que tinha um projeto” (FURTADO, 1995b, p. 103). Em outra ocasião, afirmou: “[n]os anos [19]50, quando escrevi *Formação Econômica do Brasil*, havia um grande debate nacional. Tínhamos a idéia de que, se o Brasil conseguisse atingir certo grau de desenvolvimento industrial e econômico, ganharia autonomia, daria um salto. Naquela época, havia ebulição política, todas as idéias vieram a debate. O país se industrializava, incorporava massas de população à sociedade moderna. E tudo isso veio abaixo, não porque o país deixou de crescer, mas por terem se calado as forças sociais que estavam presentes antes. A enorme confrontação de idéias amedrontou a grande burguesia e os Estados Unidos, e tudo terminou, em 1964, com a paz dos cemitérios. Depois disso, mesmo com a redemocratização, não foi possível abrir o debate sobre nenhum tema crucial. Toda imprensa já estava controlada e a juventude estava desmobilizada. Era outro país” (FURTADO, 2003a).

<sup>94</sup> Segundo Furtado (1975): “[d]efinido em termos estritamente econômicos como elevação da produtividade do fator trabalho, ainda assim, o desenvolvimento é um processo que apresenta muitas faces. Com efeito, o aumento da produtividade do trabalho pode ter três origens distintas: a) aumento da dotação de capital por trabalhador, b) modificação do processo produtivo, ou seja, elevação do nível tecnológico, e c) modificação na estrutura produtiva decorrente de alteração no perfil da demanda global. Evidentemente esses fatores atuam, quase sempre, de forma conjugada, mas a prevalência de um ou outro é de grande importância para que se possa definir a natureza do processo de desenvolvimento em questão. A acumulação de capital acompanha todas as formas de desenvolvimento e se pode dizer que ela é condição necessária ao desenvolvimento. Contudo, não é ela em si o fator primário responsável pelo desenvolvimento. A acumulação constitui mais um limite às possibilidades de desenvolvimento, ainda que na prática somente excepcionalmente esse limite se comporta como freio efetivo” (p. 131-2).



Para Furtado (1967) o desenvolvimento é função do crescimento econômico, cuja materialização está relacionada com o aumento da produtividade do conjunto da força de trabalho de um sistema econômico, o qual somente se torna possível a partir da introdução de formas mais eficazes de utilização dos recursos produtivos. Em suas próprias palavras: o “desenvolvimento se realiza sob a ação conjunta de fatores responsáveis por transformações nas formas de produção e de forças sociais que condicionam o perfil da procura em função de modificações no nível de renda da coletividade” (p. 80).

Posteriormente, Furtado (1975) assinalou que o “ponto de partida do estudo do desenvolvimento deveria ser não a taxa de investimento, ou a relação produto-capital, ou a dimensão do mercado, mas sim o horizonte de aspirações da coletividade” (p. 131). Em seguida, estabeleceu que, “estrito senso, a acumulação é um simples ato de limitação do consumo presente em benefício do consumo futuro” (p. 132). Para o autor, a acumulação “teria alcance limitado se não estivesse ligada a um dos outros dois fatores responsável pelo aumento da produtividade. O primeiro desses fatores é o progresso tecnológico, o qual permite aumentar a produtividade física dos fatores utilizados. O segundo traduz uma modificação estrutural decorrente de transformações no perfil da demanda” (p. 132). Um esforço de simplificação permite dizer que para Furtado, o desenvolvimento é entendido como a transformação do conjunto das estruturas sociais de uma sociedade em função dos objetivos que ela pretende alcançar<sup>95</sup>.

Distinta é a noção de Cardoso (1975), a respeito do termo desenvolvimento. Sobre esse tema, eis o que escreveu: por “desenvolvimento [entendo] (na mais ortodoxa tradição marxista) a acumulação de capitais e sua incidência na diferenciação do sistema produtivo. Não me refiro, obviamente, a um idílico resultado capaz de igualar as rendas e terminar com a exploração, pois que estes alvos não se definem como válidos para uma economia de mercado” (p. 38). Essa mesma proposição reaparece em estudo posterior de Cardoso e Faletto (1985), onde eles escrevem que: “por desenvolvimento entendemos desenvolvimento capitalista” (p. 29). Em seguida, eles arrematam que essa “forma de desenvolvimento, tanto na periferia como no centro, ao se ampliar ciclicamente, produz riqueza e pobreza, acumulação e diminuição de capital, emprego para alguns e desemprego para outros. Assim,

---

<sup>95</sup> A hipótese de que a acumulação de capital por si só não significa desenvolvimento, mas apenas um vetor que permite por meio das inovações introduzir modificações no sistema de produção é recorrente na obra de Furtado, tornando desnecessário repisar fatos neste espaço, bastando informar apenas que para ele, o “processo de acumulação é o eixo em torno do qual evolui não somente a economia capitalista mas o conjunto das relações sociais em todas as sociedades em que se implantou a civilização industrial. A continuidade desse processo requer permanente transformação dos estilos de vida, no sentido da diversificação e sofisticação” (FURTADO, 1978, p. 54-5). A esse respeito consultar ainda Furtado (1967, 1968, 1974, 1976, 1980, etc.).

com a noção de ‘desenvolvimento’ não entendemos a realização de uma sociedade mais igualitária ou mais justa. Não são conseqüências que advenham do desenvolvimento capitalista, especialmente nas economias periféricas” (p. 29).

Voltando à questão do pessimismo de Furtado, logo no início dos anos 1970 ele lamentava que o Brasil, a despeito de ter constituído um parque industrial relativamente diversificado, o fez com tecnologia importada e sob a tutela dos monopólios internacionais cujos verdadeiros beneficiários foram os grupos estrangeiros que detinham o controle da tecnologia utilizada. Por essa razão, ele sentenciava: a “tese que prevaleceu imediatamente após a guerra, de que a industrialização constitui razão suficiente para a absorção do subdesenvolvimento, está certamente desacreditada” (FURTADO, 1972, p. 8).

A idéia de Furtado (1972) é que a propagação do progresso técnico na economia brasileira serviu mais para modernizar os hábitos de consumo de uma minoria privilegiada, cujo padrão de vida era determinado pela evolução cultural dos países de elevada produtividade dos fatores, do que mesmo para transformação dos processos produtivos do conjunto da economia. Em sua opinião, na “medida em que se pretendeu reproduzir, com um intervalo de tempo decrescente, o fluxo de produtos em permanente diversificação que jorra nas economias desenvolvidas, a dependência tornou-se quase condição necessária da eficiência” (p. 14).

Para Furtado, o fenômeno de dominação-dependência havia assumido a forma de imposição do padrão de consumo do centro, o qual não correspondia ao grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do subsistema dependente, contribuindo, ao contrário, para agravar ainda mais a desarticulação existente na estrutura da economia brasileira. Com efeito, o desenvolvimento passou a ser confundido com a diversificação e ampliação do consumo de uma minoria. Este, por sua vez, além de determinar os aumentos de produtividade fazia com que os mesmos não fossem disseminados pelo conjunto da economia. A contrapartida desse processo reflete-se na redução dos investimentos no setor produtivo destinado à satisfação das necessidades do conjunto da população. Como diz o próprio Furtado (1971): “el principal factor causante de la elevación de la productividad en la economía dependiente ya industrializada, parece ser la diversificación imitativa de los patrones de comportamiento de las minorías de ingresos elevados, sin que el proceso tenga necesariamente repercusiones en las condiciones de vida de la gran mayoría de la población” (p. 341).

À semelhança de Cardoso, Furtado (1971) percebe claramente que “el control del progreso tecnológico y la posibilidad de imponer patrones de consumo, de parte de uno o de

algunos subsistemas, viene a condicionar la estructuración del aparato productivo de los demás subsistemas, los cuales se vuelven dependientes” (p. 342-3). O que parece demasiado sintomático a Furtado é que o aparato produtivo ligado ao consumo suntuário dos grupos de altas rendas, longe de constituir uma transformação no conjunto da estrutura produtiva da economia dependente, se instalara para satisfazer as necessidades de um segmento minoritário que antes se abastecia com importações.

Desse modo, a industrialização substitutiva de importações não significava uma industrialização propriamente dita no sentido de gerar externalidades econômicas, mas tratava-se de um transplante, do centro para a periferia, de atividades produtivas ligadas à minoria rica efetivamente condicionada e sob controle externo. No dizer de Furtado (1971), “esa descentralización no significa industrialización, en el sentido de autonomía para producir artículos industriales; significa localizar, parcial o totalmente, en el subsistema dependiente, la producción física de artículos que continúan siendo concebidos en el centro dominante” (p. 343).

Assim, diferentemente do que se sucedia com as economias desenvolvidas, em que o fator dinâmico era resultado da combinação de novas formas de consumo e da inovação tecnológica, fatores que interagiam em função do conjunto do sistema, na economia dependente, ao contrário, era a imposição de modelos de consumo de fora para dentro que constituía o fator ancilar do desenvolvimento. Ademais, enquanto nas economias desenvolvidas a difusão de novos processos produtivos traduzia-se em elemento importante de elevação da produtividade, processo esse que se fazia acompanhar do aumento do nível de vida do conjunto da população, seja mediante a expansão da taxa salarial em paridade com a produtividade média, seja mediante a redução dos preços relativos dos bens de consumo gerais. Por outro lado, nas economias subdesenvolvidas e dependentes como a brasileira esse processo só se tornava efetivo com relação aos grupos que estavam integrados ao setor moderno da economia, enquanto a grande maioria era afetada apenas de forma marginal, em função de sua incorporação à economia monetária e ao mercado de produtos industrializados.

Ao raciocínio de Furtado, a penetração do progresso tecnológico nas atividades ligadas ao consumo dos grupos de altas rendas dera lugar a um crescimento mais que proporcional de seus rendimentos. Para dizer o mesmo em outros termos, a assimilação do progresso tecnológico nas áreas dependentes acelerou a concentração da renda em favor das classes mais abastadas. Por consequência disso, a difusão de novas técnicas nos processos produtivos somente teria seqüência caso os grupos de altas rendas diversificassem o seu consumo. Com isso, Furtado (1971) deduzia que “la introducción de nuevos patrones de

consumo entre los grupos ricos constituye el verdadero factor primario (al lado de la acción del Estado) del ‘desarrollo’ de las llamadas economías subdesarrolladas” (p. 345).

Dessa forma, em conformidade com o que fora objeto de constatação na análise de Cardoso, Furtado chegara aos mesmos resultados em termos de consignaço da situaço de dependência externa da economia brasileira. Nesse particular, vale a pena repisar o que escreveu a esse respeito: “en las economías subdesarrolladas, el ‘desarrollo’ es siempre ‘internacional’, en el sentido de que, en la gran mayoría de los casos, está ligado a la expansión de las actividades de una empresa, cuyo centro de decisiones se encuentra colocado fuera del subsistema en cuestión” (FURTADO, 1971, p. 346).

Ainda a propósito da constatação da situaço de dependência, Furtado (1971) afirma de forma categórica que “como el ‘desarrollo’ supone la adopción de un nuevo patrón de consumo, o su difusión, y como esos nuevos patrones traen consigo un vínculo de tipo ‘internacional’ (importaciones de insumos, pago de regalías, patentes, etcétera), se puede afirmar también que el citado desarrollo es una transformación estructural del sistema global, la cual tiende a estrechar las relaciones de dependencia” (p. 346). Em suma, Furtado assume de forma iniludível que na economia subdesenvolvida industrializada-dependente, a grande empresa desempenha o papel de elemento dinamizador do processo de desenvolvimento, pois representa a correia de transmissão dos novos produtos sem os quais não se diversificava o estilo de vida dos grupos dominantes.

As desilusões de Furtado (1972) em relação aos efeitos da introdução do progresso tecnológico na estrutura produtiva da economia brasileira eram visíveis, como demonstram suas palavras: a “penetraço do progresso técnico acarreta, via de regra, a destruiço de fontes de emprego que não são substituídas por outras de importância similar, dando origem à marginalizaço de uma parcela crescente da populaço” (p. 14). Para ele, a razão principal desse fenômeno reside no fato de que não houve uma correlaço entre os aumentos de produtividade engendrados pela elevaço da relaço capital-trabalho e pela adoço de novas técnicas de produço e o crescimento da massa salarial, fatores esses que estão na base das economias industriais modernas (p. 27). Ou seja, a assimilaço do progresso técnico era resultado da aço de fatores estranhos ao desenvolvimento e não a causa primária deste.

Em razão de particularidades que não convém mencionar neste espaço, a estrutura industrial brasileira teve de adaptar-se desde o início a um perfil de demanda restringida, caracterizada por um elevado desnível entre os padrões de consumo dos grupos de altas rendas e os da grande maioria da populaço de baixa renda. Por outro lado, a combinaço de tecnologia poupadora de trabalho com a elasticidade de mão-de-obra permitiu que os

aumentos de produtividade engendrados pela difusão do progresso técnico e pelas economias de escala impulsionassem a concentração de renda em favor das classes mais ricas. No dizer de Furtado (1972), “como o poder de compra realmente em expansão era o dos grupos de altas rendas, o desenvolvimento tendeu a assumir a forma de introdução de novos produtos e de diversificação do consumo; a concentração da renda ao entorpecer o processo de difusão em benefício do de diversificação, tende a repercutir negativamente na taxa de crescimento” (p. 30). A contrapartida desse processo foi a geração de um tipo de desenvolvimento mimético.

Na visão de Furtado, o estilo de desenvolvimento adotado no Brasil decorria, por um lado, da imitação dos padrões de consumo do centro e, por outro lado, tratava-se de um tipo de dependência resultante da própria forma como o progresso tecnológico se difundia do centro para a periferia. Para ele, o funcionamento desse mecanismo requeria a preservação de certas estruturas sociais, sem as quais não se punha em prática a reprodução dos padrões de consumo moderno, cuja transferência apresentava-se como condição necessária para dar seguimento ao padrão de desenvolvimento dependente. Diante dessas condições, nosso autor chegava à melancólica conclusão de que esse modo de “desenvolvimento [passava] a ser definido em termos de aproximação de um paradigma que, por definição, [era] inalcançável, porquanto em transformação cada vez mais rápida’ (FURTADO, 1972, p. 77). Mais à frente, ele arremata: “cabe inferir, portanto, que a melhoria efetiva das condições de vida da massa da população dos países do Terceiro Mundo, particularmente dos de grande dimensão demográfica, somente será alcançada por outros caminhos” (p. 77). Essas desilusões se prolongam por quase toda a década de 1970<sup>96</sup>.

Entretanto, o desencanto de Furtado era apenas uma comprovação do que já havia sido indicado tanto por ele próprio quanto por Cardoso em suas análises sobre a presença dos grupos estrangeiros nos setores-chaves da economia brasileira e sobre os beneficiários subjacentes. Nesse sentido, é conveniente repisar que para Cardoso e Faletto (1970), a partir

---

<sup>96</sup> Em meado dos anos 1970, após chamar a atenção para a carência de uma teoria geral que pudesse servir de parâmetro para o entendimento das formações sociais de seu tempo, Furtado (1976) verberava: “tudo indica que a transnacionalização da produção tende a transformar-se em fator decisivo na luta pela preservação dos sistemas de dominação social fundados no modo capitalista de produção, particularmente nos países que mais avançaram no processo de acumulação” (p. 58). Em seguida, sentencia que, nas “economias em que o modo capitalista de produção penetrou no quadro de dependência externa, o fenômeno da insegurança social apresenta-se sobremaneira agravado” (p. 60). Mais à frente, em gesto de advertência, relata que “uma parcela crescente da riqueza que se acumula nos países periféricos é de propriedade, ou está sob controle, de empresas ou pessoas físicas do centro, o que engendra um crescente fluxo de recursos reais da periferia para o centro. Esse endividamento estrutural exerce pressão nas relações internacionais, no sentido de debilitar a posição negociadora dos países periféricos, e por si só é suficiente para tornar a ordem internacional cada vez mais injusta” (p. 114).

do momento em que se configura a internacionalização do mercado, o desenvolvimento passa a realizar-se mediante um processo de crescente exclusão social. A rigor, essa exclusão envolve não apenas o operariado, “mas também parte das camadas sociais economicamente significativas da etapa anterior, cuja principal alternativa [...] é conseguir vincular-se subsidiariamente ao setor monopolista moderno e também vincular-se em forma subordinada ao sistema de dominação política que se instaura” (p. 131).

Ademais, em relação aos grupos favorecidos pelos investimentos estrangeiros, Cardoso (1980) é bastante claro: os “beneficiários desse ‘desenvolvimento dependente’ [são] as empresas estatais, as corporações multinacionais e as empresas locais associadas a ambas” (p. 77). A rigor, são esses os agentes que constituem o tripé do modelo de desenvolvimento dependente, o qual está subordinado à acumulação de capital e, portanto à expansão econômica capitalista real, para cuja materialização torna-se imprescindível a exploração e a exclusão social. Ademais, Cardoso assevera ainda, ao estilo da ortodoxia marxista, que a economia capitalista como um todo e não só a periferia cresce de forma desigual, gerando problemas políticos e econômicos em vários níveis.

Não obstante, na concepção de Cardoso (1975), à medida que o processo de desenvolvimento dependente prossegue, exige-se uma reordenação da economia e da política em formas novas e mais complexas. Em outros termos, essa idéia consiste em que o núcleo dinâmico do capitalismo na periferia se constitui em torno da internacionalização do mercado interno. Como “essa internacionalização se faz para atender aos reclamos da forma produtiva gerada pelo capitalismo avançado, que repousa nas chamadas empresas multinacionais, a redefinição de espaço econômico e político torna-se peça necessária da expansão capitalista-dependente” (p. 35).

Assim, em meado da década de 1970, ante a concretização do estilo de desenvolvimento dependente e as assimetrias que lhes são inatas, Cardoso (1975) deduzia: “esta nova fase da economia brasileira – sem prejuízo do prosseguimento da expansão industrial orientada para o mercado interno – acarreta a redefinição do antigo modelo exportador que passa a basear-se na produção associada a capitais estrangeiros e na exportação de produtos industrializados” (p. 48). Além disso, ele sublinhava que a despeito de a economia nacional ter experimentado um período de crise e de retração violenta dos salários desde início dos anos 1960, e principalmente na segunda metade daqueles anos. Por outro lado, no decênio subsequente houve crescimento tanto das exportações quanto do produto industrial e do consumo interno, embora com elevada exclusão social e à custa de um

endividamento externo crescente<sup>97</sup>, característica típica da expansão capitalista nas economias dependentes.

Em relação à política de endividamento para fazer frente aos investimentos, Furtado (1983) assegura que, ao “endividar-se no exterior, a fim de compensar desequilíbrios que têm sua origem em desajuste estrutural de balanço de pagamentos, o país periférico cria as condições para que esse desajuste persista e se agrave” (p. 124). Ademais, acentua ele, como “persiste o mesmo estilo de desenvolvimento, a insuficiência de poupança interna e a pressão no balanço de pagamentos continuam a agravar-se. Em realidade, é de esperar que a insuficiência da capacidade para importar venha a aumentar, pois ao custo em divisas da transnacionalização do sistema produtivo deve adicionar-se o serviço de uma dívida externa crescente” (p. 124).

Em suma, a idéia de Furtado consiste no seguinte: à medida que o endividamento aumenta submete as economias periféricas a uma crescente internacionalização de seus mercados, redundando em aprofundamento do controle externo sobre os sistemas produtivos nos países periféricos, como simboliza o caso do Brasil. Isso traz como consequência um completo esvaziamento do aparelho do Estado em sua capacidade de coordenação da economia, com o que se agrava o subdesenvolvimento e a dependência externa.

Em similitude com o raciocínio de Furtado, Cardoso também reconhecia que a política de endividamento externo adotada pelo governo brasileiro para assegurar o investimento produtivo e garantir a expansão do sistema crédito ao consumo concorria para aprofundar ainda mais a situação de dependência externa em que o país estava submetido. A esse respeito escreveu: “essa política reforça as relações de dependência financeira entre centro e periferia, permitindo, por um lado, o desenvolvimento industrial e a expansão do consumo baseado nas camadas de rendas elevadas e médias (que obtêm créditos fáceis para o consumo) e, por outro lado, acentua a dependência financeira” (CARDOSO, 1975, p. 59).

Apesar do exposto no parágrafo anterior, Cardoso (1975) esclarece (de certa forma tentando justificar sua hipótese) que essa característica inerente ao modelo de industrialização dependente-associado, o qual ele também denomina de “excludente” ou “restritivo”, resulta da própria reorientação da política oficial no sentido das sociedades de consumo, dando origem ao que se designou de internacionalização do mercado interno. A explicação para esse aparente paradoxo consiste em que se transferiu dos países centrais para os dependentes um

---

<sup>97</sup> A partir de fins da década de 1960, em razão de insuficiência da poupança interna, o governo brasileiro adotou uma política de financiamento externo para expandir os investimentos e ampliar o crédito ao consumidor, política essa que elevou de forma gigantesca a dívida externa (pública e privada) do país.

sistema produtivo já comprovado pela experiência de outros países, mediante a importação de máquinas e equipamentos com elevada composição de capital, cuja finalidade era a produção de bens de consumo de massas, sem a ocorrência prévia ou posterior de modificações estruturais na economia.

Em aquiescência às conclusões de Furtado, Cardoso (1975) assevera que o processo de industrialização se deu sem que tivesse ocorrido “significativas tendências à redistribuição de rendas” (p. 74). Por essa razão, ele julga que “a internacionalização do mercado – se é certo que significou a abertura do mercado aos capitais estrangeiros e maior homogeneização das técnicas de produção, comercialização e funcionamento em comparação com os centros de desenvolvimento mundial – não trouxe consigo maior participação social nos frutos do progresso tecnológico” (p. 74).

Entretanto, na apreciação de Cardoso (1975), apesar do processo de industrialização dependente gerar distorções marcantes, não constituía nenhuma barreira impeditiva à acumulação capitalista nem ao crescimento da economia. Conforme ele assinala, embora “a industrialização feita à base de tecnologia poupadora de mão-de-obra tenha um efeito relativamente pequeno na expansão global do emprego no setor secundário, a experiência brasileira dos anos [19]60 parece indicar que pode ocorrer uma expansão proporcional real do emprego industrial, desde que seja mantida uma taxa elevada de crescimento do produto no setor industrial” (p. 76). Além disso, ele informa ainda que, “não é desprezível, por outro lado, a formação de uma camada de ‘classe média alta’, criada pela própria expansão urbano-industrial e fortalecida por medidas fiscais governamentais” (p. 77).

Em termos símiles com a análise de Cardoso, mas bastante pessimista com as perspectivas do desenvolvimento dependente, Furtado (1974) chegara à conclusão de que o estilo de vida criado pela civilização industrial e transplantado para a periferia foi e sempre seria privilégio de uma minoria. Essa dedução sombria é justificada nos seguintes termos: “[o] custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o ‘desenvolvimento econômico’ [...] é simplesmente irrealizável” (p. 75). Com isso, conclui que “a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito (p. 75).

Tendo chegado a essa conclusão, Furtado (1974) suscita outra tendência ainda mais desalentadora para os países da América Latina e principalmente para o Brasil, qual seja: a “transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível, no quadro da dependência” (p. 87). Esta convicção significa que, à medida que o processo de



industrialização avança na periferia, maior tende a ser o controle do sistema produtivo pelos grupos estrangeiros. Como o próprio autor enfatiza, em “uma economia como a brasileira, em que as taxas de salários pouca relação têm com as elevações de produtividade, as empresas [estrangeiras] estão em situação privilegiada para reter em sua totalidade os benefícios do progresso tecnológico” (FURTADO, 1975, p. 186). Tendo isso em conta, ele prescreve: “impõe-se a conclusão de que tanto a industrialização como a assimilação do progresso tecnológico favorecem o controle do sistema econômico por grupos estrangeiros” (p. 186).

Baseado no que se expôs acima, Furtado (1974) deu como certo que a dependência tendia a se arraigar no sistema produtivo, assumindo a forma de propagação de subsidiárias de grandes empresas estrangeiras com padrões tecnológicos definidos por suas matrizes nos países centrais. Além disso, ele acentua ainda que, “se as condições gerais ligadas à situação de dependência persistem, nada sugere que a industrialização orientada para o exterior contribua para reduzir a taxa de exploração, tanto mais que a própria razão de ser desse tipo de industrialização na periferia é a existência de trabalho barato” (p. 92). Por essas e outras razões, ele sentencia que, “se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração. Mais ainda: a elevação da taxa de crescimento tende a acarretar agravamento tanto da dependência externa como da exploração interna” (p. 94).

### **3.2.2 O renascer da esperança**

A despeito de Furtado deixar transparecer certas decepções em relação às possibilidades de as economias periféricas escaparem da dependência externa, a partir do final dos anos 1970 ele começou a vislumbrar a hipótese de libertação da dependência, embora conserve sua crítica ao modelo de industrialização adotado<sup>98</sup>. Essa perspectiva toma por base a liberação da capacidade criativa do ser humano, a qual constitui a fonte última do desenvolvimento das nações que alcançaram altos níveis de bem-estar social<sup>99</sup>. Além disso, ele enfatiza também a importância do fortalecimento do mercado interno, requisito indispensável para fazer frente a um padrão de desenvolvimento pautado não apenas na acumulação, mas em critérios que contenham em si um conjunto de transformações nas

---

<sup>98</sup> Em sua crítica permanente ao estilo de desenvolvimento brasileiro, Furtado (1978) torna ciente que no “quadro da industrialização dependente, o fator determinante da tecnologia utilizada é o grau de diversificação da demanda [...] gerada pelos grupos sociais que tiveram acesso indireto à civilização industrial” (p. 50).

<sup>99</sup> Esses pontos de vistas são aprofundados nos anos 1990, sobretudo em Furtado (1992a, 1992b, 1994, 1995a, 1998). No entanto, em razão dos limites impostos por este trabalho não entraremos em detalhes a esse respeito.

estruturas sociais e nas formas de comportamento que acompanham a acumulação no processo de produção.

Essas inferências são fruto de uma imersão filosófica e de uma revisão histórico-teórica sobre a difusão da civilização industrial na Europa empreendida por Furtado (1978) em fins da década de 1970, no intuito de compreender o rápido processo de acumulação e o avanço tecnológico subjacente a essa civilização, os quais capacitaram algumas nações a submeter a controle a quase totalidade do planeta. Nessa investigação, ele percebe que as formações sociais de seu tempo eram em grande parte resultado dessa tendência de dominação planetária e do movimento inverso das nações dominadas na busca pela libertação. Em seu ponto de vista, o esforço no sentido de ampliar as áreas de dominação e a resistência que o mesmo provoca constitui o vetor do processo global de difusão da sociedade industrial, a qual procura criar laços de interdependência entre todos os povos. Para ele, escapar dessa “dominação, que tenderia a assumir formas cada vez mais sutis no campo econômico”, constitui a difícil tarefa com que se defrontariam os povos pertencentes ao chamado Terceiro Mundo (p. 42).

Em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*, Furtado (1978) procura esmiuçar quais foram as razões pelas quais algumas nações como Rússia, China e Japão – que viram sua soberania ameaçada pela ofensiva imperialista nos últimos dois séculos passados – conseguiram se sobressair das presas da dependência externa, restabelecer uma ordem social própria e afirmar um projeto de desenvolvimento com soberania nacional e pautado por princípios de legitimidade e transformações sociais. Nesses casos, ele constata que a difusão da civilização industrial foi resultado do comportamento reativo do povo que viu sua soberania ameaçada e não da imposição de padrões culturais de fora, como bem exemplifica o caso dos países latino-americanos.

No caso específico do Japão, que é a mais conspícua experiência de desenvolvimento autônomo, Furtado (1978) relata que já “no século dezesseis esse país se havia insurgido com êxito contra a penetração européia, assimilando rapidamente a técnica das armas de fogo e reduzindo ao mínimo os contatos com o exterior” (p. 43). No século XIX, diante da grande onda expansionista européia, o isolamento já não faria sentido, não obstante a assimilação do sistema industrial foi empreendida com êxito pelos grupos que ascenderam ao poder com a restauração Meiji<sup>100</sup>. Como diz nosso autor, o “grupo aristocrático que assumiu o controle do

---

<sup>100</sup> Frank (1980) assegura que o Japão foi o único país da Ásia que escapou de ser transformado em colônia dependente do capitalismo europeu ou americano e que, por isso, conseguiu formar um desenvolvimento

Estado japonês [...] teve em vista objetivos essencialmente políticos: criar as bases de um poder nacional capaz de preservar a independência do país face à ofensiva imperialista da era vitoriana” (p. 59). Quanto à China, diz ele: “nenhum outro país de acumulação retardada reúne as condições mínimas para escapar ao campo gravitacional da civilização industrial” (p. 111). Esse mesmo raciocínio vale para o caso russo. Simplificando, Furtado constata que foi exatamente o investimento em capital humano, os estímulos ao mercado interno e a manutenção da autonomia nacional que permitiram ao Japão, assim como à Rússia e à China a definição de uma estratégia soberana e audaciosa de desenvolvimento no sentido de tirar partido no mundo da civilização industrial sem se submeter às presas da dominação imperialista.

Dessa forma, a partir das experiências exemplares de manutenção da autonomia nacional dos países acima indicados, Furtado (1978) aderiu, mesmo que timidamente, à idéia de que era possível interromper a correia de transmissão dos valores culturais gerados nos países centrais, valores esses que atuam na realimentação do subdesenvolvimento e no reforço da situação de dependência externa das economias periféricas. Para ele, a instituição de uma política consciente e ousada de fomento à criatividade humana e de controle dos recursos naturais não-renováveis de grande valor econômico e de dinamização do mercado interno nos países periféricos constitui uma janela de oportunidades que não deve ser ignorada na luta contra a dependência.

Na imaginação de Furtado (1978), “o processo de mudança social que chamamos de desenvolvimento adquire certa nitidez quando o relacionamos com a idéia de criatividade” (p. 81). A propósito, ele salienta que “é ampla a evidência de que o campo do possível no que concerne a essa criatividade é mais amplo do que [...] somos inclinados a pensar” (p. 82). Em termos mais precisos, pode-se dizer que a idéia de Furtado é que a criatividade humana é a fonte última geradora de energia, a qual pode ser canalizada e posta a serviço do desenvolvimento das forças produtivas e da diversificação dos padrões de vida da coletividade.

Em relação ao controle dos recursos naturais, Furtado (1978) anuncia que a “luta contra a dependência começa em geral pela reivindicação do controle das próprias fontes de recursos não-renováveis. Em seguida ela assume a forma de ocupação de posições que permitem controlar, ainda que parcialmente, o acesso ao mercado interno” (p. 123). Objetivamente, essa idéia consiste em que os países periféricos podem tirar proveito das

---

nacional independente (p. 189). Antes, havia assinalado que o “Japan was not satellitized either during the Tokugawa or the Meiji period and therefore did not which were so satellitized” (FRANK, 1972b, p. 11).

inversões estrangeiras em suas economias mediante a cobrança de impostos sobre as exportações de produtos intensivos em recursos naturais escassos, no sentido de reter parte do excedente que as empresas derivam da exploração desses recursos. Para ele, o “controle do acesso aos recursos não-renováveis foi sempre considerado como uma das principais fontes de poder nas relações internacionais” (p. 120).

Na visão de Furtado (1978), a tomada de posição em relação ao controle de recursos naturais essenciais permite ocupar posições soberanas em termos de acesso ao mercado interno das nações dependentes. Em seu modo de ver, é da vitória nessa frente de ação que surgem os recursos financeiros necessários para afirmar posições e ampliar o campo de resistência à dominação estrangeira. Em suas palavras, a “luta na frente tecnológica somente se torna viável quando foi assegurado o controle de importantes segmentos do mercado interno e reunida uma massa crítica de recursos financeiros” (p. 123).

Dessa forma, pode-se inferir que o ponto de vista de Furtado ao final dos anos 1970 consistia em asseverar que a resistência contra a dependência deveria passar por uma redefinição das relações econômicas internacionais, cuja preocupação com o desenvolvimento das nações subdesenvolvidas deveria constituir o objetivo central. É certamente por essa razão que Pedrão (1995) se refere ao livro de Furtado mencionado antes nos seguintes termos: “*Criatividade e Dependência* explicita melhor que obras anteriores a circularidade entre a capacidade das sociedades para refletir teoricamente e sua capacidade para resolver problemas práticos” (p.70).

Com base no que se expôs anteriormente, pode-se intuir que a partir do final dos anos 1970 Furtado passou a visualizar a possibilidade de superação das amarras da dependência externa das economias periféricas mediante uma política audaciosa de investimento em capital humano e de recuperação da autonomia nacional. Esta constituía uma frente de ação que deveria começar, por um lado, pela valorização da criatividade humana, considerada como a principal fonte de energia capaz de impulsionar o desenvolvimento em favor do bem comum e, por outro lado, mediante uma modificação nas relações comerciais internacionais na defesa de recursos naturais não-renováveis, o que requeria uma redefinição das relações bilaterais. Na visão do autor, essa tomada de posição deveria basear-se na taxação de produtos intensivos em recursos naturais importantes exportados pelos países subdesenvolvidos, cujas receitas deveriam ser canalizadas para a formação de um fundo de financiamento de novas tecnologias.

Segundo Furtado (1978), o resultado dessa reação seria a “geração de formas de vontade coletiva na periferia, pois somente assim o potencial de recursos poderá ser ativado”

(p. 124). A propósito disso, assinala que “existe base para afirmar que os avanços já realizados abrem opções aos países periféricos para concretizar novas formas de coalizão e exercer novas iniciativas na luta para reordenar as relações internacionais. Contudo, não se deve perder de vista que a luta contra a dependência não é senão um aspecto do processo de desenvolvimento, e este não existe sem a liberação da capacidade criadora de um povo” (p. 125). Para ele, a capacidade criativa do ser humano deveria orientar-se não no sentido de tornar mais precária a convivência entre os povos e de fazer a humanidade mais ingovernável, mas colocada à disposição do desenvolvimento das capacidades humanas para que a luta contra a dependência possa ser levada adiante em melhores condições. Nesse aspecto particular, subscreveu: “lo que caracteriza la heterogénea constelación de países que la forman es la progresiva toma de consciencia de la situación de dependencia en que se encuentran y de la necesidad de unir fuerzas para modificar la estructura de poder mundial, sin lo cual no romperán las amarras de esa dependencia” (FURTADO, 1981a, p. 525).

Ao longo dos 1980 e 1990, Furtado procurou desenvolver melhor suas hipóteses sobre as possibilidades de as economias periféricas se livrarem das *chagas* do subdesenvolvimento. A despeito de que os anos 1990 ultrapassem os planos deste trabalho, convém salientar que em seu livro *Brasil: a construção interrompida* (1992), ele exemplifica de forma entusiástica as experiências bem sucedidas de desenvolvimento de algumas economias recentemente industrializadas do Leste Asiático, as quais não só apresentavam indicadores sociais piores do que o Brasil, em meados do século XX, como eram também muito mais atrasadas tecnologicamente, como a China, Coreia do Sul e Taiwan<sup>101</sup>. Nestes países, sobretudo, nos dois últimos, o Estado teve uma atuação decisiva, mediante a instituição de políticas de coordenação seletiva de investimentos públicos e privados, de formação recursos humanos e de fomento à P & D e inovações tecnológicas. Estas foram responsáveis pelos êxitos alcançados pela homogeneidade social nos referidos países, permitindo aos mesmos superarem os entraves do subdesenvolvimento<sup>102</sup>. No dizer de

---

<sup>101</sup> Considerando apenas o caso da Coreia, pode-se constatar que em 1953 o setor primário respondia por 47 % do PIB, enquanto o setor industrial participava com 9%. Em 1990, a participação do setor primário havia caído para 8,7%, chegando a 7% em 1994; já o setor industrial elevou sua participação para 29%, declinando para 27%, em 1994. Em 1953, a indústria leve contribuía com 79% do PIB e a indústria pesada com 21%; em 1990 as participações eram respectivamente de 34 e 69%, sendo que em 1994, a participação da primeira diminuiu para 27% e a da segunda subiu para 73%. Por outro lado, o crescimento das exportações desse país foi notável no referido período, as quais passaram de cerca de 40 milhões de dólares em 1963 para 96 bilhões em 1994. No conjunto das exportações, a participação dos produtos industrializados aumentou de 14% para 92% no referido período. Sobre isso consultar Kim (2005, p. 14-5).

<sup>102</sup> Em referência ao desempenho das economias do Leste Asiático, Furtado (1992a) afirma que “tanto na Coreia do Sul como em Taiwan a preocupação com o social prevaleceu, procedendo-se de uma reforma agrária que possibilitou a plena utilização dos solos aráveis e da água de irrigação, fixação de parte da população no campo e

Furtado (1992a): “[p]orque alcançaram um grau elevado de homogeneidade social e fundaram o próprio crescimento em relativa autonomia tecnológica, cabe reconhecer que a Coreia do Sul e Taiwan lograram superar a barreira do subdesenvolvimento, ainda que a renda *per capita* desses países seja menos de uma quinta parte da do Japão e não supere a de certos países latino-americanos” (p. 51).

Assim, levando em conta os resultados conquistados pelas economias sul-coreana e taiwanesa, Furtado passou a advogar a tese de que era possível remover a fratura do subdesenvolvimento<sup>103</sup>. Posteriormente, em *O Capitalismo Global* (1998), ele aponta algumas possibilidades de escapatória dessa incômoda situação imposta pela lógica do sistema internacional<sup>104</sup>. Nessa perspectiva, afirma que, para desenvolver-se a partir de um nível relativamente baixo de acumulação de capital, levando-se em conta as heranças das malformações sociais impostas pela divisão internacional do trabalho e pelos constrangimentos causados pela internacionalização dos mercados, necessária se faz a efetivação de algumas medidas, as quais ele resume basicamente em três estratégias, conforme se segue: i) coletivização dos meios de produção – estratégia essa que se baseia no controle coletivo das atividades econômicas, seja pela autogestão e/ou planificação centralizada; ii) prioridade à satisfação das necessidades básicas – estratégia que implica privilegiar a satisfação de um conjunto de necessidades que uma comunidade considera prioritárias; e iii) ganho de autonomia externa – alternativa que consiste em assumir uma posição ofensiva nos mercados internacionais, visando orientar os investimentos que possam favorecer os setores com maior potencial e capacidade de competição externa (FURTADO, 1998, p. 49-50).

Grosso modo, as estratégias delineadas por Furtado com o intuito de reverter a condição de subdesenvolvimento tomam por base algumas experiências que foram empreendidas por algumas economias periféricas que tiveram a ousada iniciativa de programarem políticas voluntaristas de desenvolvimento sem se submeterem ao processo de

---

uma distribuição o mais possível igualitária do produto da terra. Simultaneamente, procedeu-se a intenso investimento em capital humano. Logo foi alcançada a plenitude na escolarização e a total alfabetização da população adulta. O esforço se estendeu ao ensino médio e superior, prolongando-se em amplo programa de bolsas de estudo no exterior para formar pesquisadores. Um programa de crédito subsidiado, que na Coreia do Sul chegou a absorver 10% do produto interno bruto, orientou os investimentos em função de objetivos estabelecidos pelo governo em planos quinquenais mais do que indicativos. Em Taiwan, [...] os incentivos fiscais foram altamente seletivos por produto, refletindo a clara estratégia setorial do governo visando a mudar a estrutura da economia. Assim, uma primeira fase orientada para a consecução da homogeneidade social [...] foi sucedida por outra em que o governo orientou a formação de capital para estruturar o sistema produtivo de forma a obter incremento de produtividade” (p. 50-1).

<sup>103</sup> Vale ressaltar que Furtado não deixa claro se esta possibilidade é extensiva ao caso brasileiro.

<sup>104</sup> Uma versão preliminar dessa proposta já havia sido esboçada antes por Furtado (1984, 1994).

mundialização de valores imposto pela lógica da economia de mercado. A rigor, a despeito das diferenças existentes entre os países latino-americanos e os do Leste Asiático, as experiências destes últimos demonstram com razoável nitidez que o subdesenvolvimento e a dependência não constituem tendências irreversíveis que estão eternamente reservadas às economias periféricas. Com bases nesses casos, pode-se supor que é possível reverter essas tendências, desde que se tenha a real dimensão do problema e se constitua uma matriz política institucional capaz de superintender as transformações sociais necessárias à abertura de uma janela para o desenvolvimento auto-sustentado.

Deve-se recordar ainda que, nas economias de industrialização recente do Leste Asiático, os governos tiveram um papel inequívoco na moldagem de uma política de desenvolvimento industrial, criando condições favoráveis para o funcionamento das empresas privadas, mediante a execução de políticas de redução de risco dos investimentos, de oferta de tecnologia avançada e capacitação de recursos humanos. Em suma, o desafio enfrentado pelas referidas economias residiu não apenas na transição para a economia do conhecimento – em que a competitividade depende da criatividade, da velocidade do aprendizado e da propriedade intelectual – mas, fundamentalmente, no desenvolvimento de aptidões tecnológicas e no aperfeiçoamento de tecnologias importadas. Para isso, concorreu também a concentração de investimentos em educação básica e universitária e na institucionalização de uma política seletiva e criteriosa de concessão de incentivos fiscais e creditícios em seus processos de industrialização<sup>105</sup>.

Os exemplos acima podem servir de lição para outros países, conforme assegura Dodgson (2005), considerado um eminente estudioso das economias do Leste Asiático. A propósito disso, afirma que “[a] ciência, a tecnologia e a inovação têm desempenhado um papel central no desenvolvimento econômico e industrial das EIRs do Leste Asiático. As forças tecnológicas da região são consideráveis e crescem rapidamente; seu sucesso poderá acarretar conseqüências importantes no equilíbrio mundial” (p. 354). Do ponto de vista desse autor, as políticas praticadas pelas economias antes referidas podem servir de lições para outras partes do mundo.

---

<sup>105</sup> Sobre o desempenho econômico das economias recentemente industrializadas do Leste Asiático, deve-se consultar Dodgson (2005), Lall (2005), Pack (2005) e World Bank (1993), entre outros.

### 3.3 Observações finais

Se a partir de fins da década de 1970 Furtado conseguiu se desvencilhar de suas idéias pessimistas em relação às possibilidades de reversão da situação de dependência externa dos países periféricos, já Cardoso, por outro lado, se manteve firme em suas hipóteses e reafirmou que não havia carta de alforria para a dependência da periferia. Fiel às idéias que passou a defender desde meado dos anos 1960, ele reforçou ainda mais suas convicções em relação à apatia do empresariado brasileiro e rechaçou qualquer possibilidade político-econômica do desenvolvimento nacional baseado na burguesia local. Tendo isso em conta, asseverou que a tábua de salvação teria de ser encontrada na associação com os capitais estrangeiros, ou seja, mediante uma acomodação ao sistema mundial, em face das condições indicadas ao longo deste trabalho.

Para reafirmar suas idéias, Cardoso (1977a) recorre à matriz metodológica que deu vitalidade a sua análise sobre a noção de dependência com o intuito de procurar identificar a vocação da burguesia industrial e sua capacidade de autonomia, tanto no plano interno quanto externo. Esses elementos constituem uma condição indispensável para que a classe burguesa pudesse levar a termo um projeto nacional de desenvolvimento, no sentido de colocar-se à frente do processo político-econômico e impor ao conjunto do sistema uma orientação político-econômica nos moldes daquela desempenhada pela burguesia nacional nos países do capitalismo moderno. Em termos mais simples, isso consiste em deslindar a real possibilidade dos grupos industriais nacionais de cumprirem a “missão histórica” que deveria ser o seu papel primário, no sentido de criar condições para a expansão do mercado interno e opor barreiras aos concorrentes estrangeiros.

No que se refere às condições político-econômicas dos grupos locais para dirigir o desenvolvimento, Cardoso (1977a) ressalta que tanto a política econômica oficial (desde o período Kubitschek) tendeu a favorecer exclusivamente os grupos estrangeiros, cuja presença era visível nos setores-chaves da economia, quanto a abertura do mercado nacional aos capitais estrangeiros havia se acentuado durante o regime militar. Além disso, no que diz respeito à política agrícola, a despeito de algumas manifestações (tímidas ou vigorosas) em favor da reforma agrária, esta se manteve latente de forma permanente. Diante dessas evidências, nosso autor asseverou que o desenvolvimento nacional não passava de uma visão ideológica de determinados grupos que teimavam em atribuir à burguesia nacional um papel e uma consciência política que não lhe era própria.



Por outro lado, Cardoso (1977a) argumenta ainda que as origens sociais (plebéia e rural) da burguesia industrial brasileira demonstravam claramente a sua incapacidade para capitanear um projeto nacional de desenvolvimento. Como diz ele, os “reflexos de suas origens far-se-iam sentir em sua atuação política, em sua visão do processo histórico, e, em consequência, a levariam a uma situação de ambigüidade para definir seus interesses peculiares de classe diante dos interesses do conjunto das classes proprietárias” (p. 83). Em seguida, verbera que a “origem ‘agrária’ recente ou as marcas ‘plebéias’ evidentes da burguesia industrial não permitiam que ela purgasse o pecado original de sua criação, transformando-se em classe reitora do processo histórico” (p. 83-4). Ou seja, a idéia dele era que diante das opções concretas para uma política de desenvolvimento, a burguesia industrial vacilaria e decidir-se-ia por uma alternativa de retraimento e acomodação, optando por perder as chances históricas de assumir o comando do processo de desenvolvimento. Em face dessas condições adversas, parece lícito intuir que diante de uma burguesia assim concebida não havia condições para alçar vôo de longo curso.

Diante dessas condições, Cardoso deduzia que os setores industriais nacionais estavam se constituindo num contexto estrutural de relativa heterogeneidade e fragmentação, cuja possibilidade de autonomia na definição de objetivos balizados na idéia de um desenvolvimento controlado pelos setores privados nacionais se mostrava visivelmente acanhada para assumir a hegemonia do processo. Além disso, as pressões exercidas pelos capitais estrangeiros em áreas importantes somadas às pressões dos grupos sociais que influenciavam direta ou indiretamente as decisões do Estado (como as classes médias urbanas, os setores populares, o setor industrial estrangeiro e os grupos empresariais nacionais), levavam a “burguesia nacional” a depender e a participar de algum tipo de alianças para atingir seus objetivos. Não obstante, os grupos que participavam desse sistema de alianças, por condições objetivas de sua própria natureza (acanhada e fragmentada), não tinham a hegemonia do poder, ou seja, participavam na condição de membros subordinados, mas sem romper com a frente de orientação pelo desenvolvimento associado-dependente. Com base nesses fatos, Cardoso (1977a) asseverou que eram “raras as chances estruturais de ação hegemônica do setor ‘nacionalista’ dentro do novo sistema de alianças orientado pela idéia de desenvolvimento solidário com os monopólios externos” (p. 109).

Tendo em conta essas adversidades condicionantes, Cardoso (1977a) concluía que, em qualquer hipótese, a burguesia industrial cumpriria “um papel subordinado na condução do processo de desenvolvimento: como caudatária dos grandes grupos monopólicos, ou como dependente do setor público, no caso de uma eventual alternativa que [levasse] a uma política

econômica independente” (p. 109). Essa mesma suposição em relação ao papel coadjuvante do setor empresarial nacional em sedimentar um projeto de desenvolvimento nacional com a burguesia brasileira à frente como classe reitora do processo político-econômico é reafirmada em outros textos de Cardoso<sup>106</sup>.

A propósito da incapacidade dos empresários brasileiros, em artigo publicado no início dos anos 1980, Cardoso (1983b) assinala: “não creio, contudo, que se possa sustentar a idéia de que existe um horizonte de possibilidades para uma ‘hegemonia burguesa’ nova constituída a partir da liderança de empresários nacionais, empenhados na construção de uma sociedade democrática” (p. 22). Mais à frente acentua que a “ligação entre a internacionalização da economia (com a presença conseqüente das empresas multinacionais) e o papel ativo do Estado é flagrante no caso brasileiro” (p. 25). Com isso, conclui que desenvolvimento econômico no Brasil “só é possível através das grandes unidades de produção, estatais e privadas, associadas às empresas multinacionais” (p. 26).

Para Cardoso (1980), a novidade é que o processo de industrialização e o subseqüente desenvolvimento que poderia emergir nessa nova fase da dependência, “não havia sido previsto pelas teorias imperialistas” (p. 75). Em outras palavras, isso significa que, se em determinado momento o imperialismo representou para a periferia o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, na fase da nova dependência passava a franquear o desenvolvimento capitalista, não obstante associado e dependente, desigual e socialmente excludente<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> A tese formulada por Cardoso nos anos 1960, sobre a incapacidade da burguesia nacional em assumir o comando do processo de industrialização foi reapresentada nos anos 1980 e 1990. A propósito, consultar Cardoso (1983b, 1993a, 1995b). Passadas três décadas de sua caracterização do empresariado brasileiro, Cardoso (1995b) voltou a afirmar: “[a]ssim como há 30 anos mostrei (o que na época era obscuro) que a ‘burguesia nacional’ [...] não tinha a menor condição de propor um projeto hegemônico para o Brasil, por causa do que chamei de ‘internacionalização do mercado interno’, continuo crendo que a globalização da economia – queiram ou não os críticos – existe como conseqüência de uma nova forma (até tecnológica) de produzir” (p. 175). Não obstante, em texto anterior, ele reconhece – conforme fora suscitado antes por Furtado – que a contra-face da política de desenvolvimento executada pela via do endividamento internacional crescente foi uma monumental dívida externa (CARDOSO, 1993b). Nesse mesmo texto, reconhece também que a associação aos capitais estrangeiros não proporcionou os resultados esperados. Esses pontos de vistas serão discutidos mais detalhadamente no terceiro capítulo desta tese, em paralelo com as idéias de Furtado, sobre a participação do capital externo no processo de desenvolvimento.

<sup>107</sup> É oportuno ressaltar que Cardoso não tem a intenção de substituir a teoria do imperialismo pela teoria da dependência, mas fazer apenas um reparo, como ele próprio enfatiza na passagem que segue: “[a] teoria da dependência [...] não é uma alternativa para a teoria do imperialismo, mas um complemento. Como complemento à teoria do imperialismo, a teoria da dependência requer, entretanto, que se revise continuamente a periodização da economia capitalista mundial e a caracterização da etapa atual do imperialismo” (CARDOSO, 1980, p. 73). Para ele, “a questão não é saber a que teoria do imperialismo se liga a idéia de dependência, mas sim a de reelaborar a teoria do imperialismo, de modo a mostrar como se dá a acumulação de capitais quando se industrializa a periferia do sistema capitalista internacional” (CARDOSO, 1972, p. 133). Em seguida, certifica que “a expansão capitalista internacional contemporânea, e o controle das economias dependentes que dela decorre, não dissolvem o caráter imperialista da dominação econômica” (p. 192).

Em síntese, pode-se inferir que a idéia de desenvolvimento dependente de Cardoso fundamenta-se no princípio de que existe uma situação concreta de dependência das economias periféricas engendrada pelo sistema mundial, cuja possibilidade de desenvolvimento capitalista só se torna efetiva nos quadros de uma subordinação às economias hegemônicas e com a benevolência dos capitais estrangeiros. Não obstante ele reconheça que o capital externo contribui para aprofundar a condição subalterna das economias periféricas em relação às centrais, ressalta que o mesmo traz consigo modificações importantes na estrutura produtiva e permite melhorar do nível de vida da população. Todavia, isso não significa que resolva todos os problemas, uma vez que a expansão do mercado interno tende a beneficiar fundamentalmente os segmentos isolados da sociedade em detrimento do conjunto dos trabalhadores e da grande maioria da sociedade, resultado esse ao qual Furtado também chegara.

Relativamente à tese de Cardoso, fica a impressão de que ele parece não ter dado a devida importância à lógica financeira do capitalismo em sua fase monopolista-imperialista, renunciada por Lênin antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, cujas evidências já indicavam que sob o reino absoluto dos monopólios, a exportação de mercadorias havia cedido lugar à exportação de capitais (principalmente financeiros). Em termos mais precisos, isso significa que como os operadores do capital financeiro lidam muito mais com capital do que propriamente com bens, o interesse pelos países dependentes limitar-se-ia basicamente à exportação de capital, particularmente, quando as taxas de remuneração desses capitais fossem promissoras. Diante dessas condições, as inversões estrangeiras, longe de se converterem em instrumento de desenvolvimento dos países dependentes, transformar-se-iam em um eficiente conduto para transferir riqueza dos países pobres em favor dos mais ricos, ao mesmo tempo em que permitiram expandir o controle sobre as economias e os Estados nacionais dos primeiros países.

Ademais, à situação anterior devem-se adicionar outros agravantes decorrentes da repatriação dos lucros derivados dos movimentos financeiros e dos investimentos estrangeiros, que, em geral, retiravam mais do que investiam nos países dependentes, conforme demonstram Baran e Sweezy (1989). Segundo esses autores, o volume de recursos transferidos aos EUA superou em muito as suas inversões diretas nos países subdesenvolvidos nos anos 1950. A propósito disso, revelam que, “entre 1950 y 1961 las corporaciones norteamericanas pudieron expandir sus inversiones extranjerias directas em 27.500 millones de dólares, al mismo tiempo que recibían como ingreso 9.500 millones de dólares más que el capital enviado al exterior” (p. 86).

No caso particular da América Latina, o quadro não parece ser menos dramático, pois, como observam Caputo e Pizarro *apud* Taranto (1993), entre 1950 e 1967, entraram na América Latina 41.379 milhões de dólares, deste montante foram subtraídos 22.802 milhões em quotas de amortizações e reembolsos e outros 24.184 milhões em pagamento de débitos ao capital estrangeiro no mesmo período (p. 67). Ou seja, verificou-se uma saída de 5.607 milhões de dólares a mais do que os estrangeiros investiram na América Latina, entre 1950 e 1967. Essa transferência de recursos para fora prosseguiu e acentuou-se nos anos 1970 e 1980<sup>108</sup>. Isso demonstra a dimensão da sangria de recursos em favor das empresas estrangeiras que faziam investimento nos países latino-americanos. Esses fatos não eram estranhos a Cardoso nem tampouco a Furtado. Em verdade, para este último autor, a integração dos mercados sob o comando das empresas transnacionais, ao intensificar a concorrência, conferiu aos países centrais um poderoso instrumento de maximização da rentabilidade de seus capitais, pois tornou possível às suas empresas homogeneizar os mercados e maximizar as vantagens derivadas das economias de escala e do controle das inovações tecnológicas.

Assim, diante do processo de descapitalização e dos condicionamentos engendrados pela situação de dependência (tecnológica e financeira) à qual a economia brasileira estava submetida, além da predominância do capital estrangeiro nos setores mais importantes – particularmente no segmento industrial, em que a tecnologia utilizada era altamente intensiva em capital – fica evidente as limitações do desenvolvimento nacional autônomo.

---

<sup>108</sup> De acordo com estudo de Griffith-Jones e Sunkel (1990), enquanto o ingresso líquido de capital passou de 4,2 para 30 bilhões de dólares, entre 1970 e 1980, atingindo o montante de 114,9 bilhões, o pagamento líquido de lucros e juros aumentou de 3 bilhões para 18, chegando ao total de 55,8 bilhões de dólares no referido período. Considerando apenas o período de 1981 a 1984, verificou-se uma queda acentuada na entrada líquida de capital, de 37,7 para 10,6 bilhões de dólares no período. Enquanto isso, as remessas referentes ao pagamento de lucros e juros, evoluíram de 27,7 para 37,3 bilhões de dólares no período mencionado, sendo que o volume total chegou a 137,1 bilhões (p. 125).

#### 4 Estado e capital estrangeiro no desenvolvimento econômico brasileiro

“Já não é possível escudar-se na ignorância, que responde pela encubação no passado de graves problemas sociais que nos afligem (a nós e a outros povos) no presente. Promover, facilitar ou justificar um brutal processo de concentração da renda como o que ocorre atualmente no Brasil significa assumir uma responsabilidade histórica não das menores. Esta conclusão é válida com respeito àqueles que se autodesignam tecnocratas, que se crêem no poder graças a seus méritos intelectuais”. Celso Furtado, 1991.

“Em vez de seguir os modelos de liberdade ou de opressão institucionalizada que o centro propõe à periferia, não deveríamos buscar inspiração na democracia de participação que emerge no Terceiro Mundo para fixar as pautas de conduta civil, social e política que nos permitam medir os avanços efetivos do povo nas áreas de expressão do pensamento, da organização de novos campos de debate e decisão, da garantia dos direitos das minorias e das oposições, da rejeição da tortura e da violência?”. Fernando Henrique Cardoso, 1980.

O objetivo deste capítulo é comparar as idéias de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso sobre o papel do Estado e do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento da economia brasileira, no período de 1950 a 1990. O propósito é demonstrar que até mais ou menos meado dos anos 1960 eles confiavam ao Estado um papel excessivamente transformador das estruturas atrasadas, cujas funções planificadoras consubstanciadas em métodos científicos e técnicas adequadas impunham racionalidade aos investimentos, necessários para superar o subdesenvolvimento e acicatar o processo de desenvolvimento capitalista. Atribuíaam esse papel ao Estado em razão de alguns condicionamentos econômicos e sociais, tais como: a singularidade do capitalismo periférico, a heterogeneidade dos grupos que representavam a burguesia industrial, e a instabilidade causada pelas forças espontâneas das economias de mercado nos países subdesenvolvidos.

Relativamente ao capital estrangeiro pretende-se evidenciar que Furtado e Cardoso também aceitavam a indispensabilidade do mesmo como instrumento de cooperação ao desenvolvimento, seja em decorrência dos fatores condicionantes apontados antes, seja em função do baixo nível de acumulação de capital das forças produtivas e da escassez de poupança interna, seja, ainda, em razão da dificuldade de acesso às novas tecnologias. A esses aspectos devem-se adicionar a persistência de valores tradicionais e a falta de espírito empresarial dos dirigentes industriais brasileiros, cujo efeito refletiu-se na atrofiação de uma ideologia empreendedora capaz de nortear a ação dos grupos em função de um projeto de desenvolvimento em bases eminentemente nacionais e em favor dos interesses coletivos.

Todavia, deve-se ressaltar que apesar de Furtado aceitar a colaboração do capital estrangeiro como auxílio ao processo de desenvolvimento brasileiro, advertia, porém, que o

mesmo precisava ser controlado e orientado pela autoridade governamental em função dos interesses nacionais, cuja precedência deveria ser dada impreterivelmente às necessidades e às particularidades da economia brasileira. Além disso, a transplantação do progresso técnico teria de subordinar-se a uma política seletiva e criteriosa por parte do Estado e vinculada a objetivos sociais explícitos. Esses aspectos, se não foram negligenciados, pelo menos não despertaram preocupação na análise de Cardoso.

Na década de 1970, diante da mudança no paradigma estatal-desenvolvimentista iniciado ainda em meado do decênio anterior com a ascensão dos militares ao poder, tanto Furtado quanto Cardoso mudaram suas idéias em relação ao papel dinamizador do Estado como agente impulsionador do desenvolvimento brasileiro<sup>109</sup>. A partir daí, passaram a atribuir ao mesmo a responsabilidade pelo aumento das distorções sociais e pela aceleração da concentração dos níveis de renda em favor das classes mais abastadas, cujo impulso foi dado pela presença crescente do capital estrangeiro na economia nacional.

Embora Furtado e Cardoso reconheçam que o Estado sofreu uma transformação estrutural qualitativa em suas funções com a ascensão de novas forças tecnocráticas ao poder a partir de 1964, as quais imprimiram uma maior racionalização em favor da acumulação privada de capital e contribuíram para acelerar o crescimento econômico em novas bases. Por outro lado, eles convergem também com a idéia de que a base da pirâmide social manteve-se à margem das políticas públicas e o crescimento se fez à custa de um endividamento externo galopante, além da compressão dos salários e de um aumento exponencial das desigualdades sociais.

Em relação ao capital estrangeiro, tanto Furtado quanto Cardoso defendiam explicitamente sua intercessão como premissa básica para desatar o nó do desenvolvimento. A necessidade de cooperação externa decorria não somente da falta de dinamismo dos empresários nacionais e da insuficiência de poupança interna, mas também em razão dos condicionamentos impostos pelo sistema mundial e da preeminência dos grupos estrangeiros em setores importantes da economia brasileira. Todavia, a partir de fins dos anos 1960, e principalmente na década de 1970, embora admitisse sua participação no processo de desenvolvimento, Furtado passou a criticar visceralmente a presença do capital externo, seja pela não resolução dos problemas elementares, seja pelo agravamento das disparidades econômicas e sociais ou mesmo pela realimentação do subdesenvolvimento e reforço da situação de dependência.

---

<sup>109</sup> Isso não significa que Furtado e Cardoso tenham abdicado da intervenção do aparelho estatal para estimular o desenvolvimento econômico brasileiro.

Enquanto isso, Cardoso passou a defender cada vez mais a participação do capital estrangeiro como pré-requisito necessário para estimular o desenvolvimento econômico em razão da constatação a que havia chegado sua análise com respeito à incapacidade da burguesia brasileira em se colocar à frente do processo como classe hegemônica e impor uma ordem social. Esses impedimentos já foram explicitados nos dois primeiros capítulos desta tese e dispensa comentários exaustivos neste espaço. A rigor, o tripé que dar sustentação ao modelo de desenvolvimento dependente-associado preconizado por esse autor fundamenta-se na parceria entre o capital privado nacional, o capital internacional e o setor estatal.

#### **4.1 O chamamento ao Estado e ao capital estrangeiro para ativar o desenvolvimento**

É oportuno destacar que no caso brasileiro a história da intervenção do Estado para regular a economia é muito antiga e transcende os limites deste trabalho. Importa registrar apenas que no início do século XIX o poder regulamentador do Estado já se fazia presente, mediante a instituição de subvenções fiscais e creditícias, seja para assegurar interesses particulares de determinados grupos, seja para amparar atividades econômicas em dificuldades ou mesmo por meio da criação de empresas estatais. Essas interferências do aparelho estatal acentuaram-se a partir da segunda metade do século antes referido e, notadamente entre seu último quarto e os três primeiros decênios do século XX<sup>110</sup>. No entanto, até 1930 essas intervenções se davam de forma eventual, muitas vezes por meio de medidas paliativas (de caráter monetário, cambial e fiscal) e nem sempre voltadas para a industrialização ou mesmo para o crescimento e/ou desenvolvimento da economia.

Tomando-se como referência o estudo desenvolvido por Fonseca (1989), pode-se aludir que a partir dos anos 1930, configura-se uma crítica à forma como o capitalismo havia se desenvolvido até então e, inclusive à ideologia e às forças políticas que lhe deram sustentação, cujo resultado foi a ruptura com o arranjo burocrático-administrativo da República Velha e a formação de uma nova correlação de forças políticas e econômicas, sob as quais têm origem uma mudança na ordem social vigente e a definição de um novo marco institucional no sentido provocar uma Revolução Burguesa e consolidar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil<sup>111</sup>. Na ausência de uma classe social hegemônica com *ethos* econômico e visão empresarial moderna caberia ao Estado, ainda que sem planejamento

---

<sup>110</sup> Sobre a intervenção estatal entre fins do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, deve-se consultar estudo de Luz (1975), entre outros.

<sup>111</sup> Sobre isso, consultar ainda Fonseca (1999, 2003, 2004).

previamente definido, a função primordial – que deveria ser dos capitalistas – de criar as condições necessárias para isso, mediante a instituição de uma política consciente e deliberada, consubstanciada em uma ideologia pró-crescimento industrial, sem o qual não teria sentido falar em desenvolvimento.

Segundo Fonseca (1989), no período de 1930 a 1937, sob a égide do primeiro governo Vargas presencia-se uma ação mais abrangente do Estado, inclusive de forma consciente e racional, em que se detecta a busca de um sentido: o da consolidação do capitalismo brasileiro. Nas palavras do autor: “[a] extensão e o aprofundamento do intervencionismo evidenciam-se na burocratização, racionalização e centralização da tomada de decisões, tendo como pólo impulsionador o governo federal. Estas vão facilitando mudanças – econômicas, políticas e sociais – que se constituem verdadeiro processo de transformação capitalista” (p. 183).

Para viabilizar o estabelecimento do capitalismo no Brasil com a indústria à frente como força propulsora do desenvolvimento, em condições de plena crise da principal atividade econômica exportadora do país (produção cafeeira) foi necessário não somente uma forte intervenção do Estado, inclusive como produtor direto de bens e serviços, mas também uma mudança radical – ainda que gradual – no marco burocrático institucional. Assim, a presença da autoridade governamental era justificada, entre outras razões, pelo fato de a economia mundial encontrar-se diante de uma recessão ainda não completamente solucionada, provocada pelo *crash* da Bolsa de Valores de Nova York (em 1929), ao que se acrescenta uma completa desorganização da elite empresarial, cuja heterogeneidade e falta de coesão social requeria uma estatização crescente da economia. Ademais, esta intervenção estatal deveria contar com o concurso do capital estrangeiro.

Em relação à mudança no marco institucional, foi necessária uma ampla modernização do aparelho estatal, para o que foram criadas novas normas jurídicas, novas leis, códigos, órgãos de decisão e execução de políticas econômicas, institutos, conselhos e departamentos<sup>112</sup>. Igualmente importante foi a regulamentação das relações capital/trabalho (com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, e do Departamento Nacional do Trabalho, em 1931). Para isso, concorreu também a criação do Conselho de Comércio Exterior, em 1937, cuja função era estudar e apresentar soluções para problemas concernentes a comércio exterior, marinha mercante e oferecer apoio às indústrias nacionais,

---

<sup>112</sup> A mudança no marco institucional, consubstanciada pela criação de novos órgãos, leis, códigos e normas estão fartamente documentadas em estudo de Fonseca (1989), especialmente nos capítulos 4 e 5 e não convém fazer repises neste espaço.



entre outras. Não menos relevante foi a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, em 1937, a quem caberia o papel de financiar indústrias básicas (papel e celulose, siderurgia e metalurgia de alumínio) e apoiar a expansão das já existentes. Além disso, a referida Carteira concedia empréstimos a juros baixos (com prazos de cinco até dez anos) para aquisição de máquinas e equipamentos demandados pela indústria.

A partir da instauração do Estado Novo, em 1937, a despeito de que o governo ainda não tivesse um plano elaborado (documentado no papel) com metas e objetivos pré-estabelecidos, o intervencionismo estatal acentuou-se e a busca do desenvolvimento econômico passou a ser a pedra de toque da política oficial. Nesse sentido, diversos órgãos considerados estratégicos ao desenvolvimento foram criados: em 1938, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); em 1939 criou-se o Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa e o Conselho de Águas e Energia; em 1940, a Comissão de Defesa da Economia Nacional, o Instituto Nacional do Sal, a Fábrica Nacional de Motores e a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional; em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o Instituto Nacional do Pinho, além da Comissão de Combustíveis e Lubrificantes e do Conselho Nacional de Ferrovias; de 1942, datam o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a Comissão do Vale do Rio Doce e o Branco de Crédito da Borracha; já em 1943, além da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Companhia Nacional de Álcalis, criou-se também a Coordenação de Mobilização Econômica (CME), a Comissão de Financiamento da Produção, a Fundação Brasil Central, o Serviço Social da Indústria (SESI), o Plano de Obras e Equipamentos e a Usina Siderúrgica de Volta Redonda; o ano de 1944 marca a criação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, do Serviço Nacional do Trigo e da Comissão de Planejamento Econômico (CPE); de 1945, tem-se a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)<sup>113</sup>.

Em suma, o intervencionismo ampliou-se significativamente na década de 1940, não somente por meio da participação direta do Estado na economia como produtor direto de mercadorias e serviços, mas também por meio da criação órgãos reguladores para proteger determinados setores que apresentavam dificuldades momentâneas, principalmente de colocação no mercado. Adicionalmente, a criação de empresas estatais em setores estratégicos da economia constitui uma medida bastante eficaz para estimular a expansão industrial,

---

<sup>113</sup> Sobre a criação desses órgãos deve-se consultar Fonseca (1989, p. 258) e Fonseca (2003, p. 144).

sobretudo, se se tem em conta a fraqueza dos capitais nacionais, a escassez de poupança e a frouxidão do segmento empresarial.

No governo Dutra a participação do Estado teve continuidade, principalmente com o Plano Salte (1948), embora de forma mais tímida, em comparação à primeira administração Vargas. Apesar de o Plano Salte ter previsto um montante de 20 bilhões e 400 milhões de cruzeiros a ser aplicado pela União, no período de 1949 a 1953, vale sublinhar que a maior parte desses recursos não chegou a ser efetivamente realizada (HOFFMANN, 1963). Por outro lado, o grosso dos investimentos foi deixado a critério da iniciativa privada, sobretudo dos consórcios estrangeiros que operavam no país. Em termos gerais, pode-se dizer que as aplicações efetuadas pela União durante o governo Dutra resumiram-se basicamente à suplementação da iniciativa privada, seja na forma de empréstimos, ou por meio de investimentos diretos complementares ao capital privado. No dizer de Hoffmann (1963), “como resultado concreto do que se pretendia no Plano Salte tivemos apenas alguma coisa no setor das rodovias, no início dos trabalhos da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em que o poder público [detinha] a maioria das ações, e no início da formação da Frota Nacional de Petroleiros, igualmente empresa estatal” (p. 53).

De volta à presidência da República em 1950, outros órgãos reguladores foram criados por Vargas no decurso do segundo mandato (1950-54) para dar sustentação à política de desenvolvimento que fora perseguida no exercício de sua primeira gestão. Datam desse período a criação da Comissão Nacional de Política Agrária; Comissão de Desenvolvimento Industrial; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes; Comissão Nacional do Bem-Estar; Instituto Nacional de Imigração e Colonização; Carteira de Colonização do Banco do Brasil; Banco Nacional de Crédito Cooperativo; Companhia Nacional de Seguros Agrícolas; Conselho Nacional de Administração de Empréstimos Rurais; Serviço Social Rural; Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico; Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal Especializado de Nível Superior; Banco do Nordeste; Banco de Crédito do Amazonas; Comissão de Revisão de Tarifas Aduaneiras; além do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e da Petrobrás, entre tantos outros (FONSECA, 1989, p. 366). A criação desses órgãos sugere que a interferência do Estado na economia brasileira antecede aos anos 1950, quando se tornou prática corrente nos demais países da América Latina.

Embora o intervencionismo já caracterizasse um fato usual no Brasil, o debate em torno da presença do Estado na economia aguçou-se radicalmente depois da segunda Guerra Mundial, entre os liberais e os intervencionistas. A propósito disso, é lícito mencionar a

grande repercussão da polêmica envolvendo Eugênio Gudín, representando a corrente liberal, e Roberto Simonsen, pelo lado dos defensores da intervenção. Quanto a Gudín, é público e notório que atacava com veemência o que chamava de forjadores de planos e proteção paternalista do Estado. Para ele, o Brasil deveria concentrar esforços na agricultura, única atividade econômica que demonstrava capacidade para expansão. Já Simonsen, por outro lado, defendia a necessidade de intervenção e do planejamento econômico para acelerar a industrialização do país, alternativa que considerava fundamental para alcançar o desenvolvimento.

Em março de 1944, representando os grupos industriais, Simonsen elaborara um documento a pedido do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio com a finalidade de subsidiar a política econômica do governo, documento este que acirrou o debate com Gudín. O estudo de Simonsen baseava-se no Relatório da Missão Cooke, realizado em 1942, sob a supervisão dos Estados Unidos. Nele constava não apenas uma demonstração concernente ao ritmo irregular do progresso econômico brasileiro, mas também uma visão panorâmica da incapacidade e insuficiência da infra-estrutura existente, particularmente nos setores de energia, petróleo, minerais e transportes e no sistema de crédito, cujos obstáculos poderiam comprometer seriamente o desenvolvimento e condenar o país a intranquilidades sociais irremediáveis. Por essa razão, conclamava a intervenção governamental na economia. Nesse sentido, escrevera Simonsen (1978): “[i]mpõe-se, assim, a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e prover o país de uma estruturação econômica e social, forte e estável, fornecendo à nação os recursos indispensáveis à sua segurança e à sua colocação em lugar condigno, na esfera internacional” (p. 33).

Em resposta a Simonsen, o liberal Gudín (1951) retrucava atacando-o de ufanista e acusando o mesmo de representar os interesses dos grupos industriais – dos quais era membro signatário – com uma mística de planificação que não lograva os resultados esperados. A rigor, sua oposição ao planejamento fundava-se no princípio de que o mesmo pudesse semear as idéias socialistas. Isso não quer dizer que ele fosse absolutamente cético em relação ao planejamento. Na verdade, até considerava válido, desde que o Estado não ultrapasse os limites do intervencionismo a ponto de comprometer a liberdade da iniciativa privada. Em sua opinião, o “Estado pode facilitar, estimular, premiar. Pode, nas fases de depressão, promover a realização de um programa de obras públicas, destinado a impulsionar a atividade econômica. Mas o Estado não deve fabricar, não deve plantar, não deve comerciar, porque a economia privada dispõe para isso de uma grande superioridade de elementos” (p. 34).

Embora corroborasse com a debilidade da economia e com o pauperismo da população brasileira, consubstanciadas no Relatório de Simonsen, Gudín repudiava energicamente a interferência do Estado no campo da economia privada. Nesse aspecto, escrevia que a despeito de não haver divergências dos objetivos concernentes ao diagnóstico de Simonsen, sobretudo, em relação à questão dos combustíveis, necessidade de reorganização do sistema de transportes, modernização da agricultura e industrialização, no que se referia aos meios propostos para solução do problema ele rejeitava sem hesitação.

Apesar de reconhecer a veracidade do Relatório em relação à fragilidade da economia, Gudín (1978) asseverava: “no tocante aos métodos a adotar, à análise da conjuntura econômica que se quer remediar e aos princípios gerais a que deve obedecer a política econômica, não posso [...] acompanhar a orientação do ilustre Relator do plano econômico [Roberto Simonsen]” (p. 54). Mais à frente complementa: “o Conselheiro Roberto Simonsen filia-se, como se vê em muitos de seus conceitos, à corrente dos que vêm no ‘plano’ a solução de todos os problemas econômicos [...]. Não compartilho dessa fé” (p. 54). A partir daí, conclui com uma sentença que não deixa dúvidas quanto ao seu posicionamento não-intervencionista na iniciativa privada. Em suas palavras: “[n]itidamente divergente da orientação do digno Conselheiro Relator, é ainda meu parecer no tocante à sua constante preocupação de garantir a proteção paternalista do Estado aos ‘interesses existentes’, especialmente aos dos atuais industriais, de cuja associação de classe é o Conselheiro Simonsen operoso presidente” (p. 55).

Não obstante a influência das hostes liberais, a verdade é que o Estado brasileiro assumiu funções essenciais para acelerar o processo de acumulação de capital no país, a partir dos anos 1930 e, sobretudo da década de 1950 em diante. O Estado cumpriu um papel central na sustentação de políticas econômicas voltadas para o setor industrial, atuando não só como criador de infra-estrutura (energia, transportes e comunicações), mas também no fornecimento de crédito, na proteção de setores industriais (por meio da política cambial) e inclusive como produtor de mercadorias e serviços. Adicionalmente, foi responsável pela institucionalização do mercado de trabalho, mediante a promulgação da legislação sindical e trabalhista.

Cabe aludir que até a metade da década de 1950, a despeito de o Estado ter desempenhado um papel centralizador na coordenação de medidas econômicas, reformas administrativas e institucionais com a criação de inúmeras leis e normas legislativas, essas medidas não foram resultado de uma programação consubstanciada em um plano de governo sistematizado no aparelho estatal. A esse respeito, Lafer (1978) afirma que:

[Até] 1956, as tentativas de planejamento da economia brasileira “foram mais propostas como é o caso do Relatório Simonsen (1944-45); mais diagnósticos como é o caso da Missão Cooke (1942-43), da Missão Abbink (1948), da Comissão Mista Brasil-EUA (1951-53); mais esforços no sentido de racionalizar o processo orçamentário como é o caso do Plano Salte (1948); mais medidas puramente setoriais como é o caso do petróleo ou do café do que experiências que pudessem ser enquadradas na noção de planejamento propriamente dito (p. 29-30).

Para Lafer, o planejamento econômico, no sentido moderno da palavra, existiu apenas a partir do governo de Juscelino Kubitschek, com a execução do Plano de Metas e os projetos de desenvolvimento regional, dentre os quais se destaca a Operação Nordeste que deu origem à SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), em 1959, cuja finalidade era coordenar uma política de desenvolvimento para a região nordestina, baseada na industrialização<sup>114</sup>. Este documento foi elaborado por Furtado (1959) com o propósito de traçar um diagnóstico da economia brasileira e nordestina na perspectiva de delinear as diretrizes para uma atuação planejada do Estado, cuja finalidade foi dinamizar o processo de acumulação de capital. Neste trabalho, ele chamava à atenção para a necessidade de intervenção estatal na economia. A propósito, escreveu que o “desenvolvimento econômico, no mundo todo, tende a criar desigualdades. É uma lei universal inerente ao processo de crescimento: a lei da concentração. E dentro de um país de dimensões continentais como o Brasil, de desenvolvimento espontâneo, entregue ao acaso, os imperativos desta lei tendem a criar problemas capazes de acarretar tropeços à própria formação da nacionalidade” (p. 10). Mais à frente, sublinhou que “[q]uando a desigualdade entre níveis de vida de grupos populacionais atinge a certos limites, tende a institucionalizar-se. E quando um fenômeno dessa ordem obtém sanção institucional, sua reversão espontânea é praticamente impossível” (p. 15). Com isso, concluiu: “estamos todos convencidos de que é função precípua do Estado brasileiro, além de preservar a integridade do nosso território, desenvolver as enormes potencialidades deste país” (p. 17).

Embora a interferência estatal viesse sendo reivindicada e utilizada desde o século XIX e, principalmente na primeira metade do século XX, conforme indicamos antes, seja para incentivar a atividade econômica ou para arbitrar interesses antagônicos, somente com o aparecimento da obra *Teoria Geral* de Keynes, em 1936, é que foi consubstanciada em princípios teóricos a filosofia da intervenção do Estado. Não obstante, vale salientar que antes disso esse autor já havia solicitado a presença governamental, conforme revela o seu *Tratado*

---

<sup>114</sup> Em estudos que realizei anteriormente encontra-se um balanço das políticas executadas no Nordeste pela SUDENE. Sobre isso consultar Almeida (2004) e Almeida e Araújo (2005).

*sobre a Reforma Monetária*, de 1923, onde assinala que o “Estado jamás debe descuidar la importancia de actuar en la vida cotidiana de modo de promover la certidumbre y la seguridad en los negocios. Pero cuando hay que adoptar decisiones vitales el Estado es un cuerpo soberano cuyo objetivo es promover el máximo bien para el conjunto” (KEYNES, 1992, p. 82).

Embora o receituário keynesiano não se aplicasse integralmente aos problemas enfrentados pela América Latina, a obra de Keynes exerceu alguma influência na formação do pensamento econômico latino-americano nos anos 1950, sobretudo no que corresponde à crítica aos princípios da ortodoxia convencional e à necessidade de intervenção do Estado, ainda que tardiamente, uma vez que essas questões já eram de conhecimento público. Alguns estudiosos da economia brasileira como Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, rebatiam com frequência as recomendações ortodoxas e, por razões diversas da orientação keynesiana, reivindicavam a interferência do Estado para estimular o processo de acumulação de capital nas economias subdesenvolvidas, notadamente na brasileira, em que o desenvolvimento não poderia ser deixado à mercê das forças espontâneas do mercado.

Furtado entendia que o tipo de capitalismo *sui generis* que havia se desenvolvido no Brasil exigia não apenas um esforço teórico original para sua compreensão, mas também um *approach* metodológico próprio. Para ele, o desenvolvimento deveria se assentar na industrialização, na acumulação interna de capital e na incorporação de técnicas racionais, as quais não poderiam ser deixadas à revelia da economia de mercado. Para isso, fazia-se necessária a ação racional de uma *intelligentsia* a qual deveria se valer das técnicas de planejamento e do aparato do Estado na regulação e orientação dos investimentos, além da colaboração dos países desenvolvidos, em matéria de financiamento e de acesso à tecnologia de vanguarda. Nesse sentido, salientava que a ferramenta oferecida pela teoria keynesiana abria uma perspectiva inteiramente nova para a compreensão do papel do Estado no domínio econômico, tarefa esta da qual se encarregaria a Cepal<sup>115</sup>. Em seu ponto de vista, a “análise macroeconômica [...] contribuiu poderosamente para romper a espessa camada de preconceitos que se fora acumulando à sombra de um rigor metodológico cada vez mais estéril” (FURTADO, 1961, p. 12). Mais à frente complementa: “a eclosão [da teoria]

---

<sup>115</sup> Segundo Furtado (2004a), a teoria de Keynes permitia ver o Brasil com outras lentes e foi a partir da utilização da macroeconomia keynesiana pela Cepal que ele passou a compreender melhor o Brasil. Em suas palavras: “comecei a ver o fim do túnel quando li Keynes. [...] Não posso dizer que descobrir Keynes na Cepal, porque já o havia estudado antes. Mas, até então, eu via o Keynes da ‘teoria do ciclo econômico’, que era a sua grande contribuição e levava à política de estabilização. Na Cepal, comecei a perceber a importância da visão macroeconômica da História. Tratava-se, agora, de olhar a História, vendo o macroeconômico, para entender a lógica do atraso e descobrir os fatores que impediam o crescimento de um país como o Brasil” (p. 31).

keynesiana favoreceu melhor compreensão do papel do Estado no plano econômico, abrindo novas perspectivas ao processo de reforma social” (p. 13).

Apesar de Furtado guardar certa analogia com o pensamento de Keynes, sobretudo em relação à questão do planejamento e à ineficiência dos princípios ortodoxos, ele mantinha reservas com relação à aplicação do postulado keynesiano nas economias subdesenvolvidas, cujas características eram largamente diferentes daquelas que prevaleciam nos países desenvolvidos. A rigor, nesse aspecto, pode-se perceber que Furtado estava mais próximo de Kalecki, para quem o principal problema dos países subdesenvolvidos era o aumento do investimento, não para gerar demanda, mas para expandir a capacidade produtiva, tarefa esta que ele considerava de difícil solução no curto prazo<sup>116</sup>.

Ao raciocínio de Furtado, em decorrência das especificidades das economias subdesenvolvidas, não se poderia aplicar a macroeconomia keynesiana da mesma forma em que se aplicava nas economias desenvolvidas, cujo problema era de natureza anticíclica e predominava excesso de poupança em lugar de insuficiência, como nas primeiras. Por essa razão, Bielschowsky (2004) assevera que Furtado deve ser considerado um keynesiano atípico. Em seu ponto de vista, o “keynesianismo nas obras de Furtado foi, quase sempre, de natureza distinta, correspondendo mais propriamente a uma derivação de análise macroeconômica de inspiração keynesiana” (p. 135).

A despeito dessa derivação de Furtado relativamente à teoria de Keynes, pode-se perceber certa aproximação entre esses autores, mormente em relação ao entendimento de que a economia capitalista não pode prescindir do controle de decisões burocráticas, centralizadas no Estado. Essa idéia funda-se no princípio de que a economia capitalista como um todo não podia nem pode operar à margem de um corpo racional centralizado no aparelho estatal. Na

---

<sup>116</sup> Na perspectiva de Kalecki (1978) havia três importantes obstáculos ao aumento do investimento nas economias subdesenvolvidas, necessário para expandir a capacidade produtiva nesses países. O primeiro obstáculo era que o investimento privado não se efetivaria na proporção desejável. O segundo era que poderia ocorrer deficiência com relação à oferta de recursos físicos para produzir mais bens de investimento. O terceiro considerava que, mesmo superando-se os dois primeiros empecilhos, ainda assim teria problemas em relação ao suprimento de gêneros indispensáveis ao consumo para atender à demanda resultante do crescimento do emprego (p. 136). Do ponto de vista desse autor, esses problemas poderiam ser contornados em um plano de longo prazo. A propósito disso, assinalou que em “tal plano podemos considerar um gradual crescimento do investimento em relação à renda nacional, assim como um gradual crescimento da produção dos bens essenciais de consumo” (p. 137). Não obstante, em sua opinião, isso requeria uma intervenção do Estado mais profunda do que aquela exercida nos países avançados. Em suas palavras, de “um lado, o governo terá de investir em todos os ramos da economia onde não haja adequado investimento privado, e de outro lado, o investimento privado terá de ser regulado, a fim de se evitar que o investimento real em alguns setores da economia ultrapasse o nível planejado” (p. 138). Em seu modo de ver, por uma série de razões, uma política dessa magnitude encontrava sérios obstáculos à sua implementação nos países subdesenvolvidos. Nesse particular, subscreveu: “[e]m teoria muitos [...] aprovam a necessidade econômica de empreender as medidas em questão. Mas quando se trata de sua aplicação, afetando todos os tipos de sagrados interesses, a situação se modifica radicalmente e uma imensa reação se desenvolve em uma diversidade de modos” (p. 139).

verdade, as idéias de planejamento e racionalização já se faziam presentes em Furtado desde os tempos de sua formação em Direito, em 1944, na Universidade do Brasil (depois, UFRJ), onde ele, em lugar dos conhecimentos jurídicos, mostrou preferência pelo estudo de Administração Pública, caminho que o levaria a se interessar pela economia.

Em alguns de seus artigos publicados na *Revista do Serviço Público*, entre 1944 e 1946, fica evidente a preocupação de Furtado com a eficiência e democratização na atuação do setor público, cujo planejamento, racionalização e centralização das decisões eram condições indispensáveis para que as ações públicas fossem acompanhadas de mutações sociais qualitativas. Nesses artigos, ele demonstra a importância do aparelhamento administrativo e da técnica de programação econômica seguida pelo governo dos Estados Unidos, cujo objetivo precípua é chamar a atenção para a necessidade urgente de uma reforma administrativa no Brasil para o aperfeiçoamento e eficiência na atuação da esfera governamental<sup>117</sup>. Objetivamente, a idéia principal era fazer com que o planejamento fosse colocado no centro do pensamento e da prática política dos governos. Essas idéias tomaram forma ao longo do aprofundamento dos estudos de Furtado sobre economia brasileira nos anos 1950, nos quais ele reservava uma participação ativa do Estado em áreas estratégicas que apresentavam maior necessidade de capitalização e elevado grau de acumulação de capital, convicções essas que foram abraçadas integralmente pela Cepal.

No início da década de 1950, Furtado reclamava a necessidade de programação econômica para lograr o desenvolvimento brasileiro, o qual não podia se assentar em princípios de fé ou de um suposto progresso espontâneo. Em seu modo de ver, sem um adequado manejo de técnicas racionais de planejamento, sob rígido controle de uma *intelligentsia* humana, não seria possível evitar que os recursos da coletividade se perdessem em formas de consumo supérfluo. Nesse particular, argumentava que a experiência nacional demonstrava que o desenvolvimento sem plano, com a função de consumo prevalecente à época criava fortes tendências inflacionárias.

Para Furtado (1953), não havia como “combater essas tendências [inflacionárias] sem determinar todos os fatores que entra[vam] no problema e sem acompanhar a ação de cada um deles, o que evidentemente exig[ia] uma orientação geral do processo econômico” (p. 15). Daí argumentar que a programação visava exatamente propiciar maior eficiência na

---

<sup>117</sup> A respeito da preocupação de Furtado com o planejamento e racionalização concernente à atuação da esfera pública deve-se consultar os seguintes artigos do autor: “A Estrutura da Comissão do Serviço Civil dos Estados Unidos” (1944a), “Notas sobre a administração de pessoal no governo federal americano” (1944b), “Teoria da estrutura em organização” (1946a) e “Teoria do Departamento de Administração Geral” (1946b), ambos publicados na *Revista do Serviço Público*.



utilização dos recursos para acelerar o desenvolvimento. Posteriormente, justificava esse raciocínio da seguinte forma: a “programação do desenvolvimento econômico baseia-se na regra geral de que a teoria econômica é possível derivar princípios normativos, ou seja, guias para a ação prática” (FURTADO, 1958a, p. 39). Em suma, estava no espírito de nosso autor que o desenvolvimento nas condições predominantes no Brasil, dos anos 1950, não se fazia possível sem planejamento racional e forte intervenção estatal na economia.

É oportuno sublinhar que a concepção de Estado na obra de Furtado, diferentemente da definição de Keynes, está estreitamente relacionada à idéia de estabilidade da produção capitalista, mediante um processo de acumulação de capital permanente, isso é, de longo prazo, o qual é considerado como uma condição necessária ao desenvolvimento, embora não suficiente. Para ele, a materialização do desenvolvimento depende de um projeto social subjacente, cuja melhoria das condições de vida da população é determinante para que o crescimento se transforme em desenvolvimento econômico, social e humano. Ele concorda que uma sociedade só pode ser considerada desenvolvida quando ocorre uma melhoria na qualidade de vida dos seus cidadãos. Assim concebido, o desenvolvimento econômico é considerado um meio para desenvolvimento humano e não um fim em si mesmo.

Todavia, para Furtado o desenvolvimento não se dá espontaneamente, de forma inercial ou automática, mas deriva de uma ação planejada racionalmente por um corpo técnico-burocrático e consubstanciada em um programa consciente e intencionalmente orientado pelo Estado, cuja implementação pressupõe um entendimento entre as classes sociais, idéia essa com a qual Cardoso também concordava. Em nível conceitual, esta é a base sobre a qual se funda a definição de Estado no pensamento de Furtado. Para este, a racionalidade superior que está na própria natureza do Estado torna-o imprescindível para a execução do projeto de desenvolvimento nacional nas economias subdesenvolvidas.

Tanto na acepção de Furtado como na de Cardoso, em face das condições peculiares ocupadas pelas economias subdesenvolvidas e, dentre estas a brasileira em particular, o Estado teria que agir não apenas como interventor e regulador do mecanismo econômico, mas também como produtor direto de bens e serviços no sentido de impulsionar a acumulação e influir no curso do desenvolvimento. Na visão desses autores, também era dever do Estado procurar equacionar as contradições e as demandas sociais para assegurar sua autonomia e sustentabilidade. É esse o sentido da intervenção governamental que aparece na obra de Furtado *A Economia Brasileira*, de 1954 e, posteriormente, em *Formação Econômica do Brasil*, de 1959, em que o problema da superprodução de café passa a ser regulado pelo

governo federal para assegurar o fluxo de renda monetária, com o que se mantinha o nível de emprego e da demanda interna.

A propósito da política seguida pelo governo Vargas na década de 1930 para proteger a renda dos cafeicultores, Furtado (1954) subscrevia sua importância nos seguintes termos: “[ao] garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria dos produtores, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego para a economia exportadora e, indiretamente, para os setores produtores ligados ao mercado interno” (p. 128). Em sua visão, “[ao] evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduzem-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia” (p. 128).

Para Furtado (1954), a política governamental de retenção dos estoques de café nos anos que se seguiram à crise de 1929 foi de importância fundamental na medida em que impediu uma redução significativa da renda do produtor, a qual poderia ter ocasionado consequências perniciosas para a economia brasileira, caso os produtores tivessem sido abandonados à própria sorte. Ou seja, uma retração do nível de renda do exportador cafeeiro teria influência negativa sobre a renda global da coletividade. Nesse particular, escrevera que, ao “receberem menos dinheiro por suas vendas ao exterior, os exportadores e produtores ligados à exportação reduzem suas compras dentro do país e no exterior. Os primeiros produtores internos afetados por essa redução, ao verem comprimir-se sua renda, também reduzem suas compras, e assim por diante” (p. 129). Em seu modo de ver, chegou-se “a praticar no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industriais” (p. 131).

Em *Formação Econômica...*, ainda que Keynes seja pouco citado (aparecendo apenas uma vez), Furtado defende explicitamente a política keynesiana de destruição dos estoques de café adotada pelo governo Vargas nos anos 1930, cuja preocupação era garantir a lucratividade dos produtores e, por conseguinte, manter o nível de emprego e da renda nacional. A esse respeito, eis o que escrevera: o “que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes” (FURTADO, 2007, p. 271). Na seqüência ele completa que “a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional” (p. 271-2). Mais à frente enfatiza a relevância da política oficial de apoio à economia cafeeira nos seguintes termos: “[é], portanto, perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo,

e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros” (p. 272-3). É oportuno enfatizar que a política implementada por Vargas e avalizada por Furtado constituía uma política de demanda efetiva e, portanto de curto prazo, não de desenvolvimento econômico.

Posição análoga à de Furtado, relativamente ao apoio do governo aos cafeicultores, era manifestada por Cardoso (1962), para quem, “[em] regra, as tentativas de defender a renda gerada pela economia cafeeira, que se traduziam em políticas de desvalorização da moeda, agiam sobre o comportamento da economia brasileira com estímulos à produção local de manufaturados” (p. 99). Igualmente ao argumento apresentado por Furtado, a idéia de Cardoso era que, embora as medidas governamentais “não tivessem esse objetivo, [ou seja, fossem tomadas de forma inconsciente] provocavam a elevação dos preços pagos em moeda nacional pelos produtos importados, instigando o aparecimento de indústrias nacionais para a substituição dos produtos de importação cujos preços tornavam-se proibitivos” (p. 99).

O que Furtado e Cardoso têm em mente é que a intervenção do governo com medidas de suporte ao setor cafeeiro por meio da política cambial (mediante a depreciação do valor da moeda nacional), com vistas a favorecer a lucratividade dos produtores e exportadores de café terminava por incentivar a indústria local, ainda que não fosse essa a pretensão do governo<sup>118</sup>. À luz do primeiro autor, foi como subproduto da política de fomento à renda dos produtores de café que a produção industrial se expandiu em “cerca de cinquenta por cento entre 1929 e 1937, e a produção primária para o mercado interno cresceu em mais de quarenta por cento no mesmo período” (FURTADO, 2007, p. 281).

Para Furtado, tão importante quanto os afagos do Estado para afiançar o desenvolvimento brasileiro era o apoio do capital estrangeiro, em decorrência do anacronismo em que o país se encontrava com insuficiência de poupança, dificuldade de acesso à tecnologia avançada, pouco conhecimento técnico e apatia das elites empresariais. Na ausência desses elementos, Furtado recorria ao Estado e ao capital externo, os quais teriam a

---

<sup>118</sup> Convém esclarecer que há controvérsia em relação à idéia de que não havia clareza nas medidas do governo no que tange à intencionalidade da industrialização, na década de 1930. Sobre essa polêmica, particularmente em relação às afirmações de Furtado e ao entendimento de que havia intencionalidade industrializante na política executada pelo governo nos anos 1930, consultar Fonseca (1989). Segundo esse autor, havia uma opção consciente do governo no que tange à industrialização. Nesse particular, subscreve que “é indiscutível a consciência de Vargas no que diz respeito à necessidade da industrialização” (p. 362). Posteriormente, reafirma que a consciência industrializante do governo Vargas nos anos 1930 pode ser constatada pelas instituições criadas no período. A propósito disso, assevera: “pode-se demonstrar que as instituições criadas e/ou modificadas na década de 1930 pelo governo brasileiro evidenciam sua opção industrializante, pois representam mecanismos, regras, arenas e espaços para, dentro do aparelho estatal e sob sua influência, reorientar a economia, definindo nova relação estado/empresariado/mercado/trabalhador” (FONSECA, 2003, p. 135).

função de ocupar essa lacuna. Segundo esse autor, “em face da debilidade da classe empresarial numa economia subdesenvolvida, é possível que a ação supletiva do Estado deva ser muito ampliada” (FURTADO, 1962a, p. 75). Isso significa que a atuação estatal não poderia se limitar apenas ao aporte financeiro, mas deveria assumir também a responsabilidade pela orientação dos investimentos e pela educação dos dirigentes empresariais com o fim de prepará-los para uma rápida acumulação de capital, para a qual o planejamento constituía peça indispensável.

No tocante à participação do capital externo, a despeito de reconhecer que sua entrada significava a criação de um fluxo permanente de renda de dentro para fora do país com conseqüências graves para o balanço de pagamentos, Furtado (1962a) concordava que a sua cooperação era necessária, não sem a supervisão, disciplina e orientação do Estado brasileiro. Ele entendia que sem uma orientação adequada por parte do poder público os investimentos estrangeiros seriam de pouca eficácia do ponto de vista da geração do desenvolvimento. Se bem orientados, os capitais externos poderiam contribuir para aumentar as exportações, expandir o nível de emprego e substituir importações sem criar problemas para os balanços de pagamentos.

A rigor, é oportuno sublinhar que Furtado (1962a) chegava a contrapor algumas opiniões resistentes aos capitais estrangeiros, as quais alegavam que as vantagens trazidas pela poupança externa eram totalmente fictícias, cuja contribuição mais evidente era a desnacionalização da economia, uma vez que esse capital chegando ao Brasil associava-se à poupança interna. Além disso, havia a crítica que assinalava também que os empréstimos levantados no país pelos grupos estrangeiros, ao serem resgatados, transformavam-se, por conseguinte, em capital estrangeiro, contribuindo com efeito para aumentar as saídas de recursos do país e para o agravamento da pressão sobre os balanços de pagamentos. Sobre esses argumentos, escrevera Furtado (1962a): na “nossa etapa atual de desenvolvimento, entretanto, o investidor estrangeiro típico contribui, em grande parte, para criar novos hábitos de consumo e para estimular a procura do consumidor de alta e média rendas” (p. 85). Por outro lado, permite “reduzir a poupança espontânea, ao mesmo tempo [em] que cria um fluxo de renda para o exterior de conseqüências sérias para o balanço de pagamentos” (p. 85).

Ademais, sobre a cooperação externa, Furtado (1962a) lembrava ainda que as importações brasileiras eram constituídas de equipamentos portadores de tecnologia moderna. Em suas palavras: “[já] não importamos trilhos, vagões ferroviários ou caminhões. E sim aqueles equipamentos que representam a vanguarda do progresso tecnológico” (p. 86). Por outro lado, em contraposição aos argumentos que desaprovavam a participação estrangeira

nos investimentos, nosso autor verberava: “[o]ra, mesmo que se reconheça uma grande dose de verdade nessas afirmações, não se pode daí deduzir que este país possa desenvolver-se sem contribuição – em alguns casos, ampla contribuição – do capital estrangeiro” (p. 86-7).

As razões para a necessidade de cooperação do capital estrangeiro não se resumiam apenas à escassez de poupança, ou à falta de uma classe de dirigentes industriais, ou mesmo à dependência da tecnologia moderna fabricada pelos países desenvolvidos, mas tinha a ver também com o contexto em que o país se inseria na órbita do sistema capitalista mundial como nação dependente. No dizer de Furtado (1962a), mesmo que “realizássemos [...] um grande esforço para independizar-nos no plano tecnológico, teríamos ainda que passar muitos decênios como simples caudatários da pesquisa científica e suas aplicações técnicas nos grandes centros mundiais” (p. 87). Diante disso, adverte “queiramos ou não, grande parte da tecnologia moderna ou é praticamente inacessível ou custa elevado preço” (p. 87). Ademais, como ele bem recorda, “essa tecnologia, em muitos casos, só é eficiente se continua a beneficiar-se do trabalho diuturno dos grandes centros de pesquisa que as elaboram” (p. 87). Tendo isso em conta, indaga: como “desenvolver este país de enormes dimensões sem utilizar, a fundo, os recursos da técnica moderna? E como ter acesso a esses recursos sem pagar o preço que eles custam?” (p. 87).

Não obstante, convém ressaltar que na imaginação de Furtado (1962a), os influxos de capitais estrangeiros deveriam se limitar a setores não estratégicos e submetidos a uma política seletiva e criteriosa de controle determinada pela autoridade governamental. Nesse sentido, escrevera: “para que possamos auferir os autênticos benefícios do capital estrangeiro – aqueles derivados do influxo da tecnologia em permanente renovação – necessitamos de uma política disciplinadora da entrada desses capitais” (p. 87). Essa disciplina consistia em uma “cuidadosa análise das potencialidades da economia nacional”, o que exigia um aparelhamento do Estado (p. 89). Por essa razão, ressaltava que a “ação supletiva do Estado deveria estar presente em todos os setores, se essa disciplina tivesse que ser efetivamente cumprida” (p. 89-90).

Assim, percebe-se a preocupação fundamental de Furtado (1962a) com a atuação do Estado na condução dos investimentos, os quais deveriam, em uma primeira fase, se concentrar no setor de infra-estrutura, onde dificilmente se poderia contar com a iniciativa privada; já a segunda fase consistia em estimular e reorientar as inversões privadas para aumentar sua eficiência. Ele entendia que à época o Estado ainda não estava devidamente aparelhado para exercer as funções básicas de uma política de desenvolvimento na dimensão necessária, razão pela qual preconizava que nenhuma tarefa era tão urgente quanto a de

aparelhar o Estado para acelerar o desenvolvimento. Isso porque, em sua maneira de ver, a “grande massa dos investimentos públicos [era] realizada sob a supervisão de homens recrutados em absoluta ignorância” com a realidade do país (p. 79). O resultado disso, como não poderia deixar de ser, refletia-se na baixa eficiência dos investimentos.

Já a preocupação de Furtado (1962a) em estabelecer critérios à entrada do capital estrangeiro decorria do seu receio de que o ingresso indisciplinado desses capitais pudesse acarretar problemas para os interesses do Brasil. Em suas palavras, “[p]ermitir o seu influxo desordenado será seguramente privar o país, no futuro, das reais vantagens da cooperação desses capitais, em setores de tecnologia menos acessível” (p. 87). Embora Furtado não tenha avançado minuciosamente no detalhamento dessas idéias referentes ao disciplinamento da penetração de capitais e tecnologias estrangeiros, posteriormente voltou a salientar que era preciso estabelecer uma política de controle da introdução do progresso tecnológico e sua vinculação a critérios de ordem social. Por outro lado, salientou também a necessidade de subordinação das empresas multinacionais a objetivo de política econômica e efetiva integração dos frutos das inovações tecnológicas à economia nacional. Nesse aspecto, convém sublinhar que nos escritos de Cardoso, até pelo menos os anos 1970, não há manifestação clara sobre seu posicionamento em relação ao estabelecimento de controles à entrada de capitais e tecnologias originários de fora da pátria mãe<sup>119</sup>.

É bom sublinhar mais uma vez que Furtado contava com a cooperação estrangeira não sem certa temeridade no que toca aos seus efeitos e resultados. Por falar nisso, em uma conferência pronunciada em 1963, em que discorria sobre os aspectos positivos e negativos da Aliança para o Progresso idealizada pelos Estados Unidos para a América Latina<sup>120</sup>, subscrevia que “[n]enhum significado teria essa Aliança se não existisse em cada um dos nossos povos o profundo e decidido propósito de intensificar o seu próprio progresso” (FURTADO, 1963, p. 31). Em seu ponto de vista, não teria sentido falar em Aliança sem colocar o progresso e o desenvolvimento dos países latino-americanos como pré-requisitos básicos, cuja melhoria das condições materiais de vida da população estivesse em primeiro plano.

---

<sup>119</sup> Convém ressaltar que apesar de Cardoso não ter dado tratamento em sua obra mais importante dos anos 1960-70 à questão do controle da penetração do capital e da tecnologia estrangeiros no Brasil, em algumas entrevistas concedidas entre fins da década de 1970 e início do decênio seguinte ele criticou a falta de uma política disciplinadora dos investimentos externos. Essa questão será retomada na seção 4.2 deste capítulo.

<sup>120</sup> A Aliança para o Progresso foi um programa criado pelos Estados Unidos, em 1961, pelo presidente John Fitzgerald Kennedy, com o propósito de consolidar as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Visava com isso promover o desenvolvimento econômico da América Latina, com exceção de Cuba, mediante o apoio técnico e financeiro e durou até 1969, quando foi extinto pelo presidente Richard Nixon.

Ademais, Furtado (1963) lembrava que essa cooperação estrangeira não deveria se tratar de mera “caridade internacional nem de astuta manobra imperialista” (p. 32). Ao contrário, deveria “contribuir para atacar aqueles pontos fundamentais, causadores dos desequilíbrios estruturais que [estavam] na raiz da forte pressão inflacionária” que assolava o país<sup>121</sup> (p. 33). Nesse ínterim, reclamava que “a entrada líquida de recursos [tinha] sido praticamente nula e a ajuda externa não [tinha] sido sequer suficiente para compensar as perdas provocadas pela deterioração da relação de preços do intercâmbio externo” (Idem, p. 33). Apesar disso, outra vez, deixemos a palavra com o autor: “[f]elizmente, o Banco Interamericano do Desenvolvimento [BID] está em vias de apresentar uma solução satisfatória para o problema, incorporando ao quadro de suas operações normais o financiamento das exportações de bens de capital”, cuja capacidade brasileira não era desprezível (p. 34).

Em relação a Cardoso (1957), nos artigos que ele escreveu na *Revista Brasiliense* nos anos 1950 e 1960, fica evidente o papel preponderante do aparelho estatal para criar as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo nas economias subdesenvolvidas, mormente na brasileira. Nesse particular, convém reproduzir o que escrevera à época: “[no] panorama de uma economia mundial altamente desenvolvida e concentrada [...] aparece como principal agente do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos o Estado” (p. 94). Em seguida complementa essa assertiva com a seguinte frase: “[a]gente do desenvolvimento num duplo sentido: como inversor e como regulador do mecanismo econômico-financeiro” (p. 94).

A necessidade da interferência governamental para impulsionar a acumulação de capital nas economias subdesenvolvidas foi exaltada por Cardoso com a mesma perseverança reclamada por Furtado, nos anos 1950 e 1960. Nesse sentido, escreveu: já se tornara fato “reconhecido por todos os economistas e mesmo preconizado por alguns dos mais competentes técnicos das Nações Unidas ou dos Estados Unidos que, por vezes lamentando, deixam os preconceitos da não-intervenção estatal na economia, convencidos de que nas

---

<sup>121</sup> No que tange à questão da pressão inflacionária, Furtado (1958b) já havia apontado que sua causa principal derivava, por um lado, do desequilíbrio orçamentário e da expansão desordenada do crédito e, por outro lado, decorria da rigidez do lado da oferta. Eis o que expusera a esse respeito: “a causa básica da tendência crônica ao desequilíbrio inflacionário da economia brasileira, reside em que, nas etapas de crescimento, a procura global se diversifica de maneira muito mais rápida que a oferta global. Existe muito mais mobilidade do lado da procura que do lado da oferta” (p. 73-4). Essa era, por sinal, uma das razões pelas quais ele enfatizava a necessidade de planejamento em uma economia subdesenvolvida como a brasileira. A esse respeito, escrevera: “[p]or um lado, seria necessário identificar, com a devida antecipação, as linhas gerais de modificação da estrutura da procura; por outro, seria preciso criar as condições para que a oferta pudesse satisfazer a uma procura que cresc[ia] e se transforma[va] rapidamente. É esse um dos objetivos fundamentais da programação econômica” (p. 75).

condições vigentes nos países subdesenvolvidos o Estado precisa orientar a vida econômica e tornar-se ele próprio empresário” (CARDOSO, 1957, p. 94). Em seguida, acrescenta que o “processo de acumulação de capital, o financiamento das inversões, o comércio exterior, o financiamento interno e os empréstimos externos, etc. têm sido, de maneira e com intensidade variáveis, orientado e executado cada vez mais pelo Estado na maioria dos países que desejam iniciar o processo de desenvolvimento econômico” (p. 94).

Da mesma forma que Furtado, Cardoso (1957) também reconhecia que o problema dos países subdesenvolvidos não poderia ser solucionado pela ótica dos fundamentos da teoria clássica, segundo a qual o enriquecimento da coletividade seria um simples reflexo do enriquecimento de cada indivíduo em particular. Nesse aspecto, ele argumentava que diferentemente do imaginário convencional, o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos era de natureza diversa daquele em que operava os países já desenvolvidos, cuja solução não se encontrava nas normas oferecidas pelo modelo clássico, ou seja, pelas forças espontâneas do mercado (p. 95). Em seu modo de ver, o “tipo de desenvolvimento econômico que atende às necessidades reais dos países subdesenvolvidos é de natureza bem outra” (p. 95). Em trabalho posterior, referindo-se ao caso particular do Brasil, afirmou: “nossa economia não tem sua dinâmica regulada segundo as normas do capitalismo na sua forma pura, ou nos mesmos moldes dos países desenvolvidos” (CARDOSO, 1959, p. 164). Com isso reafirmava: “torna-se até desnecessário, de tão patente, lembrar que entre nós o Estado assume o papel de agente essencial do desenvolvimento” (p. 164).

Tendo em conta a impotência dos grupos dirigentes e as características imanentes da especificidade do tipo de capitalismo que havia se formado nos países subdesenvolvidos, notadamente no Brasil, Cardoso (1957) não tinha dúvida de que “na economia desses países o Estado exerce e tende a exercer cada vez mais as funções de empreendedor capitalista e regulamentador da atividade econômica” (p. 95). Para ele, o processo de acumulação de capital, assim como o planejamento e os investimentos tinham de ser orientados e executados pelo Estado, para que pudesse ter início um processo de desenvolvimento econômico nesses países. Em suas próprias palavras, as “condições estruturais prevaletentes nas sociedades dos países subdesenvolvidos [...] impõem a adoção coordenada de medidas econômicas e políticas de tal alcance que sem que haja um mecanismo centralizador ativo não haverá muita possibilidade de êxito no processo de desenvolvimento econômico” (p. 95).

Se em seus textos iniciais Cardoso evocava a presença do Estado para socorrer atividades econômicas em dificuldades e para fornecer a infra-estrutura adequada à expansão do empreendimento capitalista. Em meado dos anos 1960, em face da preeminência do



capitalismo monopolista, a presença do governo tornava-se ainda mais importante para criar condições favoráveis aos novos investimentos e garantir sua lucratividade. É esse o ponto de vista esboçado em sua obra *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* (1964), na qual ele reserva um papel exclusivo ao Estado no planejamento e na reorganização política, para o que deveria também contar com a ajuda do capital estrangeiro, cujo sentido seria assegurar as condições elementares ao pleno funcionamento do capitalismo na era dos oligopólios. Essa mesma concepção volta a ser reafirmada em obras posteriores do autor, como em *Mudanças Sociais na América Latina* (1969), *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes* (1971) e em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1970).

Em face do caráter que representa para os propósitos deste trabalho, é apropriado ilustrar uma passagem na primeira obra referida no parágrafo anterior, em que Cardoso não apenas repreende Furtado como também o trata com certo desprezo por este autor supostamente ignorar o papel do Estado e dos empresários em sua análise precedente aos anos 1960, coisa que não se verifica<sup>122</sup>. Nesse aspecto, deixemos a palavra com o próprio Cardoso (1964): “no modelo de desenvolvimento adotado por Celso Furtado não se considera explicitamente o papel dos empreendedores industriais e o papel do Estado, nem muito menos as alterações da estrutura agrária tradicional e as modificações e pressões no mercado internacional, isto é, o problema do imperialismo, do latifúndio e das lutas pela emancipação nacional” (p. 78). Com base nisso, subscreve mais à frente com certa irreverência: “[t]em-se a impressão [...] de que existe uma duplicidade interpretativa que ora supõe o ‘desenvolvimento’ como consequência de um jogo de cabra-cega de fatores econômicos incontrolados, ora a ‘mão invisível do mercado’ é substituída pelas artimanhas mais perceptíveis do Estado” (p. 78).

Na década de 1960, diante da integração dos mercados e do novo padrão de acumulação que havia se engendrado no imediato pós-guerra com a preponderância da grande empresa, Cardoso (1964) passou a vislumbrar uma participação estatal cada vez mais ativa na economia no sentido de criar condições favoráveis às novas inversões. A propósito, escrevera: o “Estado se torna então tanto um instrumento que ‘regula’ a divisão do mercado entre empresas gigantes [...] quanto um meio de absorção dos excedentes econômicos: obras

---

<sup>122</sup> A rigor, a importância atribuída por Furtado ao Estado e aos empresários no processo de desenvolvimento econômico, sobretudo em se tratando de uma economia subdesenvolvida como a brasileira, é recorrente em sua obra e já fica evidente desde seus primeiros textos sobre economia escritos no início da década de 1950. No primeiro capítulo desta tese fica bastante explicitado o papel do empresário. Já em relação ao Estado, ao longo deste terceiro capítulo, apresentamos a posição de Furtado, a qual contrasta com as afirmações de Cardoso.

públicas, despesas militares, projetos tecnológicos de grande vulto, etc” (p. 37). Em seguida, complementa: “impelir o Governo a estratégias que permitam a continuação da prosperidade tornam-se condições para a realização de lucros crescentes” (p. 38).

Todavia, urge sublinhar que em consonância com as inquietudes erigidas por Furtado, relativamente às disfunções e tendências corporativistas do aparelho estatal, Cardoso (1964) também demonstrava preocupação com sua atuação, cuja eficiência e êxito em suas intervenções requeriam o aparelhamento, organização e controle da opinião pública. Sobre isso, escrevera: “é preciso que a Nação se veja representada no Estado e sinta as decisões deste como expressão de vontade coletiva, embora, de fato, o Estado continue a ser, nas resoluções fundamentais, instrumento da prosperidade dos capitalistas” (p. 38). Dito de outra forma, para este último autor, em face da complexidade da teia de relações que subsiste entre os diferentes grupos de interesses, a capacidade de coordenação política e o poder de persuasão dos agentes interessados tornam-se imprescindíveis para o êxito econômico.

A rigor, a burocratização das novas organizações econômicas, a complexidade dos processos industriais e as condições de realização dos lucros na fase de predomínio do capitalismo monopolista requeriam um tipo de empreendedor para o qual o homem de empresa existente no Brasil não estava preparado, em decorrência da mentalidade acanhada e da falta de visão inovadora que dominava o segmento empresarial<sup>123</sup>. Pois, como revela Cardoso (1964), as “formas de comportamento dos *managers* das filiais de companhias internacionais com sede no Brasil ilustram a necessidade de revisão das expectativas e alternativas de ação econômica deste tipo de dirigentes para que possam atuar criativamente no meio brasileiro em benefício das empresas que representam” (p. 44).

Diante da falta de mentalidade empresarial cuja inexistência impedia a propagação de uma cultura industrial e da necessidade de novos investimentos e recursos tecnológicos que não estavam à disposição do empresariado nacional, senão a um preço elevado, a opção pela associação crescente com grupos estrangeiros parecia constituir uma tendência objetiva para as empresas que pretendiam lançar-se à produção tecnicamente moderna. Ademais, como um dos principais centros de decisões estava localizado na esfera do Estado, era de se esperar da parte deste uma ação supletiva não somente em termos de captação de recursos, mas também como investidor direto e regulador do mecanismo econômico no sentido de impor racionalidade ao processo, principalmente em se tratando de uma economia subdesenvolvida como a brasileira. Conforme assegura Cardoso (1964), em uma “economia subdesenvolvida

---

<sup>123</sup> Esse ponto já foi objeto de discussão no primeiro capítulo desta tese, razão pela qual não será retomado aqui.

[...] para que a iniciativa privada se lance à proeza do desenvolvimento é preciso que haja o apoio maciço de recursos externos de capital ou então que o Estado carregue a poupança nacional e canalize as energias criadoras da Nação para a iniciativa privada” (p. 84).

No que concerne à participação do capital estrangeiro, Cardoso (1964) acentua que, em termos gerais, a política de crescimento adotada pelo Brasil, a partir da segunda metade da década de 1950, praticamente obrigou as empresas que buscaram algum tipo de inovação a manter relações com grupos internacionais. Isso se dava não apenas por meio do aporte dos recursos tecnológicos e financeiros, mas também por meio de contratos de pagamento de *royalties* pelo *know how*, pela cessão de parte do controle acionário e pelo aluguel de marcas e patentes. Em alguns setores da indústria como o farmacêutico, por exemplo, em que a dependência da técnica e do conhecimento estrangeiros era constante, a desnacionalização foi inevitável.

Cardoso (1964) percebera que a complexidade dos processos de produção e de trabalho que se tornara hegemônico no capitalismo do pós-guerra requeria um novo tipo de homem de empresa capaz de impor racionalidade ao processo de produção e assegurar a geração de novos lucros aos capitalistas. Segundo afirma esse autor, “[o]perando numa sociedade em que a esfera racionalizada da vida social é crescente – onde, portanto, a regulamentação formal e espontânea substitui grandemente os riscos e o ajustamento automático do mercado concorrencial – o empreendedor moderno cumpre duplamente a função de inovar e obter lucros” (p. 39).

Assim, diante das novas condições requeridas para operar em uma economia monopólica, a associação dos grupos nacionais com os capitais estrangeiros era necessária para provocar uma ruptura na mentalidade rudimentar do empresariado brasileiro e introduzir uma nova ideologia, cujo sentido deveria pautar-se em princípios de prosperidade econômica sob a liderança das grandes corporações internacionais. A idéia de Cardoso (1964) era que o desenvolvimento econômico das sociedades subdesenvolvidas e, dentre estas, da brasileira, somente teria sentido a partir da imposição de uma racionalidade econômica, e esta, necessariamente, teria de ser determinada por aqueles que controlavam os principais centros de tomada de decisões, isto é, o Estado, por um lado e, por outro, os capitais estrangeiros. A interferência desses agentes fazia-se necessária em decorrência da incapacidade de liderança e falta de espírito empreendedor dos grupos industriais brasileiros em assumirem a dianteira de um projeto de desenvolvimento sob suas próprias forças. Ademais, a industrialização da segunda metade da década de 1950 já havia demonstrado que, no Brasil, “o grande impulso de

desenvolvimento partiu de fora do grupo empresarial [nacional] e foi sustentado por capitais estrangeiros e pela participação direta do Estado na economia” (p. 176).

Tendo em conta o vazio de lideranças e a falta de homogeneidade dos dirigentes brasileiros, Cardoso (1969) argumentava que o Estado teria de desempenhar um papel mais intenso do que aquele que se poderia esperar em condições normais. Além disso, a associação com os capitais estrangeiros era imprescindível para dinamizar o desenvolvimento das forças produtivas, particularmente na fase de integração dos mercados dominada pelas grandes corporações monopolistas internacionais. Para ele, era fato incontestado que para se desenvolver, os países subdesenvolvidos e, dentre estes, o Brasil, precisavam contar não somente com a formação de um setor de bens de capital e de bens duráveis de consumo, mas também com elevada concentração de capitais e de conhecimentos tecnológicos avançados, fatores esses relativamente escassos. Ante essa situação, asseverava que as alternativas apresentadas eram a estatização crescente da economia e a inversão maciça de capitais estrangeiros (p. 78).

Ao final da década de 1960, a defesa da indispensabilidade da parceria com os capitais estrangeiros tornara-se mais penetrante no pensamento de Cardoso (1971a) em decorrência de fissuras provocadas no interior do setor industrial com a penetração dos conglomerados internacionais em segmentos importantes como a indústria mecânica, indústria de base e indústrias de aço, as quais se organizavam internacionalmente. Por outro lado, outros ramos como os da indústria têxtil e alimentícia, por exemplo, continuavam orientadas para a substituição de importações. A consequência disso foi que com o controle dos segmentos mais importantes da indústria pelos grupos estrangeiros ocorreu uma transferência crescente dos centros de decisões para o exterior, na medida em que o padrão industrial vigente requeria um volume de investimentos e de equipamentos tecnológicos que não estavam à disposição do empresariado nacional.

Já no trabalho realizado com Faletto (1970), a defesa do apoio estatal e da cooperação estrangeira tornou-se ainda mais incisiva em decorrência das transformações provocadas pelos investimentos externos, tanto na estrutura do sistema produtivo brasileiro, como nas relações bilaterais e na reorientação dos interesses internos e, inclusive, no próprio caráter do Estado e da sociedade. A idéia deles é que a despeito de as alianças com os conglomerados estrangeiros beneficiarem seus componentes de forma desigual, de qualquer maneira, “permitiram a acumulação que favoreceu os investimentos internos – e o consumo relativamente ampliado dos setores urbanos – em tais condições que o Estado pôde ser o artífice de uma política abrangente” de desenvolvimento (p. 115).

O raciocínio desenvolvido na obra de Cardoso e Faletto (1970) resume-se basicamente no seguinte: como a industrialização brasileira não fora resultado da ascensão paulatina e revolucionária de uma burguesia típica, mas decorrência de uma política de alianças entre os grupos industriais internos, as empresas estatais e os capitais externos, os quais se tornaram hegemônicos nos ramos mais dinâmicos da economia; tudo isso concorreu para que a associação se tornasse a mola propulsora do desenvolvimento. Para eles, os investimentos estrangeiros eram a condição da própria continuidade do desenvolvimento, conforme já demonstrara a experiência do esquema político adotado pelo governo Kubitschek, na segunda metade da década de 1950, cujo projeto baseara-se na industrialização, a qual, apesar de apresentar um mercado restringido, foi suficientemente importante em termos da geração de renda para impulsionar uma indústria moderna. Na visão de nossos autores, ao “integrar-se na era da produção industrial relativamente moderna, por intermédio da transferência de capitais externos, [...] alguns países da [América Latina] alcançaram, em graus distintos, a intensificação do processo de industrialização, mas com conseqüências evidentemente restritivas quanto à autonomia do sistema econômico nacional e às decisões de políticas de desenvolvimento” (p. 129).

Por outro lado, no que concerne à participação do conjunto da sociedade em termos econômicos, Cardoso e Faletto (1970) enfatizam que essa possibilidade depende do grau de desenvolvimento alcançado pelo setor público, particularmente no que diz respeito ao sistema de controle dos setores monopolistas. Não obstante, eles reconhecem que no caso do Brasil esse controle é mais complexo, na medida em que “o Estado não esteja preparado para permitir o controle corporativo das decisões econômicas” (p. 132). Por essa razão, asseveram que isso “impõe a reorganização das funções do Estado para conseguir uma capacidade cada vez ampla de regulamentação da vida econômica” (p. 132).

A parceria com o capital estrangeiro era também a alternativa que Furtado tinha em mira em sua obra *Um projeto para o Brasil*, de 1968, posteriormente reapresentada em *Formação Econômica da América Latina*, de 1969, não sem antes criticar a falta de disciplinamento dos investimentos externos na economia brasileira. Apesar de apoiar a cooperação do capital externo e admitir a possibilidade de expansão da economia sob o comando dos conglomerados internacionais, cujo dinamismo seria dado pela capacidade de aprofundamento das inovações tecnológicas, ele reclamava que a hegemonia desses grupos nos setores mais avançados da economia privava o empresário nacional de captar os frutos do conjunto do sistema. Para Furtado (1968), esse processo decorria do fato de que “em uma economia com as características [da brasileira], em que as taxas de salários pouca relação

[tinham] com a elevação da produtividade, as empresas [estavam] em situação privilegiada para reter em sua totalidade os benefícios do progresso tecnológico” (p. 77).

Furtado (1968) lamentava o fato de não ter ocorrido um questionamento ao tipo de desenvolvimento que os conglomerados internacionais, sobretudo os norte-americanos, preconizavam para o Brasil. A propósito, escrevera que na “falta de uma política de fomento e disciplina da assimilação do progresso tecnológico, chegamos à situação presente em que empresas estrangeiras são as principais beneficiárias do avanço da técnica entre nós” (p. 78). Mais à frente volta a reclamar que na “América Latina impôs-se sem discussão a posição canadense [de investimentos estrangeiros sob a liderança de empresas internacionais], proporcionando-se o máximo de proteção a qualquer atividade produtiva tendente a substituir importações, na suposição de que qualquer indústria instalada no território nacional coopera igualmente para a prosperidade do país” (p. 112). Em seguida complementa que: a “implantação de filiais de empresas norte-americanas tendeu, em consequência, a realizar-se com extraordinária rapidez, independentemente das dimensões do mercado, do nível de desenvolvimento já alcançado, ou da intensidade do crescimento econômico na fase em que ocorria a penetração” (p. 112).

Simplificando, a penetração das grandes empresas norte-americanas além de não ter relação com a realidade sócio-econômica e com as necessidades do país era controlada do exterior, servindo para tornar ainda mais remota a possibilidade do desenvolvimento. Apesar disso, Furtado (1968) acreditava que com o aparelhamento do Estado seria possível tirar proveito dos capitais internacionais. Nesse sentido, asseverava que “[na] América Latina, a articulação multinacional, para transformar-se em efetivo instrumento do desenvolvimento, requer prévia recuperação do Estado nacional como centro básico de decisões. Sem essa recuperação, é de prever que continue a agravar-se a desarticulação das economias nacionais e que persista o impasse da estagnação” (p. 117). Em sua imaginação, a permanecer a inércia do aparelho estatal e a entrada indiscriminada de capital estrangeiro, as “tentativas de integração de economias nacionais desarticuladas e controladas do exterior servirão apenas para aumentar os cursos e fazer mais remota a retomada do desenvolvimento” (p. 117).

Em outro trabalho, Furtado (1969) insiste na importância da cooperação estrangeira. Em referência aos empréstimos concedidos pelo Banco Mundial às empresas públicas e privadas com o aval dos governos latino-americanos, assinala: “[e]sses empréstimos foram utilizados em sua quase totalidade em obras de infra-estrutura, principalmente energia elétrica e transporte. Dado que estes setores haviam sido tradicionalmente financiados com recursos obtidos no exterior, a ação do Banco Mundial permitiu que se estabelecesse um canal de

cooperação financeira que, no passado, tivera importância fundamental para a região” (p. 243). Na seqüência, complementa que os “empréstimos concedidos por essa instituição de crédito representam, na verdade, um progresso considerável” (p. 243). A questão central era equipar o Estado e sua tecnocracia das ferramentas necessárias e colocá-lo à frente como guia do desenvolvimento.

Assim, dotar o Estado dos instrumentos técnicos e financeiros para a promoção do desenvolvimento capitalista foi uma preocupação permanente de Furtado, concepção essa com a qual Cardoso também compartilhava. Eles entendiam que na ausência de uma classe dominante com mentalidade empresarial e franca consciência de seu papel na sociedade, necessária para levar a termo um projeto de desenvolvimento autônomo e auto-sustentado, essa tarefa teria de ser reservada, por excelência, ao Estado. Ou seja, este teria que desempenhar o papel que os representantes do capital não estavam em condições de empreender sob suas próprias condições e hegemonia. Ademais da interferência do setor público na coordenação e orientação das inversões, fazia-se premente o concurso do capital externo com suporte técnico e financeiro.

Fica evidente na obra inicial de Furtado que a obsessão pelo lucro fácil e imediato, na maioria das vezes obtido por meio da utilização de práticas de produção rotineiras e ultrapassadas, às quais os empresários brasileiros recorriam amiúde e abusivamente, encerrava um obstáculo desmedido à formação e disseminação de uma cultura favorável ao desenvolvimento, conclusão a que Cardoso também chegara. Daí, o chamamento ao Estado para interceder e cumprir a função de parteiro do processo de acumulação de capital na economia brasileira, cujos governos teriam que dedicar um esforço enorme na condução de políticas macroeconômicas e na criação de infra-estrutura adequada, além de recorrer ao suplemento dos recursos tecnológicos e financeiros dos países desenvolvidos.

Se ao Estado nossos autores confiavam a responsabilidade pelo planejamento, coordenação e execução de políticas econômicas e sociais e até mesmo a função de produtor direto de mercadorias, do capital estrangeiro esperavam a colaboração em matéria de financiamento, fornecimento de tecnologia moderna e acesso a novos conhecimentos, em face da escassez desses recursos na economia brasileira. Em síntese, da ação conjugada desses elementos econômicos esperava-se a geração do desenvolvimento das sociedades subdesenvolvidas e não da espontaneidade das forças cegas da economia de mercado.

Essas idéias corroboram parte de nossa hipótese inicial, qual seja, de que existem muitos pontos de convergências entre Furtado e Cardoso nos escritos dos anos 1950 e 1960, conducentes com a necessidade de interferência estatal para acelerar o desenvolvimento

econômico das economias subdesenvolvidas, para o que também se fazia imprescindível a colaboração do capital estrangeiro, com apoio logístico, tecnológico e financeiro, dentre outros. Na seção seguinte discutiremos a revisão das idéias desses autores correlativamente ao papel do Estado e da participação do capital externo, particularmente em relação a Furtado, já que Cardoso manteve suas hipóteses com respeito ao desenvolvimento associado, não sem antes reconhecer seu caráter excludente.

#### **4.2 O malogro do padrão estatal-desenvolvimentista e os sortilégios do capital externo**

Se nos anos 1950 e 1960, Furtado e Cardoso imaginavam que a atuação decisiva do Estado na captação de recursos, no planejamento, na orientação e regulação dos investimentos com a parceria do capital estrangeiro no fornecimento do aporte técnico-financeiro e logístico seria suficiente para destravar o processo de desenvolvimento brasileiro, a partir de fins da década de 1960, e principalmente no decênio seguinte, verifica-se um claro desvanecimento dessa idéia. A despeito de que ambos continuem a aceitar a cooperação estrangeira, Furtado tornara-se mais cético em relação à possibilidade de materialização do desenvolvimento em face da preeminência dos conglomerados internacionais na economia brasileira sem uma contrapartida proporcional na internalização do efeito renda-emprego e na melhoria das condições de vida do conjunto da população. No entanto, manteve a crença no papel do Estado como agente aglutinador do desenvolvimento, embora percebesse que os interesses clientelísticos de determinados grupos se sobrepuseram aos interesses mais gerais e a ação do poder público, em vez de corrigir, reforçou a tendência concentracionista dos níveis de renda, com o que se aprofundaram as desigualdades econômicas e sociais e a dependência externa.

Quanto a Cardoso, é visível sua empatia com as idéias de Furtado no que tange ao aprofundamento da situação de dependência e à inoperância das ações do Estado<sup>124</sup>, não obstante estivesse de acordo com que houvera uma mudança fundamental na composição de forças que comandavam a engrenagem do aparelho estatal a partir de 1964, cujo sentido foi a intensificação da acumulação capitalista em novas bases. Já em relação ao capital estrangeiro, se este fora essencial na fase de arranque da indústria brasileira passava a sê-lo ainda mais na era do capitalismo monopólico em que predominava a grande empresa capital-intensiva.

---

<sup>124</sup> Na visão de Cardoso (1983c), “partes do Estado [havia sido] apropriadas privadamente não por pessoas, mas por grupos que toma[vam] conta de setores que [tinham] importância, porque possu[íam] uma enorme capacidade de controle sobre o conjunto da sociedade” (p. 204). Por essa razão, afirmava: “[n]ão haverá democracia no Brasil enquanto não se resolver essa questão” (p. 204).



Descontente com os resultados da industrialização, Furtado (1972) escrevera que o Brasil, a despeito de ter construído o mais moderno e diversificado parque industrial do Terceiro Mundo, no período de apenas duas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, continuava com uma agricultura de baixa produtividade, a qual ainda respondia por metade da ocupação da força de trabalho. Ademais, o “Estado [tinha] ampla participação nas decisões econômicas e constituí[a], de longe, a fonte principal do processo de acumulação; mas, como a tecnologia que se utiliza[va] [era] importada em sua quase totalidade, a capitalização nos setores mais dinâmicos da economia faz[ia]-se principalmente em benefício dos grupos estrangeiros que det[inham] o controle dessa tecnologia” (p. 7).

Do ponto de vista de Furtado (1972), a raiz do problema consistia no seguinte: como o processo produtivo era condicionado pela tecnologia (capital-intensiva) importada dos países desenvolvidos, cujos bens a serem produzidos eram previamente definidos, isso concorria para que os centros internos de decisões nos países subdesenvolvidos não tivessem o controle do que acontecia em seu território. Por essa razão, a intensificação da capitalização não gerava emprego na proporção esperada, significando, ao contrário, maior concentração da renda adicionada. Por outro lado, o progresso tecnológico em vez de se difundir pelo conjunto da economia restringiu-se a um pequeno segmento da indústria, servindo mais para modernizar os hábitos de consumo de uma minoria que antes se satisfazia com importações do que para a transformação dos processos produtivos. Tendo isso em conta, Furtado (1972) escreveu: “[se], nos países desenvolvidos, o fluxo de novos produtos e o complexo de inovações tecnológicas que os acompanham são essenciais ao funcionamento da economia capitalista, no âmbito mundial tais fatores operam no sentido de preservar as relações de dependência e dominação que caracterizam a [...] economia internacional” (p. 13).

A idéia de Furtado (1972) é que o estilo de desenvolvimento adotado pelo capitalismo no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1960, tendeu a direcionar-se para a diversificação dos padrões de consumo das classes de altas rendas, para as quais se voltaram os benefícios do progresso tecnológico, cuja atuação do Estado, em vez de corrigir, reforçou essa tendência. Em termos simples isso significa que o rápido processo de acumulação de capital que se engendrou no país, se por um lado, permitiu instalar um sistema industrial relativamente diversificado, por outro lado, operou como um mecanismo de concentração da renda e da riqueza. No dizer de Furtado (1972), ao “subsidiar de múltiplas formas o investimento industrial, e especialmente o que se fazia em equipamentos, o Estado tendeu a agravar as tendências estruturais de toda economia subdesenvolvida no sentido de

lenta elevação da taxa de salário no setor moderno e insuficiente criação de emprego nos setores produtivos em que penetra a tecnologia moderna” (p. 48).

Em suma, a conclusão de Furtado é que o crescimento econômico foi possível à custa da concentração dos níveis de renda e da diferenciação dos produtos em favor de um mercado de consumo cada vez mais restringido, cuja expansão foi impulsionada pelo aumento das desigualdades econômicas e pela penetração das empresas estrangeiras que detinham o controle da difusão das novas técnicas. Ao lado disso, contribuía a atuação cada vez mais poderosa e indestrutível do Estado, que em vez de colocar-se como árbitro dos conflitos sociais e a eles suplantar-se pôs-se a serviço da burguesia internacional, mediante a implementação de políticas de contenção da massa salarial, de modernização tecnológica e de concentração da riqueza. Com efeito, engendrou-se um estilo de desenvolvimento associado, em que o Estado, o capital nacional e o capital estrangeiro assumiram o controle do processo. Nesse sentido, o Estado não aparece como árbitro do equilíbrio social, mas surge como agente modernizador e repressor, contrário a qualquer movimento redistributivo e de defesa dos direitos civis.

Na mesma linha de raciocínio de Furtado, Cardoso (1972) subscreve que, ante a associação crescente de capitais que se verificou no Brasil, o modelo de desenvolvimento posto em prática privilegiou dois parceiros fundamentais, quais sejam: por um lado “o capital internacional, porque aporta a tecnologia relativamente avançada, as formas modernas de organização, o apoio financeiro internacional e as ligações mercantis em escala mundial; por outro lado, o Estado, na medida em que tem capacidade de realizar e regulamentar a poupança e na proporção em que atua como estabilizador e regulamentador do sistema político e econômico local” (p. 13). Na seqüência, arremata que, “[por] certo, este Estado não é uma entidade abstrata: responde a interesses das classes dominantes locais e busca estabelecer, para a manutenção da ordem social e dos objetivos nacionais [...], formas de equilíbrio entre aquelas, as imposições objetivas do setor externo e o resto da sociedade” (p. 13-4).

Além disso, Cardoso também é conducente com as conclusões coligidas por Furtado no que tange ao caráter excludente e concentrador do crescimento econômico em favor das camadas mais abastadas da sociedade. Embora esse aspecto já tenha sido explorado no segundo capítulo desta tese, convém repisar os pontos de confluência subjacentes entre nossos autores. Nesse particular, informa o próprio Cardoso (1972): “[é] obvio que uma política de crescimento econômico numa economia de livre empresa [como a brasileira] tenderá a salvar a ‘capacidade de poupança’ da camada empresarial e das classes de rendas altas e médias altas” (p. 16). Em face das evidências incontroversas ele foi compelido a concordar

que o controle político do aparelho estatal pelos grupos dominantes cujos interesses patrimonialistas eram poderosos concorreu para que as políticas postas em práticas resultassem em um “perfil de distribuição de renda razoavelmente concentrador” (p. 18).

Não obstante, Cardoso (1972) salienta que os grupos tecnocráticos que ascenderam ao poder a partir de 1964 imprimiram uma nova característica ao Estado, no sentido de torná-lo mais eficaz administrativamente e ao mesmo tempo mais repressivo. O resultado disso foi a dinamização do processo de acumulação de capital sob a jurisdição da grande empresa internacionalizada. A idéia dele é que o modelo de desenvolvimento levado a efeito, apesar de excludente e marginalizador era dinâmico e favorecia o crescimento econômico, pelo menos no setor urbano. Por outro lado, intensificou-se a mudança em curso desde aos anos 1930 na composição relativa da estrutura de poder em que os grupos tradicionais, representados pelos políticos profissionais, foram deslocados e novos atores políticos foram incorporados, sob novas condições, os quais expressaram mais diretamente os anseios dos setores monopólicos da economia.

No dizer de Cardoso (1972), o “golpe de 64 deslocou o setor nacional-burguês e o grupo estatista-desenvolvimentista da posição hegemônica que mantinham, em proveito do setor mais internacionalizado da burguesia, mais dinâmico e mais ‘moderno’, porque parte integrante do sistema produtivo do capitalismo internacional” (p. 69). Por conseqüência, a política econômica adotada e com ela a reforma administrativa empreendida na burocracia estatal potenciaram as forças do capitalismo. Para ele, foram essas modificações que “contribuíram para moldar o ‘milagre econômico’ nos termos em que se deu: com concentração da renda e desigualdade social” (CARDOSO, 1974, p. 30).

Assim, o raciocínio de Cardoso (1972) é que a preeminência do Estado instaurado em 1964 se afirmou para garantir a expansão capitalista, cujo crescimento passou a se assentar na empresa estatal e nos conglomerados internacionais, aos quais se ligaram a burguesia local que apesar de ser caudatária e dependente, nem por isso deixou de ser importante como força econômica. Com isso, afirma que o movimento político que emergiu em meado do anos 1960, “pôs a burguesia nacional em compasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional e subordinou a economia nacional a formas mais modernas de dominação econômica” (p. 71). Além disso, “modernizou a máquina estatal e lançou as bases para a implementação de um setor público da economia, que passou a integrar-se ao contexto do capitalismo internacional” (p. 71).

A idéia de Cardoso (1972) consiste basicamente no seguinte: como a burguesia brasileira não fora capaz de realizar uma revolução burguesa no sentido tradicional do termo,

a sua consolidação como classe dominante para realizar-se dependia de uma integração subordinada ao capitalismo internacional como sócia dependente e minoritária. Nesse aspecto, voltaria a afirmar mais tarde que, como não houve no Brasil uma revolução democrático-burguesa, a atuação do Estado de compromisso virtual permanecia em vigor. Mas não “no sentido em que a expressão era empregada anteriormente, de um compromisso entre lideranças e massas e entre a oligarquia e a burguesia industrial, [e sim] como uma espécie de compromisso múltiplo entre a burguesia internacionalizada e os empresários públicos, entre a existência de uma sociedade de massas [...] e uma condição política patrimonialista e elitista” (CARDOSO, 1974, p. 12). Mais à frente sentencia: “[e]stamos por certo muito longe de uma conjuntura que permita [...] uma democratização. É um exagero supor, entretanto, que existam razões de ordem internacional, interesses de segurança nacional ou razões privadas (como a necessidade de acumulação e do crescimento) em função dos quais o Estado deve impedir as transformações políticas necessárias” (p. 13).

Em aquiescência às inferências condensadas por Cardoso no período antes referido, sobretudo no que toca à questão da preeminência dos conglomerados internacionais nos ramos mais importante na indústria brasileira e do deslocamento dos centros de decisões para o exterior, pode-se asseverar seguramente que Furtado (1972) também captou esse processo. A propósito, subscreveu que no complexo industrial nacional recém-instaurado no país, as grandes empresas internacionais tinham “o controle quase total das indústrias de bens duráveis de consumo, químico-farmacêutica e equipamentos em geral, que em conjunto forma[vam] o bloco em mais rápida expansão e onde mais significativa [era] a penetração do progresso tecnológico” (p. 35).

No que concerne à mudança proporcionada pela transferência dos centros de decisões para a esfera internacional, urge sublinhar que Furtado (1972) estava em plena sintonia com os acontecimentos. Nesse sentido, argüiu sem reservas que a industrialização comandada pelos novos grupos que ascenderam ao poder a partir do movimento de 1964 comportava uma forte inserção no sistema internacional, cujas empresas mais internacionalizadas eram aquelas que atuavam nos setores mais dinâmicos e apresentavam maior complexidade tecnológica. Como a tecnologia empregada e os recursos financeiros utilizados eram fornecidos pelo exterior, “os possíveis conflitos entre interesses internos e externos tend[iam] a ser transferidos para o âmbito dos oligopólios internacionais, sendo pouco visíveis para o observador que se coloca[va] do ângulo da economia nacional” (p. 36). Com isso ele infere que “o apelo ao Estado como instrumento de luta contra os grupos estrangeiros só muito raramente se configura” (p. 36). Ante esse amálgama, nosso autor

expressou de forma ressentida: “tende a predominar a ideologia de que estabelecer diferença entre empresas ‘estrangeiras’ e ‘nacionais’ é um anacronismo, pois o que realmente interessa é a contribuição de cada uma para o desenvolvimento” (p. 36).

Ainda com relação ao esvaziamento das esferas internas de decisões e seu deslocamento para o âmbito internacional, Furtado (1975) assevera que esse processo só encontra justificativa em termos dos interesses específicos das potências mundiais que pretendem exercê-las. Do ponto de vista dos países do Terceiro Mundo, essa perda de influência deve ser interpretada como um sintoma de dominação econômica, o qual por sua vez reduz a liberdade desses países para adequar suas estruturas às exigências de uma política de desenvolvimento voltada para as necessidades de seu povo. Com isso, ele chegava à conclusão de que a hegemonia exercida pelos Estados Unidos na América Latina criava sérios obstáculos ao desenvolvimento da maioria dos países da região, particularmente no Brasil onde a presença das empresas norte-americanas era mais perceptível. Para Furtado (1975), a “*estratégia de ajuda* do governo dos Estados Unidos mediante a criação de privilégios para as grandes empresas e o controle preventivo da subversão, contribuí[a] para preservar as mais retrógradas formas de organização social e tend[ia] a esvaziar os Estados nacionais como centros de decisão e como instrumento de mobilização das coletividades para as tarefas do desenvolvimento” (p. 85-6).

Relativamente à mudança operada na composição de forças do aparelho estatal no sentido de melhorar a eficiência da burocracia administrativa para ativar o processo de acumulação, Furtado (1972) escrevera que as “medidas introduzidas a partir de 1964 permitiram restabelecer o equilíbrio do setor público e [...] armaram o governo para exercer maior iniciativa no processo de formação de capital” (p. 37). Em face do restabelecimento e extensão do sistema de crédito e *a fortiori* da presença direta dos militares nos postos-chave da administração pública, nosso autor foi forçado a admitir que “se haviam reunido condições para um ensaio de ‘reformas estruturais’ visando a eliminar os ‘pontos de estrangulamento’ responsáveis pela perda de dinamismo do sistema” (p. 37).

Assim, em similitude com as inferências a que Cardoso chegara, Furtado (1972) também subscrevia que a estratégia de desenvolvimento lavada a cabo a partir de meado da década de 1960 seguiu as seguintes linhas de ação: i) reorientação do processo de concentração da renda e da riqueza para fazer crescer a formação de capital fixo, por um lado, e por outro, estimular o crescimento do mercado para os bens duráveis de consumo; ii) redução da taxa real dos salários em relação à produtividade média do trabalho com o objetivo

de expandir a capacidade de emprego na economia<sup>125</sup>; e iii) criação de incentivos, mediante subsídios, à exportação de produtos industriais, com o fim específico de aliviar a pressão dos setores que enfrentavam insuficiência de demanda, em face do lento crescimento ocasionado pela compressão e rigidez dos salários. Em conjunto, essas medidas concorreram para potenciar o processo de acumulação de capital mediante o emprego de tecnologia *capital-intensive*, cujo acesso se deu à custa de uma maior inserção internacional e de um endividamento externo crescente. A outra face desse processo foi um crescimento exponencial da concentração dos níveis de renda em favor dos grupos mais favorecidos, conforme revela a Tabela seguinte.

**Tabela 2 – Distribuição de Renda no Brasil – 1960 e 1970 (U\$)**

Extratos de Renda	1960			1970			Taxa decenal de variação
	% da Renda Total		Renda per capita*	% da Renda Total		Renda per capita*	
	Absoluta	Acumulada		Absoluta	Acumulada		
1% da população de renda mais elevada	11,7	11,7	3.242	17,8	17,8	6.644	105
4% da escala seguinte	15,6	27,3	1.081	18,5	36,3	1.726	63
15% seguintes	27,2	54,5	502	26,9	63,2	669	33
30% seguintes	27,8	82,3	257	23,1	86,3	287	12
50% de renda mais baixa	17,7	100,00	98	13,7	100,00	102	4
Total	100,00	100,00	277	100,00	100,00	373	34

**Fonte:** IBGE. Censo Demográfico, 1970; DUARTE, João Carlos. Aspectos da Distribuição de Renda no Brasil em 1970 *apud* CARDOSO (1975).

**Nota:** (\*) A conversão do dólar foi feita com valores de 1960 e preços de 1970, tomando por base a taxa cambial deste último ano.

Os dados acima indicam claramente que, entre 1960 e 1970, houve uma forte concentração da renda em benefício dos grupos mais ricos, representados pelos 5% da população. Dentre estes, ver-se que o 1º de renda mais elevada aumentou enormemente sua participação na renda total do país, enquanto a grande maioria, representada pelos 80% da população mais pobre teve sua participação reduzida em 19%, sendo que a queda foi mais acentuada no extrato dos 50% de renda inferior (22,6%), relativamente aos 30% com renda mais baixa (17%). Ademais, é oportuno destacar que a despeito do forte crescimento da economia verificado na década de 1970, o quadro das desigualdades não sofreu muita alteração, pois em 1980, a participação dos 50% mais pobres na renda total havia caído para 12,6%, enquanto os 5% mais ricos ficaram com 37,9%<sup>126</sup>.

<sup>125</sup> Com base nas estatísticas disponíveis pode-se perceber que o salário mínimo real decresceu em média 4% ao ano, entre 1960 e 1970. Por outro lado, a taxa de produtividade média cresceu em cerca de 3% ao ano, no mesmo período (FURTADO, 1972).

<sup>126</sup> Sobre os indicadores de renda para o ano de 1980, consultar IBGE (1986).

Cabe assinalar que esse processo foi reforçado pela ação do Estado mediante a implementação de políticas de contenção dos salários reais dos trabalhadores e de reorientação do progresso tecnológico em favor das classes de altas rendas, em benefício de quem também recaíram os aumentos de produtividades, os quais, por sua vez, encontravam sua *raison d'être* na diversificação do consumo dos ricos. Nas palavras de Furtado (1983b), “o principal fator causante da elevação de produtividade na economia periférica industrializada parece ser a diversificação dos padrões de consumo das minorias de altas rendas, sem que o processo tenha necessariamente repercussões nas condições de vida da grande maioria da população” (p. 182). A idéia do autor é que o desenvolvimento brasileiro passou a ser confundido com a modernização dos estilos de vida de uma minoria, cujo padrão era ditado pelos países centrais, onde o desenvolvimento se baseou desde o início no progresso tecnológico e na distribuição mais eqüitativa da renda.

À semelhança de Furtado, Cardoso (1975) reconhece explicitamente o caráter excludente e concentrador do processo de industrialização comandado pelas empresas estrangeiras. A esse respeito, afirma que a “industrialização restritiva ou excludente caracteriza-se, portanto, pela contradição existente entre a base tecnológica sob que se assenta e o tipo de mercado à sua disposição” (p. 76). Todavia, argumenta que essa característica não constitui nenhum impedimento à acumulação e ao crescimento da economia. Para ele, apesar de provocar distorções crescentes, no “plano propriamente produtivo, leva à diferenciação de produtos tendo em vista atender a um mercado ‘sofisticado’. Ou seja, um público consumidor limitado, mas apto a absorver ‘novos produtos’, novas linhas e modelos” (p. 76).

No que tange ao caráter concentrador da industrialização, Cardoso (1978) afirma que em “1970, a maioria dos mais ricos (1% da população) quase dobrou sua fatia [...], passando a possuir quase 20% das riquezas produzidas no país. Enquanto isso, [os] 50 milhões de brasileiros mais pobres viram sua parte na renda nacional diminuir [de aproximadamente 18%] para menos de 15%. [...] Em 1976, a parte que coube à metade mais pobre da população era menor ainda: menos de 12%” (p. 93). Ou seja, o mesmo processo de concentração que se verificou na década de 1960, acentuou-se no decênio seguinte, pois, entre “1970 e 1976, a renda média dos 5% mais ricos aumentou quase 50 vezes mais do que a da metade mais pobre da população” (p. 93). Diante desses fatos, Cardoso (1978) chegou admitir a possibilidade de superexploração da força de trabalho. Sobre isso, escrevera: as “camadas assalariadas no Brasil vêm sendo, digamos, superexploradas em comparação com outras classes. Veja [que] 60% mais ou menos dos assalariados no Brasil recebem até 2 salários mínimos. Então, se quisermos falar seriamente de melhorar a situação do [país], é melhorar a situação dessa gente

que recebe até 2 salários mínimos” (p. 100). Em outra ocasião, afirmou: “[é] preciso mudar essa sociedade, que é basicamente elitista, de superexploração, assimétrica socialmente” (CARDOSO, 1983c, p. 27). Não é demais recordar que essa hipótese foi não somente contestada anteriormente pelo autor, como também chegou a causar alarido em polêmica travada com Marini<sup>127</sup>.

Sob a perspectiva de Furtado (1980) o processo de industrialização instaurado nos países periféricos sob a égide das empresas multinacionais debilitou os Estados nacionais como centros de decisões importantes e abortou a formação de um sistema econômico articulado em função dos interesses nacionais. Além disso, também não conduziu à autonomia tecnológica como se imaginava nem eliminou a dependência externa, como bem exemplifica o caso brasileiro, no qual o desenvolvimento das forças produtivas assumiu a forma de assimilação do progresso tecnológico irradiado nas economias centrais, cuja imitação dos padrões de consumo passou a condicionar os investimentos e o desenvolvimento do país. A propósito disso, assinalou que:

[A] industrialização de substituição de importações tinha como base as atividades industriais preexistentes. Ela constituía certamente um avanço com respeito ao que se havia feito anteriormente, mas não uma mudança qualitativa. As novas atividades orientavam-se pela demanda final, como um edifício que se constrói de cima para baixo. A base do edifício – as indústrias de insumos básicos e de equipamentos – continuava no exterior (p. 127-8).

---

<sup>127</sup> Em “As desventuras da dialética da dependência”, Serra e Cardoso (1978) fazem uma crítica sistemática à tese de Marini sobre a idéia de superexploração do trabalho. Neste estudo, eles afirmam que Marini confunde intercâmbio desigual com deterioração dos termos de troca. Tendo isso em conta, argumentam que o equívoco de Marini estaria em afirmar que a troca desigual contra a periferia leva à deterioração dos termos de intercâmbio e vice-versa. No tocante à questão da superexploração do trabalho, eles criticam Marini por este último descartar a mais-valia relativa como forma de exploração nos países dependentes. Embora eles concordem com a idéia de Marini de que os trabalhadores da periferia não consomem os bens industriais, não obstante, não teria sentido afirmar que o desenvolvimento dos países dependentes estaria bloqueado e que a saída seria aumentar a exploração da classe trabalhadora. A rigor, Cardoso e Serra admitem que embora o capitalismo nos países centrais possa se beneficiar da troca desigual e da superexploração do trabalho na periferia, não parece crível que estes processos sejam fundamentais à reprodução do capital no centro. Em suma, como dizem os próprios autores logo no início do texto, o objetivo que os perseguem resume-se essencialmente em “colocar trancas que fechem as falsas saídas” na análise do capitalismo dependente de Marini. Em resposta a Cardoso, Marini (2000) explica que seu “conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa” (p. 159). A propósito, como o próprio Marini (2000) informa: “[o] que se discute é se as formas de exploração, que se distanciam da que engendra a mais-valia relativa sobre a base de uma maior produtividade, devem ser excluídas da análise teórica do modo de produção capitalista” (p. 160). Em sua opinião o “equívoco de [Serra e] Cardoso está em responder afirmativamente a esta questão, como se as formas superiores da acumulação capitalista implicassem na exclusão de suas formas inferiores e se dessem independente destas” (p. 160). Em seguida, acrescenta que sua preocupação é demonstrar, em primeiro lugar, que a “produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, mas acentua a maior exploração do trabalhador e, [em segundo lugar], que as combinações de formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada” (p. 160).



Assim, tomando por base as idéias de Furtado, pode-se dizer que a industrialização substitutiva longe de constituir um subproduto do nível de acumulação de capital alcançado pelas forças produtivas assumiu a forma de um processo adaptativo em que o papel diretor coube não aos agentes locais, mas a forças estranhas ao sistema brasileiro. Essas forças, por sua vez, definiram o perfil da demanda final, a qual condicionou a orientação dos novos investimentos e a introdução da técnica a ser adotada, cujo coeficiente de capital utilizado era determinado, dentro de certos limites, pela qualidade do produto. Ou seja, a industrialização assumiu a forma de fabricação local de produtos que antes eram importados para atender às necessidades dos grupos de rendas mais elevadas. Destarte, como o poder de captar recursos estava nas mãos do aparelho estatal era de esperar que a evolução das estruturas tendesse a ser influenciada pela orientação dada pelo mesmo na aplicação dos recursos que afluíam às suas mãos. Ou seja, sendo o Estado apropriado por frações dos grupos dominantes era natural que as políticas por ele implementadas tendessem a favorecer os interesses daqueles.

Embora Furtado (1983b) compreendesse o papel imperativo exercido pelo Estado na geração de infra-estrutura e na coordenação dos investimentos em setores básicos da indústria nacional, por outro lado estava plenamente convencido de que sua atuação fora incapaz de introduzir modificações substantivas na estrutura do sistema produtivo no sentido de assegurar modificações no perfil da demanda e gerar emprego em nível satisfatório. A propósito disso escreveu: se em “alguns países subdesenvolvidos o Estado tem conseguido alterar de forma significativa as tendências que indicamos. Contudo, seria difícil desconhecer que o caso geral, pelo menos na América Latina, corresponde a uma ação estatal que não modifica a tendência básica referida, e em alguns casos tende a agravá-la” (p. 182).

Furtado (1980) concorda que a intervenção do Estado na criação de indústrias de base concorreu para fortalecer o desenvolvimento da atividade industrial no Brasil, mas não produziu as modificações qualitativas necessárias para eliminar as características que atuavam na retroalimentação das condições de subdesenvolvimento e dependência externa. Essas características eram basicamente as seguintes: i) dependência em relação à exportação de alguns poucos produtos primários; ii) dependência crescente da tecnologia importada; iii) demanda diversificada em comparação com o nível de acumulação prevalecente, e iv) pouco aproveitamento da capacidade da tecnologia instalada<sup>128</sup>. A atuação conjunta desses fatores engendrou uma contradição entre a diversificação do sistema produtivo e o nível de acumulação requerido para assegurar o processo de desenvolvimento de forma auto-

---

<sup>128</sup> Sobre isso consultar Furtado (1980, p. 131).

sustentada. Em termos simples, isso significa que, se por um lado manteve os níveis de produtividade em baixa, por outro lado concorreu para reduzir a competitividade externa da indústria nacional, ao mesmo tempo em que conservou a estreiteza do mercado, permitindo às empresas multinacionais o controle do mercado, uma vez que as mesmas eram as únicas com capacidade de operar.

A contradição anteriormente apontada resolvia-se mediante a concentração da renda, por um lado, e por outro pela intervenção do Estado solidarizando perdas e concedendo subvenções fiscais e creditícias. No ponto de vista de Furtado (1980), a “ação do Estado pode corrigir certos efeitos dessa tendência estrutural, mas não modifica o quadro de base, no qual se integram dois traços característicos da industrialização periférica: a primazia da tecnologia do produto e a subutilização da capacidade produtiva, ou deseconomias de escala” (p. 132). Em decorrência desses condicionamentos, as corporações estrangeiras – posteriormente chamadas de transnacionais – puderam assumir o comando do processo de industrialização das economias periféricas, dentre estas, a brasileira em particular, as quais evoluíram como caudatárias das modificações estruturais ocorridas na economia mundial, cuja conseqüência mais penetrante foi o reforço da condição de dependência em relação aos centros do capitalismo.

Para Furtado (1983b), o fator determinante do nível de investimento na economia subdesenvolvida foi a transplantação dos padrões de consumo dos países cêntricos em favor de uma minoria. Por outro lado, à medida que se intensificou a penetração do progresso tecnológico e a diversificação do consumo dos países dominantes, mais se acelerou a tendência do desenvolvimento dependente e com ele o agravamento da heterogeneidade estrutural dos subsistemas periféricos. O agravante deste processo reside em que: a necessidade de aumentar o coeficiente de capital para fazer frente ao setor que produzia para atender o consumo das minorias integradas ao estilo imitativo tornou impraticável a difusão das inovações técnicas nos setores da economia dependente que produziam para o conjunto da população. A propósito disso, nosso autor afirmou que o “controle do progresso tecnológico e a possibilidade de impor padrões de consumo, da parte de certas economias, pass[ou] a condicionar a estruturação do aparelho produtivo de outras, as quais se tornaram dependentes” (p. 183). Em seguida, complementa: o “aparelho produtivo, que satisfaz às necessidades da minoria rica do subsistema dependente, longe de constituir um prolongamento do aparelho produtivo tradicional, ou uma transformação deste, instala-se para satisfazer às necessidades de uma clientela que antes se abastecia de importações” (p. 183).

A mesma conclusão a que Furtado chegara ao final da década de 1970 foi subscrita por Cardoso (1983a) nos seguintes termos: “o processo de integração dos mercados nacionais – processo que operou como principal motor do forte crescimento do período 1948-1973 – não conduziu propriamente à formação de um sistema econômico global e sim a um conjunto de grandes subsistemas, cujas relações mútuas esta[vam] longe de ser simétricas” (p. 13). Em complemento a esse raciocínio, ele reitera que a integração dos mercados, ao mesmo tempo em que propiciou uma aceleração do progresso tecnológico, por outro lado contribuiu para “abrir novas avenidas à concentração do capital” (p. 14). Em adição, acrescenta que a rápida integração dos mercados fez-se acompanhar de um processo de endividamento descomunal dos países do Terceiro Mundo, seja para fazer frente aos problemas derivados de desequilíbrios nos balanços de pagamentos seja para financiar investimentos de grande porte, cujo caso brasileiro é o exemplo mais conspícuo. Com isso, concluiu que a política praticada no Brasil elevou o grau de incerteza com respeito ao futuro do país, o qual chegava a ultrapassar a cota de tolerância, aprofundando ainda mais a dependência que os afligia.

Igualmente a Furtado, Cardoso reconhecia que nas duas décadas que se sucederam ao pós-guerra a economia brasileira experimentou um período de crescimento econômico excepcional, o qual foi induzido basicamente por dois fatores: o investimento estatal e o capital estrangeiro. Nesse ínterim, a empresa nacional, asfixiada pelos dois pólos dinâmicos, deixou de ser vista como agente de transformação da economia e passou a desempenhar um papel complementar ou marginal.

Cardoso (1985) também admite como certo que “os impulsos de crescimento não [foram] suficientes nem para gerar emprego para a população, que continuava a crescer a taxas próprias de países menos desenvolvidos, nem para que a acumulação dispensasse as injeções de capital estrangeiro, primeiro de risco, depois de empréstimo” (p. 79). A explicação para esse aparente paradoxo residia no fato de o investimento ter se baseado na grande empresa e na utilização de tecnologia poupadora de mão-de-obra e intensiva em capital.

No tocante à questão da empresa nacional, Furtado (1980) argumenta que a sua sobrevivência dependia não apenas do apoio financeiro do Estado, mas fundamentalmente do tipo de vinculação que esta estabelecia com as empresas multinacionais, as quais detinham a dianteira do progresso tecnológico e o monopólio das fontes de créditos, cujo acesso era dificultoso e não se daria de forma gratuita. Em seu modo de ver, “as vinculações com as transnacionais se impõem de uma ou outra forma” (p. 134). Nesse particular, convém ressaltar que Furtado não está afirmando que o acesso dos países periféricos à nova tecnologia tornou-se mais difícil. A diferença consiste em que, nessa nova fase, a instalação de uma empresa

multinacional em um país subdesenvolvido assumia a forma de abertura de uma filial internacional, cujo controle da técnica e o centro de decisão estavam na matriz localizada no exterior.

Foi graças a essas circunstâncias que a penetração do capital estrangeiro se acelerou a partir da década de 1950 nas economias periféricas, notadamente no Brasil. Todavia, isso não significa que a economia tenha se desnacionalizado ou que os empresários nacionais tenham desaparecido. Formalmente permaneceram como empresários nacionais, mas inseridos em um contexto internacional e dele dependentes, sobretudo no que tange à tecnologia requerida e às fontes de financiamentos. Também não quer dizer que tenham se associado diretamente. A rigor, até pelo menos fins dos anos 1980, na maior parte das vezes não ocorreu associação propriamente dita, mas divisão de mercado, em que o capital estrangeiro ficou principalmente com o setor de bens de consumo duráveis e de bens de capital, sendo este último em parceria com o capital nacional; já indústria de bens de consumo leve e de construção civil ficou com o capital privado nacional; e no setor de infra-estrutura predominou basicamente o capital estatal<sup>129</sup>. Por essa razão, Cardoso (1983c) escreveu: “o padrão de desenvolvimento industrial é dado pela [empresa] multinacional. E o que é padrão de desenvolvimento industrial? A tecnologia que vai ser usada, o tipo de produto que vai ser produzido, o tipo de consumo que é inflado [...]. Isso é que é o miolo da questão” (p. 53). Com isso, conclui: “[a] grande forma de dependência agora é tecnológica e financeira. É isso que amarra a economia local à internacional” (p. 53).

Em aquiescência aos termos utilizados anteriormente por Cardoso, Furtado (1983b) asseverou: “[o] que caracteriza essa nova economia internacional é o controle, por grupos sediados nos subsistemas dominantes da difusão de novas técnicas, ou seja, de novos produtos e de novos processos produtivos” (p. 185). Em face das condições impostas pela estrutura do sistema global, o acesso às novas tecnologias constituía uma pré-condição necessária ao desenvolvimento, entendido este como a realização das aspirações das classes dominantes. Com isso, Furtado aludia que nas economias subdesenvolvidas o avanço do desenvolvimento tendia a tornar mais denso os vínculos com a economia mundial, sobretudo em se tratando de países em que o desenvolvimento estava ligado à expansão das atividades de empresas multinacionais, cujo centro de decisão localizava-se fora do sistema em questão.

A suposição de Furtado (1983b) pode ser resumida do seguinte modo: tendo em conta que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos envolvia a adoção de novas formas

---

<sup>129</sup> Neste trabalho não temos a pretensão de adentrar nessa discussão. A esse respeito, consultar Miranda e Tavares (1999).

de consumo praticadas nos países centrais, era de esperar que esses estilos de vidas estivessem impregnados de um novo tipo de vínculo internacional, o qual abrangia desde a importação de produtos até o pagamento de royalties, patentes e dividendos. Com o que conclui que o desenvolvimento dos países periféricos refletia mais uma transformação estrutural do sistema capitalista, cujo sentido era produzir um aprofundamento da situação de dependência das economias subdesenvolvidas. Em seu raciocínio, tratava-se, “portanto, de uma evolução do próprio processo de dependência” (p. 185). Em outra ocasião, afirmou: “[se] “a dependência externa ganhou profundidade, enraizando-se no sistema produtivo exatamente no momento em que este se voltava para o mercado interno, foi em razão do estilo de desenvolvimento” importado” (FURTADO, 1980, p. 133).

Visto dessa perspectiva, o desenvolvimento das economias dependentes assumiu a forma de uma participação crescente no sistema internacional das grandes empresas que detinham o controle das técnicas e dos conhecimentos mais modernos. O monopólio da difusão tecnológica ao lado do poder financeiro permitiu às grandes corporações avantajarem-se crescentemente do desenvolvimento das atividades econômicas dos sistemas periféricos. No dizer de Furtado (1983b), “na economia subdesenvolvida em fase avançada de industrialização, a grande empresa internacional desempenha o papel de elemento dinamizador, pois ela constitui a correia de transmissão dos novos produtos sem os quais não se diversificaria o consumo dos grupos dominantes” (p. 186). Diante disso, sentencia que “o desenvolvimento dependente implica a criação de vínculos com as grandes empresas que engendram a necessidade desses produtos e mantêm o controle das técnicas requeridas para produzi-los” (p. 186).

Dessa forma, contrastando com as expectativas iniciais de Cardoso e de Furtado, a atuação combinada do Estado com o capital estrangeiro operou no sentido de reforçar a tendência descrita nos parágrafos anteriores, ou seja, reproduzindo as manchas de desigualdades e reforçando a tendência do desenvolvimento mimético. A esse respeito, eis o que diz Furtado (1980): “não imaginemos que a ação do Estado faz-se em contradição com a modernização, ou se apresenta como uma opção a ela. A verdade é que o Estado intervém para ampliar as avenidas de uma industrialização que tende a perder fôlego quando apoiada apenas na modernização” dos padrões de consumo (p. 139).

No que tange ao papel desempenhado pelos investimentos externos, Furtado (1991) afirmou que a rápida industrialização promovida pelos consórcios internacionais traduziu-se em intensa concentração da renda, a qual era utilizada não para elevar a taxa de poupança, mas para financiar os gastos em consumo das minorias que tentavam copiar os estilos de vida

dos países desenvolvidos. Tratava-se, a rigor, de um processo que favorecia mutuamente “os interesses das firmas multinacionais, que se empenhavam em reproduzir nos países pobres os padrões de consumo dos países ricos, e os das minorias privilegiadas, que se arvora[vam] em intérpretes dos interesses nacionais” (p. 213). O fator agravante é que “tudo isso foi feito com a supervisão técnica e o controle financeiro das empresas multinacionais” (p. 212).

Nessa mesma perspectiva, Cardoso (1995a) expõe: “[n]os anos 1960, tínhamos uma crença, ainda forte, na capacidade que o Estado tinha de moldar o progresso. Era promotor, estimulador e, acima de tudo, uma força potencialmente autônoma. Para muitos teóricos da dependência, a solução só viria através da exacerbação das atribuições do Estado” (p. 152). Depois, justifica que houve uma modificação radical nessa visão. A propósito, salienta que nos “anos [19]80, a identidade positiva Estado-desenvolvimento se dilui e o Estado passa a ser visto quase como um obstáculo ao progresso. Não é só a ideologia neoliberal que ganha uma hegemonia temporária. Mais do que isso, é a própria falência material do Estado, tanto em países ricos, quanto pobres, que leva a um esforço de reforma que não pode ser modelado ideologicamente” (p. 152).

A rigor, essa mudança de posição não significa que Furtado e Cardoso condenem a intervenção estatal em si, mas a forma privatista como se interpôs o poder central. Eles admitem que em decorrência de pressões sociais de grupos organizados, os resultados das iniciativas do Estado foram desviados de seu curso inicial. Isso, com efeito, fez com que nossos autores passassem a defender uma ampla reforma do Estado, no sentido de torná-lo mais eficaz e de fazer com que a coletividade participasse mais diretamente das decisões tomadas pela autoridade governamental e delas pudesse tirar partido<sup>130</sup>.

Em razão do que se expôs acima, Furtado salientava que o Estado teria de exercer uma atuação muito mais abrangente para permitir uma descentralização da riqueza e da renda gerada em favor do conjunto da população. Para isso, defendia a necessidade de reformar o aparelho estatal, no sentido de torná-lo mais eficiente e fazer com que suas ações não se limitassem aos interesses corporativos de determinados grupos, à expensas do aumento da miséria da grande maioria da população. Por outro lado, a transplantação do progresso tecnológico deveria ser condicionada a metas pré-estabelecidas de desempenho econômico e vinculadas a objetivos de natureza social explícitos. Apesar de Furtado não ter avançado na discussão sobre a viabilidade de suas propostas referentes à subordinação das empresas multinacionais a critérios sociais e efetivo ajustamento do processo de inovação tecnológica

---

<sup>130</sup> Queremos ressaltar que neste trabalho não temos a pretensão de discutir as idéias de Furtado e Cardoso referentes à reforma do Estado.

com as particularidades e necessidades da economia brasileira, ele indicou algumas diretrizes que não podem ser de todo ignoradas.

Relativamente à transplantação do progresso tecnológico, Furtado (1983b) destacou as seguintes prioridades: i) apropriação pelo Estado de parte substancial dos lucros das empresas multinacionais e/ou a estatização das filiais; ii) subordinação das grandes empresas a diretrizes de política econômica nacional e efetiva integração dos frutos das inovações tecnológicas; iii) previsão e controle das conseqüências sociais da introdução do progresso tecnológico e adequação das técnicas utilizadas em função de objetivos sociais explícitos; e iv) estabelecimento de uma política de controle da comercialização internacional dos produtos primários exportados pelos países subdesenvolvidos.

A rigor, o que Furtado (1983a) tem em mente com as diretrizes acima é chamar a atenção para a necessidade de uma tomada de consciência da dimensão do subdesenvolvimento, cuja superação requer a reconstrução dos centros internos de decisões e de recomposição da autonomia nacional dos países subdesenvolvidos, sem a qual o desenvolvimento econômico, social e humano não passará de um devaneio<sup>131</sup>. Em suas palavras: a “necessidade que têm os países periféricos de conservar uma certa autonomia de decisão é, por conseguinte, maior do que nunca” (p. 131). Mais adiante, estabeleceu: “[t]emos que interrogar-nos se os povos da periferia vão desempenhar um papel central na construção da própria história, ou se permanecerão como espectadores enquanto o processo de transnacionalização define o lugar que a cada um cabe ocupar na imensa engrenagem que promete ser a economia globalizada” do século XXI (p. 132).

Posteriormente, Furtado (2002a) voltou a afirmar: “temos de reconhecer que a orientação dos investimentos não pode subordinar-se à racionalidade das empresas transnacionais” (p. 40). Mais à frente, estabeleceu: “[o] Brasil é um país marcado por profundas disparidades sociais superpostas a desigualdades regionais de níveis de desenvolvimento, portanto frágil em um mundo dominado por empresas transnacionais que tiram partido dessas desigualdades” (p. 42).

Convém sublinhar que a idéia de Furtado (1999c) não é criar obstáculos à entrada de empresas transnacionais, mesmo por que elas são consideradas essenciais para o país, mas estabelecer critérios à sua penetração no sentido de subordiná-las umbilicalmente a um plano de desenvolvimento nacional e não apenas para atender interesses dos grupos internacionais.

---

<sup>131</sup> Essas idéias foram retomadas nos trabalhos que Furtado escreveu a partir dos anos 1990. Todavia, não pretendemos aprofundar essa discussão uma vez que esse período extravasa os limites deste trabalho. Sobre isso consultar os seguintes estudos: Furtado (1992a, 1994, 1998, 1999c, 2002a, 2003b e 2004b).

Em suas próprias palavras: “[n]ão se trata de restringir arbitrariamente a ação das empresas transnacionais, e sim de orientá-las no sentido de dar prioridade ao mercado nacional e à criação de empregos” (p. 37). Do seu ponto de vista, “[f]avorecer as tecnologias de ponta pode ser racional se o objetivo é abrir espaço no mercado externo. Mas se o objetivo principal é alcançar o bem-estar social, não tem fundamento investir em técnicas intensivas em capital e poupadoras de mão-de-obra, como se vem fazendo [...] no Brasil” (p. 37).

Na visão de Furtado, as empresas transnacionais têm uma lógica própria que ignora a racionalidade de cada país e seu objetivo principal é maximizar vantagens derivadas de economias de escala atravessando fronteiras sem a criação de vínculos. Por isso, sua conclusão é de que o crescimento econômico sob o controle exclusivo dessas empresas, além de ofuscar o avanço das firmas nacionais e debilitar a capacidade de autonomia dos Estados, conduz inevitavelmente à concentração da renda em benefício dos países mais desenvolvidos e dos grupos a eles associados. Nesse particular, é oportuno reproduzir sua última mensagem escrita às vésperas de seu falecimento, a qual foi publicada no *Jornal do Brasil* no início de novembro de 2004, cujo título “Para onde caminhamos?” não deixa de ser sugestivo. A propósito, expôs: “apelar imoderadamente para os investimentos externos é aumentar de forma considerável a nossa dívida; da mesma maneira, promover o crescimento sem critérios sociais tende a agravar fortemente a concentração da renda” (FURTADO, 2004b, p. 165).

Em relação a Cardoso, é oportuno ressaltar que a despeito desse autor não ter dedicado atenção em seus estudos com respeito à subordinação dos investimentos estrangeiros a critérios de política de desenvolvimento nacional e controle social da transplantação do progresso técnico irradiado nos países avançados para as áreas subdesenvolvidas, em dois de seus livros de entrevistas, concedidas entre fins da década de 1970 e início dos anos 1980, ele demonstra alguma preocupação com a estrutura de produção instalada no Brasil a partir de meado do século XX. A propósito disso, afirmou que quando se tomou a decisão de implantar a indústria automobilística no país, na década de 1950, houve pouca discussão sobre suas conseqüências. Em suas palavras, “o automóvel parecia o símbolo da modernização. Mas teve várias conseqüências, pois influi[u] na política de estradas, na política energética, na poluição, etc” (CARDOSO, 1978, p. 23).

A concepção de Cardoso (1978) é que, no caso brasileiro, o perfil do consumo foi dado pelas decisões de produção tomadas nas matrizes das empresas multinacionais. Tendo isso em conta, afirmou: “é preciso não aceitar automaticamente qualquer nova forma de investimento, só porque dá emprego. A sociedade que teremos daqui a vinte anos dependerá das decisões que tomarmos agora. Mas as coisas aqui não são debatidas: vem tudo em *pacote*,



como antes vinha tudo sob a forma de *impactos*” (p. 24). Diante disso, mais à frente asseverou: “[n]uma sociedade pouco democratizada e cheia de traços elitistas como a nossa eu não vejo muita possibilidade de passar do pior para o melhor dos mundos” (p. 24).

Posteriormente, em outra entrevista, Cardoso (1983c) levantou a possibilidade de controle da penetração da tecnologia estrangeira. A esse respeito, argüiu: “[s]erá que não podíamos pensar um pouco mais, que esse tipo de industrialização às avessas tem de ser controlado?” (p. 55). Mais à frente, asseverou: “[se] não tem uma ideologia que diga: bem, minha gente, isto é um país que tem que ser construído não só para os ricos. Será que não é o momento de levantar os grandes temas, como o da guerra à pobreza? Mas essa guerra não pode ser feita sob esse modelo. Industrialização sim é importantíssimo, mas não dá para industrializar dessa maneira” (p. 55). A seguir completou: “[os] militares compraram esse modelo sem saber o que compravam, ao invés de ver que eles podiam fazer outro tipo de política, que realmente servisse à Nação” (p. 56). Sobre esse ponto, Furtado (1981b) subscreveu que no Brasil havia consenso entre os próprios setores dominantes de que “o estilo de desenvolvimento que se impôs com a industrialização produziu desigualdades sociais que se traduz[iram] num fosso cada vez mais profundo entre uma minoria privilegiada e uma considerável massa rural e urbana” (p. 58). Da mesma forma, também se reconhecia que “o regime autoritário implantado em 1964 agravou essa tendência à polarização social” (p. 58).

Ao caracterizar a sociedade que se formara no Brasil ao longo das três décadas de avançado crescimento industrial do pós-guerra, Cardoso deixa claro que seus pontos de vistas estavam em absoluta simetria com as opiniões de Furtado, particularmente no que tange às deformações deixadas pelo desenvolvimento capitalista. Nesse particular, escrevera que “apesar de ‘parecida’ com as sociedades desenvolvidas [quando se olha o seu núcleo dinâmico], na sociedade brasileira o desenvolvimento do capitalismo não está tendendo à homogeneização social (mesmo com as diferenças ‘normais’ de tal sistema) nem assegura, por sua dinâmica, forças capazes de reduzir a pobreza e eliminar as desigualdades fundamentais” (CARDOSO, 1985, p. 92).

À semelhança de Furtado, Cardoso (1985) concorda claramente que o Brasil passou por um grau de modernidade jamais alcançado por outros países similares do Terceiro Mundo. Não obstante, reconhece também que “faltou na evolução da sociedade brasileira o que houve, por exemplo, na sociedade americana”, na qual as transformações econômicas fizeram-se acompanhar de uma ruptura com as estruturas atrasadas. Segundo afirma, no Brasil, “as evoluções políticas e econômicas fizeram-se com menos rupturas”, isto é, conservando parte da heterogeneidade estrutural herdada do passado colonial (p. 92). Com

isso, finaliza dizendo que “[p]agamos [...] o preço da manutenção de antigos privilégios, temos uma revolução democrática incompleta” (p. 92). Essa era também a opinião manifestada por Furtado (1981b), para quem a “evolução das estruturas sociais, refletida na concentração da renda, denunciava aspectos ainda mais negativos da orientação tomada pelo desenvolvimento” (p. 42).

### **4.3 Observações finais**

Conforme indicamos no início deste capítulo, nosso propósito era estabelecer uma comparação entre as idéias de Furtado e de Cardoso sobre a importância e necessidade do apoio do Estado e do capital estrangeiro para dar dinamismo ao processo de desenvolvimento da economia brasileira, entre 1950 e 1990. A idéia central era demonstrar que inicialmente eles confiavam ao Estado um papel determinante na transformação das estruturas atrasadas e, inclusive, como agente estimulador do desenvolvimento, a despeito de que depois mudaram de idéia e passaram a criticar a atuação governamental. Em outros termos, a visão de nossos autores resumia-se no seguinte: diante da ausência de uma burguesia hegemônica e consciente de seu papel na sociedade, além da enorme dificuldade de acesso às fontes de recursos financeiros e tecnológicos, o Estado teria de cumprir uma ação ativa para estimular o processo de acumulação de capital, funções essas que em condições normais teriam de ser executadas pelos empresários capitalistas.

Relativamente ao capital estrangeiro, constatamos que até a metade da década de 1960, Furtado e Cardoso defenderam simultaneamente sua colaboração para impulsionar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, notadamente do Brasil, em face da deficiência organizacional dos grupos industriais, do baixo nível de acumulação de capital das forças produtivas e da insuficiência da poupança local. Todavia, após a tomada do poder pelos militares em 1964, apesar de continuar admitindo a participação estrangeira Furtado passou a criticar a presença do capital externo sem uma política prévia de controle seletivo dos investimentos e da penetração do progresso tecnológico irradiados nos países centrais. Essas críticas baseavam-se no fato de os investimentos estrangeiros, em vez de eliminar as distorções sociais que tanto afligiam a sociedade brasileira, concorreram para agravá-las ainda mais, inclusive com a anuência do poder governamental, cuja atuação contribuiu para aprofundar as amarras do subdesenvolvimento e da dependência externa.

Tendo em conta o quadro econômico que se descortinou no Brasil nos anos 1960, com a internacionalização da economia e a tutela da comunidade financeira internacional, ao

que se seguiu um modelo político de desenvolvimento com endividamento externo crescente na década de 1970, Furtado (1992a) passou a alertar para a gravidade das novas tendências do capitalismo, as quais viriam debilitar os sistemas econômicos nacionais. A propósito disso escreveu: “[em] um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilidade do país como projeto nacional” (p. 35).

Na perspectiva de Furtado (1987), o processo de internacionalização dos mercados sob a tutela política e militar dos Estados Unidos permitiu que se intensificasse a concentração do poder econômico e financeiro nas mãos das empresas daquele país, o que resultou na formação de centros de ação transnacional com crescente autonomia em relação aos Estados nacionais da periferia. Em suas palavras, “as atividades econômicas se foram internacionalizando em seus segmentos mais dinâmicos o que se traduziu em declínio da capacidade dos Estados nacionais para coordená-las” (p. 265). Com isso, concluiu que a crescente autonomia das empresas transnacionais *vis-à-vis* o enfraquecimento dos Estados nacionais engendrou um quadro de grandes incertezas com respeito ao futuro do país.

Conclusão análoga à de Furtado, foi apresentada por Cardoso (1993b) em um adendo à segunda edição de seu livro *As idéias e seu lugar*, no qual exibiu um quadro bastante melancólico dos resultados das políticas executadas pelos países latino-americanos nos anos 1970 e 1980. A esse respeito, eis o que afirmou: “[e]nquanto o mundo se defronta com as alternativas trazidas pela globalização da economia, a América Latina, a partir da década de [19]80, se debate com a estagnação econômica, a dívida externa e a inflação” (p. 236). Referindo-se ao esforço de industrialização empreendido por alguns países da região nos anos 1970, ele assinala que à “época acreditava-se que os fundamentos para a entrada da América Latina na ‘modernidade’ seria a aliança entre capitais locais, Estado e empresas multinacionais” (p. 237). Em seguida, acrescenta: “[é] até possível que essa estratégia de crescimento econômico fosse a mais adequada para assegurar que o ‘novo capitalismo’ não se asfixiasse no corporativismo estatal, no protecionismo e na idéia de manter as economias em condições de produção autárquica. Mas a realidade que dela resultou foi uma pesada dívida externa” (p. 237). Diante disso, asseverou: “o crescimento industrial latino-americano seguiu o caminho oposto do que caracterizou o amálgama novo do capitalismo contemporâneo. [...] Só mesmo na comparação com a África é que a América Latina se sai melhor” (p. 237-8).

A rigor, Cardoso (1993b) deixa transparecer certa desventura com o processo de industrialização latino-americano. As suas palavras parecem refletir claramente esse sentimento, sobretudo na passagem que diz: “[a] própria perspectiva de ‘desenvolvimento econômico’ adotada manteve, no essencial, a visão ‘rostowiana’ das etapas de crescimento e a América Latina não se envergonhou – nos seus círculos oficiais – até mesmo de proclamar ‘bendita poluição’ quando se tratava de atrair as ‘indústrias sujas’ do Primeiro Mundo” (p. 238). Na seqüência, arremata: diante de “tal falta de perspectiva, não é de estranhar que a ‘alternativa’ para competir que mais prosperou nas últimas décadas tenha sido a tradicional: potencializar as vantagens comparativas oferecidas por recursos naturais que se acreditavam abundantes e a utilização de mão-de-obra barata” (p. 238). Em seu ponto de vista, isso só poderia resultar em conseqüências trágicas. Para sair desse dilema, enfatizava a necessidade premente de reformar o aparelho estatal. A propósito, determinou que o grande desafio a ser enfrentado pelo Brasil consistia no seguinte: “a inserção do [país] no sistema produtivo internacional, para servir os interesses nacionais e populares, requer um Estado reformado, capaz de abrir-se eficazmente às pressões e aos interesses da população, especialmente da maioria de pobres que vivem uma cidadania incompleta” (CARDOSO, 1995b, p. 178). Simplificando, em seu modo de ver, diante da ineficiência do Estado, o país estaria condenado à inviabilidade de um projeto de desenvolvimento nacional<sup>132</sup>.

Do ponto de vista de Furtado, ao debilitar a capacidade de o Estado controlar os agentes econômicos, intensificar o mimetismo cultural e enfraquecer a correlação de forças do trabalho em relação ao capital, a transnacionalização econômica enfraquecia as bases dos centros internos de decisão, cujo resultado mais patente era representado pelo aumento da distância entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para ele, as atividades das empresas transnacionais engendravam problemas de regulação que escapavam à capacidade operativa dos já combalidos sistemas nacionais de decisão dos países subdesenvolvidos, nos quais a perda de autonomia do Estado frente ao fortalecimento das grandes companhias criava com freqüência situações conflitantes com os objetivos da política nacional. Daí, a necessidade de reformar o Estado no sentido de aumentar sua capacidade de financiamento e equipá-lo com instrumentos eficazes de comando para impor maior disciplina aos fluxos monetários e financeiros.

---

<sup>132</sup> Em trabalhos posteriores Cardoso (1996, 1998) aprofundou suas propostas de reforma do Estado. No entanto, nesta tese limitamo-nos a um período bem específico que não compreende os anos 1990. Ademais, o tema referente à reforma do Estado excede os objetivos deste trabalho.

Destarte, o que se pode reter da análise de Furtado é que há uma luta constante para preservar a identidade nacional, sem a qual o desenvolvimento não terá qualquer viabilidade diante dessa aventura sem prumo do processo civilizatório. Em síntese, o modelo esboçado por Furtado para compreender o subdesenvolvimento e encontrar uma saída para interromper essa trajetória perversa da economia brasileira baseia-se na idéia de que é simplesmente inconcebível pensar em desenvolvimento diante da situação de dependência.

Quanto a Cardoso, a despeito de esse autor entender a necessidade de uma participação mais ativa do capital estrangeiro, a quem circunscrevia a responsabilidade pelo desenvolvimento brasileiro, em face dos desarranjos da burguesia nacional e dos condicionamentos impostos pelo sistema mundial, fica bastante claro que os seus pontos de vistas tendem para as mesmas conclusões de Furtado. Embora seja desnecessário fazer repise ocioso, convém reproduzir o que Cardoso (1995a) escrevera a esse respeito. Assim, vejamos: “as experiências autoritárias na América Latina mostraram também o descompasso entre o crescimento e a equidade. Os padrões de distribuição de renda se deterioraram em alguns casos. Ficou patente que as políticas de desenvolvimento devem ser estruturadas por valores que não são apenas os da dinâmica econômica” (p. 151).

Em meado dos anos 1990, Cardoso (1995a) resumiu sua tese nos seguintes termos: “imaginávamos que a dependência fosse um fator homogeneizador das possibilidades dos países em desenvolvimento para sair de uma condição de pobreza. Haveria [...] diferenças nas possibilidades de crescimento basicamente em função do controle do processo de acumulação de capital. Mas, em sua essência, os capitalismo central e periférico se afastaram” (p. 151). Com isso, concluiu: “[m]esmo que um país periférico crescesse – e o meu livro [com Faletto] foi controvertido porque admitia a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento –, o faria de forma distorcida. Era como se condição periférica se tornasse fatal, um destino de injustiça” (p. 151).

## 5 Conclusões

Nesta tese apresentamos o argumento de que existem muitos pontos de convergências entre as idéias de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso, a despeito de suas diferenças de formações e de enfoques metodológicos e epistemológicos. Defendemos que existe muita similaridade entre os dois autores com respeito à hipótese de que o processo de industrialização substitutivo de importações levado a cabo no Brasil nos anos 1950 constituía um instrumento importante para ensejar a superação das estruturas atrasadas e engendrar um modelo de desenvolvimento econômico em bases nacionais, cuja dinâmica repousava na evolução do mercado interno. Essa empatia compreende vários outros aspectos, como a crítica ao malogro do modelo idealizado pela Cepal e a subsequente tendência à acomodação da economia brasileira na economia mundial, nos anos 1960-70, assim como em relação ao papel do Estado e do capital estrangeiro.

Vimos que o crescimento industrial do pós-guerra (de quase 9% em média ao ano, entre 1949 e 1964) gerou um sentimento de entusiasmo em nossos personagens com relação à idéia de que a industrialização viesse a provocar transformações estruturais qualitativas na economia brasileira a ponto de romper com a situação de subdesenvolvimento e direcionar o país no rumo do desenvolvimento auto-sustentado. As expectativas dessas transformações baseavam-se na convicção dos efeitos germinativos que a difusão do progresso tecnológico seria capaz de gerar e na internalização dos centros de tomadas de decisões, cujo deslocamento para a esfera local dava mais autonomia aos grupos dirigentes na condução do processo de desenvolvimento.

Todavia, a partir dos anos 1960, teve início uma forte desaceleração da atividade econômica, cuja taxa média de crescimento do PIB declinou da ordem de 7% ao ano, entre 1956 e 1961, para 2,6%, entre 1962 e 1966. Além disso, o setor industrial, principal responsável pelo crescimento, teve sua taxa reduzida de uma média de 11% ao ano no período 1955-61, para 1,8% entre 1962 e 1966. A consequência imediata dessa retração econômica foi o aumento do desemprego e a regressão da massa salarial. A esse quadro econômico adverso veio adicionar-se um ambiente político completamente hostil, com ameaças de convulsões políticas, cujo resultado foi a tomada do poder pelos militares. Com isso, se desfez o cenário auspicioso e começou uma nova fase no desenvolvimento da economia brasileira na qual se privilegiaram as grandes empresas mais intensivas em componentes tecnológicos e poupadoras de mão-de-obra, principalmente aquelas que eram controladas pelo capital

estrangeiro às expensas do sufocamento das empresas nacionais, do aumento da concentração da renda em benefício dos grupos mais ricos e do crescimento das distorções sociais.

Constatamos ainda a confluência entre os autores relativamente à crítica ao fracasso das expectativas imputadas aos supostos efeitos disseminadores do processo de industrialização substitutivo de importações, particularmente em relação aos poucos resultados em termos de geração de emprego e redução das desigualdades econômicas e com respeito à mudança de sentido do desenvolvimento nos anos 1960. Do ângulo de nossas observações, verificamos também que os autores perceberam claramente a incapacidade e heterogeneidade dos grupos empresariais no sentido de colocarem-se à frente do processo e assumirem o comando da industrialização, com o que concluem pela inviabilidade do desenvolvimento nacional e pela necessidade de intercessão do capital estrangeiro, cuja cooperação seria imprescindível para impulsionar a acumulação de capital.

Paralelamente ao malogro do processo de industrialização ocorreu uma mudança de comportamento de parte do empresariado brasileiro e de segmentos da burocracia civil e militar, os quais antes se mostravam adeptos do ideário desenvolvimentista. Dito de outra forma, setores importantes do empresariado nacional, das forças armadas e da sociedade civil que haviam apoiado o projeto nacionalista nos anos 1950 passaram a conspirar com grupos estrangeiros e a contrapor-se ao governo e aos segmentos que lhe davam sustentação. Diante disso, Furtado e Cardoso perceberam que o plano nacional-desenvolvimentista tornara-se insustentável em face da hostilidade dos agentes sociais e da falta de hegemonia dos grupos empresariais na direção do processo de desenvolvimento, cuja tendência evoluiu em sentido contrário àquele imaginado antes. Ou seja, a *débâcle* do desenvolvimentismo viera a demonstrar que o processo de industrialização por si só não era suficiente para eliminar a pobreza nem para superar as amarras do subdesenvolvimento e da dependência externa.

Diante do esgotamento do paradigma de desenvolvimento nacional, as perspectivas de remoção das estruturas atrasadas da economia brasileira se desvaneceram e nossos autores começaram uma nova linha de investigação no sentido de procurar compreender os obstáculos estruturais que impediam o avanço da industrialização nas economias periféricas. Dessa investigação surgiram várias críticas e reparos ao ideário industrial-desenvolvimentista, com o que se engendrou a “teoria da dependência”. Segundo esta última, a razão principal pela qual industrialização não havia levado à autonomia de decisões encontrava-se no fato de ela ter sido controlada por empresas multinacionais, cujas diretrizes eram tomadas em suas matrizes localizadas nos países centrais independentemente dos países periféricos onde se instalavam. Por outro lado, também não propiciou os resultados esperados em termos de geração de

emprego e renda porque era poupadora de mão-de-obra e capital-intensiva. Ademais, o objetivo principal dessas empresas era acumular capital, e este, em face da natureza intrínseca ao sistema capitalista coexistia com a utilização de formas de exploração, exclusão social e reprodução de desigualdades, mormente nas economias periféricas que tentavam percorrer de um modo diverso etapas já alcançadas pelas nações industrializadas. Não obstante, Furtado e Cardoso passaram a aceitar a hipótese de que o capital estrangeiro poderia em certas circunstância colaborar para o desenvolvimento brasileiro.

Tanto na perspectiva de Furtado como na de Cardoso, as relações econômicas que haviam se estabelecido entre os países centrais e os periféricos engendraram uma situação de dependência destes últimos, cuja dinâmica do desenvolvimento estava subordinada às economias avançadas, as quais impunham condições ao crescimento e transformação daquelas. Em face desses condicionamentos, os autores concluem que a materialização do desenvolvimento das nações subdesenvolvidas só teria sentido com a colaboração das economias mais adiantadas e com a conveniência dos capitais financeiros internacionais.

Por outro lado, em decorrência da nova divisão internacional do trabalho liderada pelos Estados Unidos no pós-guerra e da penetração indiscriminada de suas empresas nas economias latino-americanas, notadamente na brasileira, com predomínio nos setores de mais alta produtividade, nossos autores deduzem que a autonomia do país havia se reduzido demasiadamente. Isto significa que a dependência caracteriza o *modus operandi* do capitalismo na periferia, ou seja, a dependência constitui uma forma particular do desenvolvimento do capitalismo em certas economias periféricas como a brasileira. Essa constatação é comum aos dois autores.

Verificamos que apesar dessa confluência quanto à percepção da dependência externa da economia brasileira, existem divergências entre nossos autores, particularmente com relação às alternativas abertas pela associação de capitais e pela penetração das tecnologias estrangeiras, sem uma política seletiva de controle dos investimentos voltada para as necessidades do país e atrelada às especificidades da economia brasileira. Se, para Cardoso, a dependência faculta a industrialização do Brasil, em virtude da falta de uma burguesia industrial capaz de consolidar uma revolução burguesa, da escassez de poupança interna e da dificuldade de acesso à tecnologia moderna, para Furtado, a dependência tende a aprofundar o subdesenvolvimento com o que se impede a materialização do desenvolvimento.

A despeito de Cardoso concordar com Furtado com respeito à hipótese de que a entrada do capital estrangeiro concorria para aprofundar a condição subalterna das economias periféricas relativamente às centrais, contrapunha que seu ingresso gerava modificações



importantes na estrutura produtiva do sistema e melhorava o nível de vida da população, porém, não de forma homogênea nem sem exploração e exclusão social. Por outro lado, ressaltava que os investimentos externos operavam no sentido de beneficiar principalmente os grandes grupos estrangeiros e nacionais associados às expensas do empobrecimento de determinados setores da população, conclusão a que Furtado também chegara.

Vale ressaltar que, diferentemente de Cardoso, para Furtado o desenvolvimento deve ser entendido não apenas como um processo de acumulação de capital, a *la Marx* – o qual é função dos aumentos de produtividade e da diferenciação do sistema produtivo – mas sim como uma transformação no conjunto das estruturas sociais em benefício da coletividade. Não obstante, é oportuno destacar que o modelo de desenvolvimento proposto e defendido de forma renitente por Furtado não se viabilizou, mas sim o crescimento, razão pela qual afirmou repetidas vezes que no Brasil o desenvolvimento fora confundido com a modernização dos padrões de consumo das minorias privilegiadas. A propósito, em pleno século XXI, escreveu: “o Brasil tem uma renda dez vezes superior à renda da época em que comecei a refletir sobre o nosso subdesenvolvimento. Nem por isso diminuíram as desigualdades sociais; nem por isso fomos bem sucedidos no combate à pobreza e à miséria” (FURTADO, 2002b, p. 2). Diante desse paradoxo ele questiona: “o Brasil se desenvolveu? A resposta, infelizmente, é não. O Brasil cresceu. Modernizou-se. Mas o verdadeiro desenvolvimento só ocorre quando beneficia o conjunto da população, o que não se viu no país” (p. 2).

O mesmo grau de afinidade encontrado com respeito ao ideário industrial-desenvolvimentista e seu subsequente definhamento, bem como em relação à constatação da situação de dependência da economia brasileira, se sucede também no que tange à questão do papel do Estado e do capital estrangeiro. Nesse aspecto, verificamos que inicialmente as opiniões de Furtado e Cardoso eram conducentes relativamente à necessidade de intervenção estatal e do capital externo para acelerar o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas, principalmente da brasileira, ante a situação de ambigüidade inerente aos empresários e à escassez de poupança nacional, ao que se adicionava a dificuldade de acesso às novas tecnologias. No entanto, a partir dos anos 1970 percebemos uma mudança de visão dos autores, principalmente em relação ao Estado, cuja atuação tendeu a favorecer a concentração da renda em favor dos grupos mais abastados à custa do empobrecimento da grande maioria da população e em proveito das empresas transnacionais, as quais operaram no sentido de reduzir a própria autonomia dos Estados nacionais. Por essa razão, os autores passaram a reivindicar a necessidade de reformar o aparelho estatal.

Em relação à cooperação estrangeira, a despeito de Furtado reconhecer a sua necessidade, não somente em termos financeiros, mas também como provedora de bens de capital e tecnologia, a partir dos anos 1960 passou a ressaltar a necessidade de controle do progresso tecnológico e de subordinação da entrada das empresas transnacionais a uma política de desenvolvimento voltada para as necessidades do país. Nesse aspecto, há divergências em relação a Cardoso: não que este autor defenda de forma irrestrita a participação do capital estrangeiro, mas pelo fato de Furtado ter se tornado mais cético com respeito às possibilidades de as empresas transnacionais proporcionarem o desenvolvimento econômico brasileiro.

A ausência de um estudo comparando *pari-passu* as idéias de Furtado e de Cardoso norteou o desenvolvimento desta tese. Nesta, privilegiamos uma linha de investigação cujo objetivo central foi procurar evidenciar que apesar das distintas formações desses autores e de eles adotarem enfoques teórico-metodológicos diferentes em seus estudos dos problemas econômicos e sociais brasileiros, podem-se encontrar muitos pontos de confluências entre os mesmos. Ou seja, apesar de atualmente fazer parte do imaginário político que existe uma profunda diferença entre Furtado e Cardoso, tudo sugere que essa divergência só pode ter surgido a partir dos anos 1990. Pois, conforme se evidencia neste trabalho, a despeito de eles se associarem a autores muito distintos e de o primeiro filiar-se metodologicamente ao estruturalismo enquanto o segundo vincula-se mais às teorias de Marx e de Weber, constata-se uma grande empatia entre suas análises da economia brasileira no período de 1950 a 1990.

## Referências

- ALMEIDA, José Elesbão de. “Indústria incentivada e impactos socioambientais no Nordeste”. **Revista Econômica do Nordeste**, vol. 35, nº 2, Fortaleza, abr.-jun. 2004.
- ALMEIDA, José Elesbão de ARAÚJO, José Bezerra de. “Um modelo exaurido: o caso da Sudene”. In: GRASEL, Dirceu e SOUZA, Antônio Ricardo de. (Orgs.). **Gestão Pública e Desenvolvimento Econômico no Brasil: perspectivas nacional e regional**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2005.
- ALMEIDA, José Elesbão de. “A visão industrial desenvolvimentista e a dependência da trajetória”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 7., 2007, Aracaju, **Anais**. Aracaju: UFSE, 02 a 05 de setembro de 2007a. CD-ROM.
- ALMEIDA, José Elesbão de. “Subdesenvolvimento e dependência: vocação ou destino?” In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL – ANPEC SUL, 10., 2002, Porto Alegre, **Anais**. Porto Alegre: PUCRS, 05 e 06 de julho de 2007b. CD-ROM.
- ALMEIDA, José Elesbão de. “Nacionalismo e desenvolvimento em Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso”. **Revista de Economia Política e História Econômica**, ano 5, nº 14, São Paulo, agosto de 2008a.
- ALMEIDA, José Elesbão de. “O desejo de autonomia e a vocação pelo desenvolvimento dependente-associado”. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE LA SOCIEDAD LATINOAMERICANA DE ECONOMÍA POLÍTICA Y PENSAMIENTO CRÍTICO, 6., 2008, Buenos Aires, **Anais**. Buenos Aires: UBA, 22, 23 y 24 de octubre del 2008b. CD-ROM.
- ALMEIDA, José Elesbão de. “Os devaneios do desenvolvimentismo e a subordinação tolerada”. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL – ANPEC SUL, 11., 2008, Curitiba, **Anais**. Curitiba: UFPR, 26 e 27 de junho de 2008c. CD-ROM.
- ALMEIDA, José Elesbão de. “Subdesenvolvimento e dependência: destino ou opção da periferia?”. **Revista de Estudos Sociais**, ano 10, nº 20, Cuiabá, fev. 2009.
- BAIROCH, Paul. **Economics and World History: Myths and Paradoxes**. New York: Chicago University Press, 1995.

BAMBIRRA, Vânia. **El Capitalismo Dependiente Latinoamericano**. 6. ed. México: Siglo Veintiuno, 1979. (1ª edição 1974).

BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la Dependencia**: Una autocrítica. México: Era, 1978.

BARAN, Paul A. “Economia política do desenvolvimento”. [1952]. In: AGARWALA, E. S. e SINGER, S. P. (Coords.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

BARAN, Paul A. **A Economia Política do Desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultura, 1984. (1ª edição 1962).

BARAN, Paul A. Y SWEEZY, Paul M. “Notas sobre la teoría del imperialismo”. In: VILLARREAL, René. (Org.). **Economía Internacional II. Teorías del imperialismo, la dependencia y su evidencia histórica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

BENAYON, Adriano. **Globalização versus Desenvolvimento**. São Paulo: Escrituras, 2005.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. “Cinquenta anos de Pensamento na Cepal – Uma Resenha”. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Cinquenta anos de Pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. Volume I.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BLOMSTRÖM, Magnus y HETTNE, Björn. **La Teoría del Desarrollo en Transición**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. (1ª edición 1984 en inglés).

BRANT, Celso. “A teoria da dependência”. **Tribuna de Imprensa**. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1998.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. “Seis interpretações sobre o Brasil”. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, nº 3, Rio de Janeiro, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. “O petróleo”. **Tribuna Estudantil**, São Paulo, abril. 1948.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Desenvolvimento econômico e nacionalismo”. **Revista Brasiliense**, nº 12, São Paulo, jul.-ago. 1957.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Educação e desenvolvimento econômico”. **Revista Brasiliense**, nº 17, São Paulo, mai.-jun. 1958.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Estabilidade no emprego”. **Revista Brasiliense**, nº 23, São Paulo, mai.-jun. 1959.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Condições sociais da industrialização de São Paulo”. **Revista Brasiliense**, nº 28, São Paulo, mar.-abr. 1960.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Proletariado no Brasil: situação e comportamento social”. **Revista Brasiliense**, nº 41, São Paulo, mai.-jun. 1962.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mudanças Sociais na América Latina**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política de Desenvolvimento em Sociedades Dependentes**: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1971a.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Teoria de dependência ou análise concreta de situações de dependência?”. **Estudos Cebrap**, nº 1, São Paulo, 1971b.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. “A questão da democracia”. **Debate & Crítica**, nº 3, São Paulo, jul. 1974.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Estatização e autoritarismo esclarecido: tendências e limites”. **Estudos Cebrap**, nº 15, São Paulo, 1976.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira”. In: FURTADO, Celso (Coord.). **Brasil: tempos modernos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a.

CARDOSO, Fernando Henrique. “La originalidade da copia: La Cepal y la idea de desarrollo”. **Revista de la Cepal**, Santiago de Chile, 1977b.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia para mudar: 30 horas de entrevista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência”. In: SERRA, José. (Coord.). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. “A crise econômica internacional e suas projeções no Brasil”. **Novos Estudos – Cebrap**, vol. 2, nº 1, São Paulo, abr. 1983a.

CARDOSO, Fernando Henrique. “O papel dos empresários no processo de transição”. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 26, nº 1, Rio de Janeiro, 1983b.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Perspectivas: idéias e atuação política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983c.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A Democracia Necessária**. Campinas: Papyrus, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Imperialismo y dependencia en la América Latina”. In: VILLARREAL, René. (Org.). **Economía Internacional II. Teorías del imperialismo, la dependencia y su evidencia histórica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A Construção da Democracia: estudos sobre política**. São Paulo: Siciliano, 1993a.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Alternativas econômicas para a América Latina”. In: \_\_\_\_\_. **As Idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993b.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Desenvolvimento: o mais político dos temas”. **Revista de Economia Política**, vol. 15, nº 4, Rio de Janeiro, out.-dez. 1995a.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Reforma e imaginação”. In: SOBRINHO, Barbosa Lima. *et all.* **Em Defesa do Interesse Nacional**: desinformação e alienação do patrimônio público. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1995b.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Relações Norte-Sul no Contexto Atual: Uma Nova Dependência?” In: BAUMANN, Renato (Org.). **O Brasil e a Economia Global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Notas sobre a reforma do Estado”. **Novos Estudos – Cebrap**, nº 50, São Paulo, mar. 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. “As exigências educacionais do processo de desenvolvimento”. **Revista Brasileira**, nº 26, São Paulo, nov.-dez. 1959.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. (1ª edição em espanhol 1969).

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. “Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina”. In: SORJ, Bernardo. *et all.* **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTRO, Anna Maria de. (Org.). **Fome, um tema proibido**: últimos escritos de Josué de Castro. Petrópolis: Vozes, 1983.

CEPAL. **Estudio Económico de América Latina 1949**. Santiago de Chile, 1951.

CEPAL. **Transformación Productiva con Equidad**. Santiago de Chile, 1990.

CEPAL. **Open Regionalism in Latin American and the Caribbean**. Santiago de Chile, 1994.

CEPAL. **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 1996.

CHILCOTE, Ronald H. “Dependency: a critical synthesis of the literature”. **Latin American Perspectives**, outono, 1974.

CORAZZA, Gentil. “Economia nacional e capitalismo: um enfoque histórico-metodológico”. **Economia**, vol. 7, nº 1, Brasília, jan.-abr. 2006.

COUTROT, Thomas. “Dependência e informalidade: antigas e recentes controvérsias”. **Novos Estudos – Cebrap**, nº 29, São Paulo, mar. 1991.

DODGSON, Mark. “As políticas para ciência, tecnologia e inovação nas economias asiáticas de industrialização recente”. In: KIM, Linsu e NELSON, Richard R. (Orgs.). **Tecnologia, Aprendizado e Inovação: as experiências das economias de industrialização recente**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

ECKHAUS, R. S. “O problema das proporções fatoriais nas zonas subdesenvolvidas”. [1955]. In: AGARWALA, E. S. e SINGER, S. P. (Coords.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

EVANS, Peter. **Dependent Development: the alliance of multinational, state, and local capital in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, 1979.

FALETTO, Enzo. “Los años 60 y el tema de la dependencia”. **Estudios Avanzados**, nº 33, São Paulo, 1998.

FALETTO, Enzo. “La dependencia y lo nacional-popular”. **Revista de Sociologia**, nº 17, Santiago de Chile, 2003.

FALETTO, Enzo. “Enzo Faletto rompe tres décadas de silencio. Necesitamos una nueva ética de comportamiento” – entrevista realizada por Faride Zerán. **Cuadernos del CENDES**, Universidad Central de Venezuela, Caracas, vol. 21, nº 56, enero-mayo. 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “A gênese regional da Revolução de 30”. **Estudos Econômicos**, vol. 29, nº 1, São Paulo, jan.-mar. 1999.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino”. **Revista Brasileira de Economia**, vol. 54, nº 3, Rio de Janeiro, jul.-set. 2000.



FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930”. **Revista de Economia Política**, vol. 23, nº 1, Rio de Janeiro, jan.-mar. 2003.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”. **Pesquisa e Debate**, vol. 15, nº 2, São Paulo, jul.-dez. 2004.

FRANK, André Gunder. “The development of underdevelopment”. **Monthly Review**, vol. 18, nº 5, sep. 1966.

FRANK, André Gunder. **Do Subdesenvolvimento Capitalista**. Lisboa: Edições 70, 1971a. (1ª edição em inglês 1969).

FRANK, André Gunder. **Lumpenburguesía: lumpendesarrollo**. México: Era, 1971b.

FRANK, André Gunder. “Economic dependence, class structure, and underdevelopment policy”. In: COCKCROFT, James D.; FRANK, André Gunder and JOHNSON, Dale. **Dependence and Underdevelopment: Latin America’s political economy**. New York: Anchor Books, 1972a.

FRANK, André Gunder. “The development of underdevelopment”. In: COCKCROFT, James D.; FRANK, André Gunder and JOHNSON, Dale. **Dependence and Underdevelopment: Latin America’s political economy**. New York: Anchor Books, 1972b.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina**. 2. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1973. (1ª edição em inglês 1967).

FRANK, André Gunder. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FRANK, André Gunder. “Nueva visita a las teorías latinoamericanas del desarrollo: un ensayo de reseña participativo”. **Nueva Sociedad**, nº 113, Caracas, mayo-junio. 1991.

FURTADO, Celso. “A Estrutura da Comissão do Serviço Civil dos Estados Unidos”. **Revista do Serviço Público**, ano VII, vol. 1, nº 2, Rio de Janeiro, fev. 1944a.

FURTADO, Celso. “Notas sobre a administração de pessoal no governo federal americano”. **Revista do Serviço Público**, ano VII, vol. 3, nº 1, Rio de Janeiro, jul. 1944b.

FURTADO, Celso. “Teoria da estrutura em organização”. **Revista do Serviço Público**, ano IX, vol. 1, nº 2, Rio de Janeiro, fev. 1946a.

FURTADO, Celso. “Teoria do Departamento de Administração Geral”. **Revista do Serviço Público**, ano IX, vol. 2, nº 2, Rio de Janeiro, mai. 1946b.

FURTADO, Celso. “Características gerais da economia brasileira”. **Revista Brasileira de Economia**, ano 4, nº 1, Rio de Janeiro, mar. 1950.

FURTADO, Celso. “Formação de capital e desenvolvimento econômico”. **Revista Brasileira de Economia**, ano 6, nº 3, Rio de Janeiro, set. 1952.

FURTADO, Celso. “A programação do desenvolvimento econômico”. **Revista do Conselho Nacional de Economia**, vol. 2, nº 19-20, Rio de Janeiro, nov.-dez. 1953.

FURTADO, Celso. **A Economia Brasileira**: contribuição à análise do seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

FURTADO, Celso. **Uma Economia Dependente**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

FURTADO, Celso. “Fundamentos da programação econômica”. **Econômica Brasileira**, vol. 4, nº 1 e 2, Rio de Janeiro, jan.-jun. 1958a.

FURTADO, Celso. **Perspectiva da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: DASP, 1958b.

FURTADO, Celso. “The external disequilibrium in the underdeveloped economies”. **The Indian Journal of Economics**, abril, 1958c.

FURTADO, Celso. **A Operação Nordeste**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962a.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e Estado Democrático**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962b.

FURTADO, Celso. “A Aliança para o Progresso e a realidade latino-americana”. **Revista do Conselho Nacional de Economia**, nº 1, ano XII, Rio de Janeiro, jan.-fev. 1963.

FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

FURTADO, Celso. **Um Projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia, 1969.

FURTADO, Celso. “Dependencia externa y teoría econômica”. **El Trimestre Económico**, vol. XXXVIII, nº 150. México, abr.-jun. 1971.

FURTADO, Celso. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. (1ª edição 1973).

FURTADO, Celso. **Prefácio à Economia Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. “El orden económico internacional y el Brasil”. **El Trimestre Económico**, vol. XLVIII, nº 181, México, jul.-sep. 1981a.

FURTADO, Celso. **O Brasil Pós-“Milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981b.

FURTADO, Celso. **A Nova Dependência: dívida externa e monetarismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: 1983a. (1ª edição 1982).

FURTADO, Celso. “Dependência externa e subdesenvolvimento”. In: \_\_\_\_\_. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultura, 1983b.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Organizada**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, Celso. **Transformação e Crise na Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. **Os Ares do Mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.

FURTADO, Celso. “O subdesenvolvimento revisitado”. **Economia e Sociedade**, nº 1, Campinas, ago. 1992b.

FURTADO, Celso. “A superação do subdesenvolvimento”. **Economia e Sociedade**, nº 3, Campinas, dez. 1994.

FURTADO, Celso. “A invenção do subdesenvolvimento”. **Revista de Economia Política**, vol. 15, nº 2, Rio de Janeiro, abr.-jun. 1995a.

FURTADO, Celso. “O pensamento econômico latino-americano” - Entrevista de Celso Furtado a Carlos Mallorquín. **Novos Estudos – Cebrap**, nº 14, São Paulo, mar. 1995b.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. “Brasil: os caminhos da reconstrução”. **Revista Proposta**, nº 82, Rio de Janeiro, set.-nov. 1999a.

FURTADO, Celso. Entrevista concedida à **Revista Playboy**, abril de 1999b.

FURTADO, Celso. **O Longo Amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999c.

FURTADO, Celso. “Estão liquidando a soberania nacional”. In: BENJAMIN, César e ELIAS, Luiz Antonio. (Orgs.). **Brasil: crise e destino – entrevistas com pensadores contemporâneos**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FURTADO, Celso. **Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Hucitec, 2001. [Tese de doutorado apresentada em 1º de junho de 1948, na Universidade de Paris].

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a.

FURTADO, Celso “Metaformose do capitalismo”. 2002. Disponível em: <http://redcelsofurtado.edu.mx> Acesso em: 02 de dezembro de 2002b.

FURTADO, Celso. “A ALCA é o fim da soberania” – Entrevista concedida a João Pedro Stedile, Plínio de Arruda Sampaio Jr e José Arbex Jr. **Jornal Brasil de Fato**, São Paulo, jan. 2003a.

FURTADO, Celso. **Raízes do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003b.

FURTADO, Celso. “Entrevista concedida a Rosa Maria Vieira”. **Revista de História Oral**. nº 7, São Paulo, jun. 2004a.

FURTADO, Celso. “Para onde caminhamos?” 2004. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/CbrevistaCeP.asp> Acesso em: dezembro de 2004b.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (1ª edição 1959).

GOERTZEL, Ted. **Fernando Henrique Cardoso Reinventing Democracy in Brazil**. [S. L.]: Lynne Rienner, 1999.

GRAGEA, Ángel Maria Casas. (Ed.). **La Teoría de la Dependencia**. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional, 2006.

GRIFFITH-JONES, Stephany e SUNKEL, Osvaldo. **O Fim de uma ilusão: as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GUDIN, Eugênio. “Planejamento econômico”. **Digesto Econômico**, São Paulo, abr.-mai. 1951.

GUDIN, Eugênio. “Rumos da política econômica”. In: SIMONSEN, Roberto. **A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978. (1ª edição 1945).

HECKSCHER, Eli. “The effect of foreign trade on the distribution of income”. **Ekonomist Tidskrift**, XXI, 1919.

HEILBRONER, Robert. **El Gran Ascenso**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

HERMET, Guy. **Cultura e Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HETTNE, Björn. **Development Theory and the Three Worlds**. London: Longman, New York: John Wiley, 1990.

HIRSCHMAN, Albert O. **De la Economía a la Política y más Allá**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

HOFFMANN, Helga. **Como planejar nosso desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

HUNT, Diana. **Economic Theories of Development. An Analysis of Compting Paradigms**. New York: Harvester Wheatsheaf, 1989.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio - PNAD**. Rio de Janeiro, 1986.

JIMÉNEZ, Roberto. **América Latina y el Mundo Desarrollado**. Caracas: Universidad católica Andrés Bello, 1977.

KALECKI, Michal. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1978.

KAY, Cristóbal. **Latin American Theories of Development and Underdevelopment**. New York: Routledge, 1989.

KEYNES, John Maynard. **Breve Tratado sobre la Reforma Monetaria**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. (1ª edição em inglês, 1923).

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

KIM, Linsu. **Da imitação à Inovação**: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coréia. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

KIRKLAND, Edward Chase. **Historia Económica de Estados Unidos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1941.

KUZNETS, Simon. “Países subdesarrollados – características presentes a la luz de modelos pasados de crecimiento económico”. **El Trimestre Económico**, n 100, México, oct.-dic. 1958.

LAFER, Celso. “Planejamento no Brasil – Observações sobre o Plano de Metas (1956-61)”. In: MINDLIN, Betty. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LALL, Sanjaya. “A mudança tecnológica e a industrialização nas economias de industrialização recente da Ásia: conquistas e desafios”. In: KIM, Linsu e NELSON, Richard R. (Orgs.). **Tecnologia, Aprendizado e Inovação**: as experiências das economias de industrialização recente. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

LARRAIN, Jorge. **Theories of Development**: capitalism, colonialism and dependency. London: Políty Press, 1989.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. 6. ed. São Paulo: Graal, 1987a.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec, 1987b.

LESSA, Carlos. **15 anos de política econômica**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEWIS, W. Arthur. “O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada da mão-de-obra”. In: AGARWALA, E. S. e SINGER, S. P. (Coords.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

LIST, Georg Friedrich. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LOVE, Joseph L. “Raul Prebisch y los origenes de la doctrina del intercambio desigual”. **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. XLII, nº 1, Cidade do México, jan.-mar. 1980.

LOVE, Joseph L. **A Construção do Terceiro Mundo**: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Abril Cultura, 1984.

LUZ, Nícia Vilela. **A Luta pela Industrialização do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1975. (1ª edição em 1961).

MAGARIÑOS, Mateo. **Diálogos com Raúl Prebisch**. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

MALLORQUIN, Carlos. **Celso Furtado**: um retrato intelectual. São Paulo: Xamã, 2005.

MANDEL, Ernest. **Tratado de Economía Marxista**. México: Era, 1969.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y Revolución**. México: Siglo Veintiuno, 1969.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000. (1ª edição 1973).

MARTINS, Carlos Eduardo. “Theotônio dos Santos – Introducción a la vida y la obra de uno intelectual planetario”. En: **Los retos de la globalización. Ensayos de homenaje a Theotônio dos Santos**. Caracas: Unesco, 1998. Tomo I.



MARTINS, Luciano. **Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento** – Introdução à crise brasileira. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MARX, Karl. **Sobre o Colonialismo**. Lisboa: Estampa, 1978. Vol. II.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. Livro III, Vol. IV.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Livro I, Vol. II.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MEADOWS, Donella H. *et all.* **Limites do Crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MIRANDA, José Carlos e TAVARES, Maria da Conceição. “Brasil: estratégias da aglomeração”. In: FIORI, José Luís. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968. (1ª edição 1956).

NURKSE, Ragnar. “Formação de capital e desenvolvimento econômico”. **Revista Brasileira de Economia**, ano 5, nº 2, Rio de Janeiro, dez. 1951.

NURKSE, Ragnar. **Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OHLIN, Bertil. “Interregional and international trade”. Havard, Harvard University Press, 1933.

PACK, Howard. “A pesquisa e o desenvolvimento no processo de desenvolvimento industrial”. In: KIM, Linsu e NELSON, Richard R. (Orgs.). **Tecnologia, Aprendizado e Inovação**: as experiências das economias de industrialização recente. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

PACKENHAM, Robert A. **The Dependency Movement: Scholarship and Politics in Development Studies**. Cambridge-Mass. Harvard University Press, 1992.

PALMA, Gabriel. “Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment?”. In: **Word Development**, vol. 6. Pergamon Press, 1978.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. “O confronto de crítica e reconstrução”. In: GAUDÊNCIO, Francisco de Sales e FORMIGA, Marcos. (Coord.). **Era da Esperança: teoria e política no pensamento de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

PIRENNE, Henri. **Histoire de l’Europe des invasions au XVI<sup>e</sup> siècle**. 3. ed. Paris, [S. n.], 1936.

PREBISCH, Raúl. “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”. **Revista Brasileira de Economia**, ano 3, nº 3, Rio de Janeiro, set. 1949.

PREBISCH, Raúl. “El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas”. [1949]. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). **Cincuenta años de pensamiento en la Cepal**. Santiago de Chile, 1998a. Volumen I.

PREBISCH, Raúl. “Estudio Económico de América Latina, 1949”. [1949]. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). **Cincuenta años de pensamiento en la Cepal**. Santiago de Chile, 1998b. Volumen I.

PREBISCH, Raúl. “Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. Volume I.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. “Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental”. [1943]. In: AGARWALA, E. S. e SINGER, S. P. (Coords.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

ROSTOW, Walt Whitman. “A decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado”. [1956]. In: AGARWALA, E. S. e SINGER, S. P. (Coords.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**: Um manifesto não-comunista 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. (1ª edição 1952, em inglês; a 1ª edição em português foi em 1961).

SANTOS, Theotônio dos. "La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina". In: JAGUARIBE, Hélio. *et all.* **La Dependencia Político-Económica de América Latina**. México: Siglo Veintiuno, 1970.

SANTOS, Theotônio dos. **Socialismo o Facismo**: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1972.

SANTOS, Theotônio dos. **Dependencia y Cambio Social**. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência**: Balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. (1ª edição 1942).

SEERS, Dudley. (Comp.). **La Teoría de la Dependencia**: una revaluación crítica. México: Fondo de Cultura Económica, 1987. (1ª edición 1981).

SERRA, José e CARDOSO, Fernando Henrique. "As desventuras da dialética da dependência". **Estudos Cebrap**, nº 23, São Paulo, jan.-mar. 1978.

SILVA, Lígia Osório. "Desenvolvimentismo e intervencionismo militar". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 7., 2007, Aracaju, **Anais**. Aracaju: UFSE, 02 a 05 de setembro de 2007. CD-ROM.

SIMONSEN, Roberto. "A planificação da economia brasileira". In: \_\_\_\_\_. **A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978. (1ª edição 1945).

SINGER, Hans W. "The distribution of gains between investing and borrowing countries". **American Economic Review**, mai. 1950.

SINGER, Hans W. "O mecanismo do desenvolvimento econômico". **Revista Brasileira de Economia**, ano 7, nº 1, Rio de Janeiro, mar. 1953.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOUZA, Nilson Araújo de. **A Longa Agonia da Dependência**. São Paulo: Alfa-Omega, 2005.

SUNKEL, Osvaldo. “Big business and ‘dependencia’: a Latin American view”. **Foreign Affairs**, vol. 50, nº 3, 1972.

SUNKEL, Osvaldo. “El desarrollo de la teoría del desarrollo”. In: VILLAMIL, J. J. (Org.). **Capitalismo Transnacional y Desarrollo Nacional**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

SUNKEL, Osvaldo. “Política nacional de desarrollo y dependencia externa”. In: GRAGEA, Maria Casas. (Ed.). **La Teoría de la Dependencia**. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional, 2006.

TARANTO, Giuseppe di. **Sociedade e Subdesenvolvimento na Obra de Josué de Castro**. Belém: CEJUP, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaios sobre Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TOURAINÉ, Alain. “Subdesenvolvimento-desenvolvimento como movimento social”. In: PEREIRA, Luiz. (Org.). **Subdesenvolvimento e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

TROTSKY, Leon. **The Permanent Revolution**. New York: Pioneer Publishers, 1962. (1ª edição em russo 1930).

WALLICH, Henry C. “Algumas notas para uma teoria do desenvolvimento derivado”. [1952]. In: AGARWALA, E. S. e SINGER, S. P. (Coords.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

WEBER, Max. “O Espírito do Capitalismo” In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980a.

WEBER, Max. “Origem do Capitalismo Moderno”. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980b.

WORLD BANK. **The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy**. New York: Oxford Press, 1993.

VINER, Jacob. “A economia do desenvolvimento”. [1953]. In: AGARWALA, E. S. e SINGER, S. P. (Coords.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.